Usinas solares
Órigo Energia capta R$ 600 milhões em títulos verdes para projetos fotovoltaicos, diz Eduardo Bechara B4

Combustíveis
ANP estima que exploração de petróleo e gás deverá receber R$ 18,3 bilhões entre 2024 e 2027 A6

Agronegócios
Itaú BBA adere a compromisso ambiental e vai financiar R$ 2 bi até o fim de 2025, diz Pedro Fernandes B8

Terça-feira, 3 de setembro de 2024
Ano 25 | Número 6079 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Desemprego de longo prazo afeta mais as mulheres

Conjuntura Entre aqueles que não encontram vaga há mais de dois anos, 44,7% têm o ensino médio

Lucianne Carneiro
Do Rio

Apesar dos recordes no número de trabalhadores ocupados e na massa de rendimentos, o Brasil ainda tem 1,69 milhão de pessoas que procuram trabalho há mais de dois anos — 22,4% dos desempregados. Se incluídos os que buscam vaga há mais de um ano e menos de dois, são 2,495 milhões de pessoas, 33,1% dos desempregados, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua. Para especialistas, quanto mais tempo fora do mercado de trabalho, mais difícil é a reinserção.

Os números estão melhores, mas seguem preocupantes. No 4º trimestre de 2019, antes do início da pandemia, 24,8% dos desempregados buscavam uma vaga há mais de dois anos. O recorde foi no fim do 2º ano da crise sanitária (30,6%). Quando se soma quem procurava trabalho há mais de um ano, o maior patamar foi de 48,4%, no 3º trimestre de 2021.

"É uma fatia grande", diz Maurício Reis, do Ipea. "São pessoas que poderiam estar contribuindo para a atividade econômica", afirma Bruno Imaizumi, da LCA Consultores, que compilou dados do IBGE.

Grupos tradicionalmente vulneráveis sofrem mais com o desemprego que a população como um todo e, em alguns casos, essa intensidade é ainda maior quando se considera o tempo de procura. A parcela de desemprego de longo prazo entre mulheres, moradores do Nordeste e pessoas com ensino médio completo é maior que na população acima de 14 anos e também que entre os desempregados. Perfis com taxas de emprego piores que no geral também se destacam pelos índices elevados de desemprego de longo prazo, como jovens de 18 a 24 anos e pessoas pretas e pardas.

Além da baixa qualificação e da pouca experiência dos mais jovens, o mercado está mais concorrido e com exigências maiores. No caso das mulheres, uma questão adicional é a pouca disponibilidade de vagas que ofereçam a possibilidade de compatibilizar atividades domésticas.

As mulheres são 51,7% da população acima de 14 anos, mas 63,8% dos desempregados há mais de dois anos. O Nordeste tem 26,5% da população e 37,6% daqueles cuja procura passa de dois anos. As pessoas com ensino médio completo, por sua vez, são 31,6% da população e 44,7% dos que buscam uma vaga há mais de dois anos. **Página A4**

Justiça manda deter González na Venezuela

Agências internacionais

A Justiça da Venezuela aceitou pedido do Ministério Público e determinou a prisão do candidato da oposição na eleição presidencial de julho, Edmundo González. Com o sistema judicial dominado pelo chavismo, o MP apresentou o pedido após González ignorar três intimações para prestar depoimento. A vitória de Maduro no pleito é contestada dentro e fora do país, sob suspeita de fraude. O regime, porém, se recusa a divulgar as atas, os boletins com o resultado de cada urna. Neste cenário, González e membros da oposição são investigados por supostos crimes como usurpação de autoridade eleitoral, o que é visto como uma manobra do chavismo. Também investigada, a líder opositora María Corina Machado disse em entrevista à mídia espanhola que "obviamente não irá comparecer". **Página A15**

Novos aromas

ROGERIO VIEIRA/VALOR

As gigantes brasileiras de cosméticos, Boticário e Natura, estreiam no segmento de alta perfumaria. "Temos a aposta de ampliar nossa base para consumidores que hoje usam produtos importados", disse a diretora global de perfumaria da Natura &Co, Cláudia Pinheiro, à repórter Ana Luiza de Carvalho. Página B1

1ª Turma do STF confirma suspensão do X

Flávia Maia, Isadora Peron e Daniela Braun
De Brasília e São Paulo

A 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou decisão do ministro Alexandre de Moraes que suspendeu o funcionamento da rede social X no Brasil. Todos os participantes do colegiado, formado por 5 dos 11 ministros, acompanharam o voto do relator: Flávio Dino, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Luiz Fux. Ao se manifestar, Moraes manteve a suspensão da plataforma até que todas as ordens judiciais sejam cumpridas, a empresa indique um representante legal para atuar no país e pague as multas devidas, que superam R$ 18,3 milhões. O bloqueio do X, na sexta-feira, beneficiou seus concorrentes. O Bluesky, criado por um dos fundadores do antigo Twitter, já conta com quase 2 milhões de brasileiros inscritos. **Página B6**

Alcoa investe em operação de cabotagem

Taís Hirata
De São Paulo

A Alcoa deverá iniciar operação de cabotagem própria no Brasil, na qual está investindo US$ 200 milhões. O objetivo é transportar cerca de seis milhões de toneladas de bauxita por ano, entre a mina de Juruti (PA) e a refinaria da Alumar, no Maranhão, que produz a alumina e o alumínio. Hoje essa movimentação já é realizada, mas por meio de serviço prestado por terceiros. O trajeto, que dura quatro dias, percorre parte do rio Amazonas até a costa, por onde segue até São Luís. A movimentação verticalizada deverá ter início entre o fim deste ano e o 1º trimestre de 2025, segundo Mateus Tiraboschi, vice-presidente global de compras e logística do grupo. "Tendo o controle dos navios, teremos gestão direta e ativa dos custos", diz o executivo. **Página B2**

Empresas preparam ofertas de ações

Fernanda Guimarães
De São Paulo

Após um período de entressafra de ofertas subsequentes de ações (conhecidas como "follow-on"), algumas empresas voltam a colocar essas transações no radar. As operações estão previstas para sair a partir deste mês, após o retorno das férias no Hemisfério Norte, que costumam reduzir a liquidez no mercado. Nomes como Eneva, Caixa Seguridade e Banco da Amazônia são alguns dos que podem captar recursos na bolsa neste segundo semestre, de acordo com fontes. Outras companhias listadas devem optar por aumento de capital privado. Já no caso das ofertas iniciais de ações (IPOs, na sigla em inglês), é consenso que o ano vai terminar, pela terceira vez consecutiva, sem nenhuma operação.

O movimento esperado, mesmo que ainda lentamente, decorre da melhora do humor de investidores em bolsa em agosto, com o Ibovespa alcançando nova máxima histórica, em meio à expectativa de que os juros vão começar a cair nos Estados Unidos em breve. No ano, a B3 contabilizou oito operações subsequentes, girando cerca de R$ 22 bilhões. Anderson Brito, diretor do UBS BB, afirma que a temporada também tende a ser aproveitada por empresas que precisam melhorar a estrutura de liquidez, ou seja, colocar mais ações no mercado para, assim, atrair mais investidores. **Página C1**

PLOA quase não tem folga para investimentos

Jéssica Sant'Ana, Guilherme Pimenta, Estevão Taiar e Gabriela Pereira
De Brasília

As despesas obrigatórias do governo federal crescerão R$ 132,2 bilhões em 2025, puxadas por benefícios previdenciários e salário do funcionalismo, consumindo quase todo o espaço para novos gastos. Segundo o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), a maior alta em rubricas obrigatórias é da Previdência, com avanço de R$ 71,1 bilhões. O limite de gastos vai de R$ 2,105 trilhões neste ano para R$ 2,249 trilhões. O governo terá R$ 143,9 bilhões a mais para gastar. Desse valor, 92% serão para despesas obrigatórias e R$ 11,7 bilhões (8%) para despesas discricionárias, que somarão R$ 178,5 bilhões, no caso do Executivo. O PLOA não prevê medidas estruturais para conter o aumento dos gastos obrigatórios, só ações de revisão de despesas para cortar benefícios indevidos. **Página A5**

Indicadores

Ibovespa	2/set/24	-0,81 % R$ 14,1 bi
Selic (meta)	2/set/24	10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	2/set/24	10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	2/set/24	5,6224/5,6230
Dólar comercial (mercado)	2/set/24	5,6136/5,6142
Dólar turismo (mercado)	2/set/24	5,6600/5,8400
Euro comercial (BC)	2/set/24	6,2229/6,2241
Euro comercial (mercado)	2/set/24	6,2148/6,2154
Euro turismo (mercado)	2/set/24	6,3018/6,4818

Destaques

Tramonte rejeita polarização
À frente nas pesquisas para a Prefeitura de Belo Horizonte e apoiado por dois adversários políticos, o governador Zema (Novo) e o ex-prefeito Kalil (PSD), Mauro Tramonte (Republicanos) rejeitou aderir à polarização política em sabatina promovida pelo **Valor**, "O Globo" e rádio CBN. **A12**

Müssnich no conselho do Assaí
José Roberto Müssnich, que por mais de uma década foi responsável por transformar o Atacadão na maior empresa de atacarejo do país, vai assumir uma cadeira no conselho do Assaí. O movimento ocorre após o fim do período de "não concorrência" estabelecido com o Carrefour. **B1**

Crédito rural
O Banco Central vetou mais de 31 mil operações de crédito rural no primeiro semestre, devido a irregularidades no Cadastro Ambiental Rural (CAR) das propriedades e inconsistências em relação a outros critérios socioambientais. No total, os financiamentos somariam quase R$ 7 bilhões. **B8**

VW avalia fechar fábricas na Alemanha

GABRIEL REIS/VALOR

A Volkswagen estuda fechar fábricas na Alemanha, o que seria inédito em seus 87 anos de história. "O ambiente econômico ficou ainda mais duro e novos concorrentes estão entrando no mercado europeu", disse o CEO da companhia, Oliver Blume. Página B4

Poderá caber aos mercados de capitais salvar o planeta
Lynn F. de Rothschild **A17**

Recusa da Starlink em bloquear acesso ao X é encrenca maior para STF
Maria C. Fernandes **A10**

Solução fiscalmente cara para um conflito federativo

Luiz Schymura

A questão fiscal é matéria recorrente no noticiário econômico. Não à toa, pois o equilíbrio estrutural das contas públicas possibilita um ambiente no qual os juros permanecem baixos, e a inflação, bem-comportada. Ao analisar em mais detalhes a solidez fiscal do país, temos que colocar uma lupa nos diversos assuntos que são determinantes para a estabilidade das contas públicas. Na coluna de hoje, tratarei de um desses temas: a renegociação das dívidas dos Estados com o governo federal.

O conflito federativo deflagrado por meio das dívidas estaduais com a União é um grande problema que se arrasta há décadas. Na realidade, o descontrole financeiro de alguns Estados é o vilão da história. O processo se dá da seguinte maneira: ao ter que desembolsar recursos para o pagamento de sua dívida com a União, o Estado com problemas financeiros enfrenta dificuldades para manter a prestação de serviços públicos básicos para a população. Em função do risco de corte no fornecimento desses serviços, o Estado recorre à Justiça para que o pagamento da dívida com a União seja suspenso. Devido ao receio de deixar os residentes no Estado "desprotegidos", a Justiça acaba dando ganho de causa ao Estado.

Nesse sentido, Minas Gerais representa uma experiência emblemática. Em virtude de seu desacerto financeiro, vem conseguindo junto ao STF que o pagamento de sua dívida com a União tenha um tratamento bastante diferenciado.

Em razão das vantagens obtidas pelos entes da federação "inadimplentes", os demais Estados que cumprem religiosamente com seus deveres financeiros com a União acabam se sentindo lesados e pleiteiam contrapartidas. Assim, nessa ampla negociação federativa, é difícil imaginar que se chegue a bom termo sem conceder algum tipo de benefício para os Estados que estão cumprindo à risca com suas responsabilidades. A proposta capitaneada pela governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, emerge nesse contexto. Segundo a proposta, os Estados do Norte e Nordeste fariam jus à renegociação de suas dívidas com os bancos públicos, como BNDES, Caixa e Banco do Brasil. Como se vê, essa foi uma mostra da mobilização dos Estados bons pagadores. Naturalmente, a conta a ser paga cai no colo da União.

Em síntese, é necessário colocar em ação uma política que minimize a tensão federativa, sem causar grandes danos nas contas públicas.

Em razão disso, o Senado aprovou em meados de agosto o projeto de lei complementar (PLP) 121/2024, de renegociação das dívidas dos Estados com o governo federal. No momento, o projeto tramita na Câmara dos Deputados. Como observa meu colega Manoel Pires, essa é a rodada de renegociação da dívida estadual mais abrangente desde a lei 9.496, de 1997.

Vamos às linhas gerais do projeto. Na atualidade, as dívidas dos Estados com a União vêm sendo corrigidas por IPCA +4% ao ano. Sob a égide do PLP 121/2024, há um cardápio de possibilidades para que cada Estado equacione o pagamento de sua dívida com a União. Na visão de Pires, a tendência é que todos ou quase todos escolham a opção de correção da dívida com o indexador IPCA +0%, disponibilizando um adicional de 2% da parcela devida para investimentos específicos e outros 2% para um Fundo de Equalização Federativa (que tenta amainar o conflito distributivo entre esses os Estados).

Caso a percepção de Pires esteja correta, grosso modo, o montante financeiro a ser comprometido pelos Estados para quitar sua dívida com a União não muda. A diferença é que o IPCA +4% que vem sendo transferido integralmente para a União passa a ter outra destinação. Com o PLP 121/2024, a União recebe IPCA +0%, enquanto os 4% da taxa de juro real anual que incide sobre a dívida são divididos entre os investimentos específicos (2%) e o Fundo de Equalização Federativa (2%).

Em relação a como foram definidos os investimentos específicos, Pires nota que há bastante margem de manobra para os Estados: educação profissional técnica de nível médio, infraestrutura de universalização de ensino infantil, educação em tempo integral, infraestrutura de saneamento, habitação e transportes, segurança pública e adaptação às mudanças climáticas. Dessa forma, em termos práticos, 2% de taxa de juro real sobre a dívida do Estado que hoje são repassados à União passam a ser alocados diretamente em programas de investimento do governo estadual.

Já o Fundo de Equalização Federativa a ser criado deve distribuir 80% dos recursos via Fundo de Participação dos Estados (FPE) e os restantes 20% pelo inverso da relação entre dívida consolidada e receita corrente líquida (RCL). Neste segundo caso, o critério leva à distribuição de menos recursos para os Estados mais endividados. Assim, 2% de taxa de juro real sobre a dívida dos Estados, que hoje infla os cofres públicos federais, passa a ter outro destino, o Fundo de Equalização Federativa.

Como se pode notar, o aporte de recursos dos Estados em "investimentos específicos" e no Fundo de Equalização Federativa é possível graças à renúncia da União aos 4% da taxa de juro real anual sobre o total da dívida dos Estados.

Não resta dúvidas de que o PLP 121/2024 diminui a pressão sobre as finanças dos Estados, mas é preciso identificar o tamanho da conta a ser paga pela União. Segundo Pires, o subsídio anual implícito no PLP 121/2024, fica na casa dos R$ 48 bilhões. Mas ele acrescenta que o subsídio efetivo será ainda maior, justamente porque, devido a uma regra de transição, alguns dos principais Estados em dificuldade (grupo que inclui grandes Estados no Regime de Recuperação Fiscal) pagarão uma soma menor nos primeiros anos. Considerando a escada de pagamentos para esses Estados, no primeiro ano o subsídio deve chegar a R$ 62 bilhões.

Por fim, como a conta é bastante salgada, resta saber se o subsídio federal na magnitude que consta do PLP 121/2024 é, de fato, necessário. Afinal, as finanças públicas passam por um momento extremamente delicado, e um dispêndio dessa dimensão não estava no radar. Por isso, seria importante que no trâmite na Câmara dos Deputados um esforço grande seja empreendido para reduzir esse montante.

Luiz Schymura é pesquisador do FGV Ibre e escreve mensalmente
E-mail luiz.schymura@fgv.br

Contas públicas Programa completa um ano, com ministérios em ritmos diferentes de execução dos investimentos até o momento

PAC sente efeito de ajuste fiscal e aposta em setor privado

Lu Aiko Otta
De Brasília

Vitrine dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) completou um ano no dia 11 de agosto num ambiente em que a situação das contas públicas impede a expansão dos investimentos com recursos orçamentários. Assim, o programa apresenta melhores perspectivas em sua vertente privada, avaliam especialistas.

Até o dia 23 passado, o governo federal havia empenhado (reservado para algum pagamento específico) R$ 37,2 bilhões, ou 68% do total de gastos autorizados. Os valores liquidados, que refletem a entrega de obras e serviços, somavam R$ 13,2 bilhões (24,3%), segundo dados levantados pelo **Valor** no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop). A parcela do PAC financiada com recursos do Orçamento representa 24% do total.

Alguns ministérios conseguiram empenhar parcelas grandes de suas verbas. O de Transportes, por exemplo, dispõe de R$ 14,4 bilhões e empenhou R$ 11,7 bilhões. Na Defesa, dos R$ 5,5 bilhões disponíveis, R$ 4,8 bilhões já estão comprometidos com algum contrato. A pasta de Desenvolvimento Social e Combate à Fome já empenhou praticamente toda a verba disponível para o PAC, R$ 420 milhões.

Por outro lado, a execução é baixa em pastas como a de Ciência, Tecnologia e Inovação, que dispõe de R$ 2,9 bilhões e empenhou R$ 300,5 milhões até agora.

De acordo com a Casa Civil, o desempenho se explica "pelo grande porte e complexidade dos empreendimentos" a cargo do ministério, alguns em fase inicial de implantação, como é o caso do laboratório de máxima contenção biológica NB4 – Orion, em Campinas (SP).

Para o último trimestre de 2024, está previsto o empenho de R$ 1 bilhão destinado aos empreendimentos Reator Multipropósito Brasileiro, Laboratório Orion (NB4) e Infovias executadas pela Rede Nacional de Pesquisa (RNP), acrescentou a Casa Civil.

O Ministério das Comunicações dispõe de R$ 116,2 milhões, mas até o dia 23 de agosto o empenho era zero. De acordo com a Casa Civil, a maior parte das verbas da pasta destinada ao PAC vem de fora do Orçamento da União. "Cita-se como exemplo os recursos privados para a expansão do 4G e implantação do 5G pelas empresas de telecomunicações vencedoras do leilão do 5G (R$ 13,5 bilhões) e para construção das infovias no Norte Conectado (R$ 1,5 bilhão), projetos em plena execução física."

Segundo os dados do Siop, o Ministério da Educação dispõe de R$ 4,4 bilhões para investir no PAC e até o dia 23 de agosto havia empenhado R$ 2,7 bilhões.

A Casa Civil disse que decreto de programação financeira editado em fevereiro deste ano autoriza a pasta a empenhar até R$ 2,9 bilhões até o dia 30 de setembro. "O valor empenhado até 31 de julho de 2024 era de R$ 2,43 bilhões, correspondente a 83% do limite, o que representa uma execução orçamentária acima do esperado para esse período."

Caso semelhante ocorre com o Ministério da Saúde. A pasta dispõe de R$ 7,9 bilhões no Orçamento e havia empenhado R$ 3,1 bilhões até 23 de agosto. Também nesse caso, o decreto de programação financeira de fevereiro estabeleceu limite de R$ 4 bilhões até o dia 30 de setembro. "O valor empenhado até 31 de julho de 2024 era de R$ 2,85 bilhões, correspondente a 72% do limite, o que representa uma execução orçamentária bastante satisfatória", avaliou.

Os números mostram um desempenho nem excepcional nem ruim, comentou Roberto Figueiredo Guimarães, diretor de Planejamento e Economia da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) e ex-secretário do Tesouro Nacional.

Ele acrescentou que, além dos investimentos do PAC autorizados no Orçamento em 2024, também estão sendo injetados na economia pagamentos de obras contratadas em anos anteriores – os chamados "restos a pagar". No caso dos Transportes, aos R$ 4,6 bilhões liquidados até agora, devem-se somar R$ 4,2 bilhões de anos anteriores que estão sendo pagos. "Quase dobra", comentou. Assim, o desempenho dos investimentos em infraestrutura é melhor do que aparentam os números colhidos pelo **Valor**.

Além disso, acrescentou Guimarães, existe a parcela do PAC que não depende de recursos do Orçamento — caso das concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs). Levantamento da Abdib aponta que os investimentos realizados pelas concessionárias no primeiro semestre deste ano ficaram 12% acima do observado em igual período em 2023. A grande quantidade de contratos assinados este ano trará reflexos positivos em 2025 e 2026. "Não tenho a menor dúvida de que vai aumentar."

Além da parte orçamentária, o PAC contempla investimentos das empresas estatais, com R$ 343 bilhões, além de financiamentos estimados em R$ 362 bilhões e recursos privados, da ordem de R$ 671 bilhões, informou a Casa Civil.

"A salvação que existe para o PAC é a parcela fora do Orçamento", disse o professor Marcos Mendes, do Insper. A parte que depende de recursos públicos sofre com o cenário fiscal. Dado o crescimento forte das despesas obrigatórias, como aquelas atreladas ao salário mínimo e os pisos de despesas com saúde e educação, restou pouco para cortar. "O PAC virou a única válvula de escape para se fazer algum ajuste fiscal", avaliou.

Um sintoma da falta de espaço para ampliar investimentos é a busca por recursos extraorçamentários, comentou. Por exemplo, a expansão do vale-gás anunciada na semana passada.

O problema fiscal coloca o PAC em um dilema, segundo o economista Claudio Frischtak, da consultoria Inter.B. A falta de credibilidade do mercado em relação às contas públicas, acaba pressionando os juros e encarecendo os investimentos. Ao mesmo tempo, a fragilização a política fiscal exacerba a disputa por recursos e dificulta novos aportes no PAC.

Uma forma de trazer mais recursos para o programa seria reforçá-lo com emendas de parlamentares ao orçamento, sugeriu o economista.

O advento do Novo PAC não eleva os investimentos de forma a romper o padrão das últimas duas décadas, notou o especialista. Investimentos públicos, privados e agregados deverão ficar na casa dos 2% do Produto Interno Bruto (PIB). O estoque de capital deverá atingir neste ano 35,5% do PIB — o desejável seria 65% do PIB.

Investimentos poderiam crescer com o prosseguimento da agenda que dá mais segurança jurídica à atuação do setor privado, avaliou Frischtak. Por exemplo, evitando a politização de agências reguladoras.

GESIVAL NOGUEIRA/VALOR

"A salvação que existe para o PAC é a parcela fora do Orçamento"
Marcos Mendes

Em andamento

Execução do PAC em 2024 (R$ milhões)

Órgão Orçamentário	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
Presidência da República	32,78	32,78	10,00	10,00
Ministério da Agricultura e Pecuária	169,69	85,07	38,32	33,86
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	2.944,50	300,57	226,53	225,72
Ministério da Educação	4.446,15	2.708,23	255,89	251,81
Ministério de Minas e Energia	73,59	65,53	19,90	16,54
Ministério da Saúde	7.856,24	3.108,66	130,91	102,75
Ministério dos Transportes	14.403,57	1.1731,81	4.677,84	4.344,12
Ministério das Comunicações	116,22	0,00	0,00	0,00
Ministério da Cultura	215,09	199,98	25,12	25,07
Ministério do Esporte	69,55	69,55	0,42	0,42
Ministério da Defesa	5.532,28	4.827,07	1.729,78	1.709,80
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	1.570,47	1.283,79	464,39	445,26
Ministério do Desenv. Assist. Social, Família e Combate à Fome	420,35	420,23	77,64	77,64
Ministério das Cidades	15.071,02	11.330,29	5.344,03	5.338,99
Ministério de Portos e Aeroportos	1.332,08	1.020,46	241,31	239,73
Total	**54.253,57**	**37.184,02**	**13.242,08**	**12.821,71**

Fonte: Siop/Ministério do Planejamento. Dados extraídos em 23/08/2024

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Conjuntura Mesmo com emprego em alta, grupos vulneráveis, como mulheres, negros e moradores do Nordeste, enfrentam desocupação de longo prazo

Desempregados há mais de dois anos somam 22% do total

Lucianne Carneiro
Do Rio

Recordes no número de trabalhadores ocupados, no contingente de quem trabalha com carteira assinada e na massa de rendimentos, acompanhados pelo menor contingente de desempregados em mais de nove anos, são alguns dos sinais que se repetem há dois anos e dão a tônica do momento no mercado de trabalho. A redução do desemprego de longo prazo — quando a busca por trabalho ultrapassa um ano ou dois, segundo o critério de classificação — se soma a esses indicadores.

Ainda assim, há 1,69 milhão de pessoas no país que procuram trabalho há mais de dois anos, o que corresponde a pouco mais de um quinto (22,4%) dos desempregados. Se incluídos os que buscam vaga há mais de um ano e menos de dois anos, o número sobe para 2,495 milhões de pessoas, ou um terço (33,1%) dos desempregados, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua. Quanto mais tempo o trabalhador fica fora do mercado, mais difícil é sua reinserção.

Os números estão melhores que no passado, mas preocupam, especialmente com um mercado de trabalho aquecido. No quarto trimestre de 2019, último antes da pandemia, 24,8% dos desempregados buscavam uma vaga há mais de dois anos. O recorde foi no fim de 2021, o segundo ano da crise sanitária (30,6%). Quando se soma também quem procurava trabalho há mais de um ano, o maior patamar foi de 48,4%, no terceiro trimestre de 2021.

Os microdados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do segundo trimestre de 2024, compilados pelo economista da LCA Consultores Bruno Imaizumi, mostram o perfil de quem procurava emprego há mais de dois anos no segundo trimestre: um quarto (24,7%) são jovens de 18 a 24 anos, o grupo etário com a maior participação; 63,8% são mulheres; 44,7% têm ensino médio completo; 37,6% moram no Nordeste; 50,2% são pessoas pardas; e 13,7% são pessoas pretas.

Grupos tradicionalmente vulneráveis sofrem mais com o desemprego que a população como um todo e, em alguns casos, essa intensidade é ainda maior quando se considera o tempo de procura. A parcela de desemprego de longo prazo entre mulheres, moradores do Nordeste e pessoas com ensino médio completo é maior que na população acima de 14 anos e também que no grupo de desempregados.

As mulheres são 51,7% da população acima de 14 anos, mas 54,2% dos desempregados e 63,8% dos desempregados há mais de dois anos. Na análise por regiões, o Nordeste tem 26,5% da população em idade de trabalhar, 31,5% entre os que buscam trabalho e 37,6% entre aqueles cuja procura passa de dois anos. Por grau de instrução, as pessoas com ensino médio completo são 31,6% da população, 42,4% das pessoas sem trabalho e 44,7% daqueles que buscam uma vaga há mais de dois anos.

Perfis que aparecem com taxas de emprego piores que as da população também se destacam pelos índices elevados de desemprego de longo prazo. Jovens de 18 a 24 anos são 12,4% da população acima de 14 anos e 24,7% dos desempregados de longo prazo; e pessoas pretas e pardas são 56,4% da população e 62,9% de quem busca trabalho há mais de dois anos.

"Quando a economia melhora, os efeitos positivos chegam ao mercado de trabalho. E isso diminui o grupo dos que procuram trabalho há mais tempo, mas sempre tem algum nível de desemprego de longo prazo, é considerado um desemprego estrutural", afirma a professora de economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) Diana Gonzaga.

Ela associa o problema principalmente às dificuldades de alguns grupos se inserirem no mercado de trabalho, como os profissionais mais jovens, com pouca experiência; os trabalhadores com baixa qualificação; e aqueles de minorias, como mulheres e pretos e pardos.

Baixa qualificação; pouca experiência, no caso dos jovens; mercado mais concorrido e com exigências maiores; falta de flexibilidade para manter atividades de cuidado são algumas das razões que explicam esse fenômeno. "O desemprego de longo prazo está associado às dificuldades de alguns grupos se inserirem no mercado, os mesmos grupos que enfrentam barreiras em outras questões no mercado de trabalho", diz Gonzaga.

O contingente desse grupo que busca trabalho há mais de dois anos e a participação no total dos desempregados já foi muito maior que no segundo trimestre deste ano, mas ainda assim preocupa, diz o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Maurício Reis: "O contingente caiu e 1,69 milhão de pessoas parece pouco, mas não é. É uma fatia grande, um quinto dos desempregados. É uma questão importante e que preocupa".

A literatura econômica costuma caracterizar o desemprego de longo prazo como aquele em que a busca por trabalho ultrapassa os dois anos. Mas há quem considere que pode ser incluído no grupo também quem procura uma vaga há pelo menos um ano, como é o caso da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). As consequências desse longo período de procura por trabalho passam pela crescente dificuldade de reinserção e perdas para a economia.

"São pessoas que tinham potencial de trabalho um ano, dois anos antes, mas começam a ficar desanimadas, perdem habilidades... O mundo do mercado de trabalho muda constantemente. Quando os trabalhadores estão fora do mercado, essa atualização é mais difícil. Há uma preocupação porque são pessoas que poderiam estar contribuindo para a atividade econômica", destaca Bruno Imaizumi.

Ao avaliar o fenômeno do desemprego de longo prazo, o pesquisador do Ipea diz que as consequências podem ocorrer seja depois de um ano ou dois anos sem trabalho. Ao longo do período, em geral, o início é de busca mais intensa por trabalho, mas a falta de perspectivas pode afetar o ritmo depois.

Reis argumenta que há dois aspectos difíceis de serem separados nessa análise: um é a oferta de trabalho — a existência de vagas disponíveis no mercado e a demanda maior ou menor por determinados grupos — e o outro é a disposição do trabalhador em aceitar as oportunidades.

A primeira dimensão tem a ver com o cenário econômico, o dinamismo da região e fatores como nível de qualificação profissional, enquanto a segunda pode estar ligada a fatores como remuneração baixa, oportunidades em áreas diferentes das desejadas, e falta de flexibilidade para manter atividades de cuidado, principalmente entre mulheres.

"De um lado tem a questão da oferta de trabalho, existem certos grupos que são menos demandados, por exemplo. E tem outro lado que é a parte do trabalhador, se ele vai aceitar ou não, seja porque quer uma área específica, seja porque não concorda com a remuneração oferecida, são muitas situações heterogêneas. E é difícil separar um efeito do outro", afirma Maurício Reis.

Com 38 anos, o pernambucano de Jaboatão dos Guararapes Tiago Calixto acaba de conseguir um emprego depois de quase dois anos de buscas. Ele fez dois cursos técnicos de química e procurava emprego na área desde o fim de 2022, quando foi dispensado de uma cozinha industrial do Recife. Calixto chegou a receber ofertas de trabalho no período, mas não eram nem na área de química nem em horário compatível com a graduação em licenciatura de química, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

"Foram mais de dez anos investindo no estudo em química, não queria perder isso para pegar qualquer vaga", conta ele, que acaba de conseguir trabalho como auxiliar em um laboratório, através de um programa da Secretaria de Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo (Sedepe) de Pernambuco.

No período sem trabalho, o pernambucano fez um estágio de 20 horas por mês, como parte da licenciatura, que ajudou no pagamento do aluguel da família, formada pela mulher, enteado e filho. Apesar do orçamento apertado, resistiu a assumir uma vaga em outra área.

Parte das dificuldades está ligada ao lugar onde mora. Como se repete em outros indicadores sociais, o Nordeste enfrenta de forma mais intensa o desemprego de longo prazo. Com economia em geral menos dinâmica e menor participação da indústria, há menos oportunidades. "Não há empregos para absorver toda a população", pondera Reis.

Outras questões são a qualificação profissional, já que a região tem uma população, em média, com menor grau de instrução que a brasileira, e o emprego informal. A taxa de informalidade é de 38,6% no Brasil, mas representa mais da metade da população (50,4%) no Nordeste.

Diante desse perfil, uma das linhas de atuação da Sedepe, de Pernambuco, é a orientação profissional, com sessões para identificar a necessidade de cursos de qualificação técnica e preparação comportamental, com oficinas sobre como preparar um currículo e se apresentar numa entrevista, por exemplo. Outra estratégia é a capacitação para o empreendedorismo, especialmente em cidades do interior, onde o emprego fica mais restrito ao comércio e ao setor público.

"São pessoas que poderiam estar contribuindo para a atividade econômica"
Bruno Imaizumi

Busca longa por trabalho

Os números do desemprego de longo prazo

Grupos	% da população acima de 14 anos	% dos desempregados	% dos desempregados por mais de 2 anos
Mulheres	51,7	54,2	63,8
Pessoas pretas	45,3	50,3	50,2
Pessoas pardas	11,1	14,3	13,7
Jovens de 18 a 24 anos	12,4	28,6	24,7
Pessoas com ensino médio completo	31,6	42,4	44,7
Nordeste	26,5	31,5	37,6
Sul	14,4	10,3	7,1
Centro-Oeste	7,8	6,7	5,2

Fonte: IBGE

Vulneráveis precisam de ações específicas

Do Rio

Para enfrentar o desemprego de longo prazo, economistas destacam a importância de políticas específicas, como qualificação profissional, ampliação do ensino técnico, subsídios para a contratação de jovens e ações afirmativas para grupos vulneráveis, além de creches para crianças e espaços de acolhimento de idosos.

"Esse público requer olhar diferenciado do Estado, ações mais específicas e individuais. Quanto mais tempo desempregado, maiores as barreiras para sair da situação", afirma a professora de economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) Diana Gonzaga.

O pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Maurício Reis chama atenção para a participação dos trabalhadores com ensino médio completo entre os desempregados de longo prazo. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que são 754 mil do 1,69 milhão que busca trabalho há mais de dois anos.

"É um grupo com ensino médio, mas sem muita formação específica. Com isso, não é tão atrativo para o empregador. Talvez uma expansão do ensino técnico, com uma formação mais voltada para o mercado de trabalho, pudesse facilitar a inserção desse grupo", diz o economista.

Como reforça Gonzaga, muitos dos trabalhadores de longo prazo têm baixa qualificação ou qualificação incompatível com as demandas do mercado. Essa característica se intensifica hoje, com mudanças como a digitalização e o uso de inteligência artificial.

Além das iniciativas de formação profissional e de requalificação, Gonzaga cita a possibilidade de subsídios para empresas que contratarem jovens, que têm mais dificuldade de conseguir oportunidades por causa da falta de experiência. Neste caso, no entanto, alerta, é preciso evitar distorções: "Se a política não for bem desenhada, companhias podem usar isso para substituir funcionários antigos por jovens".

Ações afirmativas para a contratação de grupos vulneráveis, como pessoas pretas e pardas e mulheres, também são citadas como alternativas para atacar o desemprego de longo prazo. O conjunto de iniciativas inclui também políticas amplamente debatidas para ampliar a participação de mulheres no mercado de trabalho, como creches para crianças e espaços de acolhimento de idosos, já que culturalmente ainda são as principais cuidadoras das famílias.

As dificuldades para lidar com o problema não são exclusivas do Brasil e aparecem também em países desenvolvidos. Um relatório recente da União Europeia aponta que métodos tradicionais nem sempre têm sido eficazes para lidar com o desemprego de longo prazo. Nesse contexto, explora o potencial das soluções diferentes para lidar com o fenômeno, com exemplos como a política da França de "Território zero para o desemprego de longo prazo" e o projeto-piloto de renda básica universal na Alemanha.

A Comissão Europeia está inclusive com uma chamada aberta para financiar projetos inovadores voltados para a redução do desemprego de longo prazo e a apoio para o retorno das pessoas ao mercado de trabalho, no valor total de € 23 milhões. *(LC)*

Contas públicas Previdência e salário de servidores vão consumir maior parte do espaço aberto para novos gastos no ano que vem

Projeto de Orçamento quase não tem folga para investimentos

Jéssica Sant'Ana, Guilherme Pimenta, Estevão Taiar e Gabriela Pereira
De Brasília

As despesas obrigatórias do governo federal vão crescer R$ 132,2 bilhões em 2025, puxadas por benefícios previdenciários e salário do funcionalismo, consumindo quase todo o espaço aberto para novos gastos no ano que vem. Os dados são do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) e foram detalhadas pela equipe econômica em entrevista na segunda-feira (2).

O limite para gastos vai aumentar de R$ 2,105 trilhões neste ano para R$ 2,249 trilhões em 2025, ou seja, o governo terá R$ 143,9 bilhões a mais para gastar no ano que vem. Só que desse valor, R$ 132,2 bilhões serão consumidos por despesas obrigatórias, o equivalente a 92% do total. Somente o restante (R$ 11,7 bilhões, 8% do total) vai para as despesas discricionárias, que incluem investimento e custeio da máquina pública, e que somarão R$ 178,5 bilhões em 2025, no caso do Poder Executivo.

A maior alta nas rubricas obrigatórias vem da Previdência Social, com a despesa com benefícios crescendo R$ 71,1 bilhões em relação ao projetado para este ano no terceiro Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias. Essa despesa vem sendo afetada pela política de valorização do salário mínimo e pela redução da fila de espera do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Depois da Previdência, aparece a despesa com pessoal, que aumentará R$ 36,5 bilhões em 2025 na comparação com este ano. Essa alta é fruto dos reajustes salariais que vêm sendo concedidos pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Os acordos de reajustes firmados com servidores da União neste ano impactarão o Orçamento de 2025 em R$ 16 bilhões, segundo o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos. Foram fechados 45 acordos, alcançando 98,2% dos servidores federais.

Além disso, o PLOA prevê R$ 2 bilhões para realização de novos concursos no ano que vem, de acordo com o secretário do Orçamento Federal, Clayton Montes.

As demais despesas obrigatórias que têm pressionado o Orçamento de 2025 são o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o abono salarial e o seguro-desemprego, todas com alta em relação a 2024, além do próprio Bolsa Família, que, apesar de não ter crescimento para o próximo ano, ainda consome R$ 167,2 bilhões em recursos públicos.

> "Não temos como fugir muito da revisão sobre obrigatórias"
> *Gustavo Guimarães*

O PLOA 2025 não prevê nenhuma ação estruturante para conter o crescimento das despesas obrigatórias, apenas medidas de revisão de gastos para cortar benefícios que estão sendo pagos indevidamente. O secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães, reconheceu que ainda há mais o que ser feito pelo governo pelo lado das despesas.

"A revisão mais ampla, com integração de políticas e modernização das vinculações, é para descompressão futura das obrigatórias sobre discricionárias", disse o secretário, acrescentando que o pente-fino é a primeira etapa dessa agenda de revisão de gastos. "Não temos como fugir muito da revisão sobre obrigatórias, e é possível fazer revisão mais ampla sem prejudicar políticas sociais", defendeu. A equipe econômica, contudo, tem evitado dar detalhes sobre quais medidas vai propor nesse sentido.

Pelo lado das receitas, o PLOA 2025 foi encaminhado ao Congresso Nacional precisando de R$ 168,2 bilhões em arrecadação extra, sendo R$ 121,5 bilhões dependendo de medidas administrativas e R$ 46,7 bilhões de projetos que dependem de aprovação do Congresso , entre eles o que aumenta a tributação sobre a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) e sobre o Juros sobre Capital Próprio (JCP).

O fato de o Orçamento do próximo ano depender menos de receitas extras condicionadas foi comemorado pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan. Mas o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse no sábado que é "quase impossível" o projeto da CSLL e do JCP ser aprovado.

Questionado sobre a declaração de Lira, Durigan afirmou que a equipe econômica vai explicar para o presidente da Câmara a necessidade do projeto para compensar a desoneração da folha de pagamentos, mas mostrou-se aberto a discutir alternativas. "Estamos à disposição para construir alternativas, melhorar os projetos e seguir contando com a importante parceria dele [Lira]", disse o número 2 da Fazenda.

Durigan destacou, ainda, que o PLOA usa todos os instrumentos para atingir a meta fiscal de déficit zero, o que inclui as medidas de arrecadação e de controle de gastos. "Vamos perseguir a meta de equilibrar o Orçamento do país de agora até o fim do mandato do presidente Lula."

Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, destacou em relatório a investidores que R$ 168 bilhões previstos de arrecadação vêm de "receitas incertas", das quais "a meta fiscal anual não poderá prescindir para ser cumprida" — mesmo considerando o pagamento de R$ 44 bilhões de precatórios fora da meta de primário.

Despesas vão subir
PLOA 2025 eleva gastos em R$ 143,9 bilhões no próximo ano

Categorias
Em R$ bilhões

Categoria	Valor
Discricionárias	11,7
Obrigatórias	132,2

Detalhamento das despesas obrigatórias
R$ 132,2 bilhões

Despesa	R$ bilhões
Benefícios previdenciários	71,10
Pessoal e encargos sociais	36,50
Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo	11,30
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS / RMV	6,60
Abono e Seguro Desemprego	6,50

Fonte: Ministério do Planejamento e Orçamento

Previsão é de abertura de 68 mil vagas em 2025

Gabriela Pereira
De Brasília

O governo prevê a abertura de 63.766 vagas de emprego no setor público no ano que vem, de acordo com o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025. Desse total, 57.814 são para provimento de cargos já existentes e 5.952 para criação. Na proposta, o governo também reservou R$ 2,1 bilhões para a realização de concursos públicos. O texto ainda precisa ser analisado pelo Congresso Nacional.

De acordo com a proposta, 58.269 vagas são para o Poder Executivo, incluindo fixação de efetivo militar e das polícias civil/militar custeadas pelo fundo constitucional do Distrito Federal. Há ainda 416 vagas destinadas para provimento no Poder Legislativo e 4.673 para criação e provimento no Poder Judiciário.

Também serão destinadas 274 para o Ministério Público da União e Conselho Nacional do Ministério Público e outras 134 para a Defensoria Pública da União.

O projeto de Orçamento foi enviado ao Congresso na sexta-feira (30) e detalhado por integrantes do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) nesta segunda-feira (2).

Ao explicar os planos para concursos públicos, o secretário do Orçamento Federal, Clayton Montes, afirmou que ainda não é possível saber qual o número de vagas será destinado a concursos no ano que vem, e tampouco quais órgãos serão contemplados.

A ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck, já havia antecipado a possibilidade de realizar a segunda edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) no próximo ano. De acordo com ela, a pasta iria realizar um balanço das provas do primeiro certame, que foram aplicadas no mês passado.

Em nota, o MGI anunciou que o valor de R$ 2,1 bilhões corresponde às vagas de concursos já autorizados e em andamento, como as próprias vagas do CPNU, as vagas recém-autorizadas e as novas autorizações que ainda estão em estudo.

De acordo com o ministério, o número final de vagas disponibilizadas no ano que vem ainda será definido.

Infraestrutura Aeroporto Santos Dumont também terá aporte até 2027 para melhorias na operação

Porto do Rio terá investimento de R$ 400 milhões

Fábio Couto
Do Rio

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, anunciou na segunda-feira (2), investimentos que totalizam mais de R$ 800 milhões em terminais localizados na cidade do Rio de Janeiro. Do total, mais de R$ 400 milhões serão aplicados na dragagem e na melhoria da infraestrutura do Porto do Rio. Outros R$ 400 milhões serão investidos até 2027 no aeroporto Santos Dumont, para atender ao aumento da demanda de passageiros, aumentar a segurança nas operações e atualizar tecnologicamente o terminal.

No porto, serão realizadas obras de dragagem, para aumentar a profundidade das áreas de atracação, a fim de permitir a operação de navios de maior porte. Com a dragagem, os canais do porto terão profundidade de 17 metros, contra os atuais 14 metros, a fim de receber as maiores embarcações transportadoras de contêineres do mundo.

Parte dos recursos será proveniente da PortosRio (antiga Companhia Docas do Rio), que registrou aumento de receita nos últimos anos, além do aporte de recursos da União. Em cerimônia na qual anunciou a assinatura dos investimentos, Costa Filho destacou que os recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) para este ano serão "100% preservados", algo estimado em R$ 40 bilhões. O FMM é a principal fonte de financiamento do setor naval. Segundo ele, a decisão foi tomada em reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com presença do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que validou a iniciativa. O ministro disse que, no governo passado, dos R$ 26 bilhões destinados ao FMM, R$ 25 bilhões foram contingenciados.

Sobre os R$ 400 milhões reservados ao aeroporto Santos Dumont até 2027, parte dos investimentos será destinada para implantação de um sistema de parada de aeronaves que visa reduzir risco de acidentes, conhecido pela sigla em inglês EMAS. O sistema consiste em implantar, em aeroportos com pistas limitadas, áreas de segurança nas cabeceiras em pistas de pouso e decolagem, com uso de concreto deformável.

O sistema foi adotado pela primeira vez em 2022, no aeroporto de Congonhas. "O EMAS é uma obra de mais de R$ 130 milhões para ajudar na segurança nas operações do Santos Dumont. Era uma demanda de mais de 15 anos", afirmou Costa Filho. A pista principal do Santos Dumont possui 1.320 metros de extensão. O aeroporto também terá reforma e ampliação de salas de embarque e desembarque remotas, substituição de escadas rolantes e elevadores e novo sistema de inspeção de bagagens, entre outras ações.

Ao **Valor** Costa Filho contou que ainda está nas mãos da Câmara de Conciliação do Tribunal de Contas da União (TCU) a decisão sobre a concessão do aeroporto internacional Tom Jobim (Galeão), que pertence à Changi. Em 2022, a RioGaleão, subsidiária da Changi, queria devolver o terminal por não ter atendido pedido de revisão do contrato de concessão devido à queda no número de passageiros nos últimos anos.

Desde o início de outubro de 2023, voos que partiam e chegavam ao Santos Dumont foram remanejados para o Galeão. No mesmo mês, a RioGaleão manifestou interesse de permanecer com a concessão. Segundo o ministro, uma eventual decisão sobre ofertar o Galeão à iniciativa privada em conjunto com o Santos Dumont, depende de avaliações sobre a situação financeira da Infraero (dona do Santos Dumont) e de decisão do presidente Lula.

"Temos que ver se o TCU autoriza um novo reequilíbrio econômico-financeiro do Galeão. Se for possível, será preservada. Se não, vamos discutir a possibilidade de relicitação. Mas a torcida é por um acordo entre TCU e Galeão", disse Costa Filho.

VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL

Silvio Costa Filho: "Torcida é por um acordo entre TCU e Galeão"

Explorar petróleo requer R$ 18,3 bilhões até 2027

Do Rio

Os investimentos na exploração de petróleo e gás entre 2024 e 2027 devem demandar R$ 18,31 bilhões, sendo que, no período, o maior volume deve ser aportado este ano pelas petroleiras: R$ 9,97 bilhões, de acordo com estimativas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Segundo o Relatório Anual de Exploração 2023, publicado nesta segunda-feira (2) pela agência, entre 2024 e 2027 88% dos investimentos previstos (R$ 16,04 bilhões) serão concentrados na perfuração de poços.

A ANP projeta a perfuração de 69 poços entre 2024 e 2027, sendo a maior parte, 39 poços, para este ano, com R$ 8,8 bilhões. Caso essa previsão se confirme, segundo a ANP, este ano será recorde na perfuração de poços, superando 2019, ano que foram registrados 27 novos poços. Do total estimado para serem perfurados neste ano, 14 estão localizados em bacias marítimas e 25 em áreas terrestres.

A agência estima também que 95% do montante previsto para os próximos quatro anos (R$ 17,35 bilhões) serão destinados para atividades exploratórias marítimas (offshore). A maior parte dos investimentos em exploração será feita na Margem Equatorial, extensa área petrolífera que vai do Amapá ao Rio Grande do Norte e é considerada com alto potencial de reservas.

A ANP projeta um investimento de R$ 11,1 bilhões na região. Para a agência, o volume de recursos previstos na Margem Equatorial evidencia o interesse das operadoras na área, apesar das "dificuldades associadas" ao licenciamento ambiental.

"Para que esse investimento seja efetivamente realizado no curto prazo, é necessário que os entraves à exploração da Margem Equatorial sejam ultrapassados antes do término da fase de exploração desses contratos", afirmou a ANP no relatório. A reguladora projeta, nos próximos quatro anos, a perfuração de oito poços na bacia da foz do rio Amazonas, no Amapá; sete na bacia de Santos; e cinco na bacia de Campos.

A fase de exploração é aquela em que as petroleiras realizam estudos para detectar a presença de petróleo e gás natural nas respectivas áreas, de modo que o volume descoberto seja comercialmente viável para as companhias. Nesta fase, são contratados estudos sísmicos e geofísicos, atividades prévias à etapa de perfuração de poços, mais cara.

De acordo com o relatório da agência, o Brasil encerrou 2023 com 251 blocos de petróleo e gás sob contrato, sendo 238 no regime de concessão e 13 no regime de partilha de produção, o que corresponde a uma queda de quase 15% na comparação com 2022, ou 44 blocos.

Um dos motivos da redução expressiva do número de blocos, afirma a ANP, foi a baixa quantidade de contratos assinados: apenas quatro no ano passado. Outro motivo foi a alta quantidade de blocos devolvidos pelas petroleiras, num total de 48 áreas. Dos blocos devolvidos, 42 estavam localizados no mar, sendo 17 na bacia de Campos.

> Maioria dos investimentos em exploração será feita na chamada Margem Equatorial

A agência ressaltou que em dezembro do ano passado foram realizadas as sessões públicas da oferta permanente, mas a assinatura dos contratos ocorrerá ao longo deste ano.

O consórcio formado por Petrobras e Shell, por exemplo, assinou na sexta-feira os contratos de concessão de 26 dos 29 blocos arrematados na bacia de Pelotas, que abrange os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Na avaliação da ANP, o desempenho da exploração ao longo dos últimos anos vem se mantendo em patamares abaixo dos desejados.

"Melhorar o desempenho do segmento de exploração significa incrementar o quantitativo de blocos sob contrato e o volume de atividades exploratórias realizadas, com o objetivo de incorporação de novas reservas, incluindo aquelas associadas às bacias de nova fronteira", disseram no relatório os diretores substitutos Bruno Conde Caselli e Patrícia Baran. *(FC)*

Confiança cresce entre empresários, indica FGV

Alessandra Saraiva
Do Rio

O Índice de Confiança Empresarial (ICE) da Fundação Getulio Vargas (FGV) subiu 0,3 ponto em agosto, para 97,9 pontos, informou ontem a fundação. O aumento levou o indicador ao maior patamar desde setembro de 2022 (98,8 pontos), detalhou Aloisio Campelo Jr., superintendente de Estatísticas do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (FGV/Ibre).

O atual ambiente favorável na macroeconomia impulsionou o indicador, reconheceu ele. O especialista não descartou possibilidade de o índice voltar à faixa dos 100 pontos (quadrante favorável, considerada zona de otimismo) ainda neste ano. A última vez que o ICE ficou acima de 100 pontos foi em agosto de 2021 (100,5 pontos na ocasião), acrescentou.

Ao detalhar o resultado da confiança empresarial em agosto, o especialista notou que o mês passado contou com bons indicadores macroeconômicos. Desemprego em baixa, pessoal ocupado recorde no mercado de trabalho e inflação controlada foram anunciados, no período. Isso é bom contexto para aquecer demanda nos quatro segmentos usados para cálculo do ICE, reconheceu.

O economista pontuou que, embora a confiança na indústria tenha ficado estável, em agosto, ela não caiu. E a da construção subiu 0,2 ponto no mês passado. Houve, também, expansão de 0,4 ponto na confiança de serviços — que representa quase 70% da economia brasileira, recordou.

O tom dissonante nas quatro áreas componentes do ICE foi comércio, admitiu ele, que mostrou queda de 1,8 ponto em agosto. "O comércio foi um caso à parte, houve temporariamente um descolamento [dos outros]. Parece que tem a ver com a situação geral do setor, já que os juros pararam de cair [taxa básica de juros, a Selic]" disse. A Selic norteia juros de mercado, como os lidados em transações no varejo, lembrou.

Mas, caso a confiança no comércio volte a subir — o que não é impossível, disse —, isso na prática poderia ajudar a impulsionar o ICE como um todo. Isso ajudaria o indicador a voltar aos 100 pontos, disse. "Atingir 100 pontos é possibilidade, caso comércio reverta essa preocupação [a queda na confiança]", disse

Das quatro áreas componentes do indicador, três estão também com pontuação ou próxima, ou acima, de 100 pontos, lembrou. Em agosto, a indústria atingiu 101,7 pontos; a de serviços, 94,6 pontos; e a de construção, 97,5 pontos. Já a de comércio ficou com 89,1 pontos.

Curta

Boate Kiss

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou nesta segunda-feira (2) a prisão de quatro condenados pelo incêndio na Boate Kiss, ocorrido em 2013, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, e que deixou 242 mortos e mais de 600 feridos. Com a decisão, voltam a valer as condenações dos ex-sócios da boate Elissandro Callegaro Spohr (22 anos e seis meses de prisão) e Mauro Londero Hoffmann (19 anos e seis meses), além do vocalista da banda Gurizada Fandangueira, Marcelo de Jesus dos Santos, e o produtor musical Luciano Bonilha. Ambos foram condenados a 18 anos de prisão. A decisão foi tomada após apresentação de recurso pelo Ministério Público para anular decisões da Justiça do Rio Grande do Sul e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que suspenderam as condenações. Nas instâncias inferiores, as defesas dos acusados conseguiram anular as sentenças ao alegarem que as condenações pelo tribunal do júri foram repletas de nulidades. Entre as ilegalidades apontadas pelos advogados, estão a realização de uma reunião reservada entre o juiz e o conselho de sentença, sem a presença do Ministério Público e das defesas, e o sorteio de jurados fora do prazo legal. Ao analisar a questão, Toffoli disse que as ilegalidades deveriam ser contestadas durante o julgamento. *(Agência Brasil)*

INÊS 249

Entre STF e Starlink, disputa sobe de patamar

Maria Cristina Fernandes

A recusa da Starlink em cumprir a determinação do Supremo Tribunal Federal de bloquear o acesso de seus usuários ao X mostrou que o fio puxado pelo ministro Alexandre de Moraes era do bigode de um elefante. Ao contrário do X, que nem publicidade mais dispõe, a Starlink tem 224 mil contratos — desde navios da Marinha na Antártica a cidades-símbolo do agronegócio (Sinop-MT) ou turismo (Fernando de Noronha-PE).

A unanimidade de Moraes na Primeira Turma respalda a decisão do ministro mas não conduz ao bloqueio da empresa. Se concorrentes do X, como Bluesky ou Threads, já se arvoram a conquistar ex-tuiteiros, a substituição da empresa que lidera a banda larga por satélite no país, com 42% do mercado, não se faz em dois cliques.

A disputa é gigante mas paquidérmica. A recusa da Starlink foi comunicada por WhatsApp ao presidente da Anatel, Carlos Baigorri, que tem até a sexta-feira para receber a notificação formal da recusa ou verificar, in loco, o descumprimento. Só então fará a comunicação oficial ao STF que, por enquanto, bloqueou as contas, mas não a operação.

O bloqueio das contas da Starlink é o que possibilitará, segundo a decisão, o pagamento das multas do X. A estas, que já ultrapassariam os R$ 18 milhões, podem vir a se somar aquelas impostas à própria Starlink pelo descumprimento da decisão.

Os ministros que não deixaram dúvida do respaldo a Moraes também abriram porta para uma negociação futura — desde o voto de Cármen Lúcia ("O Brasil não é xepa de ideologias sem ideias de Justiça, onde possam prosperar interesses particulares embrulhados no papel crepom de telas brilhosas sem compromisso com o Direito") àquele de Flávio Dino ("sem prejuízo de futuro e imediato reexame à vista da eventual correção da conduta ilegal da empresa em foco").

Se o bloqueio do X não traz prejuízos financeiros a Elon Musk, por se tratar de uma empresa deficitária, aquele da Starlink afeta uma empresa que acabou de alcançar a liderança do setor, como mostrou Ivone Santana, no **Valor.** Se, por "correção de conduta", entende-se o recuo de Musk, parece improvável que este venha a acontecer, como sugere o novo recurso apresentado pela Starlink ao STF nesta segunda. Sua substituição pela concorrente mais próxima, a também americana Hughesnet (38% do mercado nacional), parece mais provável.

A imprensa internacional acompanha a batalha com nítido viés pró-STF, a começar pelo "The New York Times". "Tendo construído ou comprado empresas que têm crescente controle sobre como as pessoas se conectam e se comunicam, Musk tenta aumentar sua influência para confrontar autoridades e desafiar leis das quais ele não gosta", diz a reportagem desta segunda do correspondente Jack Nicas. A torcida sugere impaciência com a dependência crescente dos EUA em relação a Musk, a começar por contratos do Pentágono com a Space X, empresa à qual a Starlink é subordinada, da ordem de US$ 1,2 bilhão.

No Brasil, o desagrado é acrescido por promessas não cumpridas — e lembradas na decisão de Moraes — como a oferta de internet gratuita a escolas públicas na Amazônia em meio ao cortejo de Musk ao governo Jair Bolsonaro. Mas não apenas. O imbróglio da Starlink remexe as disputas entre as teles e as redes sociais no Brasil.

Graças ao WhatsApp, o mercado de telefonia foi destroçado. Se este movimento beneficiou o consumidor, por outro lado, as teles se queixam que as redes ocupam a maior parte da infraestrutura de comunicação de dados do país e as obriga a aumentar o investimento em sua expansão sem que paguem mais por isso.

A atual gestão da Anatel é proativa — até demais — na defesa das teles em sua cruzada contra as redes. Já pretendeu criar uma descabida estrutura de "serviços e direitos digitais" para promover a "liberdade de expressão e o combate à desinformação, discursos de ódio e democráticos" e discute com parlamentares a apresentação de um projeto de lei para cobrar pela sobreutilização da infraestrutura pelas redes sociais.

A viabilidade de ambas as iniciativas hoje parece menor do que a determinação do governo em levar à frente a tributação das grandes empresas de tecnologia para compensar a desoneração da folha de pagamentos em 2015.

Nenhuma dessas medidas, porém, traz alternativas para diminuir a dependência das diatribes de Elon Musk. Inexiste um projeto estruturado para que o país disponha de sua própria estrutura de satélites.

Depois da guerra da Ucrânia, que foi riscada do mapa digital pela Rússia e só não ficou sem conexão por conta da Starlink, aumentou a disputa pela tal "soberania digital". Se a órbita já está mapeada pelos satélites hoje planejados, que dirá quando o Brasil vier a ter condições de disputá-la.

O Ministério da Justiça, que atuava na mediação entre o STF e as redes sociais, ausentou-se do debate. Sem mediadores no Executivo, o flanco ficou exposto. Na sexta-feira, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em litígio com o STF por conta das restrições impostas às emendas parlamentares, criticou Moraes por ter extrapolado as decisões sobre o X para a Starlink.

O Ministério das Comunicações, cujo titular, Juscelino Filho, foi indiciado pela Polícia Federal por suspeita de organização criminosa, lavagem de dinheiro, corrupção passiva e fraude em suposto desvio de emendas parlamentares repassados à Codevasf, parece seguir alheio à disputa no seu quintal. Na quitanda das emendas parlamentares, não sobrou espaço para a geopolítica.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às terças e quintas-feiras
E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br

Poderes Formato ainda está sendo negociado entre o governo e o Legislativo; na 6ª feira, Supremo estendeu prazo para apresentação da proposta por mais dez dias

Acordo sobre regras para emendas foi o 'melhor que se tinha', diz Barroso

Mariana Assis e Fabio Murakawa
De Brasília

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, disse na segunda-feira (2) que o acordo firmado entre os três Poderes sobre novas regras para as emendas parlamentares ao Orçamento não é perfeito, mas foi "o melhor que tinha". Na avaliação do magistrado, a experiência mostrou a possibilidade de encontrar soluções por meio do consenso. O acordo, no entanto, aguarda uma regulamentação ainda em negociação entre o governo e o Congresso.

"Saímos melhor do que entramos. Foi perfeito? Não, mas foi melhor do que se tinha. Pois houve uma leitura extremamente crítica que o Supremo não tinha o papel de fazer a medição de conflitos entre Poderes. Ou seja, a existência do conflito e da solução em que houvesse um vencedor e um derrotado era mais valorizado do que uma solução em que as partes conseguiram harmoniosamente produzir um resultado", disse Barroso na palestra "Judicialização excessiva e meios extrajudiciais na solução de litígios", em evento sobre consensualidade na solução de litígios, realizado na Faculdade de Direito da USP.

Na sexta-feira (30), dia que havia sido fixado como data final para o Executivo e o Legislativo apresentarem uma proposta para regulamentar o acordo, o Supremo decidiu prorrogar o prazo por mais dez dias.

ANTONIO AUGUSTO/STF — 29/8/2024

Barroso: para presidente do Supremo, a experiência mostrou a possibilidade de encontrar soluções por meio do consenso

Entre os pontos firmados no acordo entre os três Poderes, está a previsão de que as emendas de bancada e de comissão sejam direcionadas a projetos estruturantes — em vez de serem individualizadas. Na segunda-feira (2) o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou que as conversas com o Congresso nesse sentido estão avançando.

"A orientação do presidente Lula é construir saída legal que cumpra aquilo que o STF estabeleceu e valorize o papel de parlamentares", afirmou Padilha, após reunião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com ministros e líderes do governo.

Padilha também afirmou que o entendimento sobre as "emendas Pix" está "bem resolvido". O acordo de agosto prevê que esse tipo de repasse — que permite que recursos do Orçamento federal sejam direcionados diretamente aos cofres de Estados e municípios — serão mantidas com pagamento obrigatório e sem necessidade de convênio com a União. Mas passará a ser exigida a identificação prévia sobre como será usado o dinheiro e as obras inacabadas terão prioridade.

"Vamos enterrar esse modelo de vez", destacou o ministro.

Padilha acrescentou ainda que o governo pagou R$ 233 milhões em emendas impositivas que já estavam empenhadas. Na semana passada, o governo estabeleceu em uma portaria as regras para liberar recursos para obras em andamento e atendimento a calamidade pública. Essas foram as duas exceções fixadas na decisão do Supremo que suspendeu as emendas obrigatórias e que ainda está em vigor.

Na palestra de segunda, Barroso afirmou que o STF está "sempre desagradando" e destacou que o prestígio da Corte não pode ser medido por pesquisa de opinião.

"O Supremo está sempre desagradando: ou ao contribuinte, que diz que o Supremo é fazendário, ou o governo, que diz que o Supremo vai quebrar o Brasil ou as comunidades indígenas ou o agronegócio", afirmou. "Não há condição de você decidir as questões mais divisivas da sociedade sem incorrer em algum nível de impopularidade. Está no 'job description' [descrição de trabalho] de um ministro do Supremo Tribunal Federal decidir de acordo com a Constituição e desagradar", complementou.

O acordo em torno das emendas ocorreu após o Supremo voltar a analisar se o Congresso estava recorrendo a novos formatos para restabelecer o chamado orçamento secreto, como ficou conhecido o modelo de indicações de gastos sem transparência feitas por parlamentares. Inicialmente, o sistema baseou-se nas emendas de relator, marcadas pelo indicador RP9. Em 2022, o STF declarou que a prática é inconstitucional. O uso das emendas de comissão e as emendas pix, no entanto, reacendeu a discussão sobre o tema.

Delegado da PF é nomeado corregedor da Abin

Isadora Peron
De Brasília

O delegado da Polícia Federal (PF) José Chuy foi nomeado, na segunda-feira (2), como corregedor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). O nome dele sofre resistência interna, por não ser um quadro oriundo do órgão.

Chuy é ligado ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que é o relator da investigação sobre a chamada "Abin paralela". Ele comandou a Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), quando Moraes estava na presidência da corte.

O delegado vai substituir Lidiane Souza dos Santos, que é servidora da casa e foi indicada para o cargo em 2022, ainda durante o governo Jair Bolsonaro (PL). O mandato dela terminou em 31 de agosto.

O órgão é responsável por conduzir as investigações internas que foram abertas diante da suspeita de que a estrutura da Abin teria sido utilizada de maneira ilegal durante o governo Bolsonaro para blindar os filhos do ex-presidente e espionar ilegalmente adversários políticos.

Desde que o nome de Chuy foi indicado para o cargo, servidores da Abin passaram a criticar a escolha. A União dos Profissionais de Inteligência de Estado (Intelis) chegou a afirmar que a decisão de fazer mudanças na corregedoria causava "estranheza", já que Lidiane poderia ser reconduzida e estava colaborando com as investigações.

Para a entidade, o fato de o posto passar a ser ocupado por um delegado era preocupante, já que as investigações têm revelado que as suspeitas de desvios envolvem quadros da PF que foram trazidos para a Abin pelo então diretor-geral Alexandre Ramagem, que também era delegado.

Atualmente, a Abin é comandada por Luiz Fernando Corrêa, que é delegado aposentado da Polícia Federal. As investigações em curso não descartam que integrantes da atual gestão tenham atuado para atrapalhar o andamento do caso, o que levou à queda do número dois da agência, Alessandro Moretti. Diante das suspeitas, Moraes negou o compartilhamento da apuração com a corregedoria do órgão.

Procurada, a assessoria da Abin confirmou a nomeação de Chuy. "A requisição ocorreu após aprovação do nome pela Controladoria-Geral da União (CGU) e atendeu a todos os requisitos legais. Os demais servidores da corregedoria-geral da agência serão compostos por integrantes das carreiras de Inteligência da Abin", disse a agência em nota.

Lira busca apoio da FPA para seu candidato

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), reuniu-se com a cúpula da bancada ruralista na segunda-feira em Brasília para buscar apoio do grupo ao candidato que ele escolher para concorrer a sua sucessão. Numerosa, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) foi uma de suas principais bases de sustentação no cargo e sinalizou que deve manter a aliança com quem ele indicar.

Presidente da FPA, o deputado Pedro Lupion (PP-PR) afirmou que Lira pediu ajuda para consolidar o nome de quem ele escolher. Além disso, disse que informará à bancada para que o grupo negocie com seu candidato as pautas de interesse do setor. "Somos gratos ao apoio que ele sempre deu a bancada. E vamos pedir isso [apoio] a quem formos apoiar", disse. "O que pedimos de início é: independência do governo e equilíbrio", ressaltou.

Três candidatos tentam obter o apoio de Lira para disputar a eleição: Elmar Nascimento (União-BA), Marcos Pereira (Republicanos-SP) e Antonio Brito (PSD-BA). Desses, Nascimento é considerado o favorito do atual presidente da Câmara e Brito, o menos cotado. Os três são signatários da FPA, mas não costumam participar das reuniões nem fazem parte da diretoria.

"Para nós, o acordo é o melhor, e a indicação feita por ele [Lira] vai ter muito peso. Devemos respaldar", afirmou o vice-presidente da frente, deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP).

Na reunião, Lira fez uma análise do cenário, com os pontos fortes e fracos de cada candidato, e pediu que os integrantes da bancada fizessem consideração sobre os nomes. A intenção dele é que os aliados unifiquem a candidatura em uma só, mas os três resistem a este acordo.

Lira explicou aos ruralistas que deseja unir esquerda e direita na chapa e contou que já se encontrou com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na semana passada e com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no domingo, mas não comentou o que tratou nessas conversas. Ele deve se encontrar novamente com Lula nesta semana antes de bater o martelo sobre seu escolhido.

De acordo com relatos, Lira afirmou no encontro que pretende escolher o nome de seu candidato até o fim desta semana. A promessa era de que o anúncio ocorresse em agosto, mas isso não foi possível diante das divergências entre os três.

Ainda que Nascimento seja visto como o preferido de Lira para sucedê-lo, o adiamento foi recebido pelos adversários do líder do União como sinal de que "as coisas ainda podem mudar de rumo".

"Todo mundo esperava que ele anunciaria Elmar. Se ele ainda não o fez, é porque ainda tem arestas a aparar e deixou o caminho aberto para que os outros demonstrem mais viabilidade", afirmou um interlocutor de Pereira.

Apesar de a ofensiva da semana passada não ter surtido efeito, o vice-presidente da Câmara ainda deve cortejar Brito e Bulhões por uma desistência imediata para tentar fazer Lira, diante da unidade de três postulantes, rever sua preferência por Nascimento.

Aliados de Nascimento minimizam o atraso e justificam que o alagoano quer avançar numa eventual composição entre os candidatos. Além disso, ele tenta evitar estremecimentos com o senador Ciro Nogueira (PP-PI), dirigente de seu partido, que gostaria de emplacar o nome de Hugo Motta (Republicanos-PB) como postulante na corrida pela direção da Casa.

Atividade econômica

Indicadores agregados

	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	1,37	0,41	0,32	-0,15	0,51	0,67	0,75	0,11	0,05
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	4,1	-1,5	-0,3	1,0	0,2	-0,8	0,9	0,8	0,0
Indústria de transformação	-	4,5	-2,5	0,4	0,9	0,6	0,2	0,5	0,1	0,2
Indústrias extrativas	-	2,5	3,4	-3,6	0,7	-1,3	-6,7	3,7	3,3	-0,4
Bens de capital	-	0,5	-2,2	3,1	-1,5	2,7	11,0	-1,9	-0,5	-0,3
Bens intermediários	-	2,6	-0,9	-1,1	1,2	-0,8	-2,7	1,7	1,7	0,7
Bens de consumo	-	6,8	-2,1	0,5	0,6	1,6	-0,7	1,2	0,1	-0,9
Faturamento real (CNI - %)	-	6,3	-4,8	2,3	-1,4	3,2	-0,7	2,6	0,8	-0,6
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,2	-2,4	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,7	-0,2
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-0,1	1,1	0,3	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0	0,1
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-1,0	0,9	0,8	0,2	0,9	1,8	-0,7	0,4	-0,1
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	2,7	-1,0	0,8	1,7	-1,6	2,4	0,0	1,1	0,0
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,7	-0,4	0,4	0,3	-0,5	0,5	0,5	1,0	-0,5
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	6,8	6,9	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,1	0,1	0,0	0,3	0,4	0,6	0,1	0,2	0,6
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	2,2	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.919	29.044	30.255	30.455	27.723	23.429	26.704	28.786	27.886	29.682
Importações	23.279	22.333	21.851	21.886	20.492	18.225	20.512	19.463	19.097	20.501
Saldo	7.640	6.711	8.404	8.568	7.230	5.204	6.192	9.323	8.789	9.181

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	0,41	24,44	1.412,00
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080	0,87	0,5770	0,5088	0,3175	0,35	24,44	1.412,00
set/24	-	-	-	-	0,83	0,5584	0,5088	-	-	24,44	1.412,00
2024	**0,50**	**4,59**	**4,59**	**6,46**	**7,98**	**5,06**	**4,32**	**2,50**	**3,06**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**0,87**	**7,09**	**7,09**	**10,22**	**11,04**	**6,78**	**5,69**	**3,89**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para setembro projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência ago/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-julho 2024	Janeiro-julho 2023	Var. %	julho 2024	julho 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**505,8**	**454,1**	**11,39**	**71,9**	**64,8**	**10,89**
Imposto de renda pessoa física	45,0	36,6	23,00	5,4	5,2	3,58
Imposto de renda pessoa jurídica	204,1	196,7	3,78	34,1	30,7	11,01
Imposto de renda retido na fonte	256,7	220,8	16,25	32,4	28,9	12,07
Imposto sobre produtos industrializados	43,9	34,5	27,26	6,7	4,9	37,19
Imposto sobre operações financeiras	37,4	34,7	7,81	5,5	5,1	7,65
Imposto de importação	40,1	31,2	28,59	6,7	4,4	52,45
Cide-combustíveis	1,7	0,1	-	0,3	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	234,8	188,3	24,67	35,7	27,9	28,33
CSLL	108,7	101,7	6,90	18,0	16,3	10,59
PIS/Pasep	64,5	52,7	22,42	9,5	7,7	24,05
Outras receitas	492,6	447,4	10,08	76,7	70,7	8,43
Total	**1.529,5**	**1.344,7**	**13,75**	**231,0**	**201,8**	**14,48**
	fev/24 Valor**	**fev/24 Var. %***	**jan/24 Valor****	**jan/24 Var. %***	**fev/23 Valor**	**fev/23 Var. %***
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**
	jun/24 Valor	**jun/24 Var. %***	**mai/24 Valor**	**mai/24 Var. %***	**jun/23 Valor**	**jun/23 Var. %***
INSS	**49,7**	**1,33**	**49,1**	**-2,76**	**45,9**	**-3,85**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação

Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	ago/24	jul/24	2024	2023	12 meses	ago/24	jul/24	dez/23	ago/23
IBGE									
IPCA	-	0,38	2,87	4,62	4,50	-	6.967,89	6.773,27	6.683,28
INPC	-	0,26	2,95	3,71	4,06	-	7.159,57	6.954,74	6.893,93
IPCA-15	0,19	0,30	3,02	4,72	4,35	6.846,50	6.833,52	6.645,93	6.560,89
IPCA-E	-	-	2,52	4,72	4,06	-	-	6.645,93	6.560,89
FGV									
IGP-DI	-	0,83	1,95	-3,30	4,16	-	1.127,10	1.105,54	1.082,59
Núcleo do IPC-DI	-	0,32	2,30	3,48	3,75	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,93	1,43	-5,92	4,10	-	1.312,82	1.294,35	1.262,45
IPA-Agro	-	0,72	2,17	-11,34	4,04	-	1.824,08	1.785,32	1.743,47
IPA-Ind.	-	1,01	1,15	-3,77	4,12	-	1.107,16	1.094,53	1.067,07
IPC-DI	-	0,54	3,01	3,55	4,12	-	755,73	733,67	724,28
INCC-DI	-	0,72	3,55	3,49	4,67	-	1.126,92	1.088,31	1.078,41
IGP-M	0,29	0,61	2,00	-3,18	4,26	1.146,58	1.143,31	1.124,07	1.099,71
IPA-M	0,29	0,68	1,45	-5,60	4,20	1.353,52	1.349,62	1.334,20	1.298,95
IPC-M	0,09	0,30	3,05	3,40	4,19	738,33	737,65	716,46	708,64
INCC-M	0,64	0,69	4,00	3,32	4,84	1.129,64	1.122,45	1.086,15	1.077,50
IGP-10	0,72	0,45	2,36	-3,56	4,26	1.170,28	1.161,97	1.143,35	1.122,49
IPA-10	0,84	0,49	1,90	-6,02	4,21	1.392,81	1.381,26	1.366,78	1.336,50
IPC-10	0,33	0,24	3,31	3,43	4,23	744,76	742,33	720,87	714,51
INCC-10	0,59	0,54	3,88	3,04	4,64	1.111,71	1.105,16	1.070,21	1.062,42
FIPE									
IPC	-	0,06	1,93	3,15	3,17	-	688,31	675,27	665,86

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 2ª prévia ago/24 0,45% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana ago/24 0,17%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2024

		No prazo legal		
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024	Valor da declaração	-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	+
4ª	30/08/2024		2,70%	Campo 8
5ª	30/09/2024		3,56%	
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	jul/24 Valor	jul/24 % do PIB	jun/24 Valor	jun/24 % do PIB	jul/23 Valor	jul/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.962,6**	**61,90**	**6.946,2**	**62,18**	**6.186,2**	**58,53**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-45,5	-0,40	-12,8	-0,11	2,3	0,02
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-964,9	-8,58	-912,6	-8,17	-661,7	-6,26
Dívida fiscal líquida	**7.973,1**	**70,89**	**7.871,6**	**70,46**	**6.845,5**	**64,77**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.795,8	69,31	7.706,3	68,98	6.838,3	64,70
Dívida externa líquida	-833,2	-7,41	-760,1	-6,80	-652,1	-6,17
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.980,4	53,17	5.954,1	53,30	5.256,5	49,74
Governos Estaduais	872,4	7,76	872,3	7,81	823,9	7,80
Governos Municipais	70,1	0,62	64,4	0,58	45,1	0,43
Empresas Estatais	39,7	0,35	55,4	0,50	60,7	0,57
Necessidades de financiamento do setor público — Fluxos acumulados em 12 meses	**jul/24 Valor**	**jul/24 % do PIB**	**jun/24 Valor**	**jun/24 % do PIB**	**jul/23 Valor**	**jul/23 % do PIB**
Total nominal	**1.127,5**	**10,02**	**1.108,0**	**9,92**	**721,8**	**6,83**
Governo Federal**	867,8	7,72	875,9	7,84	590,1	5,58
Banco Central	169,3	1,51	149,3	1,34	46,6	0,44
Governo regional	77,9	0,69	72,6	0,65	79,1	0,75
Total primário	**257,7**	**2,29**	**272,2**	**2,44**	**80,5**	**0,76**
Governo Federal	-50,7	-0,45	-47,2	-0,42	-189,4	-1,79
Banco Central	0,9	0,01	0,6	0,01	0,4	0,00
Governo regional	-18,8	-0,17	-25,6	-0,23	-13,7	-0,13

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de junho*

Discriminação	Janeiro-junho 2024	Janeiro-junho 2023	Var. %	junho 2024	junho 2023	Var. %
Receita total	**1.320,2**	**1.216,9**	**8,49**	**203,0**	**187,7**	**8,16**
Receita Adm. Pela RFB**	854,4	768,9	11,12	128,1	116,6	9,84
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	302,5	289,1	4,65	49,7	47,9	3,88
Receitas Não Adm. Pela RFB	163,4	159,0	2,77	25,2	23,2	8,55
Transferências a Estados e Municípios	**259,3**	**239,2**	**8,41**	**42,5**	**36,0**	**18,11**
Receita líquida total	**1.060,9**	**977,7**	**8,51**	**160,5**	**151,7**	**5,80**
Despesa Total	**1.128,8**	**1.021,5**	**10,50**	**199,3**	**198,7**	**0,33**
Benefícios Precidenciários	501,9	461,9	8,66	94,6	101,8	-7,00
Pessoal e Encargos Sociais	174,7	171,5	1,89	28,9	28,2	2,62
Outras Despesas Obrigatórias	192,3	158,5	21,38	26,1	24,7	5,96
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	259,8	229,6	13,13	49,6	44,1	12,66
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**-67,8**	**-43,8**	**55,02**	**-38,8**	**-47,0**	**-17,32**
Discriminação	**jun/24 Valor**	**jun/24 Var. %**	**mai/24 Valor**	**mai/24 Var. %**	**jun/23 Valor**	**jun/23 Var. %**
Ajustes metodológicos	-0,4	450,94	-0,1	-51,94	-0,2	-
Discrepância estatística	-1,0	-	0,1	-	-1,3	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-40,2**	**-34,02**	**-60,9**	**-**	**-48,4**	**7,71**
Juros Noninimais	**-86,4**	**29,56**	**-66,7**	**-3,99**	**-34,7**	**-44,21**
Result. Nominal do Gov. Central	**-126,6**	**-0,79**	**-127,6**	**110,45**	**-83,2**	**-22,42**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

INÊS 249

Eleições Candidato do Republicanos em BH tem apoio dos adversários Alexandre Kalil e Romeu Zema

Em sabatina do 'Valor', 'O Globo' e CBN, Tramonte diz que não vai 'polarizar jamais'

Ívina Garcia
De São Paulo

Apoiado por dois adversários políticos, o governador Romeu Zema (Novo) e o ex-prefeito Alexandre Kalil (PSD), o apresentador de TV e deputado estadual Mauro Tramonte (Republicanos), que concorre à Prefeitura de Belo Horizonte, coloca-se como um candidato de centro e afirma não se preocupar com a polarização.

Na eleição de 2022, quando concorreu para a Assembleia Legislativa do Estado, ele recebeu quase 400 mil votos a menos do que na eleição de 2018 — ano em que foi o deputado mais votado. Uma das explicações para a queda foi o fato de não ter assumido lado na corrida presidencial, que tinha Lula (PT) e Jair Bolsonaro (PL) como concorrentes.

"Perdi muito voto porque não polarizei", reconheceu, na segunda-feira (2), em sabatina promovida pelo **Valor**, "O Globo" e rádio CBN. Ainda assim, garante que não irá mudar de posição.

"Sei que os candidatos estão trazendo seus padrinhos, mas também temos aqui pessoas que são poderosas em votos. Polarizar, eu não vou polarizar jamais", reforçou o candidato, que lidera as pesquisas de intenção de voto na capital mineira com 30%, conforme o último levantamento da Quaest, divulgado em 28 de agosto.

Os padrinhos do candidato fazem parte de espectros contrários da política. Zema é aliado de Jair Bolsonaro (PL), enquanto Kalil recebeu apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na eleição de 2022 para o governo, a qual perdeu para Zema.

Questionado sobre como conciliar essa participação em um possível governo, o candidato respondeu que nenhum dos dois pediu cargo em troca do apoio e que não pretende unir os dois adversários porque isso seria "impossível".

"Trouxemos o Kalil pelo peso político que ele tem. Saiu com mais de 70% de aprovação da prefeitura. Apresentamos o plano e ele abraçou", disse. "Da mesma forma o Zema. Experiente, tem um bom governo e ao ser apresentado ao nosso plano de governo ele abraçou. Estamos trazendo o apoio. Para melhorar Belo Horizonte temos que trazer pessoas que querem melhorar Belo Horizonte."

Apesar das alianças, o candidato afirmou que, se eleito, autonomia será sua prioridade. "Se eu estiver na prefeitura, quem manda sou eu. Os partidos podem fazer indicações, mas isso não quer dizer que não vamos conversar com outros partidos e receber indicações de pessoas para os cargos técnicos", declarou.

Tramonte, no entanto, tem como vice na chapa para a prefeitura uma indicação de Zema: Luisa Barreto (Novo).

As sabatinas do **Valor**, "O Globo" e CBN serão realizadas com os cinco melhores colocados nas pesquisas de intenção de voto. Mauro Tramonte foi o primeiro participante. Nesta terça-feira (3), o entrevistado será o prefeito e candidato à reeleição, Fuad Noman (PSD). Amanhã será a vez do deputado Bruno Engler (PL); na quinta-feira, a deputada federal Duda Salabert (PDT); e na sexta-feira, o senador Carlos Viana (Podemos).

Todas as entrevistas terão início às 10h30, com duração aproximada de uma hora, e transmissão ao vivo pela rádio e nos sites e redes sociais dos três veículos.

As duas semanas seguintes serão dedicadas às disputas das prefeituras do Rio e de São Paulo. Dos dias 9 a 13 de setembro, de segunda a sexta-feira, serão ouvidos os cinco primeiros colocados para a disputa carioca, de acordo com a pesquisa Datafolha ou Quaest mais recente. A partir do dia 16 de setembro, os veículos entrevistam os cinco primeiros colocados na disputa à Prefeitura de São Paulo.

Em Belo Horizonte, as sabatinas estão sendo conduzidas pelas colunistas Bela Megale e Renata Agostini, de "O Globo" e da CBN, pela âncora da rádio Shirley Souza e pela jornalista Cibelle Bouças, repórter do **Valor**.

Questionado sobre temas sensíveis, como o aborto legal, Tramonte respondeu que "o assunto é muito delicado e muito discutido", mas, se eleito, cumprirá a lei em Belo Horizonte. A legislação brasileira permite o aborto nos casos de risco à vida da gestante, anencefalia do feto ou estupro.

"Tudo o que for proteção à mulher eu vou defender, e o que for lei eu vou fazer, independentemente se alguém for aprovar ou não. A gente tem que cumprir a lei. Não é só questão de lei, é de humanidade", ele afirmou.

Belo Horizonte tem cinco centros de referência onde é possível realizar o aborto legal. Em 2023, a Câmara Municipal aprovou uma lei que obrigaria os hospitais a publicarem relatórios sobre os procedimentos realizados e a enviar esses documentos à Secretaria de Saúde. O atual prefeito, Fuad Noman, vetou esse trecho, mas o veto foi derrubado e o assunto judicializado.

A capital mineira também foi uma das primeiras cidades a construir centros de apoio para pessoas LGBTQIAPN+. Questionado se, eleito, continuará com as políticas públicas para esse grupo, o candidato destacou que governará para todos os cidadãos, com um aceno direto aos evangélicos. "Vamos continuar com o movimento LGBTQIA+, mas também voltaremos com a Marcha para Jesus", afirmou.

RAMON BITTENCOURT/DIVULGAÇÃO

Tramonte: "Se eu estiver na prefeitura, quem manda sou eu. Os partidos podem fazer indicações, mas isso não quer dizer que não vamos conversar com outros"

Quanto à gestão municipal, o candidato do Republicanos destacou a necessidade de "cortar desperdícios". Tramonte criticou o aumento do número de cargos no gabinete do prefeito, passando de 86, na gestão de Kalil, para mais de 300 atualmente, no governo de Fuad Noman, seu concorrente nas eleições. "Nós vamos começar cortando o desperdício para ter uma saúde financeira boa", disse, sem detalhar o que poderia, de fato, ser cortado.

Sobre o transporte público, Tramonte propõe a reavaliação de contratos com as concessionárias da capital. "Nós vamos rever tudo isso, montando uma equipe técnica e jurídica para avaliar os contratos", disse. Já em relação ao trânsito, o candidato respondeu que, "apesar de caótico", não pretende restringir a circulação de carros e caminhões na cidade, nem criar mais viadutos.

"Penso em gerenciar o trânsito a partir de inteligência artificial [nos semáforos]. Nós temos mais de 500 radares instalados em Belo Horizonte, que poderiam usar esse dinheiro para colocar em inteligência de trânsito, porque não existe outra justificativa para isso [radares] a não ser por arrecadação", afirmou o candidato.

Tramonte, além de deputado estadual desde 2018, é apresentador licenciado do programa "Balanço Geral" Minas Gerais, da Record TV. Ele lidera a disputa eleitoral na capital mineira, conforme a última pesquisa Quaest, com 30% das intenções de voto. Em segundo lugar, o candidato Bruno Engler (PL) e a deputada Duda Salabert (PDT) aparecem empatados com 12%. Em seguida estão Fuad Noman (PSD) com 9%, Carlos Viana (Podemos), com 8% e Rogério Correia (PT), com 6%.

Veja o que é #Fato ou #Fake no site
https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2024/noticia/2024/09/02/veja-o-que-e-fato-ou-fake-na-sabatina-de-mauro-tramonte-para-o-globo-valor-e-cbn.ghtml

Eleições Postulante do União Brasil à prefeitura carioca teria chutado o rosto do candidato a vereador do PT, Leonel Quirino

Polícia do Rio apura suposta agressão de Amorim a petista

Camila Zarur
Do Rio

A Polícia Civil do Rio investiga suposta agressão cometida pelo deputado estadual Rodrigo Amorim (União Brasil), postulante a prefeito da cidade, contra o candidato a vereador do PT Leonel Quirino. O caso teria ocorrido no domingo (1º) na Praça Varnhagen, na Tijuca, Zona Norte do Rio.

Quirino, que usa como nome de urna Leonel de Esquerda, afirma que foi agredido por Amorim e recebeu um chute na cara desferido pelo postulante ao Palácio da Cidade. O candidato a vereador foi levado ao Hospital Glória D'Or, na Zona Sul, onde segue internado na unidade de tratamento intensivo.

De acordo com o hospital, Quirino chegou lúcido à emergência e o resultado das tomografias realizadas não apresentaram alterações agudas, apenas uma fratura nasal. No entanto, como ele apresentou desorientação, foi levado à UTI para ficar sob observação.

Pelas redes sociais, a equipe de Quirino compartilhou um vídeo da suposta agressão. Nas imagens, o petista provoca Amorim e o filma. Os dois, então, batem boca e é possível ver o candidato a vereador sendo empurrado. Depois, ele cai no chão. "Confrontado, o agressor derrubou o telefone e, covardemente, deu um chute no rosto de Leonel, deixando-o inconsciente e com fraturas", diz o vídeo. O momento em que Quirino teria sido chutado no rosto não é mostrado.

Amorim negou ter agredido o petista e afirmou, via nota, que agiu em legítima defesa: "Ao ser assediado por Leonel, Amorim agiu em defesa própria, tentando afastar o celular do 'youtuber' de seu rosto. O 'youtuber' caiu durante a confusão e o deputado reagiu pedindo para todos os envolvidos se afastarem a fim de acabar com o tumulto", disse. A Polícia Civil informou que a delegacia da Tijuca faz diligências para esclarecer os fatos.

Na segunda-feira (2), o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), visitou Quirino no hospital. Candidato à reeleição, Paes repudiou o episódio: "A mensagem que eu quero passar aqui é demonstrar que a violência política não leva ninguém a lugar nenhum." Paes prosseguiu: "Violência política é algo inaceitável, intolerável. [É] inaceitável que a gente passe do ponto de debate e parta para a violência. Espero que as consequências para aqueles que cometem esse tipo de violência política sejam mais duras", afirmou.

Amorim entrou com um pedido às polícias Militar e Civil para ter escolta para ele e sua família. O candidato também solicitou que ele tenha um colete à prova de balas. O bolsonarista disse que sofre perseguições de Quirino. "É inegável que me encontro em uma situação de risco, diante das perseguições feitas pelo senhor Leonel de Esquerda, bem como das ameaças recebidas após o episódio narrado. Desta forma, solicito proteção policial para mim e para a minha família, bem como o acautelamento de um colete balístico."

Nove partidos assinaram carta em repúdio ao ocorrido. Encabeçado pelo PT, o documento foi endossado pelo PCdoB, PV, PSB, PSD, MDB, Cidadania, Psol e PT. No texto, as siglas afirmam que vão entrar com pedido de impugnação contra Amorim pela suposta agressão. "Por tais razões, serão tomadas as medidas necessárias para representar junto às autoridades, tanto no âmbito eleitoral como criminal, buscando a punição exemplar que se espera para uma situação tão covarde e reprovável", diz a carta.

BEATRIZ ORLE/O GLOBO — 18/10/2023
Amorim: candidato do União Brasil nega agressão e alega legítima defesa

Presidente nacional do PRTB recebe ordem de despejo

Caetano Tonet
De Brasília

O presidente do PRTB, Leonardo Alves de Araújo, conhecido como Leonardo Avalanche, recebeu uma ordem despejo da mansão que aluga em Goiânia, capital de Goiás, por falta de pagamento. A decisão da Justiça local dá 15 dias para Avalanche e sua esposa deixarem o local e autoriza o uso da força das autoridades competentes caso o casal não desocupe o imóvel dentro do prazo.

Avalanche e a mulher, Ana Cláudia Ferreira de Farias, não pagam o aluguel, no valor R$ 35 mil, desde março e se recusam a deixar o local. A dívida com os proprietários é de R$ 175 mil.

Proferida no sábado (31 de agosto), a decisão é do juiz Marcelo Pereira Amorim, da 21ª Vara Cível de Goiânia. Avalanche e Ana Cláudia ainda podem recorrer da sentença.

Procurado, o presidente do PRTB não retornou os contatos. Avalanche e é o principal apoiador da candidatura do influenciador digital Pablo Marçal à Prefeitura de São Paulo.

Em agosto, o jornal "Folha de S.Paulo" revelou áudios de Avalanche em que o presidente do PRTB diz ter conexões com a facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). Questionado sobre o tema em sabatina na GloboNews, Marçal classificou o episódio como "constrangedor" e disse que, se tivesse o poder, afastaria o presidente da sigla.

Apesar disso, o candidato disse na mesma entrevista que a presunção de inocência deve ser aplicada a todas as pessoas. E lembrou que Avalanche havia dito ao jornal que não se reconhecia na voz reproduzida no áudio.

Avalanche também é alvo de uma ação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que pede a nulidade de todos os seus atos à frente do PRTB. A solicitação foi feita por Aldinea Rodrigues Fidelix da Cruz, viúva de Levy Fidelix, fundador do partido. Ela alega que Avalanche descumpriu um acordo firmado com integrantes da legenda na Convenção Extraordinária Nacional do PRTB realizada após a intervenção da Corte Eleitoral no partido.

Eleições Campanhas de Boulos, Nunes, Datena e Tabata avaliam a melhor forma para responder aos ataques e às provocações de Marçal

Candidatos em SP rediscutem estratégia após debate agressivo

Cristiane Agostine, Lilian Venturini e Gabriela Guido*
De São Paulo

As campanhas dos candidatos à Prefeitura de São Paulo mais bem posicionados nas pesquisas rediscutem a estratégia para enfrentar os ataques e baixarias promovidos pelo "influencer" e candidato Pablo Marçal (PRTB), depois de mais um debate marcado pela agressividade.

A avaliação de integrantes das campanhas do deputado Guilherme Boulos (Psol), do prefeito Ricardo Nunes (MDB), do apresentador José Luiz Datena (PSDB) e da deputada Tabata Amaral (PSB) após o debate da TV Gazeta e do canal My News, no domingo, é que esse tipo de encontro, mesmo com regras mais rígidas, continua sendo marcado pelas provocações feitas por Marçal e pela falta de decoro do candidato do PRTB — que prometeu que "não vai arregar" e nem vai ter "nível de nobreza". As campanhas ainda avaliam a melhor forma para responder aos ataques e não "cair" na estratégia de Marçal, como aconteceu com Datena, no domingo, que deixou o púlpito e enfrentou cara a cara o adversário, no momento mais tenso do encontro. Mesmo depois do fim do debate, integrantes das campanhas do PSDB e do PRTB se enfrentaram com xingamentos e tiveram que ser separados por seguranças. No debate organizado pelo jornal "O Estado de S. Paulo", Terra e Faap, Boulos foi quem caiu na provocação, depois que o "influencer" o xingou, o acusou sem provas de ser usuário de drogas e mostrou uma carteira de trabalho.

Nos dois casos, o candidato do PRTB usou a reação dos adversários para se promover nas redes sociais e tentar passar a ideia de que é atacado por ser "antissistema".

Nas campanhas de Boulos, Nunes e Datena, há uma preocupação sobre o nível de agressividade do debate neste momento, que deve piorar com a proximidade do primeiro turno. Em meio a indefinições sobre como reagir a Marçal, parte dos candidatos decidiu não participar do debate que seria realizado na quinta-feira (5) pela Jovem Pan e o evento foi cancelado.

Ao avaliar sua reação contra Marçal, Datena disse na segunda-feira que 'perdeu a cabeça" e pediu desculpas aos eleitores, mas reclamou da postura do adversário.

"Um cara gerando confusão, gerando violência, acabando com proposta de todo mundo, fazendo piadinha, gozando a cara das pessoas, ninguém tem sangue de barata para aguentar isso. Esse cara tem que ser parado, mas pelas leis do debate", disse Datena, depois de fazer uma atividade de campanha na Penha, na zona leste da cidade. "[No debate] tinha uma série de regras e a maioria delas não foi respeitada. Eu peço desculpas até porque perdi a cabeça num determinado momento, mas ninguém aguenta ficar sendo xingado a todo intervalo, ou mesmo quando outro candidato está falando."

O prefeito reagiu aos acenos feitos pelo candidato do PRTB a seus apoiadores e demitiu um integrante de sua gestão, o subprefeito da Lapa, Luiz Carlos Smith Pepe, depois que o vereador responsável pela indicação de Pepe, Rubinho Nunes (União Brasil), declarou publicamente apoio a Marçal. O União Brasil é um dos 12 partidos da chapa de Nunes e Rubinho Nunes integrava a base aliada na Câmara Municipal.

Questionado sobre a saída de Pepe, Nunes confirmou que sua decisão está ligada à relação entre o agora ex-subprefeito e Rubinho Nunes, a quem chamou de "traidor". "Se você tem essa contaminação de um traidor, de uma pessoa sem caráter, sem personalidade, que é o Rubinho Nunes, a gente precisa restabelecer as nossas relações com relação à participação dele no governo", afirmou à rádio CBN, durante agenda no bairro do Limão, na zona norte.

Em outra frente contra Marçal, Tabata Amaral, por meio do PSB, ajuizou uma ação que acusa o candidato do PRTB de utilizar dados de compradores dos seus cursos de marketing digital para pedir impulsionamento de seus conteúdos nas redes sociais.

Na representação do PSB, o partido diz que a campanha do PRTB descumpriu a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a legislação eleitoral ao fazer um "envio massivo de e-mails a eleitores após a determinação judicial para desativação dos perfis anteriores do candidato". Segundo a ação, há "fundadas suspeitas" de que os endereços de e-mail utilizados no disparo tenham sido obtidos das atividades comerciais realizadas por Marçal, como a venda de cursos.

Em outra ação recente do PSB contra Marçal, o partido acusou o abuso do poder econômico do candidato e conseguiu garantir a suspensão de perfis nas redes sociais do influenciador. Depois desse bloqueio, o PSB teve acesso a relatos de pessoas que receberam e-mails de cunho eleitoral da campanha de Marçal sem terem disponibilizado tais endereços para esse fim. A ação cita ainda a atuação do candidato em organização criminosa que aplicava golpes bancários, com o envio de e-mail, para apontar suposta familiaridade dele com esse método de disparo de mensagens. Procurada, a campanha de Marçal não se posicionou.

**Estagiária sob supervisão de Fernanda Godoy*

EDILSON DANTAS / O GLOBO

Nunes: prefeito demitiu subprefeito da Lapa indicado pelo vereador Rubinho Nunes, que declarou apoio a Marçal

González pode ser preso; EUA confiscam avião oficial de Maduro

Agências internacionais

A procuradoria-geral da Venezuela pediu ontem a um juiz de primeira instância que emita uma ordem de prisão contra o candidato presidencial da oposição, Edmundo González, informaram ontem sites noticiosos venezuelanos. González, que segundo seu partido teria vencido as eleições presidenciais de 28 de julho, tinha sido intimado três vezes pela Justiça.

A expectativa era a de que a ordem de prisão fosse expedida logo que o pedido do Ministério Público chegasse à Corte Especial Número 01 — especializada em delitos vinculados a terrorismo. O procurador-geral Tarek Saab disse que o tribunal já tinha acatado o pedido para expedir o mandado de prisão, mas não exibiu os documentos correspondentes.

Há dias o paradeiro de González é desconhecido e rumores de que ele buscaria refúgio no exterior ganharam força no fim de semana. A Procuradoria-Geral venezuelana já tinha avisado na semana passada que pediria a emissão do mandado de detenção contra González por "risco de fuga" e de "obstrução da Justiça".

Nos depoimentos aos quais tinha sido intimado — a um tribunal controlado pelo regime chavista —, González seria questionado sobre as denúncias de que o governo de Nicolás Maduro tinha cometido fraude eleitoral. A também investigada e principal líder da oposição venezuelana, María Corina Machado, disse em entrevista à mídia espanhola que "obviamente" González não compareceria a nenhuma dessas audiências.

O ofício da Procuradoria solicita a prisão de González por "usurpação de funções", "falsificação de documentos públicos", "incitação à desobediência civil", "conspiração" e "sabotagem cibernética".

González, um ex-diplomata de 75 anos, assumiu a candidatura dos partidos da oposição unificados em razão da inelegibilidade de Corina. Eles dizem ter conseguido reunir mais de 80% das atas eleitorais da votação — que demonstrariam que a oposição obteve mais de 60% dos votos. Essas atas, que o regime de Maduro diz ser falsas, aparecem em um site que a coligação da oposição pôs na internet.

Maduro, por seu lado não divulgou as atas eleitorais que comprovariam sua vitória na eleição. O Centro Carter, único observador internacional que pôde supervisionar o processo eleitoral, disse que as eleições na Venezuela "não foram limpas nem justas". A alegação de Maduro de que venceu a eleição é contestada pela maior parte dos governos internacionais.

Em uma ocorrência separada, mas indicadora do isolamento internacional de Maduro, os EUA confiscaram ontem o avião oficial do governo da Venezuela, em razão das sanções impostas a Caracas, informou o Departamento de Justiça. A aeronave, um Dassault Falcon de US$ 13 milhões, foi apreendida na República Dominicana e transferida para a Flórida.

REPRODUÇÃO/YOUTUBE

Jato de Maduro confiscado na República Dominicana sob custódia na Flórida

Cenário Ascensão de partidos antiestablishment, como a que se viu na eleição regional alemã, tem causas que vão além da imigração

Falta de confiança em governos alimenta populismo europeu

Bertrand Benoit
Dow Jones Newswires, de Berlim

O populismo antiestablishment está em ascensão na Europa, alimentando não só pela migração e temores com economia e segurança, mas também por uma tendência mais profunda: a corrosão da confiança na capacidade dos governos de superar esses desafios.

Na Alemanha, no domingo, a Alternativa para a Alemanha (AfD), partido de extrema direita, e um novo partido populista de extrema esquerda obtiveram quase metade dos votos no Estado da Turíngia, e juntos também conseguiram mais de 40% na vizinha Saxônia. Na Turíngia, o AfD terminou em primeiro lugar, na primeira vez que um movimento de extrema direita vence uma eleição estadual na Alemanha desde a 2ª Guerra.

Na França, uma eleição legislativa que resultou em um parlamento sem maioria absoluta e deu ao Reunião Nacional, de extrema direita, quase um quarto de todas as cadeiras — um aumento de mais de 50% em relação à última eleição — e ainda não produziu um governo dois meses depois.

Uma série de crises que vão da imigração à inflação e a guerra na Ucrânia, ajudou os populistas a obter vitórias eleitorais na Itália, Holanda, Suécia e Finlândia nos últimos anos. Para alguns pesquisadores e analistas, no entanto, crises não são novidade. O que há de novo é a confiança cada vez menor dos eleitores de que os governos eleitos podem resolver essas crises.

"As crises geralmente são boas para aos governos", diz Manfred Güllner, presidente do grupo de pesquisas Forsa. "Os eleitores se reúnem em torno de uma causa. Isso ocorreu após o 11 de Setembro nos EUA, depois da crise financeira e até mesmo, inicialmente, na pandemia de covid-19. Mas hoje não. As crises se acumulam e o apoio a governos está no fundo do poço.

Em uma pesquisa da Forsa com os eleitores alemães divulgada na semana passada, 54% disseram não confiar em nenhum partido para resolver os problemas do país. Apenas 16% disseram confiar no governo. Outra pesquisa com eleitores na França, Alemanha, Itália e Polônia, divulgada este ano pela Universidade Sciences Po de Paris, 60% disseram não confiar nas instituições políticas. A mesma proporção disse que a democracia não está funcionando.

Para Güllner, a ascensão de partidos populistas é a ponta de um iceberg de descontentamento, cuja parte submersa é a abstenção. Na Saxônia e na Turíngia, o não comparecimento aumentou em 26% e 56%, respectivamente, desde a primeira eleição pós-reunificação em 1990, afirma.

O processo se perpetua. À medida que eleitores perdem a confiança nos governos, eles se voltam para populistas e punem partidos do establishment, resultando em parlamentos fragmentados. Isso gera coalizões pouco viáveis, com problemas para governar.

> "Crises se acumulam rápido como as camadas de um bolo"
> *Herfried Münkler*

Mesmo na França, onde um sistema eleitoral de dois turnos por muito tempo assegurou maiorias estáveis, a fragmentação política é tamanha que as duas últimas eleições parlamentares resultaram em parlamentos sem maioria absoluta. A mais recente delas, em julho, ainda não produziu um governo.

A perda de confiança também é palpável na Alemanha, cuja economia mal cresceu desde 2019 e onde anos de investimentos insuficientes alimentaram um sentimento geral de que nada mais funciona — da polícia aos trens, os militares, a justiça e a educação.

Depois que um refugiado sírio matou três na Alemanha em 23 de agosto em um atentado terrorista reivindicado pelo Estado Islâmico, autoridades disseram que o autor deveria ter sido deportado dois anos antes, mas isso não aconteceu. As autoridades tentaram deportá-lo em junho do ano passado, mas não conseguiram encontrá-lo. Elas não tentaram novamente, segundo o governo regional.

"O premiê está perdendo o controle de seu país", disse Friedrich Merz, líder do CDU, partido conservador de oposição.

Para Thomas Biebricher, um cientista político e escritor sobre o conservadorismo, o comentário de Merz "eleva o nível... Ele cria expectativas que dificilmente serão atendidas uma vez que você estiver no governo".

Herfried Münkler, um dos principais cientistas políticos da Alemanha, acredita que a falta de confiança no governo é em parte produto da estridente retórica populista, cujo alarmismo cria uma sensação de urgência que nenhum governo pode superar.

Ao mesmo tempo, "as crises se acumulam como camadas de um bolo mais rapidamente do que podem ser resolvidas", diz ele, fazendo uma analogia com os anos 20 na Europa. "Os governos estão sobrecarregados. Eles estão lutando para convencer pessoas de que embora os problemas sejam reais, eles podem ser resolvidos."

Há razões concretas pelas quais os governos podem se sentir menos eficientes hoje. Na França, Itália e Reino Unido, o elevado endividamento público está restringindo as opções políticas dos governos. Quando a então recém-nomeada premiê britânica, Liz Truss, anunciou planos de grandes cortes de impostos não financiados em 2022, investidores preocupados provocaram uma corrida aos títulos do governo britânico, a libra caiu para um patamar recorde em relação ao dólar e ela renunciou após seis semanas no cargo.

Em toda a Europa, uma população que envelhece rapidamente aumentou a demanda por tratamentos médicos. Isso levou a períodos de espera mais longos para tratamentos, por exemplo, aumentando o descontentamento.

Os Estados democráticos, pesados por natureza, com seus emaranhados de leis e freios e contrapesos, podem ser lentos na reação a crises. Essa fraqueza inerente tem sido alvo de ataques populistas.

Em alguns casos, dizem analistas, os problemas que os governos enfrentam são tão custosos e complexos de resolver que os políticos acabam fingindo que não existem.

Greve e protestos paralisam maior parte de Israel

Agências internacionais

Uma greve geral paralisou grande parte de Israel ontem, no maior protesto contra o governo de Benjamin Netanyahu em resposta às mortes de seis reféns na Faixa de Gaza no fim de semana. A greve também foi uma representação da profunda divisão política no país — intensificada pelo ataque do Hamas em 7 de outubro.

Milhares de israelenses também foram às ruas pelo segundo dia para bloquear as principais estradas. A Histadrut, a maior central sindical do país, convocou a greve geral em uma tentativa de pressionar Netanyahu a concordar com um acordo para o retorno dos últimos 101 reféns mantidos em Gaza.

A greve levou o Aeroporto Internacional Ben Gurion a suspender voos, universidades, shoppings e muitos escritórios ficaram fechados, assim como repartições públicas. As escolas só abriram por algumas horas pela manhã.

A paralisação havia terminado em grande parte no fim da tarde de ontem, depois que o governo pediu à Suprema Corte uma liminar ordenando o fim da greve por seu caráter "político".

OHAD ZWIGENBERG/AP

Paralisação levou o Aeroporto Internacional Ben Gurion a suspender voos

O movimento se mostrou desigual em todo o país, um sinal da divisão da opinião pública em relação ao governo de Netanyahu. Jerusalém e outros municípios considerados favoráveis ao governo permaneceram abertos, enquanto outros, especialmente Tel Aviv, fecharam. O transporte público também continuou funcionando apesar da forte pressão dos sindicatos.

Os protestos de ontem vieram na sequência de uma noite de manifestações em massa em Tel Aviv e outras cidades, as maiores desde o início da guerra de Gaza.

Netanyahu porém manteve sua postura em um discurso ontem à noite, dizendo que não recuará em sua decisão de que as tropas israelenses deven permanecer ao longo da fronteira entre Gaza e o Egito para evitar futuras guerras com o Hamas. Essa demanda paralisou as negociações para um acordo para a libertação de muitos dos reféns restantes em troca de um cessar-fogo em Gaza. "Não vou me render a essa pressão. Nossa nação não vai se render a essa pressão. Estou dizendo [ao líder do Hamas Yahya] Sinwar, esqueça. Isso não vai acontecer", afirmou Netanyahu.

Uma pesquisa divulgada ontem pelo Instituto de Política do Povo Judaico, sediado em Jerusalém, mostrou que 49% dos judeus entrevistados apoiavam a posição de Netanyahu, mesmo que isso impossibilite um acordo para libertar os reféns restantes.

Elon Musk é um míssil geopolítico descontrolado

Análise

Gideon Rachman
Financial Times

Grandes empresas e bilionários costumam ficar longe de controvérsias políticas. Se exercem o poder, preferem fazê-lo nas sombras. Elon Musk é diferente.

Nas últimas semanas, ele manifestou seu apoio a Donald Trump e fez uma entrevista em tom amigável com o ex-presidente dos EUA no X — sua plataforma de relacionamento social on-line. Também está envolvido em uma briga com o Supremo Tribunal Federal do Brasil, que na semana passada suspendeu o X. Recentemente, ele afirmou que uma guerra civil no Reino Unido é inevitável e ainda reagiu à prisão de Pavel Durov na França: "POV [ponto de vista]: É 2030 na Europa e você está sendo executado por curtir um meme".

Ser dono do X deu a Musk um gigantesco megafone para transmitir seus pontos de vista. Mas, dar atenção à plataforma social de Musk obscurece a real extensão e a fonte de seu poder geopolítico.

É o controle da SpaceX, da Starlink e da Tesla que tem dado a Musk um papel central na guerra na Ucrânia e na crescente rivalidade entre EUA e China; assim como uma participação coadjuvante na guerra na Faixa de Gaza.

Nesses conflitos, o papel de Musk é mais ambíguo do que nas guerras culturais do Ocidente. Suas intervenções imprevisíveis — combinadas com seu imenso poder tecnológico e financeiro — fazem dele um míssil geopolítico descontrolado, cujos caprichos são capazes dar novas formas a assuntos mundiais.

Quando a Rússia lançou sua invasão à Ucrânia em 2022, um de seus primeiros objetivos foi derrubar o acesso à internet no país. Ao fornecer à Ucrânia acesso à Starlink, o serviço de internet via satélite de Musk, ele manteve as Forças Armadas do país na luta durante um momento que foi crucial.

Tempos depois, porém, Musk optou por restringir o acesso ucraniano à Starlink — para impedir quaisquer tentativas de ataque às forças russas na Crimeia. Musk justificou-se mencionando o risco de uma terceira guerra mundial. A atitude — somada à promoção por Musk de um plano de paz que incorporava algumas exigências russas — o tornou bem menos popular em Kiev. A forma como ele via riscos de uma terceira guerra mundial, contudo, não era muito diferente à do governo de Joe Biden.

A questão na qual Musk e o governo dos EUA realmente divergem é a China. A abertura de uma imensa fábrica da Tesla em Xangai em 2019 é vista em Washington como um grande revés ao objetivo americano de continuar à frente da China em tecnologias-chave do futuro. A China agora é o maior produtor mundial de veículos elétricos (VEs) e autoridades americanas acreditam que as montadoras chinesas aprenderam — e, também, roubaram — da Tesla.

O governo Biden tenta persuadir as empresas de tecnologia dos EUA a se diversificarem fora da China e ficou animado no início de 2024 quando Musk programou uma visita à Índia, com a ideia de abrir uma fábrica da Tesla no país. Mas Musk cancelou a visita e apareceu em Pequim. Na China, ele anunciou a intensificação das relações com o país. A fábrica de Xangai agora produz mais da metade dos Teslas fabricados no mundo.

Membros do governo americano observam que o apoio de Musk à liberdade de expressão — e sua disposição para insultar líderes mundiais — não se aplica à China. O X está banido na China há tempos, mas Musk é meticulosamente respeitoso com Xi Jinping, o líder ditatorial da China.

Outro líder estrangeiro que parece ter entendido como lidar com Musk é Benjamin Netanyahu, de Israel. Musk já fora acusado de promover teorias conspiratórias antissemitas no X. No entanto, o que realmente alarmou o governo de Israel foi a proposta de Musk de fornecer os serviços da Starlink a organizações de ajuda humanitária na Faixa de Gaza — o que, segundo os israelenses, ajudaria o Hamas. Após uma visita ao país em 2023, Musk concordou que só operaria a Starlink na Faixa de Gaza com a aprovação de Israel.

> A impunidade nas plataformas on-line está chegando ao fim no mundo democrático

O governo Biden sente inquietação com muitas das atividades de Musk. Mas as empresas dele têm capacidades tecnológicas que nem o governo dos EUA tem. Para manter a Ucrânia conectada, quando Musk hesitou, o Pentágono precisou contratar a Starlink. Quando a Nasa quer transportar astronautas para a Estação Espacial Internacional ou trazê-los de volta, é a SpaceX que faz isso acontecer.

Se Musk costuma falar e agir como se fosse mais poderoso do que qualquer governo, é possível que seja assim porque, em certos aspectos, isso é verdade.

Mas os governos mantêm um poder-chave que ainda escapa a Musk: a capacidade de fazer e aplicar a lei. Tanto o confronto entre o Brasil e o X quanto a prisão de Durov na França são sinais de que a era da impunidade nas plataformas on-line está chegando ao fim no mundo democrático.

Há cada vez mais chances de as empresas do setor serem reguladas de forma similar aos meios de comunicação tradicionais, e isso tem implicações de alto custo.

O X está repleto de teorias da conspiração — algumas delas promovidas pelo próprio Musk. Apesar de toda sua riqueza e inegável brilhantismo como engenheiro e empreendedor, Musk continuará estando sujeito à lei dos países nos quais opera. O fato de estar percebendo isso cada vez mais pode explicar a crescente fúria de seus ataques verbais fulminantes contra o Brasil, o Reino Unido, a União Europeia e o Estado da Califórnia — e contra qualquer outro que ouse ficar em seu caminho.

ECONÔMICO
Valor

É preciso bem mais que gastos para enfrentar crime organizado

Os crescentes gastos dos Estados com segurança pública impressionam, mas nem sempre são uma resposta eficiente e bem-sucedida dos governos à altura da preocupação da população com o assunto. Levantamento feito pelo **Valor** (30/8) com base nos relatórios resumidos de execução orçamentária mostra que o gasto consolidado com segurança pública dos 26 Estados e Distrito Federal no primeiro semestre somou R$ 55,76 bilhões, 14,2% a mais em termos reais do que no mesmo período de 2018, e acima dos 9% de incremento das despesas totais. Em relação ao mesmo período de 2023, cresceram 4%, descontada a inflação.

A segurança pública foi o quarto foco de despesa que mais cresceu nos Estados nesse período. Somente aumentaram mais os gastos com saúde, educação e assistência social. Os dois primeiros têm vinculação obrigatória com a receita orçamentária, mas, juntamente a assistência social, cresceram ainda mais em consequência da demanda extraordinária criada pela pandemia.

Os gastos com segurança pública têm participação expressiva de 9,1% da receita total dos Estados, apenas inferior aos 16,7% da Previdência Social, dos 15,1% da Educação e dos 13% da saúde.

Em 15 dos 26 Estados mais o Distrito Federal, as despesas com segurança pública ficaram acima da média de 9,1% das receitas. O Estado que mais gasta nessa base de comparação é o Rio de Janeiro, com 15,1% das receitas, seguido de Rondônia, com 14,1%, Alagoas, com 13%, Rio Grande do Norte, com 12,1%, e Amapá, com 12%. Na outra ponta estão São Paulo, com 4,7% das receitas, Santa Catarina, com 7,2%, Piauí, com 7,3%, Pernambuco, com 7,4%, Maranhão e Mato Grosso do Sul, com 7,8% cada um.

Gastar mais não significa ser bem-sucedido no combate ao crime. Apesar de ser o Estado que mais gasta em segurança, o Rio de Janeiro está entre os mais inseguros do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, segundo o indicador de quantidade de mortes violentas por 100 mil habitantes. De acordo com o anuário, o Estado do Rio teve 28,5 mortes violentas por 100 mil habitantes em 2023, acima da média nacional de 23.

O mesmo raciocínio vale para os demais. Rondônia tem o índice de 29,9 mortes violentas para 100 mil habitantes; Alagoas, 38,5, Rio Grande do Norte, 31,6. O Amapá é o Estado brasileiro mais violento, com 69,9 mortes por 100 mil habitantes, e nele fica o município mais violento do país, Santana, região de porto, rota internacional de drogas.

Já entre os que menos investem em segurança em relação às receitas estão Estados com menor violência pelo critério do Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo marcou no anuário 7,8 mortes violentas por 100 mil habitantes. Santa Catarina registrou 8,9 mortes por 100 mil habitantes.

As estatísticas de mortes violentas, porém, não são o único indicador de insegurança da população. Pesquisas de opinião pública recolhem relatos de temor com crimes como assalto violento nas ruas ou em casa, roubo de celular, violência de gênero e racial, e até contato agressivo dos próprios policiais, que ganham espaço nas redes sociais, tornando a segurança um dos principais temas dos debates políticos nas eleições municipais deste ano.

Os governadores são favoráveis a uma maior participação do governo federal na segurança, em especial nas questões mais complexas como o combate ao crime organizado. Aguardam a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do ministro da Justiça e Segurança, Ricardo Lewandowski, apresentado ao presidente Lula no início de agosto e que ainda não veio à luz, provavelmente aguardando uma costura política bem feita e um espaço na agenda do Congresso em ano eleitoral.

O principal foco da segurança pública deveria ser o crime organizado, já ramificado em todo o território nacional e enraizado em negócios legais para realizar lavagem de dinheiro, tráfico de drogas, construções clandestinas, grilagem de terras, exploração ilegal de madeira e mais uma lista sem fim de ilícitos. A maneira com que as polícias estaduais têm combatido a violência tem sido mais usar as armas que o cérebro. O crime ultrapassa as fronteiras estaduais, tornou-se ameaça nacional, e apenas dinheiro não basta, como tem mostrado a realidade. Falta uma coordenação nacional, com o apoio da União em íntimo relacionamento com os governos estaduais.

Há a expectativa positiva com a PEC: o governo federal ficaria responsável por alinhar e coordenar estratégias, e organizar as informações. Há grave falta de estatísticas confiáveis e consolidadas. O país não tinha, e só agora está perto de ter, carteira de identidade única emitida centralizadamente e válida para todo o território nacional — era possível tirar este documento em vários Estados, facilitando fraudes. O governo paulista, ao desbaratar células do PCC em empresas de vários ramos na capital, mostrou o valor da inteligência financeira, retirando das quadrilhas recursos milionários, estratégia vital para reduzir sua capacidade de atuação.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep.
Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

CadÚnico é mais preciso do que a PNADC para medir a pobreza. Por **Pedro Ferreira de Souza e Marta Arretche**

Precisamos falar sobre o Cadastro Único

Em colunas publicadas recentemente na Folha de S. Paulo, duas economistas respeitadas levantaram um alerta sobre a qualidade do Cadastro Único. Laura Müller Machado comentou sobre a discrepância entre o número de famílias vulneráveis na Pnad Contínua, do IBGE, e os inscritos no Cadastro, diferença que persiste mesmo após a harmonização das fontes de dados, conforme estudo do Insper que tem a colunista como coautora. Cecília Machado atribuiu o problema a incentivos perversos gerados pelo desenho e alto valor dos benefícios do Programa Bolsa Família, citando o mesmo estudo. Ambas sugerem que o Cadastro estaria superdimensionado pela inclusão de indivíduos que não poderiam ser beneficiários.

O assunto é sério. O Cadastro Único é a porta de entrada para o Bolsa Família, o BPC, a Tarifa Social de Energia Elétrica, o Pé de Meia, as cisternas de água e (eventualmente) o cashback do futuro IBS. Se as informações do Cadastro não forem confiáveis, toda a estratégia de focalização das políticas sociais do governo federal estaria comprometida.

Afirmações fortes exigem evidências sólidas. Até o momento, nada justifica a crença de que o Cadastro apresente um retrato tão distorcido da pobreza brasileira. Pelo contrário, o Cadastro é um sucesso institucional. Trata-se de um Censo contínuo da população mais pobre no Brasil, em que mais de 30 mil profissionais em todas as cidades brasileiras identificam, cadastram e atualizam os dados de milhares de famílias de baixa renda todos os dias. Além dos rendimentos — cuja veracidade é verificada posteriormente —, o Cadastro coleta também uma ampla gama de informações sobre as condições de vida das famílias. É esta checagem que autoriza a inclusão ou exclusão dos beneficiários no Bolsa Família.

A coleta de informações do Cadastro é adaptada à dinâmica da pobreza no Brasil, enquanto as pesquisas do IBGE são desenhadas para fornecer um retrato estático em um momento específico do tempo. A diferença de finalidades não é trivial: embora existam famílias cronicamente pobres, a maior parte da pobreza extrema é temporária, pois milhões de famílias possuem rendimentos que, por estarem associados ao trabalho informal, variam muito de um mês para o outro, acima e abaixo da renda de R$ 218 per capita.

Um exemplo hipotético ajuda a esclarecer esses conceitos. Suponha que no mês 1, a família A obteve renda per capita de R$ 150, a família B recebeu R$ 200 e a família C ficou com R$ 300. No mês 2, a família A continuou com renda de R$ 150, mas a família B subiu para R$ 400 e a família C caiu para R$ 100. Pela métrica estática tradicional, baseada em pesquisas do IBGE, a pobreza total não mudou: são duas famílias pobres no mês 1 e duas no mês 2. No entanto, a abordagem dinâmica conclui que as três famílias são pobres, sendo que a família A é "sempre pobre", enquanto as outras duas são "ocasionalmente pobres". Portanto, para uma mesma taxa de pobreza em diferentes meses, variam os domicílios que estão neste grupo devido à grande volatilidade dos rendimentos informais.

XANDO PEREIRA/VALOR

O Cadastro Único adota a abordagem dinâmica da pobreza. Logo, o número de pobres registrados no Cadastro Único ao longo do tempo é sempre muito maior que aqueles registrados no mês de referência das pesquisas da Pnad Contínua.

Cada família que cai abaixo da linha de pobreza pode procurar um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) em seu município e se inscrever ou atualizar seus dados no Cadastro para pleitear benefícios sociais. Essas informações são verificadas posteriormente, e as famílias que se tornam beneficiárias do Bolsa Família permanecem no programa mesmo que sua renda ultrapasse depois o patamar de R$ 218, desde que permaneça abaixo de meio salário per capita.

É economicamente mais eficiente e socialmente mais justo manter essas famílias no Cadastro — e no próprio Bolsa Família — do que despender recursos proibitivos em medidas draconianas para avaliar os rendimentos de todos a cada mês. Portanto, a discrepância nos números da Pnad e do Cadastro Único não resulta de um erro do Cadastro, mas sim dos diferentes propósitos de ambas as fontes de informação.

A harmonização de informações entre PNADC e Cadastro Único é um exercício útil, porém imperfeito e altamente dependente de pressupostos fortes para reconciliar diferenças amostrais e conceituais significativas. Não há como chegar a conclusões tão taxativas com evidências tão frágeis. Pelo contrário, a boa focalização do Bolsa Família, atestada em muitas comparações internacionais, mostra que o Cadastro é um instrumento mais preciso e eficiente do que a PNADC para as suas atribuições atuais.

Evidentemente, o Cadastro é bom, mas não é perfeito. Nos últimos anos, tanto as condições impostas pela pandemia de covid-19 quanto o descaso do governo anterior provocaram deterioração substantiva, que desembocaram inclusive no aumento estrondoso e artificial das famílias unipessoais, como observado por Cecília Machado. Felizmente, essa fase turbulenta está ficando para trás, com a implantação de medidas de revitalização e checagem que já trouxeram ganhos palpáveis. Por exemplo, desde o fim de 2022, houve uma redução de quase 33% no número de famílias unipessoais beneficiárias do Bolsa Família. Se esta avaliação corretamente deixar de lado as famílias unipessoais em situação de rua, ou que vivem em abrigos, a queda chega a 37%. São mais de 2 milhões de famílias unipessoais com cadastros corrigidos de 2022 para cá, evitando pagamentos indevidos da ordem de R$ 14 bilhões ao ano.

O Cadastro contém informações que não podem ser obtidas por outras fontes de dados. A principal delas é que o beneficiário potencial é identificado e localizado. E esta informação que possibilita que os dados coletados no Cadastro sejam cruzados com outras bases de dados oficiais do governo, de modo a combater fraudes e aumentar a eficiência da focalização.

O que falta sim ao Cadastro é ser ainda mais valorizado pelo governo federal. Os ganhos em eficiência na gestão governamental derivados de seu uso deveriam se traduzir em maior prioridade orçamentária. Afinal, o Cadastro Único é insubstituível.

Pedro Ferreira de Souza é sociólogo e pesquisador do Ipea.
Marta Arretche é professora titular do Depto. de Ciência Política da USP e pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole.

Linguagem e economia

Luiz Gonzaga Belluzzo

No livro “Power”, publicado em 1938, o filósofo e matemático Bertrand Russel observou: “A economia como uma ciência separada é irrealista e enganosa, se tomada como um guia na prática. É um elemento — um elemento muito importante, é verdade — de um estudo mais amplo, a ciência do poder”.

Entre os poderes da economia, brilha de forma intensa o Poder Performático da Linguagem. Apoiado no linguista John Austen, Christian Marazzi em seu livro “Capitale e Linguaggio” cuida das marchas e contramarchas da finança dos últimos 40 anos. Marazzi sublinha a natureza performativa da linguagem do dinheiro e dos mercados financeiros, indicando que a linguagem dos mercados financeiros contemporâneos não descreve e muito menos “analisa objetivamente” um determinado estado de coisas, mas produz imediatamente significados “reais”.

As comunicações entre os bancos centrais e os mercados financeiros são exemplos da “produção de realidade” pela linguagem. O domínio da finança, ou seja, o capitalismo reafirmado segundo sua “natureza” produziu o que Christian Marazzi chamou de “metamorfose antropológica do indivíduo pós-moderno”.

Diz Marazzi: é relativamente simples descrever o comportamento mimético-comunicativo das convenções coletivas típicas dos mercados financeiros. No capítulo XII da Teoria Geral, Keynes se vale dos concursos de beleza promovidos pelos jornais para descrever a formação de convenções nos mercados de ativos.

Os leitores são instados a escolher os seis rostos mais bonitos entre uma centena de fotografias. O prêmio será entregue ao participante cuja escolha esteja mais próxima da média das opiniões. Não se trata, portanto, de apontar o rosto mais bonito na opinião de cada um dos participantes, mas, sim de escolher o rosto que mais se aproxima da opinião média dos participantes do torneio.

Keynes introduz, assim, na teoria econômica, as relações complexas entre Estrutura e Ação, entre papéis sociais e sua execução pelos indivíduos convencidos de sua autodeterminação, mas, de fato, enredados no comportamento de manada.

Keynes, na esteira de Freud, introduz as configurações subjetivas produzidas pelas interações dos indivíduos no ecúmeno social das “economias de mercado”. O afã de realizar sem perdas o valor dos ativos se esbate no fragor das insuspeitadas e caprichosas evoluções e involuções da opinião coletiva. Os fâmulos dos mercados passam da euforia à depressão. É implacável o constrangimento dos indivíduos dos mercados, sempre amestrados sob o guante da conversão de seus valores particulares em dinheiro, a forma geral da riqueza.

“Avanços” nas formas de comunicação tornaram mais rápida e eficazmente perigosa a linguagem do dinheiro

Nesse percurso, o comportamento mimético dá origem, em suas conjeturas imitativas, a situações nas quais a busca coletiva da liquidez culmina na decepção de todos. A âncora que sustenta precariamente as ariscas subjetividades atormentadas pela incerteza da liquidez está lançada nas areias movediças da peculiar “sociabilidade” do capitalismo financeiro.

No livro “Capitalisme et Pulsion de Mort”, Gilles Dostaler e Bernard Maris afirmam que nem Freud, nem Keynes acreditam na fábula da racionalidade do indivíduo, tão cara aos economistas. “O indivíduo está imerso na multidão inquieta, frustrada, insaciável, sobre a qual pesa essa imensa pressão cultural, esse movimento ilimitado da acumulação...”.

A metamorfose do indivíduo pós-moderno aludida por Marazzi é um “salto de qualidade” no comportamento mimético examinado por Keynes. Os “avanços” nas formas de comunicação promovidas pelo desenvolvimento da mídia de massas e o uso das tecnologias de informação tornaram mais rápida e eficazmente perigosa a linguagem do dinheiro.

Marazzi afirma que “a racionalidade econômica governa a sociedade. Ela se impõe às outras formas de pensamento, a todos os outros modos de vida possíveis e determina a forma política mais adequada para representá-la funcionalmente”.

Na mídia impressa e na eletrônica, as matérias de negócios e economia disseminam os fetiches dos mercados financeiros “eficientes” embuçados na linguagem do saber técnico e esotérico. Os comunicadores “falam” a língua articulada conforme as regras gramaticais dos mercados. Assim, o capitalismo investido em sua roupagem financeira cumpre a missão de “administrar” a constelação de significantes à procura de significados, submetendo os cidadãos-espectadores aos infortúnios da domesticação e da homogeneização, decretados pelo “coletivismo de mercado”.

Os mercados de ativos da economia destravada não obedecem a normas da “eficiência alocativa” fundada na hipótese das expectativas racionais. Permanentemente à beira dos abismos da iliquidez, os possuidores de riqueza entregam-se ao comportamento mimético, próprio dos movimentos da manada.

A Psicologia das Massas de Sigmund Freud é um guia valioso para quem pretende compreender a sociedades contemporâneas. “A massa é extraordinariamente influenciável e crédula; é desprovida de crítica; para ela, o improvável não existe. Ela pensa por imagens que se evocam associativamente umas às outras, tal como ocorre ao indivíduo nos estados do livre fantasiar, e nenhuma instância razoável afere sua correspondência com a realidade. Os sentimentos da massa são sempre muito simples e muito exagerados. Assim, a massa não conhece nem a dúvida nem a incerteza. Ela vai logo ao extremo; a suspeita manifestada logo se transforma em certeza irrefutável, um germe de antipatia se transforma em ódio selvagem”.

Um amigo sugeriu a leitura do Estouro da Boiada, abrigada em Os Sertões, obra prima de Euclides da Cunha. Aí vai um excerto:

“De súbito, porém, ondula um frêmito sulcando, num estremeção repentino, aqueles centenares de dorsos luzidios. Há uma parada instantânea. Entrebatem-se, enredam-se, traçam-se e alteiam-se fisgando vivamente o espaço, e inclinam-se, embaralham-se milhares de chifres. Vibra uma trepidação no solo; e a boiada estoura...”.

A boiada arranca.

Luiz Gonzaga Belluzzo é é professor emérito do Instituto de Economia da Unicamp e da Universidade Federal de Goiás. Escreve mensalmente às terças-feiras.

Frase do dia

“Eu compararia selecionadores de ações a astrólogos, mas não quero falar mal dos astrólogos”.

De Eugene Fama, professor de Finanças da Universidade de Chicago, e autor da hipótese do mercado eficiente

Com a incerteza política, pode caber aos mercados salvar o planeta. Por **Lynn de Rothschild**

Como os mercados podem ajudar o clima

As mudanças climáticas estarão em jogo nas eleições presidenciais nos EUA. Uma segunda Presidência de Donald Trump poderia conduzir a um aumento de 4 bilhões de toneladas de emissões de dióxido de carbono até 2030, anulando os progressos realizados durante o mandato de Joe Biden. Por outro lado, a vice-presidente Kamala Harris, a candidata democrata, estabeleceu um histórico de firmeza para com os poluidores como procuradora-geral da Califórnia.

Entretanto, a guinada da Europa para a direita e as complicadas políticas de coalizão estão atrasando a ação climática global. À medida que as democracias ocidentais se debatem com a crescente incerteza política, pode caber aos mercados de capitais salvar o planeta.

Infelizmente, o nosso sistema financeiro está preso num clássico dilema do prisioneiro: é dispendioso para qualquer instituição se descarbonizar sozinha enquanto houver outras que continuam a lucrar com carteiras intensivas em carbono. Mas se todos os proprietários e gestores de ativos se comprometessem a reduzir as emissões de CO_2 e a apoiar uma transição climática justa que proteja os trabalhadores, as comunidades e os consumidores, poderiam criar valor a longo prazo e proporcionar prosperidade a todos.

A verdade inconveniente é que sem políticas climáticas robustas — tal como a fixação de preços do carbono e a eliminação dos subsídios aos combustíveis fósseis — há poucos incentivos para a ação coletiva. Num mundo em que compensa poluir, os investidores serão tentados a apoiar empresas com práticas insustentáveis, transferindo a tarefa da transição energética para outros e deixando todos em pior situação.

A verdade inconveniente é que sem políticas climáticas robustas há poucos incentivos para a ação coletiva. Num mundo em que compensa poluir, os investidores serão tentados a apoiar empresas com práticas insustentáveis, transferindo a tarefa da transição para outros

Contrariamente às expectativas dos ativistas, a ação climática não é necessariamente uma vitória para todos. Uma transição que ocorre uma vez numa geração acarreta riscos financeiros e políticos, bem como oportunidades, criando vencedores e vencidos em toda a cadeia de valor dos investimentos. A questão, portanto, é saber se os principais proprietários e gestores de ativos podem orientar os mercados para a consecução dos objetivos climáticos e gerar retornos financeiros suficientes.

A resposta é sim, mas para isso são necessárias três grandes mudanças estratégicas. Primeira, os investidores têm de se envolver com as empresas que produzem elevadas emissões, em vez de se limitarem a reduzir o investimento nelas. As campanhas de desinvestimento desencadeiam, muitas vezes, esforços partidários para proteger a indústria de combustíveis fósseis, enquanto o envolvimento com empresas que emitem muitas emissões e o acompanhamento do seu progresso oferecem benefícios climáticos tangíveis para além da descarbonização das carteiras.

Num estudo de 2023, por exemplo, os economistas Kelly Shue and Samuel Hartzmark analisaram quase duas décadas de dados sobre emissões provenientes de mais de 3000 empresas, descobrindo que as empresas “castanhas” com emissões elevadas produzem, em média, 261 vezes mais emissões do que as empresas “verdes” amigas do ambiente. Isto sugere que uma redução de 1% nas emissões de uma empresa petrolífera ou de gás tem um impacto ambiental muito maior do que uma empresa tecnológica ou um banco que atinja zero emissões líquidas. À medida que as tensões geopolíticas aumentam e a produção nacional de combustíveis fósseis se torna cada vez mais vital para a segurança e acessibilidade financeira energética, os decisores políticos devem ter estas conclusões em mente.

Segunda, os investidores têm de procurar ativamente a redução das emissões, em vez de investirem passivamente em indústrias com baixo teor de carbono. Como os últimos anos demonstraram, os fundos negociados em bolsa centrados em investimentos ESG não só têm um desempenho inferior ao do mercado, como também não conseguem acelerar a ação climática.

Além disso, tornou-se bastante claro que as gigantes tecnológicas como a Meta (Facebook), a Apple, a Amazon, a Netflix e a Alphabet (Google) tendem a dominar os fundos de ações sustentáveis. Embora, à primeira vista, estes fundos possam parecer amigos do ambiente, os estudos mostram que, ao desviarem o capital de empresas com elevadas emissões, privaram inadvertidamente setores vitais dos recursos dos quais necessitam para investir na transição para energias limpas.

Em contrapartida, os fundos ativos que se concentram em encorajar as empresas com utilização intensiva de carbono a descarbonizar podem impulsionar a ação climática canalizando investimentos para setores como as energias renováveis e a gestão de resíduos.

É importante salientar que há poucos indícios de que a mera descarbonização de uma carteira de ativos se traduza numa redução das emissões. Para apoiar a transição para as energias limpas, os investidores institucionais têm de se envolver tanto com as indústrias que produzem emissões elevadas como com as que produzem emissões reduzidas, incentivando as empresas com utilização intensiva de carbono a divulgarem as suas emissões para atenuar a repercussão negativa das emissões elevadas nas suas avaliações na bolsa de valores. Tendo em conta que a transição para uma economia de baixo carbono requer um investimento significativo a longo prazo, os investidores institucionais podem também direcionar o capital para tecnologias emergentes, tais como a aviação sustentável e a energia nuclear segura.

Terceira e última, os investidores têm de aproveitar as oportunidades únicas criadas por políticas climáticas nacionais frágeis. De acordo com a Agência Internacional de Energia, os investimentos em energias limpas ultrapassarão os US$ 2 trilhões em 2024 – aproximadamente o dobro do montante investido em combustíveis fósseis.

É certo que um segundo governo Trump poderia pôr em risco a Lei de Redução da Inflação, um marco do mandato de Biden. Mas um abrandamento do investimento verde não é inevitável, dado que os incentivos da IRA — incluindo US$ 369 bilhões em isenções fiscais e subsídios para as energias limpas — conquistaram o apoio de eleitores, investidores, empresas, autoridades estaduais e locais e até de legisladores republicanos. O impacto da IRA — que catalizou US$ 240 bilhões em investimentos em energias limpas no seu primeiro ano — não pode ser ignorado.

Independentemente do clima político, 2024 deverá ultrapassar 2023 como o ano mais quente de que há registo. Numa economia que valoriza os retornos financeiros acima de tudo, é natural que as empresas individuais se concentrem nos lucros. No entanto, o fato de se centrarem exclusivamente na criação de retornos subestima as consequências catastróficas de fenômenos meteorológicos extremos cada vez mais frequentes, como furacões, inundações e incêndios florestais.

À medida que as perturbações relacionadas com o clima se intensificam, os grandes investidores institucionais estão numa posição única para liderar a transição ecológica e, ao mesmo tempo, proporcionar retornos financeiros, aproximando-nos assim do cumprimento dos objetivos de emissões estabelecidos pelo Acordo de Paris. Chegou o momento de os mercados estarem à altura da ocasião e ajudarem-nos a vencer a luta decisiva dos nossos tempos.

Lynn Forester de Rothschild, CEO da E.L. Rothschild, fundadora e CEO do Conselho para o Capitalismo Inclusivo.

Cartas de Leitores

Propaganda eleitoral

As campanhas de candidatos a prefeitos e vereadores, serão, mais uma vez, financiadas pelo cidadão, através dos polêmicos fundos eleitoral e partidário. A justificativa de tal subsídio, partida da totalidade da classe política brasileira, é de que os recursos correspondentes são fundamentais para custear o alto custo das buscas pelo voto e imprescindíveis para a manutenção da saúde da democracia, imagem que, muitas vezes, porém, não corresponde à realidade, pois o nosso regime é escorregadio e nem sempre modularmente democrático.

Com o início da propaganda eleitoral pelo rádio e TV, entram em fase crítica a cativação dos leitores e as manobras de interesse entre os disputantes, uma espécie de xadrez cujos movimentos constituem um jogo fascinante, somente, entretanto, para os contendores e seus caciques. Para aquele que deveria ser o principal personagem, alvo de todo o processo, o povo que vai às urnas e que, após a consagração dos candidatos, passa a ser ignorado, tal jogo não tem graça alguma pois, para ele, o resultado final é mais do mesmo: promessas não cumpridas e ascensão de elementos desprovidos da devida qualificação para representar e lutar pelo interesse público. Velho e viciado show.

Paulo Roberto Gotaç
prgotac@gmail.com

Apagão em SP

A cidade de São Paulo ficou sem energia elétrica em mais de dez bairros. Não se sabe exatamente a causa do apagão do sábado, mas é inadmissível que esse tipo de falha aconteça de tempos em tempos na maior capital do Brasil. Precisamos de um sistema elétrico robusto e confiável, sendo monitorado em todos os seus detalhes, de forma a permitir o restabelecimento do fornecimento de energia, o mais rápido possível. A tecnologia atual nos permite monitorar as linhas de transmissão, de distribuição, as subestações, os transformadores e todos os importantes ramais que compõe o complexo sistema interligado nacional. Esse tipo de ocorrência mostra a verdadeira fragilidade do fornecimento de energia, decorrente da habitual falta de investimento e manutenção por parte das concessionárias em todo o Brasil. Lamentável.

José Carlos Saraiva da Costa
jcsdc@uol.com.br

VPN para acessar o X

É um absurdo e uma demonstração de ignorância por parte de quem não tem conhecimento algum sobre VPNs. As VPNs são amplamente utilizadas por profissionais de TI ou hobbyistas. A maioria da população não sabe o que é, nem sabe usá-lo e geralmente a cobrança é feita em dólar. Proibir ou rastrear quem utiliza VPNs seria como usar um canhão para matar uma pulga.

Artur Mendes
artmendes@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

INÊS 249

Especial

Modelos Gigante das finanças modernas e ganhador do Nobel de Economia de 2013 traçou paralelo entre sabedoria das multidões e comportamento dos mercados

‘Mercados eficientes são uma hipótese, não uma realidade’, diz economista Fama

Robin Wigglesworth
Financial Times

Conseguir um almoço com o economista financeiro Eugene Fama foi quase tão difícil quanto vencer o mercado de ações. Minha primeira tentativa em 2021 fracassou devido aos prolongados “lockdowns” causados pela covid-19. Uma sugestão de fazer a entrevista por vídeo foi enfaticamente rejeitada. “No Zoom, ver as pessoas comendo e conversando é repugnante”, respondeu Fama por e-mail. Difícil discordar.

Finalmente, encontramos um horário para almoçar em Chicago, mas quando pergunto sobre os locais possíveis, esbarramos em outro obstáculo. Em seu estilo conciso de e-mail, Fama me informa: “nunca almoço fora de casa”.

Resolvo ceder e apareço em seu escritório na Universidade de Chicago com duas sacolas de papel pardo contendo uma seleção duvidosa de sanduíches wrap, saladas, sushi e refrigerantes de uma lanchonete no andar de baixo. Felizmente, Fama, 85, não é exigente quanto a refeições e pega alegremente um enroladinho de frango.

Fama é, possivelmente, o professor de finanças mais famoso e influente do mundo, graças à sua revolucionária hipótese do mercado eficiente (EMH, na sigla em inglês) — que diz que os preços do mercado de ações incorporam, a qualquer momento, todas as informações disponíveis, graças aos esforços cumulativos e incessantes de milhões de investidores que tentam constantemente superá-lo.

Afinal, todos os preços das ações estão errados em retrospecto. Mas em um determinado momento, os preços dessas ações são mais ou menos justos, dado que todos os riscos conhecidos e retornos já estão incorporados. A EMH é o mais próximo que as finanças têm de uma “teoria de tudo” e rendeu a Fama o Nobel de Economia em 2013.

Mas ela continua tão controvertida hoje quando era quando Fama a propôs inicialmente há 50 anos. A mania por todas as coisas que envolvem a Inteligência Artificial (IA) é o mais recente desafio às teorias de Fama, transformando o mercado de ações global em uma pirâmide invertida que se apoia precariamente sobre um pequeno grupo de empresas que valem trilhões de dólares. Estas podem acrescentar e eliminar centenas de bilhões de dólares em valor ao mercado de ações sem praticamente nenhuma notícia.

Como resultado, até mesmo alguns acólitos de Fama estão perdendo sua fé. “Acho que os mercados provavelmente são menos eficientes do que eu pensava há 25 anos”, admitiu ao “Financial Times” Clifford Asness, gestor de fundo hedge e ex-assistente de pesquisas de Fama, em uma entrevista de 2023. “E eles provavelmente se tornaram menos eficientes ao longo da minha carreira.”

O próprio Fama ignora a aparente apostasia de seu ex-aluno. “Ele está tentando tirar vantagem de riscos diferentes, e talvez interprete isso como eficiência”, diz o professor. “Mas lembre-se, ele agora está do outro lado da cerca. Ele está vendendo produtos, certo?”

Nascido em 1939, filho de sicilianos-americanos de segunda geração, Fama cresceu na cidade operária de Malden, Massachusetts. Apesar da baixa estatura, ele era um pouco atleta na escola católica de ensino médio só para meninos — no beisebol, basquete, futebol [americano] e atletismo —, mas também se saiu bem academicamente. “Meus pais não se interessavam por esportes. Não fui encorajado a levar aquilo a sério”, diz. Fama se tornou o primeiro da família a estar na universidade, estudando línguas românicas na Tufts.

No entanto, no terceiro ano na universidade, Fama estava se aprofundando na filosofia francesa na língua original e odiando. Por um capricho, Fama fez um curso de economia e se apaixonou. “Eu era muito bom naquilo”, lembra com uma risada. Então, ele continuou.

Foi na Tufts que o cerne da hipótese do mercado eficiente nasceu.

M. SPENCER GREEN/AP-ARQUIVO

Fama: 'Toda a ciência econômica é uma ciência comportamental; a questão principal é se você considera que o comportamento é irracional ou racional'

Um dos professores de Fama administrava paralelamente um serviço de previsão do mercado de ações e pediu a ele que testasse várias técnicas que ele havia desenvolvido. Infelizmente, mesmo quando os dados históricos indicavam que elas poderiam funcionar, elas fracassavam quando eram implementadas nas negociações ao vivo.

“Sempre funcionava na amostra, e nunca fora da amostra”, lembra Fama. “Acho que foi minha primeira lição sobre a tese dos mercados eficientes.”

Inspirado, o aluno precoce foi para a pós-graduação na Universidade de Chicago, um viveiro da academia financeira na década de 60. Investidores e economistas havia muito comentavam sobre os movimentos aparentemente imprevisíveis das ações, já que os operadores reagiam continuamente às notícias, mas Fama foi quem reuniu os fios soltos em uma hipótese coesa sobre como os mercados funcionavam, no artigo acadêmico “Random Walks in Stock Market Prices” (“Caminhos aleatórios nos preços do mercado de ações”) em 1965, onde o termo “mercado eficiente” apareceu pela primeira vez. “As ideias estavam todas se formando, mas ninguém as havia juntado”, diz Fama.

Você pode pensar na EMH como o equivalente financeiro das conclusões tiradas por “sir” Francis Galton, em 1907, a partir de uma competição de palpites em uma feira de vilarejo para adivinhar o peso de um boi. Embora nenhum dos cerca de 800 moradores tenha adivinhado o peso certo, a média dos palpites teve alta precisão — um fenômeno que deu origem ao conceito da “sabedoria das massas”. A ideia logo se tornou dogma no mundo acadêmico financeiro, preparando a base intelectual para o que hoje é o multitrilionário setor dos investimentos de gestão passiva, fundos que nada fazem além de tentar imitar o mercado do modo mais barato possível.

De início, no entanto, a EMH foi ridicularizada por um setor de investimentos indignado. “Passeios aleatórios no parque com uma boa companhia são dos mais agradáveis; mas no mercado de ações, pode levar a um caminho perigoso”, alertava um anúncio em 1968 da Oppenheimer & Co. Em outras palavras, a ideia que o mercado acionário era eficiente não era simplesmente equivocada, era perigosa.

Não que Fama se importasse. Em Chicago, ele foi supervisionado por Merton Miller — um dos gigantes do mundo acadêmico financeiro e também vencedor do Nobel. Merton se tornou um modelo próprio para Fama sobre como lecionar, conta ele, entre uma mordida e outra. “Ele era tão paciente com os alunos. Ele os guiava pelo processo, mas fazia-os pensar que tinham feito tudo sozinhos.”

Muitos de seus alunos seguiram as próprias carreiras de destaque.

Cardápio
Booth School - Universidade de Chicago

Onde fica:
Avenida Woodlawn Sul, 5807, Chicago, Illinois, CEP: 60637

Prato	Valor
Wrap de frango e salada Caesar	US$ 11
Salada de frango chinesa	US$ 11
Combo de 12 sushis variados	US$ 12
Água	US$ 3
Coca-Cola	US$ 2
Total (impostos incluídos)	**US$ 42,23**

Entre os primeiros estão superestrelas do mundo acadêmico financeiro, como Myron Scholes, Fischer Black, Michael Jensen e Richard Roll, além de profissionais como Asness, da AQR, e Rex Sinquefield e David Booth, fundadores da Dimensional Fund Advisors (DFA), uma firma de investimentos de US$ 740 bilhões, cujas estratégias são inspiradas pelo trabalho de Fama. A escola de administração de empresas de Chicago hoje leva o nome de Booth, após uma doação de US$ 300 milhões de ex-aluno de Fama, e Fama faz parte do conselho de administração da DFA.

Miller morreu em 2000, mas continua muito presente na vida de Fama: o retrato dele na faculdade está pendurado ao lado do de Fama nos corredores da universidade. E, em um atípico toque perspicaz em se falando de decoração de corredores universitários, um retrato de Richard Thaler, colega de Fama e também vencedor do Nobel — e um dos principais economistas comportamentais — está pendurado na parede oposta.

Muitos consideram a economia comportamental a antítese da hipótese do mercado eficiente. Um lado sustenta que a sabedoria das multidões faz os mercados funcionarem de forma eficiente, enquanto o outro diz que a insanidade das pessoas frequentemente provoca bolhas no mercado, que estouram em meio a pandemônios.

Fama reitera que a questão tem mais nuances. “Nós concordamos sobre os dados empíricos, mas discordamos sobre a interpretação”, diz. “Quando me perguntam o que penso sobre economia comportamental, eu simplesmente digo que toda a ciência econômica é uma ciência comportamental. A diferença é se você acha que o comportamento é irracional ou racional.”

O próprio Thaler diz estar em “quase total concordância” com Fama a respeito das implicações da EMH — que superar o mercado é difícil —, mesmo discordando da premissa de que os mercados acionários são eficientes.

Para Fama, a hipótese do mercado eficiente é apenas “um modelo”. “Em certo grau, tem de estar errada.” “A questão é se ela é eficiente para o seu propósito. E, para quase todos os investidores que conheço, a resposta é 'sim'. Eles não vão conseguir superar o mercado, então é melhor se comportarem como se os preços estivessem corretos”, diz.

Fama tem opiniões celebremente ácidas sobre o setor de investimentos, chegando certa vez a dizer: “Eu compararia selecionadores de ações a astrólogos, mas não quero falar mal dos astrólogos.”

Mas décadas de disputas com estudantes, economistas rivais e uma horda de profissionais indignados da área de investimento parecem ter minado a rabugice de Fama. Quando pergunto o que fenômenos do mercado de ações como a Nvidia — cujo valor disparou para mais de US$ 2 trilhões neste ano até junho, e então caiu quase US$ 1 trilhão em julho para em seguida recuperar mais de US$ 600 bilhões — nos dizem sobre eficiência do mercado, ele não se perturba.

“O mundo está apostando que a inteligência artificial vai dominar o planeta e a Nvidia terá um quase monopólio, mas quem sabe ao certo?”, retruca Fama. “A ideia de mercados eficientes é uma hipótese. Não é a realidade. Eu posso viver com coisas assim, com certeza.”

Afinal de contas, a própria tese de doutorado de Fama detalha como os mercados de ações são propensos a “caudas gordas”: movimentos frenéticos e improváveis em termos estatísticos. O professor aponta como as ações de tecnologia também tiveram um surto tresloucado no fim dos anos 90 e depois entraram em colapso, mas ressalva que a premissa básica — de que a internet abriria espaço a empresas imensas e extremamente lucrativas — provou-se correta.

A avaliação de ações individuais pode se mostrar burra, mas na média e no longo prazo os esforços cumulativos de milhões de pessoas tentando ser mais espertas do que o mercado significam que é mais frequente que os preços sejam justos do que não sejam. “Os preços, na maioria, estavam altos demais [na bolha das pontocom], mas alguns também estavam baixos demais”, destaca Fama. “O acerto com algumas empresas compensou todos os erros que foram cometidos com outras.”

De fato, hoje a Amazon vale cerca de um quarto de toda a capitalização de mercado da Nasdaq no seu auge das pontocom, em 2000. Parte da reação negativa à hipótese de mercado eficiente pode ser causada simplesmente por resistências à palavra “eficiente”, algo que Fama admite entender. “Eu só não consegui pensar em uma palavra melhor. Mas basicamente, é dizer que os preços estão corretos.”

Fama tem uma resposta simples para quem aponte para a insanidade que virou moda no mercado de ações no momento: “Se alguém tem clareza que os preços estão errados, então essa pessoa deveria estar rica”, afirma ele.

Fama está mais inclinado a reclamar sobre como os alunos dedicam pouco tempo para se preparar para as aulas – “Os jovens de hoje simplesmente não trabalham. Que diabos eles fazem com seu tempo?”. Não há descobertas empolgantes e de teorias revolucionárias. “Muitos dos grandes paradigmas surgiram nos anos 60 e 70. Não há nenhuma teoria nova de precificação de opções”, diz. “Hoje, basicamente, as pessoas trabalham nos detalhes. Mas já é hora de dar um grande salto adiante.” *(Tradução de Lilian Camona, Mario Zamarian e Sabino Ahumada)*

> “O mundo aposta que a IA dará à Nvidia quase monopólio, mas quem sabe ao certo?
> *Eugene Fama*

Robin Wigglesworth é editor do Financial Times Alphaville

Logística
Alcoa investe R$ 1 bi para ter operação de cabotagem no Norte
B2

Gestão José Roberto Müssnich, responsável pelo avanço do concorrente, assume assento em 30 dias

Assaí traz ex-executivo do rival Atacadão para conselho de administração da varejista

Adriana Mattos
De São Paulo

A rede de atacarejo Assaí fez um movimento ousado ao trazer para a empresa José Roberto Müssnich, o homem que tornou o seu rival Atacadão no gigante que ele é hoje. Müssnich assumirá, em 30 dias, a cadeira de membro independente do conselho de administração, na principal negociação envolvendo lideranças do setor neste ano, como antecipou nesta segunda-feira (2) o site do **Valor**.

O anúncio da rede ocorre depois de circularem informações no setor de eventual consolidação de mercado, envolvendo grupo Mateus e o Assaí — as empresas negaram contatos nesse sentido.

Müssnich foi, por mais de uma década, o cérebro por trás do Atacadão, a maior empresa de atacarejo do Brasil, e transformou o negócio no motor principal de crescimento do Carrefour no Brasil. O executivo ocupará a vaga aberta no colegiado em maio, após a renúncia de Luiz Nelson Guedes de Carvalho por motivos de saúde.

Segundo pessoa a par do tema, o acordo foi fechado depois do fim do período de "não concorrência" determinado pelo Carrefour, e que terminou neste ano. A cláusula é presente em contratos após a saída de diretores de cargos estratégicos, e com isso, ele estava liberado para voltar ao mercado. O seu retorno acontece num período ainda de forte concorrência entre as líderes Atacadão e Assaí.

De janeiro a junho, Atacadão vendeu R$ 41 bilhões e cresceu 8,5%. O Assaí, com R$ 38 bilhões, avançou 12%. No primeiro semestre de 2023, o primeiro cresceu 12% e o segundo, 26%. "Roberto chega ao Assaí ainda com um conhecimento amplo do funcionamento do Atacadão por dentro, e com Assaí se aproximando mais do rival, em vendas. Caberia até um 'non compete' maior", diz o CEO de uma consultoria.

Com a chegada do ex-CEO do Atacadão, o conselho do Assaí volta a ter nove membros, sendo oito independentes, e Müssnich estará também em dois comitês, o financeiro e de investimentos e o de gente, cultura e remuneração.

> Müssnich foi, por mais de uma década, o cérebro por trás do Atacadão

O anúncio é carregado de recados ao mercado e simbolismos, e surpreendeu gestores ouvidos.

Müssnich vai atuar no conselho ao lado de Belmiro Gomes, também CEO do Assaí, e dá nova robustez a um colegiado sem grandes nomes do atacarejo — um negócio com poucos executivos disponíveis no mercado, já que a maioria são fundadores que estão em suas próprias companhias.

Essa era um questão que investidores traziam para a companhia nos últimos tempos. Gomes é, ao mesmo tempo, o CEO e aquele que mais entende da operação de atacado na rede, e ao trazer Müssnich, esse peso se divide e o conhecimento de mercado ganha outra proporção. Somados, ambos tem cerca de 35 anos de experiência na área. Além dos dois executivos, o conselho tem Enéas Pestana, ex-GPA, mas com foco maior em varejo alimentar e na área financeira.

Müssnich esteve mais de 20 anos ligado ao Atacadão, como conselheiro estratégico de 2001 a 2007, e depois como CEO de maio de 2007 a dezembro de 2021. Foi ele que atuou na negociação da venda dos antigos sócios da rede para o Carrefour, em 2007. A partir daí, foi escolhido para ser presidente, e o negócio foi ganhando gigantismo na última década.

Gomes e Müssnich são antigos conhecidos e estiveram em campos opostos por pouco mais de dez anos, quando cada um liderava a sua empresa, com crescimentos acima de 20% ao ano. Para muitos, travaram uma disputa por mercado (e por metros quadrados de lojas) palmo a palmo, na última fase de ouro do atacarejo.

Chegaram a trabalhar juntos no Atacadão quando Gomes era diretor comercial, e Müssnich foi seu chefe de 2007 a 2010. Em outubro de 2010, Gomes foi para o Assaí.

A saída de Carvalho do conselho abriu a vaga e levou a uma aproximação maior entre eles. "Pensam que eles são inimigos, ou não se falam, mas não tem nada disso. E cada um se respeita muito", diz uma fonte. Foi o próprio CEO do Assaí que sugeriu trazer Müssnich e as conversas ganharam peso a partir dali.

Agora, com Gomes e Müssnich lado a lado, será preciso criar um canal de comunicação e de troca que funcione no conselho, com nomes diversos em áreas distintas. "O Roberto está em outra fase de vida, amadureceu, não quer espaço de ninguém, não precisa disso. E o Belmiro deve preparar sua transição de CEO e ficar no conselho em alguns anos", diz um amigo próximo.

Com a entrada de Müssnich, o Assaí reforça a linha de que não se trata de um "conselho do Belmiro" com peças escolhidas pelo CEO. Esta é uma crítica que gestores faziam ao executivo depois que, em 2023, os franceses do Casino deixaram o controle e a governança passou por mudanças.

Após a saída do Casino, cerca de um ano e meio atrás, novos membros independentes entraram no colegiado, dentro da ideia de fortalecer a governança de uma "corporation", que engatinha ainda nesse caminho de rede de capital pulverizado, e que tem que mostrar ao mercado uma estrutura mais parruda e independente.

A chegada de Müssnich acontece num outro momento do atacarejo, diferente de cinco anos atrás. Atacadão e Assaí tem focado não só em retomar expansão em vendas, mas em eficiência e rentabilidade, e é aí que o Assaí tem se pautado para o reforço do conselho.

Além disso, outra pauta do mercado envolveria uma eventual consolidação de empresas. No domingo, o jornal "O Globo" informou que o grupo Mateus analisa uma oferta pelo Assaí.

Ontem, o comando do Assaí tratou de reforçar a investidores que não está em conversas para um acordo om o Mateus, e rejeitaria uma oferta hostil. O **Valor** apurou que bancos de investimento têm levado o tema ao principal acionista do Mateus, Ilson Rodrigues, mas ele não teria interesse numa aquisição hostil.

LEO MARTINS / AGÊNCIA O GLOBO

O anúncio ocorre após circularem informações no setor de eventual consolidação de mercado, envolvendo grupo Mateus e o Assaí, o que as empresas negam

R$ 38 bi foi o faturamento do Assaí no 1º semestre

Grupo Boticário e Natura começam a investir em perfumaria de luxo

Beleza

Ana Luiza de Carvalho
De São Paulo

O Grupo Boticário e a Natura &Co, na esteira do crescimento dos cosméticos de luxo e de nicho no Brasil nos últimos anos, lançaram suas primeiras linhas de alta perfumaria. Até então, o segmento era representado na indústria nacional por empresas de menor porte, como Felisa e Amyi.

O objetivo das grandes marcas com a nova empreitada é ampliar margens e receita, disputando a atenção do consumidor brasileiro que já paga elevados preços por fragrâncias de grifes como Gucci, Marc Jacobs e Burberry, licenciadas para a Coty.

A diretora comercial da Circana, Ana Seccato, afirma que o mercado brasileiro segue uma tendência de maior valor agregado e caráter premium dos produtos, o que demandou inovação de players tradicionais. "Esse movimento também reflete o interesse crescente dos consumidores latino-americanos por produtos exclusivos e diferenciados", diz.

Conforme a consultoria, a pandemia impulsionou o mercado de fragrâncias de luxo, considerando a disponibilidade da renda até então destinada a experiências de consumo e viagens. O preço médio no mercado brasileiro está em R$ 1.054, alta de 136% em relação ao tíquete médio de 2019, segundo dados da Circana divulgados com exclusividade ao **Valor**.

A denominação de alta perfumaria no Brasil inclui, além do mercado de prestígio ou de luxo, onde estão posicionadas as principais multinacionais, a perfumaria de nicho, onde Natura e Boticário apostam. A proposta é utilizar ingredientes diferenciados da perfumaria convencional ou inesperados — como a fava de baunilha, que não tem o cheiro doce característico do ingrediente — e, muitas vezes, embalagens mais simples, sinalizando o protagonismo da fragrância.

A busca por produtos diferenciados está no radar do Boticário, que lançou neste ano a linha Priveé Légumes. Com uma composição inusitada das fragrâncias, desenvolvidas a partir de beterraba, tomate, ervilha e cenoura, os produtos estão disponíveis no e-commerce e em algumas das 4 mil lojas da rede em todo o país. Essa é a segunda linha de Priveé, lançado pela companhia em 2020. "Estudamos a alta perfumaria há muitos anos, e o aumento das buscas sobre o assunto é impressionante. Precisamos ensinar, não ter medo de trazer essa disrupção olfativa e ousar", afirma a vice-presidente de marcas do grupo, Renata Gomide.

A holding de beleza Natura &Co também está ampliando o portfólio premium. Sob a marca Natura e fragrâncias numeradas, a linha lançada no último mês conta também com perfumes em óleo e velas perfumadas. Os produtos para ambientes já foram uma aposta da companhia no início do ano, quando a linha de aromatizadores e velas Bothânica foi lançada com foco no mercado B2B de arquitetura.

A diretora global de perfumaria da Natura &Co, Cláudia Pinheiro, afirma que os produtos abrem uma nova avenida de crescimento. "A aposta é ampliar nossa base para consumidores que hoje usam perfumaria internacional. A ideia é expandir também para América Latina, mas, em um primeiro momento, é um portfólio para o mercado brasileiro", diz a executiva.

Com a chegada das duas gigantes ao segmento, o mercado nacional expande suas possibilidades para além de pequenas marcas como Felisa e Amyi, criadas nos últimos cinco anos. Luciana Guidi, cofundadora da Amyi, trabalhou anos na alta perfumaria internacional e avalia que ainda há um protagonismo francês no imaginário popular, embora a perfumaria de nicho tenha se desenvolvido em diversos países. "Os perfumistas iam se formar em outros mercados, como a França, e quando voltavam ao Brasil, tocavam apenas projetos massivos, reforçando a frase tão ultrapassada de que perfume bom é o importado", diz.

Segundo ela, o Brasil concentra cerca de 10% de todos os perfumistas do mundo, profissão cujo slogan é "mais raro do que astronautas".

A criadora da Felisa, Fernanda Orcioli, também decidiu ter uma marca de nicho após trabalhar no mercado internacional de fragrâncias. "Viajando pela Europa, vi muitas marcas nascendo em diversos países, que nem têm um conhecimento histórico na perfumaria. Faltava uma marca para o Brasil chamar de sua", diz. Orcioli ressalta que, se no passado a perfumaria massiva representava status social ao ser reconhecida, o consumidor passou a buscar fragrâncias diferenciadas, que funcionem como "uma assinatura pessoal".

A Associação Brasileira das Indústrias de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (Abihpec) aponta que o mercado brasileiro de fragrâncias é o segundo maior do mundo, atrás dos Estados Unidos. Embora a maior parte dos volumes ainda seja de colônias de menor preço e parte dos perfumes mais concentrados, a perfumaria de luxo no Brasil cresceu 15% entre janeiro e junho, segundo dados da Circana. Ainda assim, só representam 6% do volume comercializado de perfumes.

6% é a fatia das marcas de luxo nas vendas

LEO PINHEIRO/VALOR

Fernanda Orcioli, da Felisa: "Faltava ao país uma marca de perfume de luxo"

Azul inicia rodada de conversas para captar mais recursos

Aviação

Cristian Fávaro e Fernanda Guimarães
De São Paulo

A Azul vai iniciar nesta terça-feira (3) diversas rodadas com "bondholders" (detentores de dívida no exterior) para tentar captar mais recursos no mercado usando sua subsidiária de logística, a Azul Cargo, como garantia, segundo fontes afirmaram ao **Valor**. A subida do dólar, assim como o efeito do Rio Grande do Sul na demanda aérea, levou a companhia a ter mais necessidade de caixa para fazer frente à operação.

As ações da empresa passaram a derreter na bolsa depois que um potencial pedido de "Chapter 11" nos Estados Unidos, o equivalente à recuperação judicial no país, se tornou um dos caminhos de reestruturação para a Azul.

A Latam já pediu proteção contra credores em 2020 (o processo foi encerrado em 2023) e a Gol está atualmente com o trâmite em Nova York.

Ontem, os papéis da Azul caíram 18,18%, para R$ 4,41, em meio a um rebaixamento da nota de crédito pela S&P para CCC+ de 'B-, com perspectiva negativa. Em cinco dias, os papéis da Azul acumulam queda de 41,8%.

A Azul tenta levantar cerca de US$ 800 milhões usando como garantia a Azul Cargo. Fontes destacaram que a disposição dos "bondholders" de liberar mais recursos para a Azul está atrelada à capacidade da aérea de conseguir um acordo com os arrendadores. Isso porque esses detentores de dívida não estariam dispostos a injetar mais dinheiro apenas para pagar os arrendadores.

> Companhia vai buscar um acordo com detentores de títulos de 2028, 2029 e 2030

A sinalização de fontes é de que a proposta da Azul para usar a Azul Cargo pode ter mais resistência. No ano passado, a Azul conseguiu levantar recursos com o Tudo Azul, divisão de programa de pontos da companhia, que assim como a Azul Cargo não é uma empresa separada da aérea.

Mas o fato de que parte significativa do volume transportado em carga depende dos aviões comerciais da Azul pode ser um fator a dificultar o empréstimo. Ainda de acordo com fontes, o rebaixamento por parte da S&P torna a negociação por recursos adicionais mais difícil.

No mercado, fontes sinalizam que a empresa pode vir a compartilhar as garantias que já deu aos "bondholders" e adicionar a Azul Cargo para levantar recursos via empréstimo da modalidade DIP (mecanismo que dá a esses credores a preferência no recebimento e que é usado dentro do "Chapter 11"). A Azul, entretanto, nega veementemente que um "Chapter 11" esteja em seus planos.

As conversas com os "bondholders" vão acontecer durante toda a semana. Entre os grupos agendados estão detentores de dívidas de 2028, 2029 e 2030 — a empresa pagou na semana passada um cupom de US$ 52 milhões a esses credores.

No ano passado, a Azul fechou um acordo para renegociar a dívida com os arrendadores de aeronaves, cujo pagamento envolvia a emissão de US$ 370,5 milhões de títulos de dívida sem garantia com vencimento em 2030 a um custo de 7,5% e a opção de receber mais US$ 570 milhões em ações preferenciais da Azul, que seriam emitidas a um valor de R$ 36 por ação.

Em conversa recente com o **Valor**, o CEO da Azul, John Rodgerson, disse que a empresa buscou os arrendadores para negociar uma parcela fixa da Azul. O caminho, segundo ele, seria mais benéfico aos próprios arrendadores do que um "Chapter 11". Segundo o CEO, um pedido de proteção contra credores estaria fora da mesa.

Segundo fontes, as conversas em andamento da aérea com os arrendadores seriam para uma diluição com piso de 18% (caso a conversão da dívida acontecesse a R$ 36) e 25% — e é essa negociação que precisa acontecer antes de "bondholders" liberarem mais recursos.

As negociações estão sendo conduzidas pela equipe do Citi com os arrendadores. As dívidas totais com esse grupo de credores somavam cerca de R$ 18 bilhões no fim do segundo trimestre. A conversa atual envolve cinco arrendadores que detêm mais de 90% da dessa dívida: AerCap, Avolon, Azorra, NAC e Falko.

As conversas da Azul com seus credores caminham paralelo às tratativas da aérea com a Abra (holding da Gol e Avianca) na direção de uma combinação de negócios com a concorrente brasileira. Fontes de mercado reforçaram, contudo, que a percepção é de que a Azul teria de melhorar o seu balanço antes de fazer um M&A. Com as duas empresas em dificuldade financeira, um acordo entre elas ainda pode demorar.

> **R$ 18 bi**
> **é o que a Azul deve para arrendadores**

A Azul fechou o segundo trimestre com um prejuízo líquido de R$ 3,8 bilhões, revertendo os ganhos de R$ 23,9 milhões de igual trimestre do ano anterior. Segundo dados do **Valor PRO**, serviço em tempo real do **Valor**, esse foi o maior prejuízo da empresa para um trimestre desde os primeiros três meses de 2020, quando as perdas totalizaram R$ 6,5 bilhões.

Logística Objetivo é transportar bauxita da mina de Juruti (PA) até a refinaria de Alumar (MA)

Alcoa investe R$ 1 bi em operação de cabotagem própria

Taís Hirata
De São Paulo

A Alcoa deverá iniciar uma operação de cabotagem própria no Brasil, na qual está investindo US$ 200 milhões (o equivalente a R$ 1,1 bilhão, na cotação atual). A movimentação verticalizada deverá ter início entre o fim deste ano e o primeiro trimestre de 2025, segundo Mateus Tiraboschi, vice-presidente global de compras e logística do grupo.

O objetivo é transportar aproximadamente 6 milhões de toneladas de bauxita por ano, entre a mina de Juruti (PA) e a refinaria da Alumar, no Maranhão, que produz a alumina e o alumínio cerca de 1,5 mil quilômetros distante. Hoje essa movimentação já é realizada por cabotagem, mas por meio de serviço prestado por terceiros. O trajeto, que dura quatro dias, percorre parte do rio Amazonas até a costa, por onde segue até São Luís.

"Tratam-se de dois ativos operacionais [a mina e a refinaria] que são considerados estratégicos e de longo prazo para o grupo, então nada mais natural do que tratar o meio como também estratégico", disse o executivo em conversa com o **Valor**.

"Tendo o controle dos navios, teremos gestão direta e ativa dos custos. Há uma expectativa de menor consumo do combustível", afirmou. Os ganhos de eficiência decorrem do menor consumo pelas embarcações novas, e devem ficar entre 30% e 40%, segundo testes feitos no trajeto.

> A operação de cabotagem deverá ser suficiente para atender 100% da demanda da Alcoa

ANNA CAROLINA NEGRI/VALOR

Mateus Tiraboschi, vice-presidente global de compras e logística da Alcoa: "Tendo o controle dos navios, teremos gestão direta e ativa dos custos"

"Ter sua mina de bauxita próximo à refinaria de alumínio, que na cadeia é a próxima etapa da produção, e ainda ter essa logística próxima e controlada por você gera uma vantagem competitiva muito grande com o mercado", disse ele, que também destaca os ganhos ambientais. "Como consequência, há expectativa de redução de cerca de 30% de emissão de gases de efeito estufa."

A mina de Juruti tem uma reserva potencial aproximada de 700 milhões de toneladas. A produção é encaminhada à refinaria, que é controlada pela Alcoa e tem como sócios South32 e Rio Tinto.

A operação de cabotagem deverá ser suficiente para atender 100% da demanda da Alcoa. Tiraboschi informou que a ideia do negócio é atender apenas as necessidades internas do grupo.

Entre os quatro novos navios, encomendados em um estaleiro no Japão, dois já chegaram ao Brasil — o primeiro em julho e o segundo em agosto. Os demais deverão ser entregues entre novembro e janeiro de 2025.

A companhia também já obteve aval da agência reguladora em agosto para operar os navios, e agora aguarda o registro da Marinha, segundo o executivo. "A expectativa é que [a operação] possa começar já a partir do último trimestre, ou até começo do ano que vem", afirmou.

O trajeto entre a mina e a refinaria atravessa parte do rio Amazonas, mas em um trecho que não é o mais crítico nos períodos de seca — portanto, na última estiagem, o fluxo não chegou a ser interrompido totalmente, como em outras partes do rio. No entanto, a grave crise hídrica na região, que na visão de especialistas pode se tornar cada vez mais recorrente, é motivo de preocupação para a Alcoa. Com o calado menor, a capacidade de transporte é reduzida, o que diminui a eficiência, gera mais custos e reduz a segurança da navegação.

> **30%**
> **é o ganho de eficiência esperado**

Porém, a empresa destacou que a questão não foi um fator central para a decisão de verticalizar a cabotagem. Apesar dos desafios, Tiraboschi destaca que o transporte marítimo na região é sem dúvidas a melhor opção. "Hoje é o modal mais eficiente. Não tem ferrovia que faça essa conexão", afirma o executivo.

Vibra amplia transporte de combustíveis por navio

Fábio Couto
Do Rio

A Vibra recorreu à cabotagem para o transporte de combustíveis, com o objetivo de reduzir custos e emissões de gases de efeito estufa, bem como para aumentar a eficiência operacional. A iniciativa ganhou corpo na distribuição de biodiesel, mas etanol e outros derivados também têm sido deslocados pelo mar, com vantagens ambientais e financeiras, segundo o vice-presidente de operações, logística e software da companhia, Marcelo Bragança.

A empresa economizou R$ 43 milhões com as operações, despesa que é repassada para os clientes, num cenário de alta competitividade na distribuição de combustíveis, além de diminuir no ano passado as emissões em 22,5 mil toneladas de CO_2, segundo Bragança. A expectativa é que a Vibra aumente em 15% o volume de combustível transportado pelo mar em 2024, frente a 2023.

Cabotagem é o transporte de mercadorias e de passageiros por navio entre duas localidades no mesmo país. Especialistas do setor consideram a modalidade eficiente, porque permite o transporte em larga escala por uma embarcação. Em 2022, o governo estabeleceu um programa que estimula o transporte marítimo por cabotagem, ao criar a lei que ficou conhecida como "BR do Mar".

Segundo Bragança, a empresa percorre diariamente uma distância em terra que corresponde a 27 voltas no planeta, com custos logísticos elevados, além dos impactos ambientais. Um dos motivos para que a Vibra aderisse à cabotagem foi o biodiesel — em 2024, o diesel comum deve ser vendido após mistura de 14% com o combustível renovável.

> **15%**
> **é a meta de alta para cabotagem em 2024**

A produção de biodiesel é concentrada nas regiões Sul e Centro-Oeste, ao passo que a mistura precisa chegar ao país inteiro, disse o executivo. Para atender ao Nordeste, o biodiesel partia do Mato Grosso por meio de caminhões, aumentando custos e emissões.

A Vibra iniciou um projeto-piloto de biodiesel em 2019 a partir do Rio Grande do Sul, que tem alta produção do combustível. De lá, a companhia enviou cargas por cabotagem até o porto de Suape (PE), observando o comportamento do insumo, uma vez que o biodiesel tem alta absorção de água, o que causa problemas nos motores. "Fizemos testes para garantir a qualidade do biodiesel e observar os desafios", disse o executivo.

Com o sinal verde após os testes, a Vibra deixou de enviar o biodiesel de Mato Grosso para o Nordeste e passou a enviá-lo a partir do Rio Grande do Sul para Pernambuco. A partir de 2021, quando iniciou o transporte regular das cargas, a Vibra transformou o Estado nordestino em um "hub" de distribuição para suas bases no Nordeste.

Em 2023, a Vibra movimentou mais de 80 milhões de litros de biodiesel em nove viagens de navio, 27% acima do transportado em 2022. Além dos custos menores, a cabotagem evitou mais de 6.100 viagens de caminhão, o que correspondeu a menos 10 mil toneladas de CO_2 emitidas. Quando se inclui o envio de etanol, a Vibra evitou a emissão de 22,5 mil toneladas de CO_2. Bragança afirmou que, no ano passado, a empresa transportou 196 milhões de litros de etanol do Sudeste para o Nordeste por navios, 14% a mais em relação a 2022. Para esta safra, a expectativa é que o volume transportado aumente entre 20% e 25%.

A Vibra também passou a transportar óleo diesel por cabotagem para um terminal portuário em Maceió, cuja área foi arrematada pela companhia no fim de 2023, em leilão promovido pelo governo. Ainda é uma operação pequena, segundo Bragança, mas que tende a ganhar escala. "Vamos fazer investimentos adicionais para aumentar a cabotagem naquela área", disse o vice-presidente da Vibra.

A BR do Mar, avalia, aumentou a oferta de navios de bandeira estrangeira operados por empresas brasileiras, o que traz mais competição para a cabotagem e permite tirar caminhões para transporte de combustíveis por rotas mais longas.

Em paralelo, a Transpetro tem sinalizado que pode oferecer serviços marítimos ao mercado, num caminho de diversificar receitas, o que seria positivo, avalia Bragança. Ele lembra que a Transpetro já é uma parceira da Vibra e não descarta conversar com a estatal.

"Quanto mais agentes estiverem operando na cabotagem, a tendência é ter um mercado mais competitivo e, no limite, reduzir custos. Obviamente, parte desse benefício acaba chegando ao consumidor", concluiu o executivo.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a coluna de **Rony Meisler**

VOCÊ *feliz é* TUDO DE Pão

Ao longo de 65 anos, construímos uma relação de confiança e respeito com nossos clientes, colaboradores, fornecedores e comunidade a partir do propósito genuíno de fazer feliz. Temos o prazer de servir em nosso DNA, e buscamos todos os dias a excelência, a inovação e o encantamento. Tudo isso para atender vocês, clientes, onde, como e da forma como vocês preferem ou precisam.

Tudo que o Pão faz é pra ver você feliz. Porque você feliz é tudo de Pão!

COMPRE ONDE PREFERIR ;)

Veículos Montadora alemã avalia reestruturação, em meio à desaceleração da demanda e ao avanço de concorrentes chinesas no mercado europeu

Volks estuda fechar fábricas na Alemanha pela primeira vez

Patricia Nilsson
Financial Times

A Volkswagen estuda fechar fábricas na Alemanha, algo que seria inédito em seus 87 anos de história, depois de o programa de economia de custos lançado em 2023 ter ficado vários bilhões de euros atrás da meta.

O CEO da Volkswagen, Oliver Blume, disse nesta segunda-feira (2) que a indústria automotiva europeia está em uma situação muito "séria" e que produzir no país está cada vez menos competitivo. "O ambiente econômico ficou ainda mais duro e novos concorrentes estão entrando no mercado europeu. Nesse ambiente, nós, enquanto companhia, precisamos agir agora de forma decisiva", disse.

> "Como companhia, precisamos agir agora de forma decisiva"
> *Oliver Blume*

Como resultado, a empresa anunciou que planeja voltar atrás na promessa de não cortar empregos na Alemanha até 2029, uma decisão que a colocará em rota de colisão com seu influente conselho de trabalhadores.

Em junho do ano passado, a principal marca da companhia divulgou um plano para cortar € 10 bilhões em custos até 2026. Os acordos com os sindicatos previam que o plano da empresa dependeria da aposentadoria antecipada de parte de seus trabalhadores, e não de substituições, mas nesta segunda-feira a Volkswagen comunicou que isso tem sido "insuficiente para alcançar os ajustes estruturais urgentemente necessários para uma maior competitividade no curto prazo".

Daniela Cavallo, presidente do conselho de trabalhadores da Volkswagen — que, segundo as regras alemãs, representa os interesses dos funcionários no conselho de supervisão —, divulgou uma nota aos funcionários, na segunda-feira, advertindo que a marca principal da empresa corre o risco de ficar no vermelho e que a liderança executiva estuda fechar fábricas na Alemanha.

> **€ 10 bi**
> **era o corte planejado e que não foi atingido**

"Como resultado, o conselho executivo agora está questionando as fábricas alemãs, os acordos salariais internos da Volks e o programa de segurança no emprego em vigor até o fim de 2029", disse Cavallo, cujo confronto com Herbert Diess, ex-CEO da Volkswagen, contribuiu para sua demissão em 2022.

A Volkswagen destacou que a situação financeira "extremamente tensa" da empresa significa que "mesmo o fechamento de fábricas em instalações de produção de veículos e componentes já não pode ser descartado", acrescentando que iniciaria negociações com representantes dos funcionários.

Por sua vez, Cavallo indicou que os planos dos executivos da Volkswagen enfrentariam forte resistência. "Comigo, não haverá fechamento de fábricas da VW!", disse aos funcionários.

A iminente batalha sobre a reestruturação da maior montadora de automóveis da Europa se dá em meio à queda na demanda tanto em seu mercado interno quanto na China, onde vende a maior parte de seus carros.

O executivo da montadora observou na segunda-feira que o cenário econômico vem ficando mais difícil, em parte porque "novos concorrentes estão entrando no mercado europeu".

Várias montadoras chinesas de veículos elétricos, como a BYD, planejam entrar na Europa, enquanto a Volkswagen e outras marcas tradicionais correm para conseguir desenvolver modelos mais baratos do que os seus atuais nesse segmento.

LIESA JOHANNSSEN/BLOOMBERG

Blume, CEO da Volks: "O ambiente econômico ficou mais duro e novos concorrentes estão entrando no mercado europeu"

Órigo capta R$ 600 milhões para expandir geração solar no Brasil

Energia

Robson Rodrigues
De São Paulo

A Órigo Energia, empresa que atua no segmento de geração distribuída (GD) de energia solar, captou R$ 600 milhões para financiar a construção de cerca de 150 pequenas usinas solares em 11 Estados, que juntas vão somar 180 megawatt-pico (MWp).

Foram emitidas notas comerciais classificadas como títulos verdes ("green bonds"), no mercado local. A operação tem como principal credor o Bradesco BBI.

O diretor financeiro da empresa, Eduardo Bechara, explica que a captação é uma fatia do aporte necessário, já que cerca de R$ 250 milhões serão investidos por meio de aporte dos acionistas. "A gente tem uma alavancagem que varia entre 60% a 70% de dívida e a diferença, de 'equity'", explica.

> "É mais atrativo para nós o caminho de construção de novos ativos"
> *Eduardo Bechara*

Os números podem variar a depender da cotação do câmbio, já que quase todos os painéis solares produzidos no mundo vêm da China, que detém mais de 80% da capacidade global de fabricação. Por outro lado, o excesso de oferta fez com que os preços caíssem nos últimos anos.

A emissão de notas comerciais foi feita pela Petrolina, subsidiária da Órigo, e conta com taxas de CDI mais 1,86% e CDI mais 1,89% ao ano, para a primeira e a segunda série, respectivamente, e prazo de sete anos para pagamento.

A Órigo possui uma capacidade de instalada de 350 MWp em fazendas solares e planeja atingir 2 GWp nos próximos anos. Para alcançar essa meta, a empresa pretende continuar replicando seu modelo de negócios. Dependendo das condições de mercado, o investimento estimado para essa expansão é de R$ 7,5 bilhões.

Além do bolso de seus acionistas (I Squared Capital, Augment Infrastructure, TPG ART, Blue like an Orange Sustainable Capital, MOV Investimentos e Mitsui), a empresa está diversificando as maneiras de estruturar o financiamento de longo prazo de projetos de pequena escala.

Até pouco tempo, as empresas do setor buscavam predominantemente Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) e fundos de direitos creditórios (FIDC). A emissão de debêntures incentivadas, criada pela Lei 12.431/2011, ampliou as alternativas e promoveu o mercado de capitais como fonte de recursos de longo prazo.

"Este é um setor que tem se consolidado com muitas oportunidades de aquisições, mas, para uma empresa como a nossa, bastante verticalizada e com capacidade de fazer os projetos, acaba ficando mais atrativo o caminho de construção de novos ativos", diz Bechara.

Hoje, a Órigo tem mais de 110 mil clientes, que vão desde pessoa física até pequenos negócios. A empresa, obviamente, quer aumentar sua base e a ideia é que esse incremento de energia seja alocado para suprir as necessidades de consumidores com mesmo perfil.

Os "green bonds" são títulos de dívida emitidos para financiar projetos ambientais ou climáticos. Esses projetos podem incluir energia renovável, eficiência energética, gestão sustentável de recursos naturais, conservação da biodiversidade, entre outros.

O setor de geração distribuída ganhou força após o marco legal, que criou uma espécie de "corrida pelo sol" para garantir a gratuidade da cobrança da tarifa de uso da rede das distribuidoras, a chamada Tusd, até 2045.

> **150**
> **pequenas usinas solares serão feitas**

Vale contrata bancos para vender fatia de 70% da Aliança

Estratégia

Maria Luíza Filgueiras
De São Paulo

A Vale está em tratativas para venda do controle da companhia de energia Aliança, apurou o **Pipeline**, site de negócios do **Valor**. Itaú BBA e Morgan Stanley assessoram a empresa nas conversas.

A mineradora era sócia da Cemig na Aliança, mas comprou a fatia de 45% dos mineiros em março. A Cemig já queria monetizar sua participação, ao mesmo tempo em que a relação entre a Vale e o governo mineiro não andava às mil maravilhas. A Cemig, então, abriu um processo de venda, mas acabou não tendo propostas no patamar que pretendia, porque não detinha o controle da operação.

A Vale deu saída à Cemig e, agora, quer repassar o controle, vendendo 70% da Aliança e mantendo a posição minoritária, dentro de suas metas de autogeração.

A chinesa CTG e a francesa TotalEnergies (que tem uma joint venture com a Casa dos Ventos) estão entre as empresas na mesa de negociação, segundo fontes.

O desafio para a Vale será conseguir um "valuation" semelhante ou superior àquele da transação com a Cemig, avalia uma pessoa próxima às tratativas. Na compra da fatia, a Aliança foi avaliada em R$ 6 bilhões.

Procurada pelo **Pipeline**, a Vale não comentou. Em comunicado ao mercado após a publicação da reportagem no site, no entanto, a companhia confirmou que mantém conversas com potenciais parceiros para a Aliança Energia e diz que não há ainda acordo vinculante ou decisão tomada sobre quem ou futuro percentual na estrutura de capital.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Ddf Comercial e Empreiteira Ltda. -** CNPJ: 22.205.567/0001-37 - Endereço: Rua Áurea Lejeuner, 600, Bairro Vila Guarani - Requerente: Ddf Comercial e Empreiteira Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara Cível do Foro Regional do Jabaquara, São Paulo/SP - Observação: Pedido de auto falência.

Requerido: **F. A. da Costa Máquinas e Equipamentos Industriais Ltda. Epp -** Endereço: Não Consta - Requerente: Cda Comércio e Indústria de Metais Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Requerido: **Metalfer Comércio de Ferro e Aço e Serviços, Razão Social Leandro José Baquete -** CNPJ: 27.150.982/0001-54 - Endereço: Rua José Rodrigues Santinho, 437, Barracão, Bairro Jardim Alexandre Balbo - Requerente: Sampaio Distribuidora de Aço S/A - Vara/Comarca: 9a Vara de Ribeirão Preto/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Falências Decretadas

Empresa: **Imv Indústria e Comércio de Válvulas Industriais Ltda. -** CNPJ: 04.329.357/0001-79 - Endereço: Av. Alberto Jafet, 716, Sala 02, Bairro Vila Nogueira, Diadema/sp - Administrador Judicial: Bl Consultoria e Participações Ribeirão Preto S/s Ltda., Representada Pelo Dr. André Borges Leite - Vara/Comarca: 1a Vara de Araras/SP

Empresa: **Lews Company Ltda. -** CNPJ: 19.091.579/0001-73 - Endereço: Av. Nove de Julho, 286, Loja A, Centro, Vinhedo/sp - Administrador Judicial: N2w Brasil Consultores Associados Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Empresa: **Pp Service Serviço de Portaria e Limpeza Ltda. ME Ou Ppservice Serviço de Portaria e Limpeza Ltda. ME -** CNPJ: 22.203.099/0001-61 - Endereço: Rua Senador Bento Pereira Bueno, 479, Sala 02, Bairro Vila Progresso - Administrador Judicial: Dr. Adnan Abdel Kader Salem - Vara/Comarca: 6a Vara de Jundiaí/SP

Empresa: **Profissional Plus Serviço de Portaria e Limpeza Ltda. ME -** CNPJ: 08.086.088/0001-18 - Endereço: Rua Senador Bento Pereira Bueno, 479, Sala 01, Bairro Vila Progresso - Administrador Judicial: Dr. Adnan Abdel Kader Salem - Vara/Comarca: 6a Vara de Jundiaí/SP

Reformas de Sentença de Falência

Empresa: **Sugar Brazil Ltda., Nome Fantasia Justin Sugar Brazil -** CNPJ: 03.509.578/0001-66 - Endereço: Av. Das Esmeraldas, 3895, Bloco 02 Tókio, Sala 320, Bairro Jardim Tangará, Marília/sp - Requerente: Starllupy Comercial, Exportadora, Importadora e Assessoria em Comércio Exterior Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP - Observação: Homologado o acordo celebrado entre as partes, foi revogada a sentença de quebra da requerida.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Assunção Logística Ltda. -** CNPJ: 28.208.160/0001-40 - Endereço: Rua São Salvador, 890, Sala B, Centro, Junqueirópolis/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Empresa: **Rrmg Transportes Ltda. -** CNPJ: 18.754.718/0001-39 - Endereço: Rua São Salvador, 890, Sala C, Centro, Junqueirópolis/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **Vanderson Carniatto Ferrari Me, Nome Fantasia Trans Ferrari -** CNPJ: 18.068.279/0001-00 - Endereço: Rua São Salvador, 890, Sala A, Junqueirópolis/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Decore Home Ltda. -** CNPJ: 15.001.989/0001-25 - Endereço: Av. José Tozzi, 1633, Loja 01, Centro - Administrador Judicial: Revigo Reestruturação de Empresa e Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de São Mateus/ES

Empresa: **Elísio Domingo Marin -** CNPJ: 54.619.571/0001-38 - Endereço: Estrada Priscila, S/nº, Lote 14, Zona Rural, Santa Carmen/mt - Administrador Judicial: Ex Lege Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Breno Augusto Pinto de Miranda - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT

Empresa: **Fernando Antonio Marin -** CNPJ: 54.619.708/0001-54 - Endereço: Estrada Priscila, S/nº, Lote 14, Zona Rural, Santa Carmen/mt - Administrador Judicial: Ex Lege Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Breno Augusto Pinto de Miranda - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT

Empresa: **Márcio Teles da Silva -** CNPJ: 56.886.378/0001-99 - Endereço: Estrada N. A. 01, Km 12, S/nº, Fazenda Vera Cruz, Bairro Bernardo, Nova Andradina/ms - Administrador Judicial: Cury Sociedade Individual de Advocacia - Vara/Comarca: 4a Vara de Três Lagoas/MS

Empresa: **Selso Soares de Oliveira Júnior -** CNPJ: 56.886.623/0001-68 - Endereço: Rua Santa Lúcia, 2128, Bairro Centro Educacional, Nova Andradina/ms - Administrador Judicial: Cury Sociedade Individual de Advocacia - Vara/Comarca: 4a Vara de Três Lagoas/MS

Empresa: **Soares Silva Assessoria Empresarial Ltda. -** CNPJ: 15.730.755/0001-19 - Endereço: Av. Borges de Medeiros, 2500, Sala 1707, Praia de Belas - Administrador Judicial: Giacomini e Valdez Advogados Associados, Representada Pelo Dr. Dani Leonardo Giacomini - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Porto Alegre/RS

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Brumau Comércio de Óleos Vegetais Ltda., Atualmente Denominada Nutoil Ltda. -** CNPJ: 55.249.627/0001-72 - Endereço: Av. Dona Engrácia, 630, Bairro Vila Engrácia - Vara/Comarca: 3a Vara de Catanduva/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **J W Indústria e Comércio de Equipamentos em Aço Inoxidável Ltda. -** CNPJ: 00.511.648/0001-22 - Endereço: Av. Marginal Antonio Waldir Martinelli, 1820, Distrito Industrial - Vara/Comarca: 1a Vara de Sertãozinho/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Jws Indústria e Comércio de Equipamentos e Sistemas Ltda. -** CNPJ: 10.301.623/0001-58 - Endereço: Av. Marginal Antonio Waldir Martinelli, 1820, Ala A, Distrito Industrial - Vara/Comarca: 1a Vara de Sertãozinho/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Indeferidas

Empresa: **Ivanes Maria Brustolin Marin -** CNPJ: 54.619.817/0001-71 - Endereço: Estrada Priscila, S/nº, Lote 14, Zona Rural, Santa Carmen/mt - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT - Observação: Face não preencher os requisitos legais para a ação.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

Tecnologia Fundo do bilionário participa da elaboração de novas regras, preocupando especialistas

A influência de Bezos nos créditos de carbono

Kenza Bryan
Financial Times, de Londres

A influência da entidade filantrópica de US$ 10 bilhões da Amazon e de Jeff Bezos sobre o mercado de créditos de carbono está preocupando especialistas, em meio a uma disputa cada vez mais intensa sobre as regras a serem seguidas pelas "big techs" e outros grupos empresariais para cumprir metas climáticas difíceis.

O Bezos Earth Fund está entre os maiores financiadores da Science Based Targets Initiative (SBTi), entidade de renome mundial na qual grupos como Apple e H&M confiam para definir padrões e limites rigorosos para o uso de créditos de carbono para compensar emissões de gases do efeito estufa.

A Amazon também está expandindo sua própria iniciativa de compromisso voluntário, assinada por mais de 500 empresas, como Uber, IBM e Microsoft, que pode oferecer uma maneira alternativa de cumprir as metas climáticas e não estabelece limites para o uso dos créditos de carbono.

A SBTi está revisando sua abordagem para compensações, uma decisão que pode ser crucial para as "big techs" em um momento em que o desenvolvimento da inteligência artificial (IA) levou a um salto nas emissões, causado pelo uso intensivo de centros de dados.

Especialistas e ativistas passaram a se preocupar com o potencial do fundo da Amazon e de Bezos — que é seu presidente e tem sua noiva, Lauren Sánchez, como vice-presidente — de influenciar a SBTi. Esta entidade tem papel predominante na discussão sobre empresas serem aptas a obter um selo crível de "emissões líquidas zero".

YURI GRIPAS/ABACA/BLOOMBERG

Jeff Bezos é presidente do Bezos Earth Fund e maior acionista da Amazon

Uma fonte próxima à Amazon disse que esta empresa é "totalmente diferente" do fundo Bezos: "Operamos de forma independente um do outro".

Mas em julho, em uma queixa apresentada à Charity Commission do Reino Unido, que é a agência reguladora das entidades filantrópicas do país, um ex-funcionário da SBTi levantou temores sobre a percepção de que o fundo de Bezos tem influência sobre a definição dos padrões climáticos. O fundo também financia as organizações que empregam três dos membros do conselho da SBTi.

Na semana passada, a Charity Commission planejava apresentar recomendações à SBTi, que é registrada no Reino Unido, sobre como melhorar sua governança, inclusive em questões que dizem respeito a conflitos de interesse, segundo correspondência a que o "Financial Times" teve acesso.

O Bezos Earth Fund informou que está "na expectativa para ler as conclusões da Charity Commission do Reino Unido". Já a SBTi declarou: "Temos processos de governança claros em vigor, inclusive uma declaração sobre conflito de interesses, e continuamos a tomar medidas proativas para melhorar esses mecanismos."

Entidades que fazem subvenções e doações e têm vínculos atuais ou históricos com grandes empresas, como a Bloomberg Philanthropies, a Ikea Foundation ou a Rockefeller Foundation, são o alicerce financeiro do espaço de definição de padrões e campanhas sobre o clima. O Google e seu braço filantrópico também financiam entidades nesse espaço.

Mas a batalha sobre o futuro da SBTi pode se mostrar crucial para as iniciativas empresariais destinadas a cumprir as metas climáticas. Algumas empresas estão frustradas com as restrições da entidade que preveem o uso de créditos de carbono para compensar apenas 10% das emissões. Ao longo do ano passado, a Amazon e a Microsoft foram duas das centenas de empresas que a SBTi retirou de sua lista de grupos que adotam medidas ambiciosas o suficiente para chegar ao patamar de "net zero" ["zero líquido" em emissões].

O fundo Bezos patrocina o principal criador de padrões em contabilidade de carbono: o Greenhouse Gas Protocol, que também está revisando suas regras.

A Amazon também é vista como promotora de alternativas aos padrões da SBTi. Empresas que optem por assinar seu Climate Pledge precisam se comprometer a alcançar o "zero líquido" até 2040, "em conformidade" com as metas do Acordo de Paris, mas têm liberdade para definir até que ponto farão isso por meio da redução de suas emissões ou com a compra de compensações. No ano passado, a Amazon também ajudou a criar o selo Abacus, para testar a qualidade dos créditos de carbono.

"Se grandes poluidores como a Amazon quiserem alcançar o 'zero líquido' da forma mais barata possível, eles podem muito bem ter um incentivo para arquitetar uma situação em que as compensações sejam vistas como confiáveis", diz Holger Hoffman-Riem, do grupo de consultoria técnica da SBTi e consultor da organização sem fins lucrativos suíça Go For Impact. "E se Bezos financia uma parcela tão grande do espaço das definições dos padrões sobre o clima, então a Amazon pode estar em uma posição em que pode influenciar as decisões tomadas nesse espaço."

De forma geral, a compra de créditos de carbono sai muito mais barata do que cortar emissões das cadeias de fornecimento, o que faz dela a ferramenta preferida de alguns executivos-chefes que estão sob pressão para manter as promessas feitas aos acionistas na questão das mudanças climáticas.

Fontes bem informadas da SBTi manifestaram sua preocupação com uma "Hidra de Lerna de sete cabeças" de lobistas dos créditos de carbono e energia em reuniões sobre política climática. Uma fonte próxima ao fundo de Bezos rebateu essa crítica: "Essas pessoas não toleram o fato de que não têm mais carta branca para definir as regras... Bem-vindas ao mundo adulto da definição de padrões."

A Amazon é a única empresa a ter dado recursos para a missão central da SBTi, embora já não seja uma patrocinadora financeira. Lafarge, ArcelorMittal, Danone e Ikea custearam projetos específicos.

Em uma intervenção há dois anos e meio, o chefe do fundo, Andrew Steer, pediu que o conselho e a gerência da SBTi se reunissem com um grupo de grandes empresas que têm ações negociadas nas bolsas dos Estados Unidos: Amazon, Netflix, General Motors e Johnson Controls.

Steer falou da frustração das empresas com a "falta de flexibilidade" da SBTi, o que incluía suas regras que limitam o uso de créditos de carbono, de acordo com um e-mail de 2022 a que o "Financial Times" teve acesso e foi noticiado primeiro pelo jornal "Die Zeit".

No e-mail, Steer escreveu que uma reunião com a gerência e o conselho da SBTi ajudaria muito "a mostrar esse tipo de respeito" e poderia evitar uma ofensiva para criar um organismo alternativo para a definição de padrões. Ele fez referência à "grande injeção financeira" feita pelo fundo de Bezos para auxiliar a entidade definidora de padrões. A SBTi disse que seu envolvimento com empresas é "totalmente apropriado".

Dois anos depois, em março, o fundo de Bezos apoiou uma diluição das regras da SBTi sobre créditos de carbono em uma reunião que tinha convocado, segundo noticiou o "Financial Times". Logo depois, o conselho da SBTi disse que permitiria o uso de créditos de carbono em escala. Mas voltou atrás quando a medida provocou reclamações da equipe da entidade. Seu executivo-chefe, Luiz Amaral, pediu demissão em julho, citando "razões pessoais". Amaral entrara na SBTi em 2022 e antes trabalhara com Steer em outro grupo ligado à questão climática.

"Tudo o que fazemos no Bezos Earth Fund é feito exclusivamente para o benefício do bem comum", diz o fundo. Segundo ele, o e-mail de Steer "só demonstra que nos importamos em passar informações cruciais aos beneficiários de nossas doações para dar apoio a seu sucesso". ***(Tradução de Lilian Carmona)***

aes Brasil

AES BRASIL OPERAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 00.194.724/0001-13 - NIRE 35300574290

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 2ª (SEGUNDA) E DA 3ª (TERCEIRA) SÉRIE DA 9ª (NONA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ 3 (TRÊS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA AES BRASIL OPERAÇÕES S.A.

Considerando que: **(A)** em 15 de maio de 2024, a AES Brasil Energia S.A. ("**AES Brasil**") divulgou fato relevante ("**Fato Relevante**") através do qual comunicou que foi celebrado, em 15 de maio de 2024, após aprovação de seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("**Auren**") e a ARN Holding Energia S.A. ("**ARN**"), o "*Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças*" ("**Acordo**") por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, a ser realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultará na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias da AES Brasil e da Auren ("**Combinação de Negócios**" ou "**Operação**"); **(B)** em decorrência da Operação (e condicionado à verificação de condições usuais para operações desta natureza), o Acordo prevê que a Operação será realizada por meio da incorporação, pela ARN, uma sociedade cujo capital é integralmente detido pela Auren, da totalidade das ações ordinárias de emissão da AES Brasil, com a consequente conversão da AES Brasil em subsidiária integral da ARN e a emissão, pela ARN, de novas ações ordinárias e preferenciais compulsoriamente resgatáveis. Como ato subsequente, a ARN será incorporada pela Auren, de modo que a ARN será extinta e a Auren passará a ser titular da totalidade do capital social da AES Brasil, resultando a Operação na troca do controle direto e indireto (assim definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações (conforme abaixo definida)) ("**Controle**") da AES Brasil e indireto da **AES Brasil Operações S.A.** ("**Emissora**"); **(C)** nos termos da Escritura de Emissão (conforme abaixo definida), são hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures **(i)** *alteração do controle acionário direto ou indireto da Emissora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) que não resulte na AES Corporation como controlador (direto ou indireto) da Emissora ou no BNDES Participações S.A. - BNDESPAR ("**BNDESPAR**"), como acionista (direto ou indireto) da Emissora, podendo, inclusive, o BNDESPAR aumentar, diminuir e/ou se desfazer de sua participação acionária na Emissora, desde que a AES Corporation seja preservada como acionista controlador (direto ou indireto) da Emissora*; e **(ii)** *declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigações financeiras assumidas pela Emissora ou por suas Controladas Relevantes, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado igual ou superior a US$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos) ou equivalente em Real na data da referida declaração de vencimento antecipado*; **(D)** as matérias acima dependem de aprovação dos Debenturistas (conforme abaixo definidos). Ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação das três séries de Debêntures ("**Debenturistas**") da 9ª (nona) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária em três séries, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Emissora ("**Emissão**" e "**Debêntures**" respectivamente), emitidas nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 9ª (nona) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até 3 (três) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da AES Tietê Energia S.A." entre a Emissora e o Agente Fiduciário"*, celebrado em 15 de março de 2019, entre a Emissora e a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("**Agente Fiduciário**"), conforme aditada em 15 de abril de 2019 e 15 de março de 2022 ("**Escritura de Emissão**"), para se reunirem em primeira convocação, nos termos da cláusula 10.1 (c) da Escritura de Emissão, no dia 23 de setembro de 2024, às 11:00 horas, em assembleia geral de debenturistas ("**AGD**"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, através da plataforma digital *Ten Meetings* ("**Plataforma Digital**"), nos termos da Escritura de Emissão, do artigo 121, parágrafo único, e do artigo 124, §2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e do artigo 71, § 2º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), para deliberar sobre as seguintes **Ordens do Dia: 1.** Aprovar o consentimento prévio *(waiver)* para a realização da Operação, conforme previsto na Cláusula 10.9 da Escritura de Emissão, de modo a **(a)** aprovar a alteração do controle indireto Emissora, de forma que nenhum inadimplemento, pela Emissora, seja configurado nos termos da Cláusula 6.1.1 (viii), da Escritura de Emissão, restando certo e assegurado aos Debenturistas e à Emissora que, como consequência de tal consentimento prévio *(waiver),* os dispositivos deste inciso relacionados ao controle (direto ou indireto) da Emissora, atualmente aplicáveis ou relacionados à AES Corporation, na qualidade de atual controladora indireta da Emissora, continuarão válidos e integralmente aplicáveis em relação (a.i) à Votorantim S.A. isoladamente; ou (a.ii) à Votorantim S.A. e ao Canada Pension Plan Investment Board conjuntamente, na qualidade novo(s) controlador(es) indireto(s) da Emissora, respeitados, em qualquer caso, os respectivos termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão; e **(b)** renunciar ao direito de declarar o vencimento antecipado desta dívida caso, em decorrência da Operação, haja a declaração de vencimento antecipado de quaisquer outras dívida e/ou obrigações financeiras assumidas pela Emissora e/ou por suas Controladas Relevantes, no mercado local ou internacional, em valor agregado inferior a US$100.000.000,00 (cem milhões de dólares americanos), ou o seu equivalente em outras moedas, na data da referida declaração de vencimento antecipado, de forma que nenhum inadimplemento, pela Emissora, seja configurado nos termos da Cláusula 6.1.1 (vii), da Escritura de Emissão; e **(II)** Aprovar a autorização para que a Emissora e o Agente Fiduciário possam praticar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações a serem tomadas na AGD. Informações Gerais: **A) Sistema Eletrônico (Forma de Acesso e Documentos Exigidos).** O Debenturista que desejar participar da Assembleia deverá acessar *website* específico para a Assembleia da Emissora no endereço (https://assembleia.ten.com.br/127443168), preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou votação na Assembleia, com antecedência mínima de 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, na forma do disposto no artigo 72, §1º da Resolução CVM 81 de março de 2022 ("**Resolução CVM 81**"): i) Pessoa física: documento de identidade válido e com foto do debenturista (Carteira de Identidade (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); ii) Pessoa jurídica: (a) cópia da versão vigente do estatuto social ou contrato social, devidamente registrados na Junta Comercial competente, (b) documentos que comprovem a representação do Debenturista e (c) documento de identidade válido com foto de representante legal; e iii) Fundo de investimento: (a) versão vigente e consolidada do regulamento do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observadas a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal. Após a análise dos documentos o Debenturista receberá um e-mail no endereço cadastrado com a confirmação da aprovação ou da rejeição justificada do cadastro realizado, e, se for o caso, com orientações de como realizar a regularização do cadastro. Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Emissora, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado. **B) Procuradores.** O Debenturista que não puder participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital poderá ser representado por procurador, o qual deverá realizar o cadastro com seus dados no link (https://assembleia.ten.com.br/127443168), e apresentar os documentos indicados abaixo: i) documento de identificação com foto; ii) instrumento de mandato (procuração) outorgado nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deve ser enviado em sua versão digital, assinado de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente, com ou sem o reconhecimento de firma. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §§ 1° e 2° da Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital; e iii) documentos comprobatórios da regularidade da representação do Debenturista pelos signatários das procurações. O procurador receberá e-mail sobre a situação de habilitação de cada Debenturista registrado em seu cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos. Como anexo à Proposta da Administração pode ser encontrado um modelo de procuração para mera referência dos Debenturistas. Sem prejuízo, os Debenturistas também estão autorizados a utilizar outros modelos de procuração diferentes do sugerido na Proposta da Administração, desde que de acordo com as orientações acima. Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Emissora, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado. **C) Instrução de Voto.** Além da participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital, também será admitido o exercício do direito de voto pelos Debenturistas mediante preenchimento de instrução de voto a distância ("**Instrução de Voto**"). O Debenturista que optar por exercer, de forma prévia, seu direito de voto a distância por meio da Instrução de Voto, poderá fazê-lo de duas maneiras: i) Acessando o link (https://assembleia.ten.com.br/127443168) e realizando o preenchimento da Instrução de Voto diretamente na Plataforma Digital, na seção de "Instrução de Voto", bem como anexando todos os documentos necessários para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (B) acima, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia; ou ii) Acessando as páginas do Agente Fiduciário (https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos) ou da Emissora (https://ri.aesbrasil.com.br/informacoes-aos-investidores/endividamento/), para obtenção do modelo de Instrução de Voto e preenchimento apartado para, posteriormente, acessar o endereço a Plataforma Digital (https://assembleia.ten.com.br/127443168), preencher o cadastro e anexar todos os documentos necessários para a habilitação para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (B), incluindo a Instrução de Voto preenchida e digitalizada, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. O Debenturista que fizer o envio da Instrução de Voto mencionada e esta for considerada válida, terá sua participação e votos computados de forma automática, tanto em sede de primeira quanto em sede de segunda convocação, assim como para eventuais adiamentos (por uma ou sucessivas vezes) ou reaberturas, conforme aplicável, e não precisará necessariamente acessar na data da Assembleia, a Plataforma Digital, sem prejuízo da possibilidade de sua simples participação na Assembleia, na forma prevista no artigo 71, §4º, da Resolução CVM 81. Contudo, caso o Debenturista que fizer o envio de Instrução de Voto válida participe da Assembleia através da Plataforma Digital e, cumulativamente, manifeste seu voto no ato de realização da Assembleia, a Instrução de Voto anteriormente enviada será desconsiderada, nos termos do artigo 71, §4º, inciso II da Resolução CVM 81. Por fim, a Emissora esclarece, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia, que poderá adotar os procedimentos previstos para que a Assembleia se adeque às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, a Emissora, caso necessário, poderá publicar um novo Edital de Convocação com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste Edital de Convocação, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da Assembleia. A administração da Emissora reitera aos senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital. Informações adicionais sobre a Assembleia e as matérias constantes da Ordem do Dia acima podem ser obtidas junto à Emissora pelo endereço eletrônico estruturacao.financeira@aes.com e/ou ao Agente Fiduciário, pelo endereço eletrônico af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Este edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos), da Emissora (https://ri.aesbrasil.com.br/informacoes-aos-investidores/endividamento/) e da CVM na rede mundial de computadores (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Os demais termos e condições da Operação encontram-se descritos e detalhados no Fato Relevante, o qual encontram-se disponíveis para consulta no website da AES Brasil (https://ri.aesbrasil.com.br), da CVM (http://www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São Paulo, 02 de setembro de 2024.

aes Brasil

AES BRASIL OPERAÇÕES S.A.

(sucessora por incorporação da AES Tietê Energia S.A.)

CNPJ/MF nº 00.194.724/0001-13 - NIRE 35.300.574.290

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 8ª (OITAVA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DA AES BRASIL OPERAÇÕES S.A.

Considerando que: **(A)** em 15 de maio de 2024, a AES Brasil Energia S.A. ("**AES Brasil**") divulgou fato relevante ("**Fato Relevante**") através do qual comunicou que foi celebrado, em 15 de maio de 2024, após aprovação de seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("**Auren**") e a ARN Holding Energia S.A. ("**ARN**"), o "*Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças*" ("**Acordo**") por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, a ser realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultará na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias da AES Brasil e da Auren ("**Combinação de Negócios**" ou "**Operação**"); **(B)** em decorrência da Operação (e condicionado à verificação de condições usuais para operações desta natureza), o Acordo prevê que a Operação será realizada por meio da incorporação, pela ARN, uma sociedade cujo capital é integralmente detido pela Auren, da totalidade das ações ordinárias de emissão da AES Brasil, com a consequente conversão da AES Brasil em subsidiária integral da ARN e a emissão, pela ARN, de novas ações ordinárias e preferenciais compulsoriamente resgatáveis. Como ato subsequente, a ARN será incorporada pela Auren, de modo que a ARN será extinta e a Auren passará a ser titular da totalidade do capital social da AES Brasil, resultando a Operação na troca do controle direto e indireto (assim definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações (conforme abaixo definida) ("**Controle**") da AES Brasil e indireto da AES Brasil Operações S.A. ("**AES Operações**" ou "**Emissora**") e das SPEs (conforme abaixo definidas); **(C)** nos termos da Escritura de Emissão (conforme abaixo definida), são hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures **(i)** a alteração do controle acionário direto ou indireto da Emissora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) que não resulte na AES Corporation como controlador (direto ou indireto) da Emissora ou no BNDES Participações S.A. - BNDESPAR ("**BNDESPAR**"), como acionista (direto ou indireto) da Emissora, podendo, inclusive, o BNDESPAR aumentar, diminuir e/ou se desfazer de sua participação acionária na Emissora, desde que a AES Corporation seja preservada como acionista controlador (direto ou indireto) da Emissora, exceto se à operação tiver sido previamente aprovada pelos Debenturistas, e a **(ii)** declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigações financeiras assumidas pela Emissora ou por qualquer Fiadora (conforme abaixo definido), no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado igual ou superior a US$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos) ou equivalente em Real na data da referida declaração de vencimento antecipado ou valor equivalente em outras moedas, considerado de forma individual ou agregado; **(D)** as matérias acima dependem de aprovação dos Debenturistas (conforme abaixo definidos). Ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação ("**Debenturistas**") da 8ª (oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Emissora ("**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente), emitidas nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, Com Garantia Adicional Fidejussória, Em Série Única, Para Distribuição* Pública com Esforços Restritos da AES Brasil Operações", celebrada em 10 de maio de 2018, entre a Emissora, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**Agente Fiduciário**"), a Boa Hora 1 Geradora De Energia Solar S.A., ("**Boa Hora 1**"), Boa Hora 2 Geradora De Energia Solar S.A., ("**Boa Hora 2**") e a Boa Hora 3 Geradora De Energia Solar S.A., ("**Boa Hora 3**" e, quando em conjunto com a Boa Hora 1 e com a Boa Hora 2, as "**Fiadoras**"), conforme aditada em 23 de maio de 2018 e posteriormente, em 30 de novembro de 2021 ("**Escritura de Emissão**") para se reunirem em primeira convocação, nos termos da cláusula 10.1 da Escritura de Emissão, no dia 23 de setembro de 2024, às 10:00 horas, em assembleia geral de debenturistas ("**AGD**"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, através da plataforma digital *Ten Meetings* ("**Plataforma Digital**"), nos termos da Escritura de Emissão, do artigo 121, parágrafo único, e do artigo 124, §2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e do artigo 71, § 2º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), para deliberar sobre as seguintes **Ordens do Dia. (I).** Aprovar o consentimento prévio (*waiver*) para a realização da Operação, conforme previsto na Cláusulas 10.9 e 10.10 inciso (i) da Escritura de Emissão, conforme aplicável, de modo a **(a)** aprovar a alteração do controle indireto da Emissora, de forma que nenhum inadimplemento, pela Emissora, seja configurado nos termos da Cláusula 6.1.1, inciso (vii), da Escritura de Emissão, restando certo e assegurado aos Debenturistas, à Emissora e às Fiadoras que, como consequência de tal consentimento prévio *(waiver)*, o dispositivo do inciso relacionado ao controle (direto ou indireto) da Emissora e/ou da Fiadoras, atualmente aplicáveis ou relacionados à AES Corporation na qualidade de atual controladora indireta da Emissora e/ou da Fiadoras e/ou direta da AES Brasil continuarão válidos e integralmente aplicáveis em relação (a.i) à Votorantim S.A. isoladamente; ou (a.ii) à Votorantim S.A. e ao Canada Pension Plan Investment Board conjuntamente, na qualidade novo(s) controlador(es) indireto(s) da Emissora, e/ou das Fiadoras e/ou da AES Brasil, respeitados, em qualquer caso, os respectivos termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão; e **(b)** renunciar ao direito de declarar o vencimento antecipado desta dívida caso, em decorrência da Operação, haja a declaração de vencimento antecipado de quaisquer outras dívida e/ou obrigações financeiras assumidas pela Emissora e/ou por qualquer Fiadora, no mercado local ou internacional, em valor agregado inferior a US$100.000.000,00 (cem milhões de dólares americanos), ou o seu equivalente em outras moedas, na data da referida declaração de vencimento antecipado, de forma que nenhum inadimplemento, pela Emissora, seja configurado nos termos da Cláusula 6.1.1, inciso (vi), da Escritura de Emissão; e **(II).** Aprovar a autorização para que a Emissora, as Fiadoras e o Agente Fiduciário possam praticar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações a serem tomadas na AGD. Informações Gerais: **A) Sistema Eletrônico (Forma de Acesso e Documentos Exigidos).** O Debenturista que desejar participar da Assembleia deverá acessar *website* específico para a Assembleia da Emissora no endereço (https://assembleia.ten.com.br/088271862), preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou votação na Assembleia, com antecedência mínima de 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, na forma do disposto no artigo 72, §1º da Resolução CVM 81 de março de 2022 ("**Resolução CVM 81**"): i) Pessoa física: documento de identidade válido e com foto do debenturista (Carteira de Identidade (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); ii) Pessoa jurídica: (a) cópia da versão vigente do estatuto social ou contrato social, devidamente registrados na Junta Comercial competente, (b) documentos que comprovem a representação do Debenturista e (c) documento de identidade válido com foto de representante legal; e iii) Fundo de investimento: (a) versão vigente e consolidada do regulamento do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observadas a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal. Após a análise dos documentos o Debenturista receberá um e-mail no endereço cadastrado com a confirmação da aprovação ou da rejeição justificada do cadastro realizado, e, se for o caso, com orientações de como realizar a regularização do cadastro. Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Emissora, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado. **B) Procuradores.** O Debenturista que não puder participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital poderá ser representado por procurador, o qual deverá realizar o cadastro com seus dados no *link* (https://assembleia.ten.com.br/088271862), e apresentar os documentos indicados abaixo: i) documento de identificação com foto; ii) instrumento de mandato (procuração) outorgado nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deve ser enviado em sua versão digital, assinado de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente, com ou sem o reconhecimento de firma. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §§ 1º e 2° da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital; e iii) documentos comprobatórios da regularidade da representação do Debenturista pelos signatários das procurações. O procurador receberá e-mail sobre a situação de habilitação de cada Debenturista registrado em seu cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos. Como anexo à Proposta da Administração pode ser encontrado um modelo de procuração para mera referência dos Debenturistas. Sem prejuízo, os Debenturistas também estão autorizados a utilizar outros modelos de procuração diferentes do sugerido na Proposta da Administração, desde que de acordo com as orientações acima. Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Emissora, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado. **C) Instrução de Voto.** Além da participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital, também será admitido o exercício do direito de voto pelos Debenturistas mediante preenchimento de instrução de voto a distância ("**Instrução de Voto**"). O Debenturista que optar por exercer, de forma prévia, seu direito de voto a distância por meio da Instrução de Voto, poderá fazê-lo de duas maneiras: i) Acessando o *link* (https://assembleia.ten.com.br/088271862) e realizando o preenchimento da Instrução de Voto diretamente na Plataforma Digital, na seção de "Instrução de Voto", bem como anexando todos os documentos necessários para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (B) acima, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia; ou ii) Acessando as páginas do Agente Fiduciário (https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos) ou da Emissora (https://ri.aesbrasil.com.br/informacoes-aos-investidores/endividamento/), para obtenção do modelo de Instrução de Voto e preenchimento apartado para, posteriormente, acessar o endereço a Plataforma Digital (https://assembleia.ten.com.br/088271862), preencher o cadastro e anexar todos os documentos necessários para a habilitação para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (B), incluindo a Instrução de Voto preenchida e digitalizada, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. O Debenturista que fizer o envio da Instrução de Voto mencionada e esta for considerada válida, terá sua participação e votos computados de forma automática, tanto em sede de primeira quanto em sede de segunda convocação, assim como para eventuais adiamentos (por uma ou sucessivas vezes) ou reaberturas, conforme aplicável, e não precisará necessariamente acessar na data da Assembleia, a Plataforma Digital, sem prejuízo da possibilidade de sua simples participação na Assembleia, na forma prevista no artigo 71, §4º, da Resolução CVM 81. Contudo, caso o Debenturista que fizer o envio de Instrução de Voto válida participe da Assembleia através da Plataforma Digital e, cumulativamente, manifeste seu voto no ato de realização da Assembleia, a Instrução de Voto anteriormente enviada será desconsiderada, nos termos do artigo 71, §4º, inciso II da Resolução CVM 81. Por fim, a Emissora esclarece, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia, que poderá adotar os procedimentos previstos para que a Assembleia se adeque às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, a Emissora, caso necessário, poderá publicar um novo Edital de Convocação com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste Edital de Convocação, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da Assembleia. A administração da Emissora reitera aos senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital. Informações adicionais sobre a Assembleia e as matérias constantes da Ordem do Dia acima podem ser obtidas junto à Emissora pelo endereço eletrônico estruturacao.financeira@aes.com e/ou ao Agente Fiduciário, pelo endereço eletrônico af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Este edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos), da Emissora (https://ri.aesbrasil.com.br/informacoes-aos-investidores/endividamento/) e da CVM na rede mundial de computadores (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Os demais termos e condições da Operação encontram-se descritos e detalhados no Fato Relevante, o qual encontram-se disponíveis para consulta no website da AES Brasil (https://ri.aesbrasil.com.br), da CVM (http://www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São Paulo, 02 de setembro de 2024.

INÊS 249

Tecnologia Em decisão unânime, Flávio Dino, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Luiz Fux acompanharam o voto de Alexandre de Moraes

Primeira Turma do STF mantém a rede social X fora do ar

Flávia Maia e Isadora Peron
De Brasília

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a decisão do ministro Alexandre de Moraes, que suspendeu o funcionamento da rede social X no Brasil. A decisão foi unânime. Todos os ministros do colegiado, formado por cinco dos 11 ministros, acompanharam o voto do relator: Flávio Dino, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Luiz Fux.

O julgamento, virtual, começou na madrugada da segunda-feira (2). Os ministros tinham até às 23h59 para se manifestar, mas já pela manhã havia maioria formada. Nessa modalidade, eles não se reúnem para debater a questão, apenas depositam seus votos no sistema eletrônico da Corte.

Ao se manifestar, Moraes manteve a suspensão da plataforma até que todas as ordens judiciais sejam cumpridas, a empresa indique um representante legal para atuar no país e pague as multas devidas, que superam R$ 18,3 milhões. Ele também decidiu manter a multa diária de R$ 50 mil aos usuários que adotarem "condutas no sentido de utilização de subterfúgios tecnológicos" para continuar acessando o X, através do uso de VPN.

Moraes suspendeu o X em todo o território nacional na sexta-feira (30). E em abril, já havia determinado a abertura de um inquérito contra Musk e o incluiu entre os investigados no inquérito das milícias digitais, que mira aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro.

No julgamento do STF, o ministro Dino destacou que todos devem cumprir as decisões judiciais. "O poder econômico e o tamanho da conta bancária não fazem nascer uma esdrúxula imunidade de jurisdição", escreveu. Dino também lembrou que a liberdade de expressão é um direito fundamental e "que está umbilicalmente ligado ao dever de responsabilidade". Por fim, disse que poderia reexaminar o caso se houver correção da conduta ilegal da empresa.

Zanin lembrou que o Marco Civil da Internet prevê sanções às empresas que descumprirem as regras legalmente estipuladas, sujeitando-as à "suspensão temporária" ou à "proibição de exercício" de determinadas atividades.

Já Cármen Lúcia afirmou que o X não foi banido do país, apenas se exigiu "o cumprimento do Direito em benefício de todas as pessoas, por todas as pessoas naturais ou jurídicas, nacionais e nacionais". Afirmou: "O Brasil não é xepa de ideologias sem ideias de Justiça, onde possam prosperar interesses particulares embrulhados no papel crepom de telas brilhosas sem compromisso com o Direito".

> "O Brasil não é xepa de ideologias sem ideias de Justiça", disse a ministra *Carmen Lúcia*

Fux apresentou uma ressalva em relação à aplicação da multa estabelecida por Moraes. Segundo ele, a decisão não pode atingir "pessoas naturais e jurídicas indiscriminadas e que não tenham participado do processo, em obediência aos cânones do devido processo legal e do contraditório, salvo se as mesmas utilizarem a plataforma para fraudar a presente decisão, com manifestações vedadas pela ordem constitucional, tais como expressões reveladoras de racismo, fascismo, nazismo, obstrutoras de investigações criminais ou de incitação aos crimes em geral".

O presidente do STF, Luís Roberto Barroso, se pronunciou a respeito do caso, ao dizer que, para funcionarem no Brasil, as plataformas digitais precisam ter representação no país e cumprir regras. ""Eu já reiterei a posição de que empresa de comunicação, de plataforma digital para funcionar no Brasil, como em qualquer país do mundo é assim, precisa ter representação, precisa cumprir as ordens judiciais e se não concorda recorre dessas ordens judiciais", disse Barroso, após uma palestra no Encontro Nacional do Ministério Público dos Estados e da União.

No dia 17 de agosto, Musk informou que iria encerrar as operações do escritório X no Brasil. Em um post publicado na própria rede, o comunicado dizia que a medida estava sendo tomada por conta das decisões de Moraes, mas que o serviço continuaria disponível para os usuários no país.

Na última quarta-feira, Moraes deu 24 horas para Musk indicar quem seria o representante legal do X no país, sob a ameaça de suspender a rede social. A intimação foi feita na própria plataforma, através do perfil oficial do STF.

Após vencer o prazo, o X anunciou em uma postagem que não iria cumprir a decisão. Diante da negativa, Moraes determinou a derrubada "imediata, completa e integral" da plataforma. A medida foi aplicada pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) ao longo do fim de semana.

Inicialmente, a expectativa era que Moraes submetesse o caso ao plenário. Ao optar pela Primeira Turma, ele deixou de fora do julgamento os dois ministros indicados por Bolsonaro: Kassio Nunes Marques e André Mendonça. Embora a tendência era que a maioria dos 11 ministros referendasse a decisão, havia a possibilidade de um dos dois pedir vista ou levar o caso para debate no presencial, o que alongaria a discussão.

O governo federal também se posicionou em relação à decisão do STF. O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse ontem (2) que a Suprema Corte está exigindo de Musk o mesmo que de todos os empresários brasileiros ou estrangeiros: o cumprimento das leis do país.

Ver mais na página A10

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do STF: X suspenso, até que cumpra as ordens

Ministro e Anatel de olho na Starlink

De Brasília

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), ainda analisa que medidas adotar diante da informação de que a Starlink não cumprirá a decisão de interromper o acesso à rede social X. Em último caso, Moraes poderia até mesmo suspender os serviços da empresa no Brasil, enquanto a ordem judicial não for operacionalizada.

A posição da empresa, que oferece serviços de internet por satélite, foi repassada informalmente ao presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Carlos Baigorri, no fim de semana. Coube ao órgão operacionalizar a medida, comunicando as operadoras que atuam no país depois da decisão do ministro, na sexta-feira. O Supremo, no entanto, ainda não foi informado da posição da empresa oficialmente.

No âmbito da Anatel, o órgão pode abrir um processo administrativo contra a empresa, que poderá resultar na aplicação de sanções, como multas, suspensão e, em último caso, a cassação da outorga, que impediria a empresa de prestar serviços no país.

A interlocutores, Moraes afirmou que a postura da Starlink, que também pertence ao bilionário Elon Musk, demonstra que ele estava certo ao bloquear as contas bancárias da companhia. A medida foi adotada para garantir o pagamento das multas impostas ao X por descumprir decisões judiciais. O montante, segundo a Corte, ultrapassa os R$ 18,3 milhões.

O argumento de Moraes é que se trata do mesmo grupo econômico e, como a plataforma não tinha recursos suficientes em suas contas bloqueadas, foi necessário estender a medida para a companhia. Na sexta-feira, o ministro Cristiano Zanin negou um pedido da Starlink para derrubar a decisão do colega.

Nesta segunda-feira (2), a empresa de Musk recorreu dessa decisão. Os advogados pediram que Zanin reconsidere a sua posição ou envie o caso para ser julgado pelo plenário. A defesa argumentou que a Starlink teve todos os seus ativos bloqueados sem uma "justificativa plausível" e sem o "direito da ampla defesa e do contraditório".

Para os advogados, trata-se de uma medida "desproporcional", já que não alcançou apenas o valor da multa devida pelo X. A defesa argumentou ainda que a medida traz um "sério risco de danos irreparáveis", pois impede a empresa de cumprir suas obrigações com funcionários, parceiros comerciais, fornecedores, consumidores e outros. *(IP)*

Bluesky já tem quase 2 milhões de brasileiros

Daniela Braun
De São Paulo

Desde a determinação do bloqueio da rede social X no Brasil na sexta-feira (30), a concorrente Bluesky, criada por um dos fundadores do antigo Twitter, recebeu 1 milhão de brasileiros, volume que cresce a cada minuto, informou a empresa nesta segunda-feira (2). O total já chega a quase 2 milhões de brasileiros.

"Há um grande fluxo de brasileiros se inscrevendo no Bluesky, desde a semana passada. Até sábado, mais de 1 milhão de novos usuários se juntaram, e o número é de mais de 1,93 milhão", informou uma porta-voz da empresa ao **Valor**, por e-mail.

Segundo a porta-voz, o "fluxo de brasileiros também está estabelecendo novos recordes de atividade na rede, como o número de seguidores, curtidas etc."

A rede social restrita a convidados informou ter alcançado 7,6 milhões de usuários no mundo. Os brasileiros já representam 25,4% de sua base.

O Bluesky foi criado em 2019 por Jack Dorsey, um dos fundadores do Twitter, enquanto ele ainda era o executivo-chefe do microblog. Em outubro de 2022, o Twitter foi comprado pelo bilionário Elon Musk por US$ 44 bilhões e depois rebatizado de 'X'.

Quem não conseguiu se desligar do X e decidiu seguir acessando a rede social durante o bloqueio no Brasil, usando serviços de rede virtual privada (VPN, na sigla em inglês), corre risco de levar uma multa diária de R$ 50 mil, seja pessoa física ou jurídica.

Tecnicamente, a identificação de quais usuários do Brasil estão acessando o X via VPN é um desafio, tendo em vista que nem todo serviço de VPN deixa rastros públicos. "É um desafio que nós vamos ter que enfrentar, mas temos uma equipe técnica aqui com servidores muito qualificados e certamente vamos encontrar uma forma de acompanhar essa decisão", disse o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Carlos Baigorri, à GloboNews, na sexta-feira.

Na avaliação do advogado especialista em direito digital, economista e professor do Insper, Renato Opice Blum, o desafio de identificar acessos ao X via VPN também é corporativo. "A VPN é uma tecnologia que envolve segurança, muito usada para fins profissionais", diz. "A tarefa será gerenciarmos o uso lícito [da VPN nas empresas]".

Segundo advogados consultados pelo **Valor**, a determinação de Moraes deve ter "um efeito moral" entre os usuários. Para a coordenadora do Programa de Direitos Digitais do Instituto de Defesa de Consumidores (Idec), Camila Contri, falta o Supremo Tribunal Federal (STF) reverter a possibilidade de penalização de usuários pelo uso dessas VPNs.

Para a coordenadora do Programa de Direitos Digitais do Instituto de Defesa de Consumidores (Idec), Camila Contri, as decisões do STF de reverter o bloqueio ao uso e download de aplicativos de VPN, bem como o bloqueio do aplicativo do X em lojas de apps do Google e da Apple foram acertadas, mas não são suficientes.

A rede social sem fins lucrativos Mastodon, criada em 2016 pelo programador e alemão Eugen Rochko, que virou CEO, também tem se beneficiado. "Costumávamos ter quase zero inscrições do Brasil e agora foram 13 mil na semana passada", afirmou o CEO ao **Valor**.

Agro 4.0 Empresas e centros de pesquisa ampliam uso de soluções virtuais para treinar profissionais

No agro, ‘game’ simula até gestão de floresta

Marcos Fantin
De São Paulo

A Basf e o Instituto Agronômico (IAC) desenvolveram, em parceria, um óculos de realidade virtual para treinar os funcionários da multinacional alemã sobre o uso correto de equipamentos de proteção individual. O modelo projeta um ambiente em três dimensões para simular um profissional durante o processo de ajuste dos EPIs no corpo.

Hamilton Ramos foi o pesquisador do IAC responsável por liderar o projeto. Segundo ele, um dos principais problemas do dia a dia da companhia, uma das maiores dos segmentos de defensivos agrícolas e sementes, são os protocolos para uso de equipamentos de proteção individual que protegem do risco de contaminação.

“Montar uma lista de recomendações é ruim. Então, criamos um óculos 3D que simula um avatar e um armário, bem simples. Ele te desafia a colocar os EPIs na ordem correta”, explica. Ao final do “minigame”, o operador recebe a lista de acertos e erros, qual seria a sequência correta de disposição dos equipamentos no corpo e por quê.

Iniciativas como a de Basf e IAC têm se multiplicado no agro e não se restringem a treinamentos sobre o uso de equipamentos de segurança. Para Ramos, o fator mais importante é a fixação dos ensinamentos que se consegue com os conteúdos em formato de jogos eletrônicos em lugar de conteúdos teóricos. “No agronegócio, ainda temos uma população na área rural com baixo conhecimento técnico. São pessoas que abandonam a escola cedo para trabalhar no campo. Isso dificulta o entendimento de processos ao longo da vida”, afirma.

Referência na América Latina no desenvolvimento de tecnologia de aplicação e segurança nas operações com agroquímicos, o Centro de Engenharia e Automação (CEA), do Instituto Agronômico, firmou uma parceria com a Coopercitrus para levar a pequenas e médias propriedades a tecnologia de aplicação de defensivos agrícolas por drones. CEA e Coopercitrus desenvolveram um simulador de voo, a estrela do programa Drones SP, lançado em agosto.

DIVULGAÇÃO

Hamilton Ramos, do IAC: uso de jogos facilita a disseminação de conteúdos

“Você tem uma plantação e várias configurações para diferentes estágios e pragas na lavoura. O drone executa a pulverização, e o aplicativo mostra os problemas de regulagem que você fez”, explica Ramos, que também é coordenador do projeto.

A fabricante de máquinas agrícolas John Deere também desenvolveu uma ferramenta que segue o conceito de “gamificação” — que nada mais é do que aplicar elementos de jogos em contextos fora do ambiente de jogo. Voltado ao segmento de equipamentos florestais, o “TimberSkills” é um simulador em que o operador escolhe com qual máquina vai trabalhar. O “game” dá a sensação de se estar em uma operação real. Ele ajuda a melhorar noções de distância, tempo e movimentos básicos para controlar o equipamento.

O TimberSkills funciona para todas as máquinas florestais da John Deere. Dentro do jogo, o operador cumpre tarefas e acumula pontos à medida que completa os exercícios de forma correta. No fim da simulação guiada, a ferramenta gera um relatório com os acertos e erros de quem participou da atividade, conta João Bihain, gerente de Contas Corporativas da divisão florestal da John Deere Brasil e América Latina.

O sistema permite fazer a configuração de um terreno real de trabalho, sendo possível simular um plantio e trabalhar dentro das condições de uma área específica. “O simulador não serve apenas para treinamento de iniciantes, mas para a reciclagem de operadores especializados. É uma forma de reforçar habilidades, remover vícios e atualizar novas funções e tecnologias”, afirma Bihain.

A John Deere Florestal conta com outras aplicações que utilizam realidade virtual, o que reforça o processo de “gamificação” na companhia. João Bihain relata que a empresa também tem uma linha de projetos que trabalham com óculos 3D para situações de diagnósticos e aprendizagem. “[Os games] permitem ao operador sair com uma noção real da operação de silvicultura e seja treinado em ambiente seguro, sem colocar em risco a sua saúde, o equipamento e o trabalho”, diz.

valor.com.br

Estratégia

Lavoro estreia no mercado equatoriano

A distribuidora de insumos Lavoro anunciou sua entrada no mercado do Equador, onde seu foco inicial vai ser a distribuição de fertilizantes líquidos destinados ao cultivo de flores.

valor.com.br/agro

Políticas

Previsão de R$ 1 bi para o seguro rural

O Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025, que o governo enviou ao Congresso na sexta-feira (30/8), prevê R$ 1,06 bilhão para o Programa de Subvenção do Prêmio do Seguro Rural (PSR).

valor.com.br/agro

Logística

Amendoim no terminal de Paranaguá

O Terminal de Contêineres de Paranaguá tornou-se o primeiro do Brasil a obter autorização para fazer o processo de amostragem de amendoim em uma área portuária.

valor.com.br/agro

INÊS 249

Agronegócios

Ciclo 2024/25 Previsão é de dias secos e temperaturas altas neste mês, o que pode afetar o início da semeadura; atraso não significa prejuízo ao desenvolvimento

Falta de chuvas pode atrasar início do plantio de soja da nova safra em MT

Marcos Fantin e Cibelle Bouças
De São Paulo e Belo Horizonte

A falta de chuvas no Centro-Oeste pode atrasar o início do plantio de soja da safra 2024/25 nos Estados da região. Em Mato Grosso, o maior produtor da oleaginosa do país e onde a semeadura já pode ser iniciada a partir do dia 7 de setembro, a previsão é de dias secos e temperaturas elevadas neste mês.

A seca no Brasil Central é a pior desde 2010, e vários municípios não registram chuvas há mais de 100 dias. A estiagem, que atrapalha os trabalhos de campo, é também o gatilho para os focos de incêndio em várias cidades.

Como a previsão é de que as chuvas cheguem mais tarde, o plantio da soja também deve atrasar, segundo Ludmila Camparotto, agrometeorologista da Rural Clima. "Muitos produtores gostam de plantar em setembro, mas nem todas as regiões vão conseguir plantar no fim do mês ou início de outubro".

Além do atraso esperado das chuvas, neste momento ainda de vazio sanitário nas lavouras, os solos estão secos, a umidade extremamente baixa e as temperaturas vão continuar elevadas, afirma o meteorologista Willians Bini. "Em 2023, muitos produtores tiveram de fazer o replantio por conta das altas temperaturas e pelo atraso do período úmido", relembra.

Em Mato Grosso, o período de vazio sanitário vai até 6 de setembro, conforme previsto na Portaria nº 1.111 publicada pelo Ministério da Agricultura. O vazio é uma medida fitossanitária para o controle da ferrugem asiática da soja.

Plantio de soja
Evolução da área no Centro-Oeste (em mil hectares)

67,790 milhões de toneladas foi a produção de soja na última safra na região Centro-Oeste, queda de 12,8%

Fonte: Conab

De acordo com a Rural Clima, em Patos de Minas (MG), não chove há cerca de 130 dias, em Rio Verde (GO), não há registros de chuva desde abril, e Sorriso (MT) contabiliza 127 dias de seca. "Não se falava em tamanha secura e baixa umidade do ar desde 2010, e os números são alarmantes", afirma o agrometeorologista da Rural Clima, Marco Antonio dos Santos.

Para a agricultura, o mais importante é a regularização das chuvas. Como a previsão da Rural Clima indica chuvas extremamente pontuais e irregulares durante setembro, a recomendação dos especialistas é de que o produtor não plante se houver um pequeno e isolado volume de precipitação.

> "Temos um volume inexpressivo de chuva" em Mato Grosso
> *Cleiton Gauer*

"Temos um volume inexpressivo de chuva. Em alguns anos até ocorrem chuvas inesperadas nesse período seco, mas em 2024 não aconteceu", afirmou ao **Valor** o superintendente do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea), Cleiton Gauer.

Segundo ele, para o plantio, é necessário um volume inicial de chuva suficiente para repor a umidade do solo que garanta a germinação e o desenvolvimento inicial da soja. "Essa é a preocupação dos produtores no momento".

Com a incerteza sobre as chuvas, Gauer evita prognósticos. Ele diz que "não há uma recomendação específica para os produtores" em relação à quantidade de chuvas, mas afirma que cerca de 80 milímetros acumulados seriam um volume confortável para os primeiros passos na lavoura.

Apesar de previsão de irregularidade nas chuvas preocupar num primeiro momento, Ludmila Camparotto não enxerga grandes problemas ao longo do ciclo da soja.

Ale Delara, sócio da Pine Agronegócios, tem avaliação semelhante. Para ele, um eventual atraso no plantio da soja não deve prejudicar o desenvolvimento das lavouras, "mas o deslocamento da janela para períodos mais à frente pode se refletir no momento da colheita, além de aumentar o risco climático" nas fases e que as plantações precisam de umidade e de temperaturas mais adequadas.

Mesmo com as previsões de chuvas irregulares neste mês, Maurício Buffon, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil), diz que os indicativos são de clima mais favorável na safra 2024/25 do que foi na temporada passada. "Não sabemos exatamente como o clima vai se comportar. Há uma expectativa de que o clima será melhor. Mas a produção deve ficar limitada pelos baixos investimentos, devido à escassez de crédito", afirmou Buffon.

O atraso nas chuvas, apontado em mapas meteorológicos, pode levar à postergação do plantio, diz o analista da Safras & Mercado, Luiz Fernando Roque, sobretudo em Mato Grosso e Paraná. Mas, ele acrescenta, "isso não quer dizer que haverá perda. Se o clima estiver seco nos primeiros 20 dias de setembro, não haverá grandes problemas, só um atraso no plantio. Mas se plantar e não chover na semana, a área que foi plantada pode ter de ser replantada".

Segundo ele, por enquanto, as perspectivas são de clima favorável para as regiões de lavouras entre outubro e janeiro.

A Safras & Mercado estima para a safra 2024/25 em todo o Brasil um aumento na área plantada de 1,9%, para 47,331 milhões de hectares. A produção está estimada em 171,542 milhões de toneladas, alta de 13,2%. Para o Mato Grosso, projeta alta de 0,6% na área plantada, para 12,58 milhões de hectares, e aumento de 12,3% na produção, para 43,56 milhões de toneladas.

Do ponto de vista de mercado, as incertezas em relação ao plantio podem abrir espaço para alguma recuperação das cotações na bolsa de Chicago, diz Daniele Siqueira, analista da AgRural. "Não porque essas eventuais dificuldades de plantio já representem um risco real de safra menor no Brasil, mas porque o mercado está muito vendido e em busca de gatilhos fundamentais que estimulem movimentos de realização de lucros", afirma. ***(Colaborou Paulo Santos, de São Paulo)***

Por GLOBORURAL

Irregularidades ambientais barram R$ 6,2 bi para o agro

Financiamentos

Rafael Walendorff
De Brasília

Após o Banco Central apertar o cerco contra a concessão de crédito bancário a produtores com inconsistências no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e com áreas embargadas, mais de 30 mil operações no valor de R$ 6,2 bilhões deixaram de ser efetivadas no primeiro semestre de 2024. Foram casos de áreas do empreendimento fora do registro ou com o certificado sem relação com a localização do imóvel.

Outras 1,2 mil operações foram vetadas pelo BC de janeiro a junho deste ano devido ao não atendimento de outros critérios socioambientais vinculados ao financiamento. Esses itens são verificados e cruzados com diversas bases de dados, inclusive as do Ibama, no chamado Bureau de Crédito Rural do BC. Os financiamentos impedidos somavam R$ 726,2 milhões, conforme dados apresentados em evento online ontem.

Desde 2020, o sistema de verificação do BC já vetou mais de 2,2 mil operações devido ao não atendimento a critérios sociais e ambientais para concessão de crédito rural. O valor ultrapassaria R$ 1 bilhão. Nesse período, produtores de todo o país acessaram mais de R$ 1,4 trilhão em empréstimos bancários.

Os dados estão no Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos divulgados recentemente. Segundo o BC, 64 entidades foram supervisionadas no período, dez delas com atuação concentrada na Amazônia. O monitoramento do Bureau de Crédito Rural resultou em 68 sinalizações, na emissão de dez súmulas de apontamentos e na desclassificação de 342 operações.

"Desse modo, após o tratamento e a análise de dados pelo BC, as entidades supervisionadas passaram a ser confrontadas com indícios de operações com maiores riscos frente às próprias políticas e limites internos, colaborando para o aperfeiçoamento da supervisão prudencial dos riscos sociais, ambientais e climáticos no Sistema Financeiro Nacional", diz o relatório.

O Bureau do BC cruza as informações de georreferenciamento de cada operação de crédito rural registrada nas instituições financeiras com uma série de bancos de dados do governo nas áreas sociais (para checar se a empresa ou produto não tem registro ou acusação de trabalho análogo ao de escravo) e ambientais (para verificar possíveis embargos ou sobreposições) e se estão fora de terras indígenas.

O controle ficou mais rígido com a publicação da resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 5.081/2023, que veda a concessão de financiamentos bancários, com e sem subvenção federal, a propriedades que não estejam inscritas ou cuja inscrição no CAR esteja cancelada ou suspensa.

A resolução também amplia impedimentos sociais, ambientais e climáticos para o acesso ao crédito rural, como a extensão a todos os biomas da vedação ao financiamento da área total de imóveis rurais com embargos por desmatamento ilegal, mesmo que esses sejam parciais. Antes, essa restrição era aplicada apenas na Amazônia.

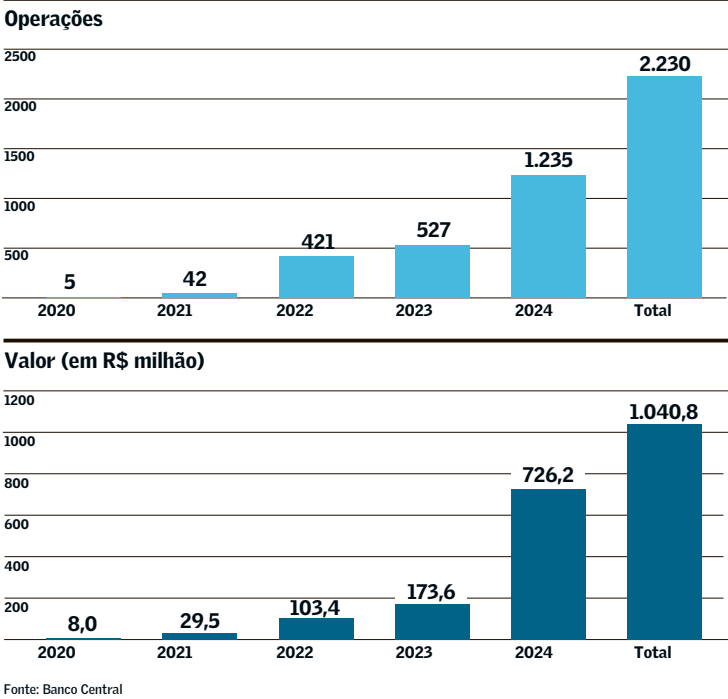
A medida é alvo de críticas e de pedidos de alteração por parte do setor produtivo, principalmente em relação aos embargos. Propostas de revisão têm sido discutidas em âmbito ministerial.

Uma ala defende a rigidez no tratamento das áreas embargadas, para coibir ilegalidades e passar uma mensagem dura a quem tenta transgredir as regras. Essa parcela do governo lembra que há regras para a suspensão das restrições com a regularização da obra ou atividade que as motivou, por decisão da autoridade ambiental. Segundo o Ibama, entre 2019 e 2023 foram lavrados mais de 16 mil termos de embargo e emitidas 2,5 mil decisões de desembargo.

Entidades de produtores dizem que a resolução expandiu o conceito de embargo, que se limitaria à área afetada e não à propriedade inteira. A justificativa é que algumas ocorrências que levam ao embargo podem não ter relação com intenção ou culpa do produtor. A intenção é que o veto ao crédito seja direcionado aos limites do local embargado e não a todo o imóvel rural.

Crédito rural vetado
Impedimentos do BC por critérios socioambientais

Operações

Valor (em R$ milhão)

Fonte: Banco Central

Itaú BBA anuncia adesão à iniciativa global IFACC

Sustentabilidade

Nayara Figueiredo
De São Paulo

O Itaú BBA acaba de aderir a um compromisso com a Inovação Financeira para Amazônia, Cerrado e Chaco (IFACC), iniciativa global que tem o objetivo de ampliar empréstimos e investimentos voltados à produção sustentável de gado e soja, sistemas agroflorestais e manejo sustentável de produtos florestais não madeireiros nestes biomas.

Uma das metas coletivas do IFACC é o desembolso, conjunto, de pelo menos US$ 1 bilhão até 2025 e US$ 10 bilhões até 2030 para o financiamento e o investimento em modelos de negócios que promovam a expansão da produção agrícola sem a necessidade de desmatamento ou conversão adicional de terras.

Pedro Fernandes, diretor de Agronegócio do Itaú BBA, conta que o banco assumiu um compromisso inicial de atingir R$ 2 bilhões em financiamentos de produtos ESG do agro até o final de 2025, meta esta que já está bem próxima de ser cumprida.

"Efetivamente, a gente já desembolsou em 2024 algo próximo de R$ 1,5 bilhão, nesses oito primeiros meses do ano. Em breve poderemos dizer que já atingimos a meta e poderemos contribuir de forma mais material", disse o executivo ao **Valor**.

O montante financiado pelo Itaú BBA em linhas de crédito ESG, somente no acumulado de janeiro a agosto, já triplicou em relação aos R$ 500 milhões registrados no total de 2023.

Isso porque, além do aumento na adesão por parte dos produtores rurais, algumas linhas foram reformuladas e tiveram seu escopo de cobertura ampliado, no intuito de atender as demandas do setor agropecuário de maneira mais assertiva.

"Lançamos a linha de bioinsumos, e lançamos uma linha onde reconhecemos as certificações que o produtor tem, por exemplo. Essa ampliação de conceito permitiu que a gente conseguisse esse crescimento na contratação", explica Fernandes. Ele lembra que o produto financeiro "verde" tem um custo menor que o convencional, condições e taxas de juros diferenciadas.

Para ser elegível à contratação das linhas ESG do banco, o produtor rural precisa adotar certas práticas sustentáveis na fazenda e assumir alguns compromissos ambientais. Há também a opção de linhas focadas em agricultores que querem começar a apostar no manejo sustentável.

"Entendemos que o agro é parte central da solução da crise climática", acrescentou.

A iniciativa IFACC, da qual o banco passou a ser membro, foi lançada em 2021 pela The Nature Conservancy (TNC), pela Tropical Forest Alliance (TFA), do Fórum Econômico Mundial, e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

"A colaboração com o Itaú BBA fortalecerá significativamente nossos esforços para ampliar o financiamento à transição para uma agricultura mais sustentável no Brasil. Estamos confiantes de que, juntos, geraremos um impacto positivo duradouro", disse Greg Fishbein, diretor de financiamento agrícola da TNC.

DIVULGAÇÃO

> "Os financiamentos ESG estão perto de R$ 1,5 bilhão"
> *Pedro Fernandes*

Agro 4.0 Empresas do agro ampliam uso de 'games' para fazer treinamento de profissionais B7

Mercados
Para Monoli, da Azimut, leilão de swap deu impressão de que há ‘fio desconectado’ dentro do BC C2

Carteira Valor
Setor financeiro ganha destaque nas indicações de analistas para setembro C6

Captação
Eletrobras deve concluir emissão de US$ 1 bi de dívida no exterior na quinta-feira C2

Criptoativos
Projeto da rupia digital do BC indiano atinge 5 milhões de usuários C6

Finanças

Renda variável Companhias retomam estudos com sinal de cortes de juros americanos

Ofertas de ações voltam ao radar de empresas listadas

GABRIEL REIS/VALOR

Brito, do UBS BB: "Vimos uma correção de juros [nos Estados Unidos] que gerou um fluxo importante para mercados emergentes"

Fernanda Guimarães
De São Paulo

Depois de um período de entressafra de ofertas subsequentes de ações, um grupo de empresas voltou a colocar essas transações no radar. As operações são previstas para ir para a rua a partir deste mês, após o retorno das férias no Hemisfério Norte, que costumam reduzir a liquidez e as operações no mercado.

Nomes como Eneva, Caixa Seguridade e Banco da Amazônia são algumas das candidatas que podem captar recursos na bolsa neste segundo semestre, de acordo com fontes a par do assunto. A companhia aérea Azul, que precisa ganhar fôlego financeiro, também colocou essa opção na mesa. Outras empresas já listadas em bolsa devem optar por um aumento ainda de capital privado, tal como a Equatorial, que era outra aposta para uma oferta de ações.

Em relação às ofertas iniciais de ações (IPOs, na sigla em inglês), no entanto, é consenso que o ano se encerrará, pela terceira vez consecutiva, sem nenhum debute. Agora, os olhares já se voltam para 2025.

O movimento esperado, mesmo que ainda lentamente, decorre da melhora do humor dos investidores em bolsa em agosto, com o Ibovespa alcançando a máxima histórica em reais, diante da visão de que os juros vão começar a cair nos Estados Unidos a partir do próximo mês. Com isso, a expectativa é que sejam direcionados mais recursos aos países emergentes. No ano até aqui, a B3 foi palco de oito operações subsequentes de ações (“follow-on”), girando cerca de R$ 22 bilhões. Desse total, dois terços vieram oferta da privatização da Sabesp, que girou R$ 14,8 bilhões. Antes dessa operação e da feita pela empresa do setor elétrico Isa Cteep, a bolsa teve uma “seca” de três meses sem nenhuma transação.

Anderson Brito, diretor do UBS BB, afirma que no momento alguns clientes estão mirando a janela que deve se abrir para ofertas após o feriado do dia do trabalho nos Estados Unidos (Labor Day), celebrado ontem. “Vimos uma correção de juros [nos EUA] que gerou um fluxo importante para mercados emergentes”, diz.

Segundo o executivo, os fundos multimercados, hoje muito posicionados no exterior, podem ser outro catalisador de recursos à bolsa brasileira. “Com uma perspectiva mais positiva de Brasil, esses fundos voltam a internalizar o dinheiro”, afirma.

Brito destaca ainda que a temporada também tende a ser olhada por empresas que precisam melhorar a estrutura de liquidez, ou seja, precisam colocar mais ações no mercado para, assim, atrair mais investidores.

Roderick Greenlees, chefe global do banco de investimento do Itaú BBA, diz que também espera uma retomada das ofertas subsequentes, com concentração entre os meses de outubro e novembro. O executivo lembra que a bolsa brasileira voltou a receber dinheiro de estrangeiros nas últimas semanas, o que ajudou na valorização do índice, e é aguardada ainda para setembro o início da queda dos juros americanos — a notícia esperada para o mercado local.

Greenlees diz que, com isso, haverá ainda neste ano mais dez operações de follow-on. No entanto, ele lembra que algumas delas podem acabar se tornando aumentos de capital privados, em casos em que há vontade dos controladores de aportar recursos na companhia e fazer um processo mais ágil e menos suscetível à volatilidade que as ofertas públicas de ações. O tema capitalização para ajuste de estrutura de capital segue em voga. “É difícil [para as empresas] administrar seus balanços com os juros tão altos”, afirma.

> “Estamos com o viés mais positivo e as empresas estão voltando a conversar”
> *Vitor Saraiva*

Em conversas privadas com os tomadores de decisão dos conglomerados brasileiros, uma mudança de humor vem sendo notada. O responsável pela área de renda variável do banco de investimento da XP, Vitor Saraiva, afirma que, em evento organizado recentemente pela instituição financeira, com presença de presidentes de companhias e investidores, o tom era de mais otimismo, sentimento que deve começar a reverberar em ofertas. “Estamos com o viés mais positivo e as empresas estão voltando a conversar”, afirma. Segundo ele, de meados de setembro a dezembro o mercado será “frutífero”.

Saraiva diz que a expectativa é que seja retomada a movimentação do mercado após um longo período de monotonia — só interrompido pelas ofertas de Sabesp e Isa Cteep em julho. “Temos ainda uma demanda represada.”

A estimativa do executivo é que os próximos meses repliquem o anotado entre maio e julho do ano passado, quando o mercado de follow-on foi retomado após a paralisia provocada pela crise da Americanas, que travou os mercados. Naquele intervalo foram executadas nove operações. “Espero uma dinâmica parecida”, afirma.

Responsável pelo banco de investimento do Santander no Brasil, Leonardo Cabral afirma que nas reuniões que ocorreram na conferência da instituição, há duas semanas, o tom também foi mais positivo. Segundo ele, a combinação de resultados melhores das empresas, como já reportado no segundo trimestre, mais o fluxo e capital que deverá ser direcionado após o início do ciclo de cortes de juros americanos, deverá começar a atrair mais empresas ao mercado em busca de captação via oferta de ações.

As principais candidatas a buscar uma oferta, segundo Cabral, continuam sendo de setores de infraestrutura, logística e “utilities”. “E serão as empresas mais líquidas [com bom nível de negociação na bolsa] que devem buscar a transação”, afirma, lembrando que essa é a demanda dos investidores. Sua visão é que um movimento mais forte virá após o segundo corte de juros nos Estados Unidos, projetado para novembro. No entanto, antes disso não estão descartadas operações consideradas “oportunísticas”.

Procurada, a Caixa Seguridade afirmou que, conforme divulgado em março, foi autorizada a elaboração de estudos sobre o tema, mas “não há decisão tomada a respeito de uma oferta de ações”. Equatorial, Eneva e Banco da Amazônia não comentaram.

Destaque

COE de crédito

O Itaú Unibanco concluiu a primeira emissão de um Certificado de Operações Estruturadas (COE) referenciado em risco de crédito, de R$ 500 mil. A nova modalidade entrou em vigor com a resolução 5.166 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Segundo Luciano Diaferia, superintendente de Produtos do Itaú, o ativo vai trazer mais dinâmica para o mercado de crédito e contribui para o seu desenvolvimento. A emissão do banco está atrelada ao risco da Colômbia. As operações relacionadas a risco de crédito ou de mercado são registradas na B3. Otávio Emmert, superintendente de produtos de derivativos de balcão e COE da bolsa, diz que o novo COE ajuda na precificação do crédito no país. *(Álvaro Campos)*

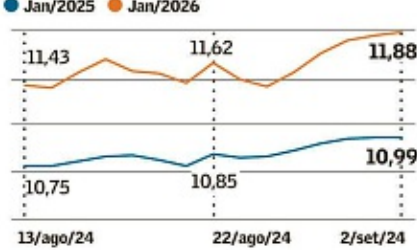
INÊS 249

Ibovespa
Em pontos

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 2/set/24 - em %

Bolsa	Variação
Dow Jones	Feriado
S&P 500	Feriado
Euronext 100	0,15
DAX	0,13
CAC-40	0,20
Nikkei-225	0,14
SSE Composite	-1,10

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99

Ativos Participantes do mercado mostram estranheza com venda de contratos de swap cambial pela autoridade monetária; juros longos sobem e Ibovespa recua

Dólar cai a R$ 5,61 após leilões do BC

Arthur Cagliari, Gabriel Roca e Maria Fernanda Salinet
De São Paulo

Na ausência dos mercados em Nova York, fechados pelo feriado do Dia do Trabalho nos Estados Unidos, o volume de negócios foi bastante restrito localmente ontem. O dólar caiu em relação ao real, na esteira de um novo leilão de contratos de swap cambial. Houve, porém, um aumento de prêmios de risco, ainda que tímido, nos juros longos, enquanto o Ibovespa recuou.

No fim da sessão, o dólar era negociado a R$ 5,6142 no mercado à vista, em queda de 0,32%, em um dia de alta volatilidade. Os participantes do mercado continuaram a repercutir a intervenção do Banco Central no câmbio com um leilão de 30 mil contratos de swap cambial na sexta-feira e um de 14,7 mil contratos ontem. Isso após o BC ter vendido US$ 1,5 bilhão no mercado à vista como resposta ao rebalanceamento do EWZ, o principal fundo de índice (ETF) de ações brasileiras em Nova York.

"Passou a impressão de que ou tem algum fio que não está bem conectado dentro do BC, ou teve um erro de interpretação para essa atuação", diz o diretor de investimentos (CIO) da Azimut Brasil, Leonardo Monoli. "Porque, se o [presidente do BC, Roberto] Campos Neto avisou na sexta-feira no evento da XP que mapeou um fluxo e que não era a intenção da autoridade restringir a oscilação do câmbio, então não teria sentido ter essa atuação via swap", complementa, ao afirmar, ainda, que não estava aparente uma demanda excessiva por dólar via derivativos. "Se tivesse, o mercado teria 'raspado' a oferta no primeiro leilão; o mercado iria pedir até mais, e não foi isso o que aconteceu."

Profissionais de grandes instituições financeiras ouvidos pelo **Valor** questionaram a atuação, falando em condição de anonimato. "Pelas nossas contas, o rebalanceamento do índice EWZ levaria a uma saída de US$ 1,5 bilhão, o que bateu com a intervenção feita pelo BC no mercado à vista", diz o tesoureiro de um banco local. "Não consigo entender o motivo das outras [intervenções]. Não acho que houve intenção maliciosa. Talvez o BC tenha enxergado alguma demanda maior no mercado de derivativos. Mas também não entendo porque fazer swap cambial no meio da formação da Ptax. Normalmente se faz com ela formada ou antes disso", observa.

14,7 mil contratos de swap cambial foram vendidos pelo BC

Uma hipótese aventada é a de que, com o câmbio mais controlado, a autoridade tentaria levar a precificação de alta de 0,25 ponto percentual na próxima reunião do Copom, e não 0,50 ponto percentual, como vinha sendo esperado. "Se for isso, é bem preocupante. Eu acho que o mercado vai 'torcer o braço dele'", diz outro profissional do mercado. "Ouvi essa hipótese, mas não creio que seja isso."

Os outros mercados domésticos partiram para um aumento de prêmios de risco, embora de forma contida nos juros futuros diante da baixa liquidez. A taxa do DI para janeiro de 2029 subiu de 12,09% para 12,15%. Já o Ibovespa encerrou a sessão em queda de 0,81%, aos 134.906 pontos.

A avaliação agora é a de que o câmbio deve ganhar alguma direção após as decisões de política monetária no Brasil e nos Estados Unidos, em 18 de setembro, não antes disso. "E, mesmo assim, ainda tem muitas nuvens. Só tem um vetor [que ajuda], que são os juros dos EUA, contra todos os outros, que estão baguançados", diz Monoli, da Azimut, ao apontar, em especial, as incertezas fiscais domésticas.

GABRIEL REIS/VALOR

Monoli: leilão de swap deu impressão de que há 'fio desconectado' dentro do BC

"A China, por exemplo, está fraca, sem sinais de uma virada relevante que seja positiva para a classe de emergentes como um todo; o México, por sua vez, está apontando para um caminho mais radical de esquerda, o que poderia abrir espaço para uma realocação em Brasil. Mas, quando você olha o Brasil, há ainda muitas incertezas locais", ressalta o executivo.

Eletrobras quer captar até US$ 1 bi com bonds

Rita Azevedo
De São Paulo

A Eletrobras deve concluir na próxima quinta-feira uma emissão de títulos de dívida no mercado internacional que pode chegar a US$ 1 bilhão. A companhia de energia elétrica começou uma série de reuniões com investidores para a oferta. O prazo dos bônus é de dez anos. As apresentações aos potenciais compradores dos títulos serão feitas até quarta-feira, conforme fontes que acompanham a operação.

A companhia de energia elétrica deve ser uma das primeiras a captar lá fora na "janela" para emissões de setembro, iniciada após o retorno das férias no Hemisfério Norte e o feriado do Dia do Trabalho (Labor Day) nos Estados Unidos. Bancos de investimento acreditam que o mês será aquecido em número de emissões, considerando o nível de taxas atual e um movimento de antecipação das ofertas devido à proximidade das eleições nos Estados Unidos. A expectativa, segundo fontes, é de cerca de seis operações em setembro.

A Eletrobras planeja utilizar o dinheiro da oferta para pagar antecipadamente parte de um empréstimo de R$ 4 bilhões com um sindicato de bancos e notas comerciais de R$ 2 bilhões, segundo a agência de classificação Moody's. Ambas as dívidas foram feitas em junho de 2024 e vencem em 2024. Os recursos serviram para financiar a concessão e as despesas relacionadas ao processo de privatização. Ambas vencem em 2026.

A Moody's atribuiu nota 'Ba2' aos títulos — em linha com o rating corporativo da empresa de energia. A estrutura dos títulos é semelhante à de outros bonds da companhia, como os que vencem em 2025 e 2030, e a emissão "não altera o perfil de alavancagem da empresa, mas contribuiu para estender o perfil de amortizações", afirmaram analistas em relatório.

Já a S&P atribuiu o rating 'BB' aos bonds. Segundo a agência, a transação "está alinhada com as expectativas de refinanciamento, como parte do programa mais amplo da Eletrobras para estender o perfil e reduzir os custos da dívida".

Atuam na oferta da Eletrobras os bancos Citi, Bradesco BBI, Itaú BBA, Santander, UBS BB, BBVA, BNP Paribas, BTG e Scotiabank.

Desde o início do ano, foram 18 emissões de bonds. O volume captado chegou a US$ 16,4 bilhões, ante US$ 16,1 bilhões em todo o ano passado, conforme dados da Bond Radar. Além do Tesouro Nacional, emitiram neste ano nomes conhecidos dos investidores estrangeiros, como Cosan, Raízen e Vale, mas também estreantes como a petroleira independente 3R e a Ambipar, de gestão de resíduos.

Americanas encerra carteira digital e Ame vai focar em fidelidade

Álvaro Campos e Larissa Maia
De São Paulo

A Americanas vai encerrar as operações de carteira digital da Ame, que chegou a ter mais de 12 milhões de usuários ativos. Os clientes terão dois meses para usar os saldos ou transferir os recursos. A licença de instituição de pagamento será vendida, mas a marca e o app vão ser mantidos, focados inicialmente em um novo programa de fidelidade. Ainda neste ano pode ser retomada a operação de cartão de crédito — em parceria com um emissor. E também está nos planos da varejista a criação de um crediário.

Tiago Abate, que assumiu como vice-presidente de clientes e parceiros da Americanas há dois meses, diz que no momento o foco é fortalecer o negócio principal e que manter uma instituição de pagamento (IP) teria um custo regulatório elevado. "Temos de ganhar eficiência e reconstruir o balanço da companhia. É possível uma varejista construir um banco rentável? Sim, mas precisa de tempo e investimento. Estando em uma recuperação judicial, temos algumas limitações de uso de caixa, a gente fica mais amarrado", afirma. "Nos próximos três anos, a gente gera muito mais rentabilidade com essa decisão do que mantendo a instituição de pagamento."

"É possível uma varejista construir um banco rentável? Sim, mas precisa de tempo e investimento"
Tiago Abate

Ele revela que a companhia chegou a estudar a possibilidade de vender a Ame como um todo, mas diz que outros competidores digitais estão em um momento de rentabilização. "Quando o capital seca um pouco, cada uma dessas fintechs que poderia fazer um grupamento precisa olhar para o próprio umbigo", afirma. De qualquer forma, a licença de IP e alguns outros ativos, como por exemplo a ferramenta de biometria facial, serão vendidos.

Na nova fase da Ame, a primeira função da unidade — o aplicativo de celular será mantido — é um programa de fidelidade. Abate lembra que esse tipo de benefício gera recorrência dos clientes e aumenta o tíquete médio. "O programa de fidelidade de um grande supermercado aumenta a frequência de clientes nas lojas em quatro vezes. Temos um balcão muito potente, com 40 milhões de clientes nas lojas todos os meses."

O segundo passo é retomar a operação de cartão de crédito. Em junho do ano passado, poucos meses após a recuperação judicial, a varejista e o Banco do Brasil encerraram o acordo que tinham para essa atividade, que iria até 2030. Agora, Abate diz que foi feito um processo para tomada de propostas e a companhia está em negociação com os cinco finalistas. "No segundo semestre teremos essa operação 'linkada' com a nova Ame."

O terceiro pilar é o crediário. Segundo o executivo, a companhia ainda está estudando como será o funding, se via crédito direto ao consumidor com interveniência (CDCI), um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) ou mesmo uma oferta direta de crédito no futuro. "Estamos construindo isso, debatendo as possibilidades." Para ele, eventualmente a Americanas poderia até ter uma licença de financeira.

Excesso de comunicação mais confundiu que orientou

Análise

Gabriel Roca e Victor Rezende
São Paulo

Com boa parte dos economistas de mercado e gestores presentes em uma das maiores feiras de investimentos do mundo, o clima do início da sexta-feira era de "happy hour": os presentes no evento esperavam — e, no fundo, torciam — por um pregão protocolar. Roberto Campos Neto, o presidente do Banco Central, já havia dado declarações públicas nos dois dias anteriores ao evento da XP, quando o falaria, segundo ele mesmo, para o maior número de pessoas que já tinha se dirigido na vida.

Os primeiros slides da apresentação do dirigente aumentavam a expectativa por um dia dedicado apenas às conversas com clientes, conhecidos e para fazer negócios.

"Agora vou para a parte de política monetária e passar algumas mensagens que são importantes", disse Campos Neto, exibindo algum nervosismo, segundos antes de surpreender a imensa plateia com uma série de mensagens que mudariam, mais uma vez, as perspectivas dos agentes sobre a trajetória da Selic no curto prazo.

"Entendemos que existe hoje um prêmio de risco na parte curta da curva de juros que não é compatível com a mensagem que foi transmitida na ata e nas comunicações, que foi fruto da convergência de opiniões da diretoria colegiada", afirmou Campos Neto. "Se e quando houver um ciclo de ajustes no juros, este ciclo será gradual", concluiu.

Quem ouvia, parecia não acreditar se realmente tinham sido aquelas as palavras ditas pelo presidente da autoridade monetária.

As horas seguintes no pavilhão foram de críticas e indagações sobre o que pretendiam os membros do Banco Central com tantas mudanças na comunicação em um intervalo de poucas semanas. Em oposição à mensagem emitida na ata e às falas subsequentes do diretor de política monetária, Gabriel Galípolo, consideradas duras, as declarações de Campos Neto foram lidas como "inequivocamente 'dovish' (suave)".

Uma das interpretações ouvidas pela reportagem daria conta da insatisfação de Campos Neto ao ver uma precificação de alta da Selic entre 0,25 ponto e 0,50 ponto na reunião de setembro, quando ele deveria se sentir mais confortável com uma precificação entre 0 ponto e 0,25 ponto. "Até porque, caso seja necessário surpreender o mercado, ele teria algum instrumento em setembro", afirmou um dos presentes no evento.

O sócio de uma importante gestora do mercado local buscava se colocar na cabeça do presidente do BC. "Ele é um cara esperto e parece estar vendo alguma coisa que a gente não está vendo", apontou. Esta fonte chama a atenção para o fato de que, desde que Campos Neto voltou do simpósio anual de Jackson Hole, em Wyoming, ele parece mais preocupado com o cenário externo e se mostra mais resistente à ideia de subir os juros, enquanto o mundo está na iminência de iniciar um processo de afrouxamento monetário.

Outra fonte levantou a hipótese de alguma preocupação com o legado pessoal, invocando a memória do ex-presidente do Banco Central Europeu (BCE), Jean-Claude Trichet. Apesar dos oito anos à frente da autoridade monetária europeia, Trichet ainda é lembrado pelo fato de, pouco antes da grande crise financeira de 2008 e da crise da dívida europeia em 2011, ter elevado os juros nas duas ocasiões. "Quando você sobe o juro uma vez só e precisa cortar depois, fica muito claro que é um erro de política monetária. Acho que ele não quer ser lembrado como o cara que errou também", disse.

O economista-chefe de uma grande gestora, em outro sentido, avaliou que tanto a primeira intervenção promovida pelo BC no câmbio quanto as falas de Campos Neto foram completamente justificadas pelas questões técnicas do rebalanceamento do índice de ações e pela vontade em diminuir o ímpeto da precificação do mercado.

O mesmo não pôde ser dito da segunda intervenção no câmbio, via contratos de swap cambial, anunciada poucos minutos depois da fala do presidente do BC. A medida, naquele momento, acabou sendo interpretada como uma mensagem direta ao mercado. "Até ali estava tudo bem. Depois ficou uma mensagem confusa de querer 'peitar' o mercado, com uma intervenção que pareceu um pouco atrapalhada. Foi nesse momento que a curva empinou e vimos a piora dos ativos", afirmou.

Ao longo do dia, era notável a baixa coesão entre os agentes de mercado sobre quais seriam os próximos passos da Selic. Mesmo com a clara indicação de Campos Neto sobre a predileção pela manutenção da Selic ou, no máximo, uma alta de 0,25 ponto nos juros, os cenários ainda contemplavam uma piora mais acentuada dos ativos que forçasse o Copom a entregar uma alta de 0,5 ponto. Ainda, a hipótese de o colegiado subir em 0,25 ponto e, ainda assim, ver sua credibilidade arranhada, também ganhou força.

O único consenso foi o de que, na tentativa de aumentar a transparência e buscar orientar as expectativas de mercado sem um "guidance" formalmente assumido, a comunicação dos membros do Copom, desde a última reunião do Banco Central, atrapalhou muito mais do que ajudou.

Curta

IA contra ataque hacker

O Bradesco, por meio do seu braço de inovação, o inovabra, ampliou parceria estratégica com o Centro de Inovação da Universidade de São Paulo (InovaUSP). O objetivo é promover a pesquisa e o desenvolvimento em computação quântica, inteligência artificial (IA) e cibersegurança. Ao todo, em 2024 estão sendo conduzidos quatro projetos, com cerca de 50 pesquisadores. Um dos projetos une entre dois temas: IA e cibersegurança, a fim de proteger de ataques cibernéticos os algoritmos de machine learning. *(Álvaro Campos)*

Política monetária Economistas de mercado se mostram descontentes com mensagens divergentes de membros do Copom

Duras críticas à comunicação marcam reunião com BC

Gabriel Roca e Victor Rezende
De São Paulo

As idas e vindas na comunicação de membros do Copom desde a última decisão de política monetária da instituição foram alvo de duras críticas em reunião realizada ontem entre economistas de mercado e autoridades do Banco Central. De acordo com participantes do encontro, que falaram com o **Valor** em condição de anonimato, as diferentes sinalizações e ruídos provocados por dirigentes da instituição nas últimas semanas têm aumentado o custo da política monetária e, nesse cenário, uma alta de juros em setembro passa a ser cada vez mais provável.

Chamou a atenção dos presentes no evento a contundência das críticas feitas durante as exposições dos economistas. "Acompanho essas reuniões faz tempo, mas nunca tinha visto uma em que o pessoal foi tão transparente nas críticas ao BC. O pessoal 'indo para cima' e pedindo de forma mais clara uma mudança na comunicação do BC", aponta um dos participantes.

Segundo essa fonte, o debate pareceu, em alguns momentos, até mesmo uma discussão de relacionamento. "Teve gente trazendo coisas lá de trás, como quando o [Roberto] Campos Neto [presidente do BC] mudou o 'guidance' em Washington [em evento no FMI, antes do Copom de maio, que culminou com a divisão de 5 a 4 no placar] e apontando que, desde esse episódio, a comunicação veio piorando muito", apontou.

Apesar disso, a visão de uma alta da Selic na reunião de setembro ainda não é consensual entre os economistas. "Se não fossem os problemas da comunicação, a sensação é que o BC até poderia passar sem subir os juros. Houve quem defendesse que sequer vimos os efeitos da pausa dos juros na atividade econômica, já que vínhamos de um processo de afrouxamento", afirma.

Outro profissional complementa, ao notar que houve umas correntes em relação ao rumo dos juros na reunião. Na primeira, estão aqueles que defendem que o status atual da política monetária seria suficiente para lidar com a atividade mais aquecida, enquanto o segundo grupo contemplou aqueles que advogam pela necessidade de uma elevação da taxa básica de juros.

O ponto de consenso, porém, foi justamente a ideia de que a comunicação do BC precisa melhorar.

Neste sentido, as recentes intervenções cambiais promovidas pela autoridade monetária também foram alvo de críticas, em particular o leilão extraordinário de contratos de swap cambial na última sexta-feira. "E isso casou com a leitura de que a comunicação está difícil e que não há clareza nas direções do BC", disse outro economista presente na reunião.

Outra fonte que esteve na reunião afirmou que houve alguma coesão ao avaliar o leilão de dólares à vista anunciado na noite de quinta-feira como defensável. "Mas a entrada com os swaps, logo na sequência da fala do Roberto Campos Neto na sexta-feira, complicou muito e foi deletério para a credibilidade que o BC está tentando construir. O Copom diz que não está defendendo um nível do câmbio, mas foi o que acabou parecendo. Durante a reunião, foram três ou quatro intervenções bastante negativas sobre o leilão de swap", diz.

Participantes do evento ainda alertaram que houve uma discussão extensa sobre a divergência no modelo de hiato do produto utilizado pelo Copom e pelos participantes do mercado, o que ajuda a explicar a projeção de inflação mais baixa da autoridade.

Por fim, a avaliação geral dos economistas que participaram da reunião é de que os riscos para a inflação de 2025 estão inclinados para cima, por conta das pressões oriundas do câmbio, da inflação de alimentos e de energia.

A reunião foi conduzida pelos diretores de política econômica, Diogo Guillen e pelo diretor de assuntos internacionais, Paulo Picchetti. Segundo uma das fontes, os diretores, como de costume, não fizeram intervenções e apenas ouviram os participantes do evento. Um dos economistas presentes afirmou que, pela linguagem corporal dos diretores, Picchetti pareceu mais surpreso com as críticas emitidas ao BC, enquanto Guillen apenas anotava os comentários.

Os encontros ocorrem semanalmente e são usados pela autoridade monetária para a confecção do Relatório de Inflação (RI).

Curta

Loteria do Banese
O Banco do Estado de Sergipe (Banese) selecionou, a partir de processo competitivo assessorado pela PwC, o consórcio formado entre a Culloden Participações e a TSA Informática para explorar e operar o negócio de loterias no Estado. O processo agora avança para a fase de negociação, incluindo diligências e discussão de instrumentos societários. Para atuar em loteria, a lei prevê que o banco crie uma subsidiária, uma holding ou participe de estrutura societária. A fiscalização fica sob responsabilidade da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe (Agrese). *(Álvaro Campos)*

Galípolo começa périplo pelo Senado por apoio à sabatina

Julia Lindner, Caetano Tonet e Fabio Murakawa
De Brasília

Indicado na semana passada à presidência do Banco Central, o diretor de política monetária, Gabriel Galípolo, iniciou ontem o tradicional "beija-mão" no Senado em busca de apoio para a sua sabatina, a ser realizada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O governo planeja realizar a sessão ainda na próxima semana, mas integrantes da base aliada veem dificuldade em cumprir esse prazo.

Ontem, Galípolo visitou o líder do PT no Senado, Beto Faro (PA), o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025, Confúcio Moura (MDB-TO), e a senadora Teresa Leitão (PT-PE). Hoje, deve ter novas conversas com o presidente da CAE, Vanderlan Cardoso (PSD-GO), e o líder do PSD, Otto Alencar (BA). O diretor também começou a marcar reuniões com integrantes da oposição para esta terça, entre eles Izalci Lucas (PL-DF).

Questionado sobre o périplo por jornalistas, o indicado ao comando do BC não quis falar com a imprensa "em respeito aos senadores".

Ontem, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse que o governo trabalha com a possibilidade de realizar a sabatina no dia 10 de setembro. A declaração foi dada após reunião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ministros e líderes do governo.

No Senado, no entanto, o plano é visto como desafiador. Otto Alencar, que se reunirá hoje com Galípolo, considera que "o momento não é bom" para realizar a sabatina. O PSD é aliado do Palácio do Planalto e detém a maior bancada da Casa, com 15 integrantes.

"Estamos em período eleitoral. Muitos senadores não estarão presencialmente [em Brasília]. Tem chance de uma sessão vazia na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e no plenário", disse Alencar a jornalistas ontem.

Ele fez questão de frisar que a resistência "não é pela questão das emendas". Atualmente, os Três Poderes discutem novas regras para os repasses das emendas parlamentares ao Orçamento.

Outros integrantes da base aliada também consideram difícil realizar a sabatina na próxima semana. "Eu acho difícil fazer no dia 10 porque ele [Galípolo] teria que visitar todo mundo de hoje [ontem] até quarta-feira", avaliou Angelo Coronel (PSD-BA) ao **Valor**.

Vice-líder do governo na Casa, Weverton (PDT-MA) manifestou a interlocutores também ver dificuldade na apreciação dentro do prazo esperado e anunciado por Alexandre Padilha. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defende a sabatina somente após as eleições municipais.

Integrantes da oposição com cadeira na CAE ouvidos pelo **Valor**, por outro lado, afirmam que estarão em Brasília se a sabatina for confirmada, entre eles o senador Ciro Nogueira (PP-PI), o senador Izalci Lucas (PL-DF) e o senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR).

Regulação Mercado discute ‘quem paga a conta’ se houver problemas com emissor ou credenciadora

BC lança consulta sobre riscos em cartões

Gabriel Shinohara e Mariana Ribeiro
De Brasília e São Paulo

O Banco Central (BC) lançou a consulta pública, aguardada pelo setor de cartões, que trata de novas regras para o gerenciamento centralizado de riscos de arranjos de pagamentos. Na prática, é uma discussão sobre “quem paga a conta” se houver problemas com um emissor de cartão (banco ou fintech) ou credenciadora (empresa de “maquininha”), por exemplo.

As conversas sobre responsabilização ganharam fôlego desde o ano passado, na esteira de casos como o da administradora de cartões Credz e da agência de viagens 123milhas, que evidenciaram impasses e lacunas nas regras sobre garantias e repasses na cadeia.

A minuta de resolução apresentada ontem pela autoridade monetária poderá receber comentários e sugestões dos interessados durante 60 dias.

Segundo o BC, o objetivo é aprimorar a regulação visando “ampliar a robustez dos modelos de gerenciamento contínuo e integrado de riscos nos arranjos de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB)”. O arranjo de pagamento consiste em uma série de regras que disciplinam um serviço de pagamento, como cartão de crédito, débito e pré-pago.

Ainda de acordo com o texto da consulta, a proposta traz parâmetros e determinações mais prescritivos do que a resolução anterior para uniformizar as práticas de gerenciamento de risco. A intenção é alinhar a interpretação e implementação das normas por parte dos instituidores aperfeiçoando a transparência, reduzindo a assimetria de tratamento e melhorando a gestão dos riscos de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, por exemplo.

O aprimoramento nas regras vinha sendo debatido no âmbito da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs), que reúne bancos, credenciadoras e bandeiras. Em março, o vice-presidente executivo da entidade, Ricardo Vieira, antecipou ao **Valor** que a associação enviaria um estudo inicial ao BC sobre o tema e que o objetivo era criar padronizações nas regras existentes e suprir lacunas, sem ferir a liberdade concorrencial de bandeiras e nem pesar excessivamente sobre algum dos elos da cadeia. Agora, a entidade afirma que a indústria vem dialogando com o regulador e que “aguarda a definição de agenda para apresentar formalmente os últimos estudos realizados”.

Eduardo Castro, sócio da área bancário, seguros e financeiro do escritório Machado Meyer, destaca que a maior preocupação do BC com a resolução é dar mais transparência e uniformidade às regras. Para Castro, o regramento atual não é deficitário, mas “pode ser aprimorado por meio do estabelecimento de regras e procedimentos mais claros e objetivos”.

> “A divisão de responsabilidades é crucial para evitar que o comerciante tenha problemas”
> *José Rodrigues*

Em junho, o diretor de organização do sistema financeiro e resolução do BC, Renato Gomes, disse que esse tema era “talvez a grande prioridade regulatória em pagamentos” da instituição e já adiantava que haveria uma consulta pública. Na ocasião, ele afirmou que a resolução atual é “um bocado principiológica” e haveria espaço para uma abordagem mais prescritiva. “O racional evidentemente é de criar os incentivos adequados para que todos os participantes dos arranjos, emissores, credenciadores e instituidores internalizem o efeito das suas ações sobre o risco gerido pelo arranjo”, disse na época.

Presidente do conselho da Associação Brasileira de Fintechs (ABFintechs), José Luiz Rodrigues diz, em nota, que a discussão é crucial para proteger comerciantes e deve se estender. Ele afirma que, no ano passado, ocorreu um “evento significativo” — leia-se Credz — que trouxe à tona “questões relacionadas à divisão de responsabilidades entre os participantes do arranjo de pagamento”. De acordo com ele, a divisão de responsabilidades “é crucial para evitar que o comerciante enfrente problemas e não receba o valor das vendas realizadas via cartão de crédito”.

Ele acrescenta que a discussão deve se estender pois existem “muitas pendências e o setor está em um momento de mudanças significativas, com as bandeiras disputando espaço no mercado, as credenciadoras crescendo substancialmente e os subcredenciadores, uma inovação brasileira, também se tornando muito grandes”. “Há uma preocupação considerável em toda a cadeia”, diz.

A Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos (Abipag) destacou, também em nota, que a proposta é bastante ampla e trata, por exemplo, da transparência da estrutura de tarifas constante no regulamento do arranjo, ou seja, das bandeiras. “Numa primeira avaliação, a consulta parece promover avanços relevantes”, diz.

Na visão da advogada especialista em mercado financeiro, Milene Fachini Jacob, há uma tentativa de equilíbrio entre “o conservadorismo do olhar de supervisão e a inovação para alavancagem do crescimento do setor sem que haja prejuízos aos usuários finais”. A advogada destacou alguns pontos da proposta, como a previsão de que o instituidor do arranjo deve estipular regras para garantir o recebimento dos recursos destinados à liquidação das transações em caso de inadimplemento ou falha dos participantes do arranjo.

Em nota, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) diz que considera importante o aprimoramento da regulação, “que visa ampliar a robustez dos modelos de gestão e a maior proteção aos clientes finais”. A Zetta disse que entende a importância do tema e pretende colaborar com o debate regulatório no momento oportuno. Já a Associação Brasileira de Internet (Abranet) diz que “apoia iniciativas que tragam solidez e eficiência ao mercado de pagamentos no Brasil”.

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 02/09/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	16.170,1639420	0,04	0,04	6,34
IRF-M	1+**	20.399,8370080	-0,09	-0,09	2,30
IRF-M	Total	18.570,9073930	-0,04	-0,04	3,50
IMA-B	5***	9.419,6913220	0,05	0,05	4,93
IMA-B	5+****	11.430,4853860	-0,30	-0,30	-1,50
IMA-B	Total	10.039,8722070	-0,15	-0,15	1,34
IMA-S	Total	6.857,5118100	0,04	0,04	7,31
IMA-Geral	Total	8.315,7486070	-0,03	-0,03	4,60

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	19/08	16/08	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	32,98	33,72	32,58	29,63	31,58	29,66
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	26,49	25,89	26,17	24,96	25,96	26,74
Conta garantida pré - a.a.	42,57	42,64	40,94	38,67	44,61	47,27
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,19	21,59	21,55	21,70	21,56	26,00
Vendor pré - a.a.	16,27	15,81	18,45	15,28	18,83	19,06
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	17,00	17,00	14,85	16,30	16,37	18,74
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	18,93	17,61	19,65	18,30	17,08	18,30
Conta garantida pós - a.a.	25,27	24,89	24,56	24,76	25,08	27,09
ACC pós - a.a.	7,98	8,44	8,46	8,30	8,09	8,71
Factoring - a.m.	3,25	3,23	3,22	3,25	3,22	3,50

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	02/09/24	30/08/24	Há 1 semana	No fim de agosto	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	-	5,3400	-	5,3500	5,3100
1 mês	-	5,3465	5,3458	5,3465	5,3505	5,3114
3 meses	-	5,3684	5,3681	5,3684	5,3624	5,1870
6 meses	-	5,3951	5,3945	5,3951	5,3910	5,0605
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6540	3,6650	3,6540	3,6640	3,6520
1 mês	-	3,6690	3,6687	3,6690	3,6680	3,5020
3 meses	-	3,7145	3,7300	3,7145	3,7892	3,4428
6 meses	-	3,8379	3,8425	3,8379	3,8754	3,1612
1 ano	-	3,9130	3,9125	3,9130	3,9121	2,2733
Euribor ***						
1 mês	-	3,589	3,583	3,589	3,611	3,639
3 meses	-	3,490	3,523	3,490	3,623	3,770
6 meses	-	3,360	3,401	3,360	3,553	3,934
1 ano	-	3,088	3,116	3,088	3,320	4,055
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
T-Bill (1 mês)	Feriado	5,26	5,33	5,26	5,35	5,39
T-Bill (3 meses)	Feriado	5,09	5,14	5,09	5,17	5,43
T-Bill (6 meses)	Feriado	4,85	4,89	4,85	4,83	5,50
T-Note (2 anos)	Feriado	3,90	3,94	3,90	3,88	4,88
T-Note (5 anos)	Feriado	3,67	3,67	3,67	3,62	4,30
T-Note (10 anos)	Feriado	3,86	3,82	3,86	3,79	4,18
T-Bond (30 anos)	Feriado	4,15	4,11	4,15	4,11	4,30

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	set/24*	ago/24	Mês jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,04	0,87	0,91	0,79	0,83	0,89	7,13	11,20
CDI	0,04	0,87	0,91	0,79	0,83	0,89	7,13	11,20
CDB (1)	0,73	0,72	0,72	0,71	0,73	0,73	6,81	9,99
Poupança (2)	-	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	4,59	7,09
Poupança (3)	-	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	4,59	7,09
IRF-M	-0,04	0,66	1,34	-0,29	0,66	-0,52	3,50	8,26
IMA-B	-0,15	0,52	2,09	-0,97	1,33	-1,61	1,34	5,32
IMA-S	0,04	0,90	0,94	0,81	0,83	0,90	7,31	11,40
Renda Variável								
Ibovespa	-0,81	6,54	3,02	1,48	-3,04	-1,70	0,54	17,51
Índice Small Cap	-0,44	4,52	1,47	-0,39	-3,38	-7,76	-10,08	-2,18
IBrX 50	-0,86	6,51	3,15	1,63	-3,11	-0,62	2,25	19,46
ISE	-0,84	5,98	2,84	1,10	-3,61	-6,02	-2,89	9,55
IMOB	-0,59	5,86	4,82	1,06	-0,73	-11,56	-8,26	4,77
IDIV	-0,22	6,68	1,90	1,99	-0,99	-0,56	4,77	21,94
IFIX	-0,12	0,85	0,53	-1,04	0,02	-0,77	2,35	5,63
Dólar Ptax (BC)	-0,59	-0,10	1,86	6,05	1,35	3,51	16,15	14,92
Dólar Comercial (mercado)	-0,32	-0,38	1,18	6,46	1,09	3,54	15,70	13,79
Euro (BC) (4)	-0,51	2,08	2,92	4,73	2,89	2,37	16,30	17,26
Euro Comercial (mercado) (4)	-0,18	1,77	2,23	5,07	2,79	2,43	15,75	16,00
Ouro (BC)	-0,59	3,19	5,98	5,97	2,87	7,18	40,72	48,11
Inflação								
IPCA (5)	-	0,04	0,38	0,21	0,46	0,38	2,91	4,30
IGP-M	-	0,29	0,61	0,81	0,89	0,31	2,00	4,26

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Rendimento até o dia 02/set. ** Até ago/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real. (5) expectativa de 0,04% para o mês de agosto

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 28/08/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.687.539,09					-7.080,13	59.867,61	320.744,85	288.864,90
RF Indexados (2)	145.214,70	-0,16	0,76	4,21	7,58	-141,69	-2.009,11	-11.686,98	-17.163,17
RF Duração Baixa Soberano (2)	692.433,23	0,04	0,73	6,46	10,41	-5.193,45	2.673,95	42.355,72	37.837,99
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	899.288,44	0,04	0,83	7,37	11,87	-178,63	23.090,91	89.390,53	90.712,35
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	192.313,95	0,04	0,05	7,45	11,94	-23,79	5.311,69	82.671,67	87.015,45
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	169.766,83	-0,02	0,75	6,02	9,26	145,33	-1.261,29	-5.243,27	-6.164,57
RF Duração Livre Soberano (2)	214.615,02	-0,01	0,76	6,09	9,97	-678,22	-5.810,28	-17.202,80	-33.914,59
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	672.900,87	0,02	0,82	6,64	10,72	-789,59	16.937,37	-14.779,54	-35.651,75
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	399.175,52	-0,02	0,95	6,81	11,20	340,78	10.531,21	106.795,86	145.048,40
Ações	652.199,34					352,04	-1.667,57	2.501,15	45.357,87
Ações Indexados (2)	11.032,72	0,40	7,61	2,36	16,84	20,89	144,51	263,64	-1.710,80
Ações Índice Ativo (2)	30.786,45	0,26	6,90	0,65	13,07	-27,12	-1.765,82	-7.075,68	-6.499,88
Ações Livre	236.459,02	-0,20	5,59	2,46	13,31	-37,27	-1.596,92	-1.021,87	-5.225,15
Fechados de Ações	125.584,03	-0,12	1,53	-3,39	0,18	10,70	88,18	-1.941,01	12.280,23
Multimercados	1.608.269,06					91,39	-42.625,74	-148.038,16	-280.917,20
Multimercados Macro	137.014,69	-0,12	0,84	3,03	7,02	-95,41	-6.000,57	-42.722,34	-63.267,33
Multimercados Livre	622.892,70	-0,05	1,13	6,18	10,66	358,87	-4.733,82	-17.433,81	-81.106,03
Multimercados Juros e Moedas	49.143,61	0,03	0,79	6,44	10,81	81,62	157,02	-9.390,70	-15.055,52
Multimercados Invest. no Exterior (2)	716.250,05	0,07	0,26	7,11	12,64	-280,61	-32.273,16	-79.941,74	-117.728,70
Cambial	6.272,03	0,90	-0,97	18,79	20,64	2,01	-33,63	-714,68	-1.163,94
Previdência	1.471.768,59					243,40	4.032,23	27.164,23	40.411,35
ETF	44.167,57					-44,81	-590,24	-2.910,31	-3.060,90
Demais Tipos	2.104.904,24					94,28	16.122,67	89.334,40	104.310,00
Total Fundos de Investimentos	**7.470.215,67**					**-6.436,10**	**18.982,66**	**198.747,08**	**89.492,08**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.750.459,95**					**1.121,55**	**12.201,22**	**107.082,39**	**172.335,22**
Total Fundos Off Shore (4)	**49.457,77**					-	-	-	-
Total Geral	**9.270.133,39**					**-5.314,55**	**31.183,88**	**305.829,47**	**261.827,30**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de julho de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	02/09/24	30/08/24	Há 1 semana	No fim de agosto	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,25
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8279	0,8675	0,8675	0,8675	0,8675	0,9853
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8279	0,8675	0,8675	0,8675	0,8675	0,9853
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	10,80
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,8582
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,49
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9853
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,80	10,77	10,65	10,77	10,44	12,58
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	11,31	11,28	11,05	11,28	10,65	12,02
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,55	10,53	10,47	10,53	10,41	12,97
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,65	10,63	10,55	10,63	10,42	12,81
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,80	10,79	10,66	10,79	10,44	12,59
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,98	10,98	10,80	10,98	10,49	12,38
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	11,31	11,28	11,06	11,28	10,64	12,04
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,76	11,74	11,39	11,74	11,05	11,03

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 02/09/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	99.168,72	10,536	561.602	10,520	10,540	10,536
Vencimento em nov/24	98.248,97	10,647	24.295	10,630	10,652	10,650
Vencimento em dez/24	97.468,45	10,801	10.358	10,784	10,814	10,814
Vencimento em jan/25	96.583,75	10,991	515.670	10,945	11,015	10,985
Vencimento em fev/25	95.651,58	11,148	865	11,110	11,160	11,160
Vencimento em mar/25	94.784,39	11,308	506	11,260	11,300	11,295
Vencimento em abr/25	93.971,36	11,412	108.837	11,345	11,430	11,410
Vencimento em mai/25	93.112,50	11,515	229	11,450	11,495	11,490
Vencimento em jun/25	92.225,47	11,589	2.400	11,550	11,565	11,565
Vencimento em jul/25	91.368,80	11,675	328.457	11,600	11,690	11,685
Vencimento em ago/25	90.419,47	11,720	817	11,670	11,690	11,690

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	5.639,62	-0,42	200.635	5.621,50	5.677,00	5.632,50
Vencimento em nov/24	5.659,62	-0,42	200	5.651,00	5.651,00	5.651,00
Vencimento em dez/24	5.677,28	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jan/25	5.697,55	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em fev/25	5.722,42	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	6.251,81	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	6.283,09	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	6.309,96	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	136.383	-1,27	69.250	136.125	137.485	136.215
Vencimento em dez/24	138.617	-	0	0	0	0
Vencimento em fev/25	140.741	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 02/09/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,6224	5,6230	-0,59	-0,59	16,15	14,02
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,6136	5,6142	-0,32	-0,32	15,70	13,65
Dólar Turismo (R$/US$)	5,6600	5,8400	-0,35	-0,35	15,70	13,68
Euro (BC) - (R$/€)	6,2229	6,2241	-0,51	-0,51	16,30	17,00
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,2148	6,2154	-0,18	-0,18	15,75	16,77
Euro Turismo (R$/€)	6,3018	6,4818	-0,24	-0,24	15,60	16,71
Euro (BC) - (US$/€)	1,1068	1,1069	0,07	0,07	0,14	2,61
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	452,3250	452,3733	-0,59	-0,59	40,72	47,22
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.499,21	-0,15	-0,15	21,01	28,79
Londres (US$/onça troy)¹	-	2.502,00	-0,88	-0,88	21,31	28,68

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	02/09/24	30/08/24	No fim de ago/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	175.964,49	178.922,92	178.922,92	173.997,89	-1,65	-1,65	1,13
Valor-Coppead Mínima Variância	104.472,02	105.748,61	105.748,61	93.533,91	-1,21	-1,21	11,69

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 02/09/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 02/09/24

Índice	02/09/24	30/08/24	Em 30/08/24	29/12/23	02/09/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	Feriado	188,53	188,53	165,54	156,92	-	-	13,89	20,14
S&P BNY Emergentes	Feriado	354,71	354,71	312,75	298,11	-	-	13,42	18,99
S&P BNY América Latina	Feriado	196,58	196,58	225,28	201,68	-	-	-12,74	-2,53
S&P BNY Brasil	Feriado	197,44	197,44	232,95	202,51	-	-	-15,24	-2,50
S&P BNY México	Feriado	286,82	286,82	331,67	319,94	-	-	-13,52	-10,35
S&P BNY Argentina	Feriado	268,80	268,80	178,27	155,53	-	-	50,78	72,83
S&P BNY Chile	Feriado	143,28	143,28	162,12	163,79	-	-	-11,62	-12,53
S&P BNY Índia	Feriado	3.175,88	3.175,88	2.923,01	2.784,70	-	-	8,65	14,05
S&P BNY Ásia	Feriado	218,99	218,99	189,60	180,82	-	-	15,50	21,11
S&P BNY China	Feriado	294,08	294,08	336,11	357,76	-	-	-12,50	-17,80
S&P BNY África do Sul	Feriado	192,07	192,07	199,87	194,28	-	-	-3,90	-1,14
S&P BNY Turquia	Feriado	33,07	33,07	22,45	23,59	-	-	47,28	40,19

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
14/08 a 14/09	0,0744	0,5748	0,5748	0,8445
15/08 a 15/09	0,0708	0,5712	0,5712	0,8085
16/08 a 16/09	0,0672	0,5675	0,5675	0,7729
17/08 a 17/09	0,0673	0,5676	0,5676	0,7736
18/08 a 18/09	0,0710	0,5714	0,5714	0,8107
19/08 a 19/09	0,0759	0,5763	0,5763	0,8477
20/08 a 20/09	0,0751	0,5755	0,5755	0,8466
21/08 a 21/09	0,0745	0,5749	0,5749	0,8454
22/08 a 22/09	0,0708	0,5712	0,5712	0,8091
23/08 a 23/09	0,0672	0,5675	0,5675	0,7729
24/08 a 24/09	0,0672	0,5675	0,5675	0,7732
25/08 a 25/09	0,0709	0,5713	0,5713	0,8102
26/08 a 26/09	0,0755	0,5759	0,5759	0,8472
27/08 a 27/09	0,0763	0,5767	0,5767	0,8484
28/08 a 28/09	0,0770	0,5774	0,5774	0,8494
29/08 a 29/09	0,0714	-	-	0,8145
30/08 a 30/09	0,0676	-	-	0,7772

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 02/09/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	134.906	-0,81	-0,81	0,54	14,43
IBrX	57.011	-0,78	-0,78	0,99	14,88
IBrX 50	22.717	-0,86	-0,86	2,25	16,12
IEE	92.427	-0,50	-0,50	-2,66	7,50
SMLL	2.116	-0,44	-0,44	-10,08	-4,67
ISE	3.655	-0,84	-0,84	-2,89	7,25
IMOB	927	-0,59	-0,59	-8,26	2,08
IDIV	9.507	-0,22	-0,22	4,77	19,72
IFIX	3.389	-0,12	-0,12	2,35	5,35
Variação % em dólares					
Ibovespa	23.992	-0,22	-0,22	-13,44	0,36
IBrX	10.139	-0,20	-0,20	-13,05	0,76
IBrX 50	4.040	-0,28	-0,28	-11,96	1,85
IEE	16.437	0,09	0,09	-16,20	-5,71
SMLL	376	0,15	0,15	-22,58	-16,38
ISE	650	-0,26	-0,26	-16,39	-5,93
IMOB	165	0,00	0,00	-21,01	-10,47
IDIV	1.691	0,37	0,37	-9,80	5,00
IFIX	603	0,47	0,47	-11,88	-7,60

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 30/07/24	29/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	412	408	4,0	9,0	67,0
África do Sul	328	323	5,0	1,0	2,0
Argentina	1.558	1.558	0,0	103,0	-349,0
Brasil	228	225	3,0	-3,0	33,0
Colômbia	314	312	2,0	8,0	49,0
Filipinas	83	81	2,0	15,0	25,0
México	190	186	4,0	4,0	23,0
Peru	108	106	2,0	6,0	6,0
Turquia	258	251	7,0	5,0	-18,0
Venezuela	19.547	19.429	118,0	978,0	-4.545,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano. Obs.: último dado disponível em 30/07/24

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
dez/23	355.034	21/08/24	368.997
jan/24	353.563	22/08/24	368.187
fev/24	352.705	23/08/24	369.504
mar/24	355.008	26/08/24	369.756
abr/24	351.599	27/08/24	369.531
mai/24	355.560	28/08/24	369.578
jun/24	357.827	29/08/24	369.286
jul/24	363.282	30/08/24	369.214

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	02/09/24	30/08/24	29/08/24	28/08/24	27/08/24	26/08/24
Índice	2.146,24	2.145,26	2.151,06	2.155,04	2.158,27	2.159,99
Var. no dia	0,05%	-0,27%	-0,18%	-0,15%	-0,08%	0,10%
Var. no mês	0,05%	0,68%	0,96%	1,14%	1,29%	1,37%
Var. no ano	3,92%	3,88%	4,16%	4,35%	4,51%	4,59%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 02/09/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	34,1700	34,2100	0,16430	0,16460
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,6224	5,6230
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,5538	36,6454	0,1534000	0,1538000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	7,0000	0,8032	0,8209
Colon (Costa Rica)	515,7500	521,9000	0,010770	0,010900
Coroa (Dinamarca)	6,7390	6,7395	0,8342	0,8344
Coroa (Islândia)	138,3600	138,6700	0,04055	0,04064
Coroa (Noruega)	10,5873	10,5915	0,5308	0,5311
Coroa (Rep. Tcheca)	22,6180	22,6260	0,2485	0,2486
Coroa (Suécia)	10,2524	10,2544	0,5483	0,5485
Dinar (Argélia)	133,2665	133,8156	0,04202	0,04219
Dinar (Kuwait)	0,3055	0,3056	18,3979	18,4059
Dinar (Líbia)	4,7493	4,7716	1,1783	1,1840
Direitos Especiais de Saque ***	1,3466	1,3466	7,5711	7,5719
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6727	3,6731	1,5307	1,5310
Dirham (Marrocos)	9,7681	9,7831	0,5747	0,5756
Dólar (Austrália)***	0,6789	0,6790	3,8170	3,8180
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,6224	5,6230
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,7653	2,8140
Dólar (Canadá)	1,3495	1,3496	4,1660	4,1667
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,7334	6,8158
Dólar (Cingapura)	1,3069	1,3071	4,3014	4,3025
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,6224	5,6230
Dólar (Hong Kong)	7,7967	7,7969	0,7211	0,7212
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6227	0,6228	3,5011	3,5020
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7271	6,8260	0,8237	0,8359
Euro (Comunidade Européia)***	1,1068	1,1069	6,2229	6,2241
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,0892	3,1510
Franco (Suíça)	0,8515	0,8519	6,5998	6,6036
Guarani (Paraguai)	7681,8900	7682,7800	0,0007318	0,0007320
Hryvnia (Ucrânia)	41,1890	41,2210	0,1364	0,1365
Iene (Japão)	146,9300	146,9800	0,03825	0,03827
Lev (Bulgária)	1,7677	1,7681	3,1799	3,1810
Libra (Egito)	48,4900	48,5900	0,1157	0,1160
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000063	0,000063
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00043	0,00043
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,3144	1,3146	7,3901	7,3920
Naira (Nigéria)	1565,0000	1615,0000	0,00348	0,00359
Lira (Turquia)	33,8789	33,9188	0,1658	0,1660
Novo Dólar (Taiwan)	32,0490	32,0790	0,17530	0,17550
Novo Sol (Peru)	3,7657	3,7673	1,4924	1,4932
Peso (Argentina)	952,5000	953,5000	0,00590	0,00590
Peso (Chile)	915,1800	916,9800	0,006131	0,006144
Peso (Colômbia)	4152,5000	4157,5000	0,001352	0,001354
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2343	0,2343
Peso (Filipinas)	56,5060	56,5260	0,09947	0,09951
Peso (México)	19,7860	19,8010	0,2839	0,2842
Peso (Rep. Dominicana)	59,3800	59,7600	0,09408	0,09470
Peso (Uruguai)	40,3500	40,3800	0,13920	0,13940
Rande (África do Sul)	17,8632	17,8658	0,3147	0,3148
Rial (Arábia Saudita)	3,7525	3,7530	1,4981	1,4985
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001339	0,0001339
Ringgit (Malásia)	4,3500	4,3600	1,2895	1,2926
Rublo (Rússia)	89,7955	89,8045	0,06261	0,06262
Rúpia (Índia)	83,8800	83,9350	0,06699	0,06704
Rúpia (Indonésia)	15520,0000	15530,0000	0,0003620	0,0003623
Rúpia (Paquistão)	278,5000	278,7500	0,02017	0,02019
Shekel (Israel)	3,6357	3,6387	1,5452	1,5466
Won (Coréia do Sul)	1337,7500	1339,4200	0,004198	0,004203
Yuan Renminbi (China)	7,1170	7,1183	0,7899	0,7901
Zloty (Polônia)	3,8568	3,8578	1,4574	1,4579

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	2501,36	0,01243	452,3250	452,3733

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	02/09/24	30/08/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	Feriado	41.563,08	-	-	10,28	19,30	32.417,59	41.563,08
EUA	Nova York	Nasdaq-100	Feriado	19.574,64	-	-	16,34	26,36	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	Feriado	17.713,62	-	-	18,00	26,24	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	Feriado	5.648,40	-	-	18,42	25,08	4.117,37	5.667,20
Canadá	Toronto	S&P/TSX	Feriado	23.346,18	-	-	11,39	13,63	18.737,39	23.348,97
México	Cidade do México	IPC	52.493,38	51.985,87	0,98	0,98	-8,53	-1,23	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.355,13	1.362,28	-0,52	-0,52	13,38	24,93	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	95.606,94	-	4,45	4,45	65,32	145,48	38.257,94	95.606,94
Chile	Santiago	IPSA	6.456,25	6.459,96	-0,06	-0,06	4,17	7,67	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	28.721,12	Feriado	0,98	0,98	10,64	23,34	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.754.832,94	1.717.564,44	2,17	2,17	88,75	176,44	514.073,77	1.754.832,94
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.500,67	1.498,37	0,15	0,15	7,53	10,74	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.930,85	18.906,92	0,13	0,13	13,01	19,51	14.687,41	18.930,85
França	Paris	CAC-40	7.646,42	7.630,95	0,20	0,20	1,37	4,79	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	34.320,60	34.372,67	-0,15	-0,15	13,08	19,79	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.180,33	4.184,40	-0,10	-0,10	12,75	13,51	3.290,68	4.184,40
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.769,56	2.783,74	-0,51	-0,51	21,28	27,60	2.059,59	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	11.395,30	11.401,90	-0,06	-0,06	12,80	20,59	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.446,17	1.431,19	1,05	1,05	11,83	11,29	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	920,69	918,66	0,22	0,22	17,01	23,41	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	72.789,23	72.865,31	-0,10	-0,10	20,07	31,14	55.055,60	74.051,15
Polônia	Varsóvia	WIG	86.196,35	84.868,25	1,56	1,56	9,86	24,89	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.773,88	6.760,15	0,20	0,20	5,90	9,57	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	890,82	915,60	-2,71	-2,71	-17,78	-15,60	890,82	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.589,98	2.595,96	-0,23	-0,23	8,00	18,47	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.451,48	12.436,59	0,12	0,12	11,79	12,43	10.323,71	12.451,48
Turquia	Istambul	BIST 100	10.110,18	Feriado	2,82	2,82	35,34	25,50	7.260,44	11.172,75
Israel	Tel Aviv	TA-125	2.083,86	-	0,10	0,10	11,09	11,21	1.608,42	2.083,86
0	Joanesburgo	All Share	83.488,38	83.749,88	-0,31	-0,31	8,58	11,64	69.451,97	84.553,56
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	38.700,87	38.647,75	0,14	0,14	15,65	18,31	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.330,80	8.316,70	0,17	0,17	6,40	11,23	6.960,20	8.343,80
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.514,70	1.544,23	-1,91	-1,91	-17,58	-22,47	1.433,10	1.981,63
China	Xangai	SSE Composite	2.811,04	2.842,21	-1,10	-1,10	-5,51	-10,28	2.702,19	3.177,06
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.681,00	2.674,31	0,25	0,25	0,97	4,58	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.691,97	17.989,07	-1,65	-1,65	3,78	-3,75	14.961,18	19.636,22
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	82.559,84	82.365,77	0,24	0,24	14,29	26,26	63.148,15	82.559,84
Indonésia	Jacarta	JCI	7.694,53	7.670,73	0,31	0,31	5,80	10,27	6.642,42	7.694,53
Tailândia	Bangcoc	SET	1.353,64	1.359,07	-0,40	-0,40	-4,39	-13,31	1.274,01	1.565,94
Taiwan	Taipé	TAIEX	22.235,10	22.268,09	-0,15	-0,15	24,00	33,58	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madri, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE GUARULHOS

CNPJ/MF 58.481.318/0001-11

CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÕES SINDICAIS

Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública Municipal de Guarulhos, com sede na Avenida Esperança, nº 840, Vila Progresso, Guarulhos - São Paulo, CNPJ/MF 58.481.318/0001-11. O Presidente do Pleito Eleitoral, eleito na assembleia geral extraordinária, datada de 30 de agosto de 2024, em cumprimento à r. decisão judicial proferida pela Juíza Líbia da Graça Pires da 6ª Vara do Trabalho de Guarulhos, processo nº 02029003720085020316 (02029200831602000) e o Presidente do Sindicato, para dar cumprimento ao artigo 20 e 36 "d" do Estatuto Social, vêm através deste, convocar eleições para renovação da diretoria executiva, conselho fiscal efetivo, conselho de delegados efetivos, bem como os seus respectivos suplentes, que cumprirão mandato de 9 de fevereiro de 2025 a 8 de fevereiro de 2029, que ocorrerão nos dias 25 (vinte e cinco) e 26 (vinte e seis) de setembro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), no horário das 7:00h às 19:00h, com uso de urnas fixas e urnas itinerantes, que percorrerão todos os locais de trabalho dos servidores e funcionários públicos municipais de Guarulhos. Desde já fica aberto o prazo de 2 (dois) dias, ou seja, 4 e 5 (quatro e cinco) de setembro de 2024, a partir da publicação deste edital, para o registro de chapas concorrentes ao pleito eleitoral, na secretaria eleitoral do sindicato, endereçada ao presidente do pleito, cumpridas as formalidades do art. 69, parágrafo único e incisos "a" e "b", que funcionará das 9:00h às 13:00h, com pessoa habilitada para o registro das chapas, na sede do Sindicato, sito à Avenida Esperança, nº 840, Vila Progresso, Guarulhos - SP. Não se atingindo o quórum mínimo previsto no artigo 66 (sessenta e seis) do Estatuto em primeira votação, haverá continuidade do pleito em conformidade com o artigo 67 (sessenta e sete), parágrafo único do referido estatuto. A publicação das chapas inscritas será feita em conformidade com o art. 73, III (setenta e três, alínea terceira) do já citado estatuto da entidade, após o término de inscrição das chapas. Desde já fica aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas contados da publicação da relação das chapas inscritas, para impugnação contra candidatos ou chapas, em conformidade com o disposto no artigo 102 do estatuto em vigor.

Guarulhos, 03 de setembro de 2024

DAVID GOMES DA CRUZ - Presidente do Pleito Eleitoral

PEDRO ZANOTTI FILHO - Presidente do Sindicato

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - ESCOLA POLITÉCNICA
ERRATA DE AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N°: 04/2024 – EP
PROCESSO SEI Nº: 154.00003858/2024-76

A Escola Politécnica torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob N°: 04/2024 - EP**, do tipo menor preço, cujo objeto é o **Fornecimento de Projetores a Laser, Projetores a Laser Tiro Curto de Projetores Multimídia**, conforme especificações e condições constantes em Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o **dia 03/09/2024 a partir das 09h00,** estando a sessão de disputa agendada para o **dia 13/09/2024 às 09h00**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado **"Portal de Compras do Governo Federal - ComprasGov"** através do sítio **https://www.gov.br/compras/pt-br**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do **dia 03/09/2024**, além da página do ComprasGov, citado anteriormente, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes e www.imprensaoficial.com.br.**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – INSTITUTO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA

A Universidade de São Paulo através do Instituto de Matemática e Estatística torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob N°: 08/2024 - IME,** do tipo menor preço, cujo objeto **é contratação de empresa pelo Sistema de Registro de Preços para fornecimento de materiais de limpeza.** conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será **o dia 03/09/2024 a partir das 10h00,** estando a sessão de disputa agendada para o **dia 18/09/2024 às 09h00,** sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado **"Portal de Compras do Governo Federal"** através do sítio **www.gov.br/compras/pt-br**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do **dia 06/05/2024,** além da página do **ComprasGov**, citada anteriormente, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes e www.imprensaoficial.com.br**.

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ/MF 07.859.971/0001-30 - NIRE 33.3.0027843-5
Companhia Aberta
ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: A reunião foi realizada aos 27 (vinte e sete) dias do mês de agosto de 2024, às 16h00, na sede da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("TAESA" ou "Companhia") e por videoconferência. **PRESENÇAS E CONVOCAÇÃO**: A reunião foi regularmente instalada, tendo a participação da totalidade dos Conselheiros da Companhia, os Srs.: Reynaldo Passanezi Filho, José Reinaldo Magalhães, Reinaldo Le Grazie, Paulo Gustavo Ganime Alves Teixeira, Maurício Dall'Agnese, César Augusto Ramírez Rojas, Gabriel Jaime Melguizo Posada (por delegação), Fernando Bunker Gentil, Mario Engler Pinto Junior, Celso Maia de Barros, Hermes Jorge Chipp e Denise Lanfredi Tosetti Hills Lopes. Presentes também, a convite do Conselho, o Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. Rinaldo Pecchio Junior, o Diretor de Negócios e Gestão de Participações, Sr. Fábio Antunes Fernandes, o Diretor Técnico, Sr. Marco Antonio Resende Faria e o Diretor de Implantação, Sr. Luis Alessandro Alves, além da gerente da área de Governança Corporativa da Companhia, Sra. Caroline Rocha Ataíde. **MESA**: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Reynaldo Passanezi Filho, que convidou a mim Caroline Rocha Ataíde, para secretariá-lo. Abertos os trabalhos, verificado o quórum e validamente instalada a reunião, os Conselheiros, por unanimidade, aprovaram a lavratura da presente ata na forma de sumário. **ORDEM DO DIA**: **(1)** aprovar a Emissão (conforme abaixo definido) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Companhia, no valor total de R$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), incluindo seus termos e condições, em conformidade com o disposto no artigo 59, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e com o Estatuto Social da Companhia; **(2)** autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos e quaisquer atos e a celebrar todos e quaisquer documentos necessários à realização da emissão das debêntures; e **(3)** ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria para a execução das deliberações a serem aprovadas, incluindo a contratação de prestadores de serviços necessários para realização da Oferta. **DELIBERAÇÕES TOMADAS**: Indagados sobre eventual conflito de interesse com o tema da ordem do dia, os Srs. Conselheiros, por unanimidade, responderam negativamente. Em seguida, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade: **(1)** Aprovar a realização da 16ª (décima sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Companhia ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), as quais serão objeto de oferta pública sob o rito de registro automático de distribuição, em regime de garantia firme de colocação, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), que serão formalizadas nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 16ª (Décima Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.*" ("Escritura de Emissão") e atenderá às características abaixo descritas, dentre outras: **(a) Número da Emissão.** A Emissão representa a 16ª (décima sexta) emissão de debêntures da Companhia. **(b) Número de Séries.** A Emissão será realizada em série única. **(c) Valor Total da Emissão.** O valor total da Emissão será de R$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida) ("Valor Total da Emissão"). **(d) Quantidade de Debêntures.** Serão emitidas 400.000 (quatrocentas mil) Debêntures na Data de Emissão. **(e) Valor Nominal Unitário.** O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R$1.000,00 (um mil reais) ("Valor Nominal Unitário"). **(f) Data de Emissão.** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela estabelecida na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"). **(g) Data de Início da Rentabilidade.** Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a primeira Data de Integralização das Debêntures (conforme abaixo definida) ("Data de Início da Rentabilidade"). **(h) Conversibilidade.** As Debêntures serão simples, ou seja, não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia. **(i) Espécie.** As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, razão pela qual não contarão com garantia real ou fidejussória, nem qualquer privilégio sobre os bens da Companhia. Assim, inexistirá qualquer segregação de bens da Companhia para servir como garantia aos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), particularmente em caso de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Companhia decorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão. **(j) Prazo e Data de Vencimento.** Observado o disposto na Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2031 ("Data de Vencimento das Debêntures"). **(k) Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica.** As Debêntures serão depositadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3") para: **(i)** distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e **(ii)** negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. **(l) Forma de Subscrição e Integralização e Preço de Integralização.** As Debêntures serão subscritas e integralizadas, a qualquer momento, a partir da data de início de distribuição, conforme informada no anúncio de início de distribuição, a ser divulgado nos termos do artigo 13 da Resolução CVM 160, durante o período de distribuição das Debêntures previsto no artigo 48 da Resolução CVM 160, de acordo com os procedimentos da B3, observado o Plano de Distribuição (a ser definido na Escritura de Emissão). Na primeira Data de Integralização, o preço de integralização das Debêntures será o Valor Nominal Unitário das Debêntures. Nas Datas de Integralização posteriores à primeira Data de Integralização, o preço de integralização das Debêntures será o Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização até a data da efetiva integralização ("Preço de Integralização"). A integralização das Debêntures será à vista e em moeda corrente nacional na Data de Integralização. Define-se "Data de Integralização" qualquer data em que ocorrer a subscrição e a integralização das Debêntures. As Debêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição das Debêntures, desde que aplicado em igualdade de condições a todos os investidores em cada Data de Integralização das Debêntures. A aplicação do ágio ou deságio, caso aplicável, será realizada em função de condições objetivas de mercado, incluindo, mas não se limitando a: **(i)** alteração Taxa SELIC; **(ii)** alteração na remuneração dos títulos do tesouro nacional; **(iii)** alteração da Taxa DI (conforme abaixo definida); ou **(iv)** alteração material nas taxas indicativas de negociação de títulos de renda fixa (debêntures, certificados de recebíveis imobiliários, certificados de recebíveis do agronegócio e outros) divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. **(m) Classificação de Risco.** Não será contratada agência de classificação de risco para a presente Emissão. **(n) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade.** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures. **(o) Destinação dos Recursos.** Os Recursos Líquidos (conforme definido na Escritura de Emissão) captados pela Companhia por meio da integralização das Debêntures serão utilizados para reforço de caixa da Companhia e capital de giro. **(p) Agente Fiduciário.** O agente fiduciário será nomeado na Escritura de Emissão para representar a comunhão dos interesses dos Debenturistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. **(q) Banco Liquidante e Escriturador.** A instituição prestadora dos serviços de banco liquidante e escriturador será nomeada na Escritura de Emissão. **(r) Colocação e Procedimento de Distribuição.** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, a ser registrada sob o rito automático de distribuição, sem necessidade de análise prévia da CVM, nos termos do disposto na Resolução CVM 160, em regime de garantia firme de colocação para o Valor Total da Emissão, com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários responsável pela distribuição das Debêntures ("Coordenador Líder"), nos termos do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da 16ª (Décima Sexta) Emissão, em Série Única, sob o Rito de Registro Automático, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição"). Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures. **(s) Atualização Monetária das Debêntures.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. **(t) Remuneração.** Sobre o Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "*over extra-grupo*", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de *spread* (sobretaxa) correspondente a 0,55% (cinquenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures") calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures (conforme abaixo definida) imediatamente anterior (inclusive) até a data do efetivo pagamento em questão (exclusive), a data de pagamento em decorrência de um Evento de Vencimento Antecipado (conforme definido abaixo), de Amortização Antecipada Extraordinária (conforme definido abaixo), de Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme definido abaixo), de Aquisição Facultativa (conforme definida abaixo) com cancelamento da totalidade das Debêntures, ou de resgate decorrente de Oferta de Resgate Antecipado Total das Debêntures (conforme definido abaixo), o que ocorrer primeiro. O cálculo da Remuneração das Debêntures obedecerá a fórmula descrita na Escritura de Emissão. **(u) Pagamento da Remuneração.** A Remuneração das Debêntures será paga, semestralmente, sempre no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de março de 2025 e, o último pagamento, na Data de Vencimento das Debêntures, conforme tabela descrita na Escritura de Emissão (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"), ressalvados os pagamentos em decorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado, Amortização Antecipada Extraordinária, Resgate Antecipado Facultativo Total, Aquisição Facultativa das Debêntures com cancelamento da totalidade das Debêntures e Oferta de Resgate Antecipado, conforme previstas na Escritura de Emissão. **(v) Repactuação Programada.** As Debêntures não serão objeto de repactuação programada. **(w) Amortização do Valor Nominal Unitário.** O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, será amortizado em 2 (duas) parcelas, sendo **(i)** a primeira em 15 de setembro de 2030, no valor correspondente a 50,0000% (cinquenta por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, e **(ii)** a última, na Data de Vencimento das Debêntures, no valor correspondente a 100,0000% (cem por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, ressalvados os pagamentos em decorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado, Amortização Antecipada Extraordinária, Resgate Antecipado Facultativo Total, Aquisição Facultativa das Debêntures com cancelamento da totalidade das Debêntures e Oferta de Resgate Antecipado, conforme previstas na Escritura de Emissão. **(x) Local de Pagamento.** Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: **(i)** os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente nela; e/ou **(ii)** os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3. **(y) Encargos Moratórios.** Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Companhia, de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial **(i)** juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e **(ii)** multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago. **(z) Amortização Antecipada Extraordinária.** Sujeito ao atendimento das condições previstas na Escritura de Emissão, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a partir de 15 de setembro de 2027 (inclusive), amortizações antecipadas extraordinárias das Debêntures, desde que com aviso prévio aos Debenturistas, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, ou mediante comunicação escrita endereçada a cada Debenturista, com cópia ao Agente Fiduciário, com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis da data do evento ("Amortização Antecipada Extraordinária"). Por ocasião da Amortização Extraordinária, o valor devido pela Companhia será equivalente a parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a ser amortizada, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento e dos respectivos Encargos Moratórios, caso aplicáveis ("Valor da Amortização Antecipada Extraordinária"). O Valor da Amortização Antecipada Extraordinária será acrescido de prêmio, o qual será correspondente a 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano multiplicado pelo prazo remanescente, incidente sobre o Valor da Amortização Antecipada Extraordinária a ser amortizado, calculado conforme a fórmula prevista na Escritura de Emissão ("Prêmio de Amortização Antecipada Extraordinária"). **(aa) Resgate Antecipado Facultativo Total.** Sujeito ao atendimento das condições previstas na Escritura de Emissão, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a partir de 15 de setembro de 2027 (inclusive), o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total será o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento e dos respectivos Encargos Moratórios, caso aplicáveis ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total"), a ser acrescido de prêmio, o qual será correspondente a 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano multiplicado pelo prazo remanescente, incidente sobre o Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total, se houver, conforme a fórmula prevista na Escritura de Emissão ("Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo Total"). Não será permitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures. **(bb) Aquisição Facultativa.** Sujeito ao atendimento das condições previstas na Escritura de Emissão, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, observado o disposto pela Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022, conforme em vigor ("Resolução CVM 77"), e demais disposições aplicáveis, adquirir as Debêntures, a qualquer tempo, nos termos do artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, caso algum dos titulares das Debêntures deseje alienar tais Debêntures à Companhia ("Aquisição Facultativa das Debêntures"), **(a)** por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme caso, acrescido da Remuneração incorrida e não paga até a data da aquisição e, se for o caso, dos Encargos Moratórios, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia, ou **(b)** por valor superior ao Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração incorrida e não paga até a data da aquisição e, se for o caso, dos Encargos Moratórios, sendo certo que, neste caso, a Companhia deverá, previamente à aquisição, enviar comunicação individual aos respectivos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, ou publicar anúncio, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, sobre sua intenção, observado o disposto no artigo 19 e seguintes da Resolução CVM 77 ou norma da CVM que venha a substituí-la ("Aquisição Facultativa"). **(cc) Oferta de Resgate Antecipado.** Sujeito ao atendimento das condições previstas na Escritura de Emissão, a Companhia poderá realizar, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, devendo ser endereçada a todos os Debenturistas, assegurada a igualdade de condições aos referidos Debenturistas para aceitar a oferta de resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão ("Oferta de Resgate Antecipado"). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário ou ao Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido **(i)** da Remuneração, devida até a data do efetivo resgate antecipado, calculada *pro rata temporis*, a partir da primeira Data de Integralização ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate; e **(ii)** se for o caso, do prêmio de resgate indicado no Edital da Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido na Escritura de Emissão), que, caso exista, não poderá ser negativo. A Companhia poderá realizar resgate antecipado parcial das Debêntures, observado que deverão ser resgatadas a totalidade das Debêntures daqueles Debenturistas que aceitarem e aderirem à Oferta de Resgate Antecipado, ainda que a totalidade dos Debenturistas não tenha aceitado a Oferta de Resgate Antecipado, não havendo hipótese de sorteio das Debêntures a serem resgatadas na hipótese de resgate parcial. **(dd) Vencimento Antecipado.** Observado o disposto na Escritura de Emissão, o agente fiduciário deverá considerar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial na ocorrência das hipóteses descritas na Escritura de Emissão, observados os prazos de cura, conforme aplicável (cada um, um "Evento de Vencimento Antecipado"). **(ee) Desmembramento**: Não será admitido o desmembramento do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e demais direitos conferidos às Debêntures, nos termos do artigo 59, inciso IX, da Lei das Sociedades por Ações. **(ff)** As demais características da Emissão constarão da Escritura de Emissão. **(2)** Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos e quaisquer atos e a celebrar todos e quaisquer documentos necessários à execução das deliberações ora aprovadas, incluindo, mas sem limitação, praticar os atos necessários à: **(a)** celebração dos seguintes documentos, seus eventuais aditamentos e documentos que deles derivem: **(i)** Escritura de Emissão; **(ii)** Contrato de Distribuição; e **(iii)** outros documentos necessários à realização da Emissão e da Oferta; e **(b)** contratação do Coordenador Líder, do agente fiduciário, do Escriturador, do Banco Liquidante, dos assessores jurídicos e das demais instituições cuja contratação eventualmente se faça necessária para a realização da Oferta, fixando-lhes os respectivos honorários; e **(3)** Ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria para a execução das deliberações aprovadas, incluindo a contratação de prestadores de serviço para realização da Oferta. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os membros do Conselho de Administração que votaram nesta reunião (a.a.) Secretária: Caroline Rocha Ataíde; Conselheiros: Reynaldo Passanezi Filho, José Reinaldo Magalhães, Reinaldo Le Grazie, Paulo Gustavo Ganime Alves Teixeira, Maurício Dall'Agnese, César Augusto Ramírez Rojas, Gabriel Jaime Melguizo Posada, Fernando Bunker Gentil, Mario Engler Pinto Junior, Celso Maia de Barros, Hermes Jorge Chipp e Denise Lanfredi Tosetti Hills Lopes. Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2024. Caroline Rocha Ataíde - Secretária. JUCERJA em 30/08/2024 sob o nº 6424936. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal
Secretaria Executiva de Gestão Integrada
Subsecretaria de Administração Geral
Coordenação de Planejamento, Licitações e Compras Diretas

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90021/2024

PROCESSO SEI-GDF: 00050-00009325/2023-76. TIPO: Menor Preço. Modo de disputa: Aberto. OBJETO: Contratação de empresa especializada em fornecimento de infraestrutura e serviços adequados, além de mão de obra especializada que são indispensáveis à realização da 1ª Conferência Distrital de Segurança Pública, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência. VALOR ESTIMADO: R$ 731.585,96 (setecentos e trinta e um mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa e seis centavos). PRAZO: Vigência de 6 (seis) meses a partir da assinatura. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 18/09/2024, às 14h, no https://www.gov.br/compras/pt-br/. UASG 450107. Edital está disponível no endereço acima e no portal http://www.ssp.df.gov.br/licitacoes/.

Brasília/DF, 03 de setembro de 2024.

LUCIANO BARBOSA RAMOS
Pregoeiro

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – INSTITUTO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA

A Universidade de São Paulo através do Instituto de Matemática e Estatística torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob n°: 06/2024 – IME,** do tipo menor preço, cujo objeto é **contratação de empresa pelo Sistema de Registro de Preços para fornecimento de materiais de escritório**, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o **dia 03/09/2024 a partir das 10h00**, estando a sessão de disputa agendada para o **dia 16/09/2024 às 09h30**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado **"Portal de Compras do Governo Federal"** através do sítio **www.gov.br/compras/pt-br**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do **dia 03/09/2024**, além da página do **ComprasGov**, citada anteriormente, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes e www.imprensaoficial.com.br.**

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

Mauren Cardillo Fernandes – CPF 116.189.758-54. DECLARA, nos termos do art. 6° do Regulamento Anexo II à Resolução n° 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargo de administração na Green Alternative Investments Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CNPJ n° 37.800.856/0001-51). ESCLARECEM que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma específica abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que a declarante pode, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo. Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na Internet) – Selecionar, no campo "Assunto": Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB – Selecionar, no campo "Destino": o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro – Deorf mencionado abaixo: BANCO CENTRAL DO BRASIL – Departamento de Organização do Sistema Financeiro (DEORF) – Gerência Técnica em São Paulo I (GTSP1) – Avenida Paulista, n° 1.804, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01310-922.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - CENTRO DE PRÁTICAS ESPORTIVAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 03/2024 – CEPEUSP
PROCESSO SEI Nº: 154.00004489/2024-39

O Centro de Práticas Esportivas da USP torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, Nº: 03/2024 – CEPEUSP**, do tipo menor preço, cujo objetivo é a **Aquisição de Tintas e Acessórios**, conforme especificações e condições constantes em Edital e seus anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento de Propostas Eletrônicas será **o dia 03/09/2024 a partir das 09h00**, estando a sessão de disputa agendada para o **dia 16/09/2024 às 09h00**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado **"Portal de Compras do Governo Federal – Compras.Gov"** através do sítio **https://www.gov.br/compras/pt-br**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do **dia 03/09/2024**, além da página do Compras.Gov, citado anteriormente, nos seguintes endereços: **www.usp.br/ licitacoes e www.imprensaoficial.com.br**.

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL DO RIO DE JANEIRO - RJ. EDITAL DE 1ª e 2ª PRAÇAS E INTIMAÇÃO, com prazo de 5 dias, extraído dos autos da Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pelo **CONDOMÍNIO DO EDIFICIO BANDEIRANTE ALEIXO GARCIA** em face do **ESPÓLIO DE SHEILA TORRES LOPES** e do **ESPÓLIO DE ORLANDO JOSÉ LOPES**, representados pela Inventariante **MARCIA LOPES FIGUEIREDO.** Processo nº 0272801-92.2018.8.19.0001, na forma a seguir: **A DOUTORA MONICA DE FREITAS LIMA QUINDERE, JUÍZA TITULAR DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RJ**, FAZ SABER aos que o presente Edital de Leilão e Intimação com prazo de 5 dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, especialmente os Executados, de que **no dia 16/09/2024 às 12:00 horas,** através do portal de leilão eletrônico www.fabianoayuppleiloeiro.com.br, pelo Leiloeiro Público FABIANO AYUPP MAGALHÃES, telefone 3173-0567, será apregoado e vendido a quem mais der acima da avaliação, ou no dia **19/09/2024 às 12:00 horas, no mesmo portal de leilão eletrônico**, a quem mais der a partir de **50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação** do seguinte imóvel: **Apartamento nº 505 do edifício sob o nº 281 da Rua do Bispo, devidamente registrado, dimensionado e caracterizado no 11º Ofício do Registro Geral de Imóveis, sob a matrícula nº 39870 e pela inscrição municipal de nº 1494836-8 (IPTU), medindo conforme a guia do IPTU 67 metros quadrados de área edificada. Em regular estado de conservação, necessitando de algumas reformas. Anexo algumas fotos. Piso de taco, 2 quartos, 2 banheiros, 1 quarto de empregada, cozinha. PRÉDIO: Construção datada de 1981, possuindo garagem, elevador e serviço de portaria. Prédio com 2 elevadores, churrasqueira, salão de festas e copa. Avalio o imóvel em R$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais).** Interessados que: De acordo com a Certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica o imóvel é isento de foro e possui débitos de IPTU no valor de R$ 9.995,92, mais acréscimos legais. Segundo a Certidão negativa de débitos do Corpo de Bombeiros Militares do Rio de Janeiro há débitos referentes a taxa de prevenção e extinção de incêndios no valor de R$ 637,93, mais acréscimos legais. O imóvel possui débito condominial no valor de R$ 133.844,84, até o mês de julho de 2024. A venda será efetuada à vista. Caso haja proposta de arrematação de forma parcelada, deverá ser feita consoante o art. 895, I e II do CPC. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente, que será publicado e afixado no local de costume, **ficando os devedores intimados dos Leilões se não encontrados, suprida assim a exigência do inciso I e parágrafo único do artigo 889 do Código de Processo Civil.** Não tendo expediente forense no dia do leilão, este será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local. Importante ressaltar que impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, incorre em violência ou fraude em arrematação judicial, consoante art. 358 do Código Penal. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, eu, MEIRE LUCIA FERNANDES, CHEFE DA SERVENTIA, MATRÍCULA 01-23609, o fiz digitar e subscrevo. DOUTORA MONICA DE FREITAS LIMA QUINDERE, JUÍZA TITULAR DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RJ.

JUÍZO DE DIREITO DA 29ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL DO RIO DE JANEIRO - RJ. EDITAL DE 1ª e 2ª PRAÇAS E INTIMAÇÃO, com prazo de 5 dias, extraído dos autos da Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pelo **CONDOMÍNIO DO EDIFICIO BOULEVARD** em face do **ESPÓLIO DE GERUZA DE OLIVEIRA LEITE** e **ESPÓLIO DE PAULO OLIVEIRA DA SILVA**, representados pelo Inventariante FERNANDO ALVES DA COSTA. Processo nº 0242121-56.2020.8.19.0001, na forma a seguir: **O DOUTOR MARCOS ANTONIO RIBEIRO DE MOURA BRITO, JUIZ TITULAR DA 29ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL - RJ**, FAZ SABER aos que o presente Edital de Leilão e Intimação com prazo de 5 dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, especialmente os Executados, de que **no dia 12/09/2024 às 12:00 horas,** através do portal de leilão eletrônico www.fabianoayuppleiloeiro.com.br, pelo Leiloeiro Público FABIANO AYUPP MAGALHÃES, telefone 3173-0567, será apregoado e vendido a quem mais der acima da avaliação, ou no dia **19/09/2024 às 12:00 horas, no mesmo portal de leilão eletrônico**, a quem mais der a partir de **50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação**, o seguinte imóvel penhorado: Situado na Rua das Laranjeiras 529, apartamento 207, Laranjeiras RJ – SEM DIREITO A VAGA DE GARAGEM. Devidamente dimensionado e caracterizado no 9º Ofício de Registro de Imóveis, matrícula 68567, área edificada de 36m, idade 1961, conforme fotocópia da Certidão do RGI e IPTU. **UNIDADE 207:** Não foi possível vistoriar o imóvel haja vista que a referida unidade se encontra fechada. Informação do Sr. Vinicius Silva, que se encontrava na portaria. **PRÉDIO:** Construído em 1961, porteiro até às 18:00, bicicletário, com elevador. **REGIÃO:** Farto comercio, escolas, casa do Minho, bancos, muito próximo ao túnel Rebouças, com acesso à Lagoa Rodrigo de Freitas. **Avaliado o imóvel em R$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais).** De acordo com a Certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica o imóvel é isento de foro e possui débitos de IPTU no valor de R$ 643,19, mais acréscimos legais. Segundo a Certidão negativa de débitos do Corpo de Bombeiros Militares do Rio de Janeiro não há débitos referentes a taxa de prevenção e extinção de incêndios. O imóvel possui débito condominial no valor de R$ 78.551,5. A venda será efetuada à vista. Caso haja proposta. O imóvel será vendido livre e desembaraçado de débitos de IPTU, taxa de incêndio e condomínio, desde que o preço compore seu pagamento integral, atendendo-se ao que consta no artigo 130, parágrafo único do CTN. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente, que será publicado e afixado no local de costume, **ficando os devedores intimados dos Leilões se não encontrados, suprida assim a exigência do inciso I e parágrafo único do artigo 889 do Código de Processo Civil.** Não tendo expediente forense no dia do leilão, este será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local. Importante ressaltar que impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, incorre em violência ou fraude em arrematação judicial, consoante art. 358 do Código Penal. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, eu, LUCIANE CARDOSO DUARTE, CHEFE DA SERVENTIA, MATRÍCULA 01-23934, o fiz digitar e subscrevo. DOUTOR MARCOS ANTONIO RIBEIRO DE MOURA BRITO, JUIZ TITULAR DA 29ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL – RJ.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
JUÍZO DE DIREITO DA 47ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL

EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO ELETRÔNICO E PRESENCIAL E INTIMAÇÃO, com prazo de 05 (cinco) dias, extraído dos autos da Ação de Execução nº0381136-79.2016.8.19.0001, proposta por JORGE ROBERTO DA COSTA NEVES em face de ARMANDO DOS PRAZERES e ANDREA CRISTIANE LADEIRA DOS SANTOS, na forma abaixo:

A EXMA. SRA. DRA. FLÁVIA JUSTUS, Juíza de Direito em exercício na Quadragésima Sétima Vara Cível da cidade do Rio de Janeiro, FAZ SABER, aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, especialmente à ARMANDO DOS PRAZERES e à ANDREA CRISTIANE LADEIRA DOS SANTOS, eventuais locatários, ocupantes e demais interessados, que no dia **09/09/2024 às 11:00 horas**, através do site de leilões on line www.fredericoleiloes.com.br do Leiloeiro Público F R E D E R I C O A L B E R T K R A U S E G G N E V E S, e-mail: contato@fredericoleiloes.com.br, será apregoado e vendido a quem mais der acima de avaliação, ou no dia **10/09/2024**, no mesmo horário, através do site, pela melhor oferta, não sendo aceito lance inferior a 60% (sessenta por cento) da avaliação, o imóvel penhorado às fls. 625, descrito e avaliado às fls. 947 em 13/10/2023. **LAUDO DE AVALIAÇÃO INDIRETA:** Justificativa: Não logrei êxito em adentrar o imóvel, que encontrei fechado em 10/11/2023, às 16h 25m, ocasião em que fui informado pela moradora da unidade 922, Sra. Tania, de que o imóvel encontra-se vazio, sem atividades, há bastante tempo fechado. Pela funcionária da recepção do edifício, Sra. Taíssa Arens, de que não há registro atual no sistema de ocupação do imóvel. BEM IMÓVEL: Apartamento 923, antigo C,do Edifício à Rua Senador Dantas, nº 117, e a fração de 0,001779 do domínio útil do terreno, foreiro ao domínio útil do terreno, foreiro ao Domínio da União, caracterizado e dimensionado na matrícula nº 3351 -2-E, do 7º Ofício do Registro de Imóveis da Cidade do Rio de Janeiro. DO PRÉDIO: Edifício Santos Vahlis, com 21 andares, incluindo sobreloja, mais cobertura com 5 unidades, com 44/45 unidades por andar, totalizando 936 unidades (incluindo 21 lojas de rua). As unidades atualmente são de uso misto (residencial e comercial). Portaria com piso em mármore preto, paredes em mármore, quadros decorativos, balcão de informações em mármore e vidro, teto rebaixado, portões da rua em ferro preto e vidro entrada com porta automática de vidro. 3 catracas para uso fora do horário comercial de ocupantes adastrados. Entrada principal na Rua Senador Dantas e entrada de serviço na Rua Lélio Gama. O edifício tem face voltada também para a Avenida Chile. Fachada em alvenaria, com pilastras cobertas por mármore. Com 7 elevadores reformados e inteligentes (um de serviço). Possui sistema de câmeras e subsolo de serviço. Funcionamento da portaria de segunda a sexta de 8h a 20h, com funcionários fora deste horário, com vistas ao trânsito de ocupantes cadastrados. DO IMÓVEL: Com inscrição no IPTU sob o nº 0490893-5, com tipologia oficial para uso residencial. O imóvel possui 60 metros quadrados de área edificada. Idade de 1962. Localiza-se em importante ponto comercial do Centro, junto à estação Carioca do metrô , VLT, Quartel General da PM, Câmara Municipal, Teatro Municipal, Biblioteca Nacional, Cinelândia. AVALIO O BEM IMÓVEL, diretamente,nos termos da matrícula nº 3351 -2-Edo 7ºOfício do Registro de Imóveis em R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais). Conforme certidão do cartório do 7º Ofício de Registro de Imóveis/RJ, o referido imóvel, foreiro à União, encontra-se matriculado sob o nº 3351, registrado (R-5) em nome de Andrea Cristiane Ladeira dos Santos, constando no R-6 penhora oriunda da própria ação. Débitos do imóvel : IPTU (inscrição nº. 0490893-5): R$ 8.215,84 (oito mil duzentos e quinze reais e oitenta e quatro centavos), mais acréscimos legais, referentes aos exercícios 2020 a 2024; TAXA DE INCÊNDIO (CBMERJ nº 237065-8): R$ 641,99 (seiscentos e quarenta e um reais e noventa e nove centavos), mais acréscimos legais, referente aos exercícios 2019 a 2023. Os débitos fiscais atrelados ao imóvel serão sub-rogados no produto da hasta, conforme artigo 130, parágrafo único, do CTN, cabendo ao arrematante, após a prova do depósito integral, diligenciar junto à rede mundial de computadores para indicação do débito exato, com o que será deferido o levantamento do valor respectivo. Após prova da quitação fiscal será expedida a carta de arrematação. As certidões exigidas pela Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça, bem como o presente edital e os débitos atualizados, encontram-se anexados aos autos à disposição dos interessados. Caso os devedores, os sócios, os cônjuges, o coproprietário, herdeiros, sucessores, eventuais locatários, ocupantes, possuidores, credores do imóvel, os usufrutuários, o credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada e o promitente comprador e vendedor não sejam intimados por outra forma legal, ficam pelo presente edital intimados da alienação judicial, suprindo, assim, a exigência contida no art. 889 do CPC, ficando as partes acima mencionadas e possíveis interessados, direta ou indiretamente, intimados e cientificados dos leilões por meio deste edital, em conformidade com a lei. CONDIÇÕES GERAIS: Os horários descritos neste edital serão sempre considerados os horários de Brasília/DF. O leilão eletrônico será conduzido pelo Leiloeiro Público Oficial FREDERICO ALBERT KRAUSEGG NEVES, através do site: www.fredericoleiloes.com.br. Os interessados em participar do leilão deverão oferecer lances pela internet, através do site www.fredericoleiloes.com.br, desde que estejam devidamente cadastrados no site e habilitados para participar deste leilão. Ficam cientes os interessados que assumem os riscos naturais inerentes às falhas técnicas relacionadas à falta de conexão, de energia, erro do sistema operacional ou outras circunstâncias que possam vir a inviabilizar a sua participação no leilão. Os lanços online serão concretizados no ato de sua captação pelo provedor e não no ato emissão pelo participante. Assim, diante das diferentes velocidades nas transmissões de dados, dependentes de uma série de fatores alheios ao controle pelo provedor, o leiloeiro não se responsabiliza por lanços ofertados que não sejam recebidos antes do fechamento do lote. Caso sejam ofertados lances nos 3 (três) minutos finais, o sistema prorrogará a disputa por mais 3 (três) minutos para que todos os participantes tenham a oportunidade de enviar novos lances (art. 21 e 22 da Resolução 236/2016 CNJ). Os lances efetuados pelo usuário cadastrado, são irretratáveis e irrevogáveis, não podendo ser anulados ou cancelados sob nenhuma hipótese. O preço da arrematação deverá ser pago através de guia de depósito judicial emitida pelo Leiloeiro em favor do Juízo, no prazo máximo de 24 horas após o término do leilão, bem como, deverá ser depositado à vista na conta corrente do Leiloeiro, através de depósito bancário, DOC ou TED, a comissão referente ao leilão. A conta corrente do Sr. Leiloeiro será informado ao Arrematante através de e-mail ou contato telefônico. Caso o Arrematante não efetue o(s) pagamento(s), a informação será encaminhada ao Juízo competente para aplicação das medidas legais cabíveis, assim como a perda da caução, bem como, será apresentado ao Juízo o lance anterior e assim sucessivamente (art. 26 da Resolução 236/2016 CNJ). Correrão por conta do arrematante todos os ônus inerentes à transferência da propriedade em seu favor. Cientes de que impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, incorre em violência ou fraude em arrematação judicial, prevista no artigo 358 do Código Penal, sob pena de detenção, de dois meses a um ano, ou multa, além da pena correspondente à violência. – E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente Edital, que será publicado através do site de leilões on-line: www.fredericoleiloes.com.br, de acordo com o art. 887, §2° do CPC, e afixado no local de costume, cientes de que a adjudicação ou remição far-se-á à vista, e a arrematação, deverá ser paga, preferencialmente, à vista ou alternativamente, o pagamento inicial (e imediato) de 30% (trinta por cento) do valor lançado, com a complementação no prazo de 5 (cinco) dias. Sendo efetuado o pagamento por cheque, o depósito será efetuado no primeiro dia útil seguinte ao leilão efetuado, à disposição do juízo, tudo em conformidade com os artigos 884, § único e 892 do NCPC, acrescido de 5% de comissão ao Leiloeiro, sem prejuízo da reposição dos valores empregados para a realização dos leilões, de acordo com o parágrafo único, do art. 24, Decreto nº 21.981/32, e custas de cartório de 1% até o máximo permitido. O interessado em adquirir o bem em prestações, deverá apresentar ao Juízo, por escrito, até o início do primeiro ou do segundo leilão, proposta de aquisição do bem, na forma do Artigo 895 do CPC. Caso a proposta para compra parcelada venha ocorrer após a realização dos leilões, será devida a comissão de 5% ao Leiloeiro. –Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro. – Eu, Raphael Caldas Santos, matrícula 01-29275, o fiz digitar e subscrevo. DR. FLÁVIA JUSTUS – Juíza de Direito em exercício.

INÊS 249

Carteira Valor Exportadoras de commodities seguem na seleção, mas analistas abrem espaço para outros papéis com perfil conservador

Setor financeiro ganha destaque nas indicações de ações

Carteira Valor
Rentabilidade em agosto para as ações indicadas em setembro - em %

	Petrobras PN (PETR4)	Vale ON (VALE3)	Banco do Br. ON (BBAS3)	Itaú Unibanco PN (ITUB4)	Bradesco PN (BBDC4)	BTG P. Banco UNIT (BPAC11)	Embraer ON (EMBR3)	Eletrobras ON (ELET3)	Vibra ON (VBBR3)	BB Seguridade ON (BBSE3)
Indicações	6	4	4	2	2	2	2	2	2	2

Nathalia Larghi
De São Paulo

Após bater o Ibovespa em agosto, a Carteira Valor mudou um pouco seu perfil na seleção de setembro. Apesar de continuar majoritariamente conservadora, com foco na proteção do investidor ao invés da busca por ganhos elevados, um setor se destacou mais. Se no mês passado as exportadoras de commodities dominaram a lista das mais indicadas, agora, com riscos externos no radar, o segmento financeiro passou a ser a bola da vez.

Em agosto, só havia o Itaú Unibanco e a BB Seguridade do segmento na lista das mais indicadas. Agora, eles continuam na seleção, indicados por duas casas cada um, mas ganham a companhia de Banco do Brasil, apontado por quatro corretoras, Bradesco e BTG Pactual, indicados por duas casas cada.

Quem segue encabeçando a lista, no entanto, é a Petrobras, seguida da Vale, assim como no mês passado. A petrolífera teve seis indicações, como em agosto. Já a Vale teve quatro, uma a menos do que no mês passado. A distribuidora de combustíveis Vibra também continuou na lista, agora indicada duas vezes.

Tanto o setor de commodities como o financeiro são considerados mais defensivos pelos analistas. No caso das fabricantes de matérias-primas, o principal "trunfo" que elas trazem é que, por serem exportadoras, estão expostas a diferentes mercados e, assim, ajudam a mitigar os riscos relacionados ao cenário local e até mesmo a choques específicos.

No entanto, o cenário externo atual tem trazido dúvidas, especialmente devido à dificuldade de recuperação da China e aos conflitos no Oriente Médio. Não à toa, o minério de ferro segue com forte queda no ano e o petróleo encerrou com desvalorização o mês de agosto.

Assim, o setor financeiro surge como uma possibilidade um pouco menos arriscada neste momento. Além de as empresas do segmento serem consideradas sólidas e eficientes, elas tendem a ter menos volatilidade, sem movimentos bruscos tanto em períodos de alta da bolsa quanto em momentos de mau humor. Assim, representam uma opção considerada segura independentemente do cenário.

> Empresas do setor financeiro tendem a exibir menos volatilidade tanto em períodos de alta da bolsa quanto na hora do mau humor

Por fim, quem encerra a seleção de setembro é a Eletrobras, que também tem um caráter mais conservador e se manteve na lista com duas indicações, e a Embraer, que aparece como a novidade que pode trazer uma certa "pimenta" ao portfólio.

A Carteira Valor teve alta de 7,57% em agosto, contra avanço de 6,54% do Ibovespa. No ano até agosto, a seleção acumula queda de 5,09%, ante ganhos de 1,36% do principal índice da bolsa. Em 12 meses até agosto, a carteira acumula alta de 8,44%, e o Ibovespa, ganho de 17,51%.

A seleção da Carteira Valor ocorre por meio das dez ações mais recomendadas pelas corretoras participantes. São sugeridos cinco papéis por instituição, de um total de 14, para a formação do ranking dos ativos mais indicados para o mês.

Se houver empate, prevalecem as ações com maior volume financeiro médio em bolsa nos últimos 90 dias úteis encerrados no fim de cada mês. O rendimento é calculado mensalmente com base na variação média simples dos papéis. As indicações não consideram pesos diferentes entre os ativos.

As corretoras que compõem a Carteira Valor atualmente são: Ativa, Ágora, BB Investimentos, CM Capital, Genial, Guide, MyCap, Nova Futura, Pagbank, Planner, Safra, Santander, Terra Investimentos e XP Investimentos.

Desempenho em agosto de 2024
Em %

	Variação %	Volume*
Petronbras PN (PETR4)	8,05	1.370,9
Vale ON (VALE3)	-0,34	1.286,7
Itaú Unibanco PN (ITUB4)	8,37	784,6
Vibra ON (VBBR3)	11,05	172,0
Klabin UNIT (KLBN11)	-0,70	91,3
PetroRio ON (PRIO3)	-2,52	396,5
JBS ON (JBSS3)	9,54	230,2
BB Seguridade ON (BBSE3)	8,48	153,4
Eletrobras ON (ELET3)	5,51	292,6
Lojas Renner ON (LREN3)	28,28	291,1

Rentablidade

Carteira Valor		Ibovespa	
7,57	Média no mês	6,54	No mês
-5,09	Acumulada no ano**	1,36	No ano**
8,44	Acumulada em 12 meses**	17,51	Em 12 meses**

Instituições financeiras
Desempenho em agosto de 2024- em %

	Média mês	Acum. no ano**
Ágora Investimentos	8,13	19,32
Ativa Investimentos	11,28	12,41
BB Investimentos	4,71	-17,42
CM Capital Corretora	-0,49	15,77
Genial Investimentos	3,04	-19,64
Guide Investimentos	8,52	-18,15
MyCAP Investimentos	-0,89	-15,33
Nova Futura Investimentos	0,35	0,47
Pagbank	10,46	0,93
Planner Corretora	3,87	-0,01
Safra Corretora	4,59	2,74
Santander Corretora	7,53	-16,70
Terra Investimentos	6,06	-5,92
XP Investimentos	1,20	-1,86

Fontes: Bancos, Corretoras e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Volume médio em R$ milhões no período de 90 últimos dias úteis em bolsa encerrado em 30/ago/24 ** Até agosto *** Rentabilidade das carteiras sugeridas mês a mês. Proventos anunciados são acrescentados à rentabilidade histórica da(s) carteira(s) que possuíam o ativo no exercício a que se refere o benefício. A Carteira Valor é formada pela média simples da oscilação dos 10 papeis mais indicados pelas instituições financeiras, entre as cinco ações apontadas por cada instituição. Em caso de empate, prevalecem as ações com volume médio maior, no período de 90 últimos dias úteis em bolsa encerrado em 30/ago/24. A Carteira Valor não é e não pode ser interpretada como indicação ou recomendação de investimento do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza por decisões de investimento tomadas com base nessas informações. Quaisquer referências a rentabilidades passadas não significam de qualquer forma a garantia ou previsibilidade de rentabilidades futuras. As indicações de cada corretora não consideram diferentes pesos para cada papel. Para maiores informações, consulte as corretoras

Valor investe.com
Confira as recomendações de cada corretora para a Carteira Valor
valor.globo.com/valor-data/carteira-valor/

'Drex indiano' chega a 5 milhões de usuários

DIVULGAÇÃO

"A Índia quer fazer de forma faseada e o Brasil quer abrir com segurança"
Juliana Felippe

Ricardo Bomfim
De São Paulo

O projeto da rupia digital ("e-rupia"), moeda digital do Banco Central (CBDC) da Índia, chegou a 5 milhões de usuários em meio à sua implementação faseada. Enquanto isso, o piloto do Drex, a CBDC brasileira, ainda está fechado para a população, embora já tenha tratado a "tokenização" de depósitos bancários e a negociação de títulos públicos federais registrados em blockchain.

A comparação chama a atenção pela escala que já atingiu o piloto indiano. João Aragão, estrategista de tecnologia da Microsoft envolvido com o projeto do Drex, diz que a Índia já conseguiu colocar o projeto em teste para tantas pessoas por estar desenvolvendo sua CBDC há mais tempo. O "sandbox" (ambiente experimental) da rupia digital começou em dezembro de 2020, ao passo que o Drex foi iniciado em 2023. A última novidade da iniciativa foi a integração da Interface Unificada de Pagamentos (UPI), a plataforma de pagamentos indiana similar ao Pix, com a CBDC por meio do banco Yes Bank.

No entanto, Aragão deixa claro que são projetos com escopos diferentes, pois o Drex pretende ser compatível com outras inovações trazidas pelo Banco Central como o Pix e o open finance. "Dá para fazer no contrato inteligente dentro da blockchain a integração do Pix com Drex", diz. Com isso, o sistema financeiro brasileiro poderia somar a programabilidade de transações permitida pelo Drex, um sistema de liquidação atômica no qual propriedade de um ativo e dinheiro estão no mesmo ambiente, com a instantaneidade e a facilidade que já existem com o Pix.

Juliana Felippe, diretora de receita da Transfero, afirma que Índia e Brasil também possuem semelhanças, pois são dois países com a característica de serem adotantes precoces de novas tecnologias. "A Índia quer fazer de forma faseada e o Brasil quer abrir com segurança. Os pilares de segurança e privacidade são muito importantes em um projeto desse tipo", avalia. Felippe também considera que o diferencial brasileiro seja a articulação com outras ferramentas para inovação no sistema financeiro como o open finance e o Pix.

Ao mesmo tempo em que as CBDCs são testadas internamente, já há alguma especulação sobre a possibilidade de usá-las para pagamentos internacionais, como foi aventado quando o governo brasileiro falou na possibilidade de uma moeda comum para os países do Mercosul em 2023. Embora o assunto tenha sido esvaziado desde então, o fator geopolítico continua a impulsionar a adoção de criptomoedas para transações transfronteiriças. Em julho, a Rússia aprovou projetos que legalizam as criptomoedas no país, e em agosto, começou a permitir a "adoção experimental" das moedas digitais para esse tipo de transação. O objetivo seria contornar as sanções impostas pelos Estados Unidos e a União Europeia para punir o país pela guerra na Ucrânia.

Marlyson Silva, CEO da Transfero, diz que o movimento é um caminho sem volta. "A Rússia não deixou de transacionar ou importar fertilizantes porque um banco disse que não fará isso para ela. Em todo e qualquer país já se fazem transações em criptoativos", comenta. "A dificuldade do regulador é como conectar todas as partes para confirmar que o agente é seguro."

No entanto, as CBDCs ainda sofrem considerável resistência da comunidade cripto, em especial dos chamados "maximalistas do bitcoin", que consideram moedas digitais de BCs perigosas por trazer controle estatal para o setor.

Open finance e open capital market

Palavra do gestor

Felipe Souto

O conceito de open finance tem evoluído rapidamente no Brasil, moldando o futuro do mercado financeiro e criando um ecossistema dinâmico de oportunidades e desafios. A iniciativa de open finance, que se baseia na integração de diferentes serviços financeiros através de interfaces de programação de aplicativos (APIs), promete revolucionar a maneira como consumidores e empresas interagem com serviços financeiros. Além disso, a ideia de um mercado de capitais aberto (open capital market) está emergindo como uma extensão natural desse movimento, trazendo a mesma filosofia de transparência e integração para o mercado de capitais.

Esta evolução natural encontra-se inserida dentro de um movimento mais amplo conhecido como "Movimento Open", que engloba princípios de abertura, transparência e colaboração, permitindo que os usuários (aqui entendidos como participantes diretos ou indiretos de um determinado mercado) possam atuar de maneira mais conectada.

Isso não só melhora a experiência do consumidor, proporcionando mais escolhas e personalização, mas também fomenta a inovação e a competição no mercado, ao permitir que novos players entrem e ofereçam soluções inovadoras. Em essência, o Movimento Open visa democratizar o acesso à tecnologia e à informação, promovendo um ambiente mais colaborativo e inclusivo e, por que não, cada vez mais distribuído.

De acordo com o último relatório "Open Finance Brazil Maturity Index 2023" elaborado pela Capgemini, o Brasil tem se destacado como um líder global na implementação do open finance, com destaque para o uso do "embedded finance" por empresas cujo "core business" não necessariamente é o financeiro, ao menos ainda não o são (ou não eram), já que "um dia, toda empresa será uma fintech".

No âmbito do mercado de capitais, dentro da competência da Comissão de Valores Mobiliários, novas regulações como a RCVM 60, RCVM 161, RCVM 160, RCVM 175 e RCVM 88 estão remodelando o mercado, proporcionando uma estrutura mais flexível e moderna para operações financeiras e de capitais.

Some-se a isso a agenda de inovação do Banco Central do Brasil (o melhor do mundo), que conta com o sucesso e avanço do sistema de pagamentos instantâneos, o Pix, e o desenvolvimento e lançamento do Drex (real digital), nos colocando na vanguarda deste movimento.

A convergência de IA e Web3 também está impulsionando esta transformação. Com a adoção crescente de tecnologias descentralizadas, as possibilidades são infinitas, desde a criação de contratos inteligentes até a implementação de finanças descentralizadas (DeFi). A inteligência artificial, por sua vez, está sendo utilizada para melhorar a eficiência e a precisão das operações, desde a automação de processos até a análise preditiva de mercados.

Não podemos deixar de destacar também como a tecnologia blockchain está no centro da transformação do mercado financeiro e de capitais, oferecendo transações seguras, transparentes e imutáveis. Esta tecnologia descentralizada tem o potencial de revolucionar a forma como os mercados funcionam, eliminando intermediários, reduzindo custos operacionais e de transação. As transações são validadas por uma rede de computadores, garantindo segurança e imutabilidade dos dados. Isso resulta em maior eficiência, menor risco de fraudes e maior transparência para todas as partes envolvidas.

Em termos práticos, podemos dizer que a blockchain é essencialmente um livro-razão distribuído que registra todas as transações de forma descentralizada. Cada bloco de transações é vinculado ao bloco anterior, formando uma cadeia (daí o nome "blockchain"). Esta estrutura garante que, uma vez registrada, uma transação não pode ser alterada sem alterar todos os blocos subsequentes, o que é praticamente impossível pelas probabilidades.

No mercado de capitais, o blockchain está sendo utilizado para emissão, negociação, compensação e liquidação de ativos. Exemplos incluem a "tokenização" de ativos, em que ativos físicos ou financeiros são convertidos em "tokens" digitais que podem ser negociados em plataformas blockchain.

A integração e a criação de um mercado de capitais digital são cruciais para que isso se torne realidade. Para aproveitar todo o potencial e as oportunidades proporcionadas pelo open finance e open capital market que está por vir, os movimentos estratégicos precisam ser feitos agora com a inclusão das tecnologias emergentes como blockchain e inteligência artificial aos seus processos. O caminho não é fácil, mas podemos construir juntos este futuro.

Felipe Souto é CEO e fundador da Bloxs
E-mail felipe.souto@bloxs.com.br

STJ
Simples comunicação sobre ocorrência de crime não autoriza MP a pedir relatórios ao Coaf
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
Projeto de lei propõe novas normas para o turismo
E2

TRF-4
OAB-RS não pode cobrar taxas para fornecer certidões
valor.globo.com/legislacao

Tributário 8ª Turma decidiu aplicar a chamada prescrição intercorrente, tese que era considerada perdida pelos contribuintes

TRF-1 cancela cobrança de IR que ficou parada na esfera administrativa

Marcela Villar
De São Paulo

A 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) acatou o recurso da Vertical Equipamentos, empresa baiana do ramo de transporte e movimentação de cargas, e anulou uma cobrança de R$ 3,7 milhões de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL. O motivo da anulação é raro em casos tributários: foi aplicada a chamada prescrição intercorrente, tese que era considerada perdida pelos contribuintes.

Como o processo ficou parado por mais cinco anos — desde a impugnação até ser julgado pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento (DRJ), a primeira instância da esfera administrativa — o crédito, de acordo com os desembargadores, não poderia mais ser exigido pela Fazenda. Foi a primeira decisão sobre o assunto no TRF-1.

Segundo advogados, o precedente é forte para buscar a anulação de ações sem movimentação no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) por esse mesmo prazo, além de milhares de processos fiscais nas esferas municipal e estadual. Dados públicos do Ministério da Fazenda mostram que das 489 mil ações no estoque do Carf, mais de 304 mil, o equivalente a 62%, ainda estão em fase de preparação e triagem desde 2020. Mais de duas centenas delas são da década de 1990. Não é possível, porém, saber quantas ficaram sem qualquer tipo de movimento processual ou diligência, o que poderia ensejar a aplicação da prescrição intercorrente.

A fundamentação da relatora, a juíza federal convocada Rosimayre Gonçalves de Carvalho, se baseia no prazo de decadência de cinco anos adotado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em uma ação julgada em repercussão geral para ressarcimento de danos à Fazenda Pública (Tema 666). Rosimayre também cita a Constituição Federal, que prevê a duração razoável dos processos judiciais e administrativos. E que o Superior Tribunal de Justiça (STJ), em recurso repetitivo, determinou o período de um ano como prazo máximo para a administração analisar pedidos dos contribuintes em ações fiscais (REsp 1138206).

"No Judiciário, a esperança estava perdida. Mas a decisão traz novos ares"
Maysa Pittondo

Ela reconhece que não há no ordenamento jurídico prazo para o Fisco dar uma decisão em um processo, mas diz ser possível a aplicação, por analogia, "na hipótese de inexistir disposição expressa", conforme o Código Tributário Nacional (CTN). Por isso, ela aplicou a prescrição intercorrente administrativa, de cinco anos, na ação tributária.

"Seria um contrassenso admitir prazo para os processos administrativos em geral, e inexistir qualquer prazo para o processo administrativo fiscal, que ocorreria, inclusive, à revelia da Constituição Federal", diz ela, no acórdão.

A magistrada ainda afirma ter verificado "a inércia da administração fazendária em promover o andamento do processo administrativo". Essa situação, acrescenta, "impõe o reconhecimento da prescrição intercorrente administrativa, em atenção aos princípios constitucionais da eficiência, segurança jurídica, razoável duração do processo, oficialidade e legalidade administrativa".

Só houve um voto contrário, da desembargadora Maura Moraes Tayer. Ela argumenta que a Lei nº 9.873/1999, na qual foi estabelecido o prazo de prescrição na esfera administrativa, não é aplicável aos procedimentos de natureza tributária. E que as normas específicas que regem o processo administrativo fiscal — Decreto nº 70.235/1972 e a Lei nº 11.457/2007 — não preveem o reconhecimento da prescrição intercorrente. A criação dessa regra para créditos tributários seria matéria de lei complementar, como decidiram os tribunais superiores (RE 559943).

A turma reformou a sentença dada pela 13ª Vara da Seção Judiciária da Bahia. No recurso, a Vertical pedia a prescrição por conta de o processo ter ficado paralisado entre abril de 2013 e setembro de 2019. No mérito, pediu para que a atividade da empresa não fosse enquadrada como locação de bens, mas transporte de cargas. Esse argumento também foi acatado (processo nº 1004497-68.2020.4.01.3300).

De acordo com o tributarista André Melo, sócio do Cescon Barrieu, a prescrição intercorrente de três anos, prevista na Lei nº 9.873/1999, já é aplicada por tribunais, mas para processos administrativos no geral, como multas do Ibama, e não para os fiscais. E também se aceita, acrescenta, a previsão de 360 dias da Lei nº 11.457/2007. "Se houver pelo menos 360 dias de inércia, se interrompe a mora", diz.

LEO PINHEIRO/VALOR
Maurício Faro: acórdão do TRF-1 pode servir de precedente para todos os processos tributários do país

Na visão de Melo, a decisão do TRF-1 é um "posicionamento isolado", pois a jurisprudência é majoritariamente desfavorável aos contribuintes. "Para processos administrativos federais, não se tem acatado sob o argumento de que não tem na lei um marco como na lei geral e não há norma específica para a suspensão da exigibilidade do crédito", afirma.

A maior parte da morosidade processual, contudo, não é exatamente no Carf, mas nas delegacias da Receita Federal, como no caso julgado pelo TRF-1. "Às vezes o processo vai para o Carf, mas, por algum motivo, tem que voltar para a instância preparatória para pedir nova perícia ou ter uma análise documental mais acurada. Aí pode ter uma demora", diz Melo.

Para Maurício Faro, sócio do BMA Advogados, a discussão é antiga, mas não emplacava. O acórdão, afirma, pode servir de precedente para todos os processos tributários do Brasil, não só no Carf. "Se isso emplaca, esse racional se aplica em todos os processos, municipais e estaduais. Se ficou mais de cinco anos parado de maneira injustificada, a prescrição é reconhecida."

O tributarista Lício Bastos Silva Neto, sócio do Santos Neto & Boa Sorte (SNBS) Advogados Associados, que defendeu a Vertical no caso, diz sempre usar o argumento nos processos, mas esse foi o primeiro com decisão favorável. "Desde a emenda constitucional que acrescentou no artigo 5º da Constituição, começamos a alegar que seria possível aplicar o prazo de cinco anos. A gente levou essa tese para tentar a analogia".

Neto diz, porém, que é preciso haver "desídia" da parte da Receita para configurar a prescrição intercorrente. "Para consumar a prescrição, é o prazo aliado à falta de impulsionar o processo pela Fazenda Pública. Nesse caso, impugnamos e ela simplesmente deixou o processo parado por seis anos", explica. "Não é uma tese que pode aplicar em qualquer caso, tem que ter uma omissão da Fazenda em dar prosseguimento", completa.

A tributarista Maysa Pittondo, sócia do CPMG Advocacia e ex-conselheira do Carf, também diz que na doutrina, muitos defendem a tese, mas, no Judiciário, a esperança estava perdida. "Não tem muita discussão sobre isso, porque é algo que há muitos anos foi sedimentado por conta da previsão da Lei nº 9.783. Mas essa decisão traz novos ares."

Ela adverte, porém, que não sabe se a decisão se sustentará no STJ e STF. "O que foi deficiente na fundamentação é o porquê ela entendeu por não aplicar a Lei nº 9.783. Ela não enfrentou isso, ultrapassou essa previsão legal, porque isso poderia ser afastado pelo CTN", afirma Maysa, citando a fundamentação da relatora.

Procurados pelo **Valor**, a Receita Federal e o Carf não deram retorno até o fechamento da edição. Em nota, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) diz que já recorreu da decisão e entende "pela inaplicabilidade do instituto da prescrição intercorrente na esfera administrativa fiscal, por ausência de previsão legal, na linha do que já decidido pelo STJ".

Receita impede aplicação de tratado contra bitributação

Arthur Rosa
De São Paulo

A Receita Federal decidiu que os acordos contra a bitributação assinados pelo Brasil não valem para as micro e pequenas empresas no Simples Nacional. O entendimento está em duas soluções de consulta editadas recentemente pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit), que deve ser seguido pelos auditores fiscais de todo o país.

Nas respostas, a Receita levou em consideração a hierarquia de leis. Como os acordos foram internalizados por meio de leis ordinárias, afirma a Cosit, seus dispositivos não prevaleceriam sobre a lei complementar do Simples Nacional (nº 123, de 2006).

"Logo, a opção por esse regime é incompatível com a utilização de qualquer benefício ou tratamento fiscal diferenciado ou mais favorecido neles previsto, salvo se houver previsão expressa na lei complementar", diz a Receita Federal nas soluções de consulta nº 219 e nº 220, que abordam, respectivamente, tratados firmados com o Chile e o Peru.

De acordo com as respostas, se uma receita de exportação de serviços for tributada no Peru ou no Chile, não é possível fazer o abatimento do Simples Nacional, a título de dupla tributação. "Desse modo, uma eventual retenção de tributo [peruano ou chileno] não é passível de dedução no PGDAS-D [Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional - Declaratório], restituição ou compensação com tributo apurado na forma do Simples Nacional", afirma a Receita.

DIVULGAÇÃO

"O caminho é a judicialização. As soluções de consulta violam os tratados"
Raphael Lavez

Para o órgão, essa vedação não significa uma violação a direitos do optante porque a adesão ao Simples Nacional é facultativa. "Esse regime tributário oferece aos contribuintes o direito de escolher se fazem ou não uma troca compensatória entre suas vantagens e desvantagens. Todas públicas e notórias", diz o órgão, acrescentando que a micro ou pequena empresa pode "desistir de fazer a opção ou pedir a exclusão". "Em outras palavras, cabe ao contribuinte ponderar os bônus e ônus do Simples Nacional para decidir se quer ser optante e arcar com as consequências jurídicas dessa decisão."

Com o entendimento, segundo advogados tributaristas, micro e pequenas empresas exportadoras optantes do Simples Nacional podem ser bitributadas em virtude da impossibilidade de aplicação dos acordos, dada a prevalência da lei complementar que regulamenta o regime.

"A Receita impõe um novo custo às pequenas empresas exportadoras. Deverão considerar o acúmulo da carga tributária caso suas receitas decorrentes da exportação sejam gravadas no exterior", diz o advogado Guilherme Galdino, do escritório Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich & Schoueri, acrescentando que, em razão desse entendimento, essas companhias devem levar em consideração os efeitos da bitributação na tomada de decisão sobre a adoção de regime tributário.

No seu entendimento, além de problemas econômicos e políticos, a posição da Receita nas soluções de consulta não possui respaldo jurídico. "Empresas optantes pelo Simples Nacional fazem jus, sim, aos benefícios dos acordos para evitar a dupla tributação negociados pelo Brasil", afirma ele. "O Brasil não possui poder de tributar, seja mediante lei complementar, seja mediante lei ordinária."

Raphael Lavez, do escritório Lavez Coutinho Advogados, considera que o caminho é a judicialização porque ao final as soluções de consulta violam os tratados firmados pelo Brasil. "A Receita Federal descumpre um compromisso internacional assumido pelo Brasil", diz o advogado. "O tratado limita a aplicação da lei brasileira."

De acordo com Lavez, há julgado do Supremo Tribunal Federal (STF) que derruba o argumento da Receita sobre hierarquia de leis. Trata-se da discussão sobre prisão de depositário infiel (RE 466343). Os ministros, em repercussão geral, consideraram ilegal a medida, embora autorizada pelo artigo 5º , inciso LXVII , da Constituição Federal.

Entenderam que deveria prevalecer o Pacto de São José da Costa Rica, tratado internacional sobre direitos humanos, que só admite a possibilidade de prisão civil do devedor de alimentos — e, consequentemente, impediria a prisão do depositário infiel.

"Um acordo [contra a bitributação] é uma limitação autoimposta à soberania tributária do Brasil e que confere direitos ao contribuinte. Antes de ser contribuinte, o empresário é um cidadão", afirma Lavez.

Destaque

Conta encerrada

A 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) manteve decisão que condenou a Caixa Econômica Federal a restituir valores e pagar indenização por danos morais a uma cliente pelo encerramento de conta poupança sem autorização, sob o fundamento de suposta fraude. Para o colegiado, o banco não comprovou judicialmente nenhuma irregularidade. "Embora intimada, a Caixa não juntou o boletim de ocorrência a respeito dos fatos e tampouco o procedimento administrativo instaurado para a averiguação da ocorrência", afirmou o relator do processo, desembargador federal Herbert de Bruyn. A cliente argumentou que compareceu a uma agência do banco em dezembro de 2022 e constatou o bloqueio de transações em terminal de autoatendimento. Também afirmou que a conta estava em processo de encerramento, em virtude de supostos recebimentos irregulares via PIX. Conforme resposta da ouvidoria da empresa pública, em fevereiro de 2023, os valores seriam advindos de "golpe". A autora, porém, alegou que não teve possibilidade de apresentação de defesa, e a conta foi encerrada de forma unilateral, sem nenhuma justificativa (processo nº 5008663-55.2023.4.03.6100).

INÊS 249

Projeto de lei propõe novas normas para o turismo

Opinião Jurídica

Bruno Cação Ribeiro e Felipe Felix Brum

No dia 28 de agosto, os deputados federais deram um importante passo para o futuro do turismo no Brasil ao aprovar o Projeto de Lei nº 1.829/2019, que atualiza e moderniza (i) a Lei Geral de Turismo (Lei nº 11.778/08); (ii) o Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei nº 7.565/86); (iii) a lei sobre as atividades das agências de turismo (Lei nº 12.974/14); e (iv) além de outras normas relacionadas. Esse projeto, conhecido como "Proposta" e considerado um marco histórico para o setor, agora aguarda a sanção da Presidência da República para se tornar lei.

A Proposta não surgiu do nada e é o resultado de um diálogo profundo entre o Ministério do Turismo, parlamentares e representantes de todos os segmentos do trade turístico nacional. Esse esforço conjunto visou adaptar a legislação às novas realidades e dinâmicas da atividade turística, que evoluiu significativamente nos últimos anos.

As principais mudanças para o setor de turismo no Brasil incluem a descentralização dos recursos do Fundo Geral do Turismo (Fungetur), permitindo a transferência de emendas parlamentares destinadas ao Fungetur para outros fundos, e a ampliação do conceito de cadeia produtiva de serviços turísticos para incluir todas as pessoas jurídicas do setor, como produtores rurais e agricultores familiares.

Além disso, houve ampliação do conceito de serviços de organizadores de eventos, para alcançar todos os setores relacionados com a atividade turística. Para evitar golpes, serviços turísticos divulgados na internet deverão estar cadastrados obrigatoriamente no Ministério do Turismo.

O texto ainda traz permissão para que os recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac) sejam utilizados como garantia de empréstimos de até R$ 8 bilhões, com carência de até 36 meses para as empresas aéreas. O Ministério do Turismo deverá gerir 30% dos recursos do Fnac, viabilizando investimentos em combustíveis renováveis e na ampliação da infraestrutura aeroportuária.

Outras medidas importantes incluem a realização de ações de marketing para promover o turismo por meio do Ministério do Turismo e da Embratur inclusive com o apoio das embaixadas brasileiras no exterior; mudança na duração das diárias de hotéis e assemelhados, que atualmente é de 24 horas, a ser regulamentada pelo Ministério do Turismo considerando o tempo necessário para higienização e arrumação dos quartos e outros procedimentos operacionais; autorização de hospedagem de crianças e adolescentes acompanhados apenas por um de seus pais, por responsável legal, por detentor da guarda ou por parentes como avós, irmãos maiores de idade ou tios, desde que comprovado o parentesco, ou ainda por pessoa maior de idade autorizada expressamente pelos responsáveis legais; e a aplicação da regulamentação aos tripulantes de cruzeiros em navios com bandeiras estrangeiras conforme a Convenção de Trabalho Marítimo de 2006, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e não pela Lei nº 7.064, de 1982, que trata dos trabalhadores que prestam serviços no exterior.

Consideramos como o mais relevante para o setor, a mitigação da responsabilidade solidária das agências de turismo no atual cenário jurídico brasileiro. Apesar do seu papel de mero intermediador entre consumidores finais e prestadores de serviços turísticos, as agências de turismo recorrentemente sofrem grandes prejuízos decorrentes de falha na prestação do serviço por culpa exclusiva do fornecedor, em decorrência da responsabilidade solidária atribuída pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC). Nesse contexto, muitas vezes os valores pagos à título de indenização representam uma desproporção em relação aos proveitos econômicos obtidos pelas agências de turismo, considerando que sua atuação se limita apenas a figura da intermediação de serviços turísticos, ou seja, as agências de turismo assumem um elevado risco para ganhar uma pequena margem de lucro sobre os serviços intermediados.

Caso o texto da Proposta seja sancionado, as agências de turismo poderão ficar isentas de responsabilidade solidária nos casos de (i) falência do fornecedor; ou (ii) culpa exclusiva do fornecedor dos serviços, limitando a responsabilidade da agência de turismo aos danos comprovadamente causados e relacionados aos serviços de intermediação prestados, bem como o proveito econômico deles obtidos.

O texto sugere medidas importantes para as companhias aéreas em relação às indenizações. Profissionais do setor destacam que os valores pagos em indenizações e os custos judiciais impactam significativamente o orçamento das companhias e os cofres públicos, resultando no aumento das passagens. Para reduzir as demandas judiciais e promover resoluções administrativas, foi adicionado ao Código Brasileiro de Aeronáutica um parágrafo único ao artigo 246, que estabelece que a responsabilidade por danos durante o transporte aéreo seguirá normas de tratados internacionais, especialmente a Convenção de Montreal.

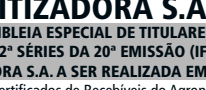
A Proposta adiciona o artigo 251-B ao Código Brasileiro de Aeronáutica, proibindo indenizações punitivas ou presumidas, permitindo apenas compensações por danos comprovados. Também limita a responsabilidade dos meios de hospedagem, que responderão objetivamente e solidariamente apenas pelos danos comprovados. A responsabilidade solidária é excluída em casos de falência ou recuperação judicial do intermediador da reserva, ou culpa exclusiva do intermediador, desde que o meio de hospedagem não tenha obtido proveito econômico.

As mudanças propostas reduzem os riscos para o setor de turismo, potencialmente diminuindo os custos operacionais e beneficiando consumidores com preços mais baixos.

Bruno Cação Ribeiro e Felipe Felix Brum são, respectivamente head e advogado na área de Prática de Hospedagem e Turismo no FAS advogados in cooperation with CMS

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90143/2024,** referente ao processo nº **024.00052812/2024-39,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE ITENS DE NUTRIÇÃO, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 16/09/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 03/09/2024,** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90142/2024,** referente ao processo nº **024.00119831/2024-52,** objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERAPIAS MULTIDISCIPLINARES, EM ATENDIMENTO DE DEMANDA JUDICIAL** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 18/09/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 03/09/2024,** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

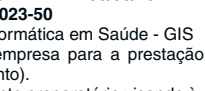
O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 20ª EMISSÃO (IF CRA021000RZ E CRA021000S0) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 20ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 20ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Opea Securitizadora S.A., Lastreados em Créditos do Agronegócio Devidos pela Tecsoil Automação e Sistemas S.A., celebrado em 19 de abril de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em primeira convocação, no dia **24 de setembro de 2024**, às **11:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** A liberação parcial de direitos creditórios cedidos fiduciariamente, conforme previsto no "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças*", celebrado em 19 de abril de 2021, conforme aditado ("Cessão Fiduciária" e "Contrato de Cessão Fiduciária", respectivamente), referentes ao Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) provenientes dos contratos descritos no Anexo II dos Documentos e Informações Necessários ao Exercício do Direito de Voto, mediante a celebração de aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária ("Liberação da Cessão Fiduciária" e "Aditamento"), bem como a ratificação das demais disposições do Contrato de Cessão Fiduciária e seus anexos, conforme atualmente vigente, que não forem alteradas pelo Aditamento. Sendo certo que com a Liberação da Cessão Fiduciária, a Razão de Garantia da Cessão (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) e o Fluxo Mínimo da Cessão Fiduciária (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) não serão desenquadrados. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRA de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e fsp@vortx.com.br, com cópia para agentefiduciario@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª e 2ª Séries da 20ª Emissão - IF CRA021000RZ E CRA021000S0), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, observadas as instruções descritas detalhadamente na Proposta da Administração, para participar da Assembleia ora convocada.. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade (carteira de identidade, carteira de registro nacional migratório, expedida pela Polícia Federal, carteira nacional de habilitação, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade (carteira de identidade, carteira de registro nacional migratório, expedida pela Polícia Federal, carteira nacional de habilitação, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **c) manifestação de voto:** conforme abaixo. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. O Agente Fiduciário não interpretará o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e fsp@vortx.com.br, com cópia para agentefiduciario@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM, sendo certo que a Manifestação de Voto à Distância deverá ser encaminhada pelos Titulares dos CRA, preferencialmente até 48 (quarenta e oito) horas antes do início da Assembleia, conforme orientações contidas na Proposta da Administração. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação; (ii) ser enviada com a antecedência de até 02 (dois) dias da data da Assembleia, para os endereços de e-mail acima mencionados; (iii) no caso de o Titular ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes, e (iv) conter declaração a respeito da existência, ou não, de conflito de interesse entre o Titular dos CRA com a(s) matérias objeto da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. As instruções gerais para participação na Assembleia, bem como os documentos atinentes à Ordem do Dia, inclusive os Documentos e Informações Necessários ao Exercício do Direito de Voto e o modelo da Instrução de Voto à Distância, encontram-se, a partir desta data, à disposição dos Titulares dos CRA, na sede da Emissora, bem como nos seguintes websites: (i) da CVM (https://www.gov.br/cvm/); (ii) da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br); (iii) de relações com investidores da Companhia (https://www.opeacapital.com); e (iv) do Agente Fiduciário (https://www.pentagonotrustee.com.br/). Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 02 de setembro de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

Assurant Seguradora S.A.

CNPJ/MF nº 03.823.704/0001-52 - NIRE 35.300.191.617

Ata da Reunião da Diretoria Realizada em 05 de Agosto de 2024

05/08/2024, às 10:00h, na sede da Assurant Seguradora S.A. Presentes os Diretores representando a totalidade dos membros da Diretoria. Ratificar a nomeação da encarregada da Companhia para fins da Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709/2018 e da Resolução CD/ANPD nº 18, de 16/07/2024 (Data Protection Officer Brazil - DPO), Sra. **Elza dos Anjos Neves Eraclide,** CPF nº 296.884.598-52, e RG nº 28.293.681-6, a qual é responsável por exercer, pela Companhia, as atividades de responsabilidade do encarregado pelo tratamento de dados pessoais prevista na legislação acima referida, nos termos da Ata da Reunião da Diretoria de 12/07/2021. **(ii)** designar o Sr. **Adelmo de Moura Machado**, RG nº 22.760.409-X SSP/SP e CPF/MF nº 145.168.128-35, como substituto em caso de ausências, impedimentos e vacâncias da encarregada nomeada. **Encerramento:** Nada mais a tratar. Barueri (SP), 05/08/2024. Mesa: **Vladimir Freneda Rodriguez -** Presidente; **Adelmo de Moura Machado -** Secretário. **JUCESP** nº 308.065/24-4 em 21/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

COMUNICADO

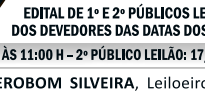
DESPACHO DA CHEFIA DE GABINETE 30/08/2024 - DISPENSA Nº 21/2024
PROCESSO: 024.00124324/2023-50
INTERESSADO: Grupo de Informática em Saúde - GIS
ASSUNTO: Contratação de empresa para a prestação de serviços especializados em informática (Folha de pagamento).

Trata o presente de procedimento preparatório visando à contratação direta da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP, com fulcro no artigo 75, inciso IX, da Lei federal nº 14.133/2021, visando à prestação de serviços de informática para "Folha de Pagamento".

A Douta Consultoria Jurídica da Pasta se manifestou a respeito, por meio do r. Parecer CJ/SS nº 573/2024 - SEI 0034224773, apontando a necessidade de serem agregadas outras informações relevantes à instrução do processo.

Nesse diapasão, após encartados novos elementos aos autos, manifestaram-se as áreas técnicas envolvidas, por seus responsáveis, dando por satisfeitas as exigências, a saber: Despacho do Grupo de Informática em Saúde - GIS, SEI 0034954689 e Despacho Coordenadoria Geral de Administração - CGA, SEI 0037281101.

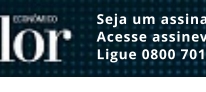
Assim, à vista das manifestações constantes dos autos, às quais me reporto a título de motivação e despacho, e considerando o valor estimado para a contratação pretendida, **AUTORIZO**, observadas as normas legais incidentes e a disponibilidade orçamentária, bem como, as declarações constantes dos termos do Despacho do Grupo de Informática em Saúde - GIS, SEI 0034954689, a contratação da empresa **COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP, CNPJ: 62.577.929/0001-35,** por Dispensa de Licitação, fundamentada nos termos do artigo 75, inciso IX, da Lei federal nº 14.133/2021, visando à prestação de serviços de informática para "Folha de Pagamento", no valor total de **R$ 6.637.117,30 (seis milhões seiscentos e trinta e sete mil, cento e dezessete reais e trinta centavos).**

SYN PROP E TECH S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 08.801.621/0001-86 - NIRE 35.300.341.881

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

São convidados os acionistas da SYN Prop e Tech S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 02 de outubro de 2024, às 10h30, na sede social da Companhia, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.600, 14º andar, conjunto 141, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04538-132, para discutir e deliberar acerca da seguinte ordem do dia: (i) Redução do capital social da Companhia no valor de R$ 560.000.000,00 (quinhentos e sessenta milhões), por considerá-lo excessivo, sem o cancelamento de ações; (ii) Alteração do Artigo 6º, caput, do estatuto social, com a sua consequente consolidação, para refletir a redução de capital a ser deliberada como item (i) da ordem do dia, com eficácia condicionada à efetivação da referida redução de capital; (iii) Alteração do Artigo 43, Parágrafo Segundo, do estatuto social, com a sua consequente consolidação, para esclarecer o disposto na legislação aplicável; e (iv) Aprovação da distribuição de dividendos intercalares, ratificando a deliberação tomada pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 14 de agosto de 2024. **Informações Gerais**: (a) encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e nos sites de relações com investidores da Companhia (https://ri.syn.com.br), da CVM e da B3, os documentos relacionados às deliberações previstas neste edital, incluindo aqueles exigidos pela Resolução CVM 81/22; (b) o acionista deverá apresentar à Companhia, com no mínimo 48 horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou atos societários que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo 5 dias antes da data da realização da Assembleia Geral Extraordinária; ou (ii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível das ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição custodiante; e (c) o acionista que desejar ser representado por procurador deverá depositar o respectivo instrumento de mandato, com poderes especiais e reconhecimento de firma, até 48 horas antes da realização da Assembleia Geral Extraordinária.

São Paulo/SP, 02 de setembro de 2024.

Elie Horn - Presidente do Conselho de Administração

SILVEIRA LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DOS DEVEDORES DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º PÚBLICO LEILÃO: 16/SETEMBRO/2024, ÀS 11:00 H – 2º PÚBLICO LEILÃO: 17/SETEMBRO /2024, ÀS 11:00 H - Leilão online

MARCELO EMIDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 843, Avenida Rotary, nº 187, sala 01, Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEF: 13092-509, faz saber, através do presente Edital, que autorizado pela Credora Fiduciária: **MASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., inscrita no CNPJ/RFB sob nº 51.243.582/0001-78**, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da Lei Federal n.º 9.514/97, posteriores alterações e demais disposições legais aplicáveis a matéria em execução o Instrumento Particular de Contrato de Venda e Compra, com Pacto de Alienação Fiduciária em Garantia e Outras Avenças, celebrado na cidade de Tatuí/SP no dia 18 de janeiro de 2015, o **IMÓVEL**: **LOTE Nº 17 DA QUADRA 21,** situado na Rua 14 atualmente denominada Rua Olegário Pires de Camargo, do lado par do loteamento **RESIDENCIAL ASTÓRIA**, no bairro Barro Preto, Tatuí/SP, medindo: 10,00m de frente do lado direito de quem da rua o olha, mede 25,00m confrontando com o lote 18; do lado esquerdo mede 25,00m, confrontando com o lote 16; e nos fundos 10,00m, confrontando com o lote 37, encerrando a área de 250,00m2. Matrícula imobiliária nº 53.415 do Cartório de Registro de Imóveis de Tatuí. CCM: 11.770.017. Consolidação da propriedade em 07/08/2024. **VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 254.506,02. 2º LEILÃO: R$ 250.795,61.** O arrematante pagará o valor do arremate e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que vencerem a partir da data da arrematação. O imóvel está desocupado não existindo construções. Eventual ocupação irregular de desconhecimento da Comitente, desocupação a cargo do arrematante. Venda *ad corpus*. Fica a fiduciante, **Silvana Beserra Sousa, CPF: 088.205.424-47,** comunicadas das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência na forma do artigo 27, §2º B da LF nº 9514/97. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital, regras e condições do leilão disponível no portal Silveira Leilões bem como dos documentos imobiliários do imóvel. À Comitente e ao Leiloeiro não caberá qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Sertãozinho/SP

megaleilões GESTOR JUDICIAL

EDITAL DE LEILÃO e intimação na **FALÊNCIA DE COMPANHIA ALBERTINA MERCANTIL E INDUSTRIAL**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 71.320.857/0009-94; **VENTURA ENERGÉTICA LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.507.082/0001-12; **SANTUÁRIO PARTICIPAÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.700.812-0001-99; **LUZEIRO AGROINDUSTRIAL LTDA.** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.154.375/0002-85, todas em conjunto denominadas "**Massa Falida", na pessoa da Administradora Judicial FACCIO ADMINISTRAÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.845.974/0001-80; **bem como do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO na pessoa do seu Procurador**; da **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO na pessoa do seu Procurador; das terceiras interessadas: VIVIANE MARIA BONINI CAROLO, ANNA MARIA CAROLO MARCHESI CARBONE, VICTÓRIA CAROLO MARCHESI CURSINI, SÃO MIGUEL AGROPECUÁRIA LTDA., E.M.F. AGROPECUÁRIA LTDA. e GORGULHO MERCANTIL AGROPECUÁRIA LTDA.**, todas devidamente qualificadas nos autos da falência supracitada; **dos credores hipotecários: UNIÃO FEDERAL**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.994.558/0001-23; **BANCO BRADESCO S/A**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12; **BANCO DO BRASIL S/A**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0452-92; **MULTIGRAIN TRADING AG**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.651.632/0001-22; **AGROPECUÁRIA BAZAN S/A**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 52.279.890/0023-21; **e da empresa RAÍZEN CENTRO-SUL PAULISTA S/A**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 49.213.747/0118-28. **A Dra. Daniele Regina de Souza Duarte**, MM. Juíza de Direito da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Sertãozinho/SP, na forma da lei, **FAZ SABER** a todos quanto o presente Edital de Leilão Único de alienação de imóveis, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos da **Falência** da empresa **COMPANHIA ALBERTINA MERCANTIL E INDUSTRIAL e outras - Processo nº 0012154-30.2008.8.26.0597 - Controle nº 2089/2008**, onde foi firmado acordo juntado às fls. 15.158/15.173 realizado entre a Massa Falida e as Terceiras interessadas supracitadas, no qual prevê a alienação dos imóveis denominados "FAZENDA SÃO MIGUEL II", o qual foi homologado nos termos da sentença judicial proferida às fls. 15.727/15.734 ("Acordo"). Nos termos do acordo e da sentença, as FALIDAS realizarão o presente leilão judicial para a venda dos imóveis descritos no final deste edital, de acordo com as regras expostas a seguir estabelecidas: **DOS IMÓVEIS** - Os imóveis serão vendidos em caráter "AD CORPUS" e no estado em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus da parte interessada verificar suas condições antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. **DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL -** O edital será publicado em jornal de grande circulação local e na rede mundial de computadores, no sítio do gestor www.megaleiloes.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC, inclusive as fotos e a descrição detalhada dos bens a serem apregoados. **DA VISITAÇÃO**: Os interessados em vistoriar os bens deverão enviar a solicitação por escrito ao e-mail: visitacao@megaleiloes.com.br. Cumpre esclarecer que cabe ao responsável da guarda autorizar o ingresso do interessado. **DO LEILÃO -** O Leilão será realizado por **MEIO ELETRÔNICO E PRESENCIAL**, através do Portal www.megaleiloes.com.br, o **Leilão Único** terá início no **dia 1º/10/2024 às 15h** e se encerrará **dia 16/10/2024** às 15h onde serão aceitos lances a partir do valor de **R$ 175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais), que corresponde ao valor mínimo para a alienação previsto na cláusula 10.2 do acordo juntado às fls. 15.158/15.173 ("Valor Mínimo").** O Valor Mínimo deverá ser pago em dinheiro e à vista e eventual valor adicional que supere o Valor Mínimo poderá ser pago em uma ou mais parcelas, desde que em dinheiro, e se sujeitar à atualização pela taxa SELIC. Caso todas as propostas envolvam pagamento à vista, será apurada a proposta vencedora mediante a utilização do critério do maior valor. Caso ao menos uma das propostas envolva o pagamento do valor que superar o Valor Mínimo em uma ou mais parcelas, será apurada a proposta vencedora trazendo- se os valores das parcelas futuras a valor presente, utilizando-se como taxa de desconto a taxa SELIC. **DO CONDUTOR DO LEILÃO** - O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o nº 844. Cumpre informar que cabe ao Leiloeiro a definição de critérios para participação do leilão, com o objetivo de preservar a segurança e a confiabilidade dos lances, nos termos do art. 14 da Resolução nº 236/2016 do CNJ. **DA HABILITAÇÃO -** A participação do interessado está condicionada à apresentação **(i)** de Caução no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), através de transferência/depósito bancário na conta do Leiloeiro, cujos dados serão oportunamente indicados, e **(ii)** da devida comprovação do lastro financeiro para pagamento do valor mínimo, por meio de documentação a ser enviada ao Leiloeiro em e-mail que será oportunamente indicado. Tanto a transferência como o envio da documentação deverão ocorrer em até 7 dias corridos antes do início do Leilão. Caso o participante torne-se arrematante, o valor da Caução será abatido da comissão devida ao leiloeiro, caso contrário o valor da Caução será devolvido no prazo de 48h (quarenta e oito horas) após o encerramento do certame. **DOS LANCES** - Os lances poderão ser ofertados a partir do dia e hora de início do leilão pela rede de internet, através do Portal www.megaleiloes.com.br, ou de viva voz no dia do encerramento do leilão a partir **das 14:00 horas** no Auditório localizado na Alameda Santos, nº 787, 13º andar, conjunto 132 - Jd. Paulista - São Paulo/SP, em igualdade de condições. **DOS DÉBITOS** – Os imóveis serão apregoados sem quaisquer ônus, sejam débitos de condomínio água, luz, gás, taxas, multas, Imposto Territorial Rural - ITR (aquisição originária), os quais serão de responsabilidade da massa falida, exceto se o arrematante for: (I) sócio da sociedade falida ou sociedade controlada pelo falido; (II) parente, em linha reta ou colateral, até o 4º (quarto) grau, consanguíneo ou afim, do falido ou de sócio da sociedade falida; (III) identificado como agente do falido com o objetivo de fraudar a sucessão (art. 141, II, § 1º, I, II e III, da lei nº 11.101/05). O arrematante deverá arcar com todos os custos de transferência do imóvel para seu nome, como as despesas de ITBI – Imposto de transmissão de bens imóveis e registro do imóvel no RGI respectivo. **DO PAGAMENTO DA ARREMATAÇÃO** – O arrematante deverá depositar 10% (dez por cento) do valor da arrematação, no prazo de 24h (vinte e quatro horas) do encerramento do leilão, para garantia do Juízo, sendo que a quitação do preço remanescente do valor da arrematação (caso seja declarada vencedora uma proposta envolvendo pagamento à vista) ou do Valor Mínimo (caso uma proposta parcelada seja declarada vencedora) deverá ocorrer em 48h (quarenta e oito horas) após a intimação do despacho de deferimento do lance pelo Juízo responsável. No caso de indeferimento do lance, o valor depositado poderá ser levantado integralmente pelo arrematante. No caso de proposta envolvendo pagamento parcelado do valor que superar o Valor Mínimo, o pagamento da(s) parcela(s) se sujeitará à atualização pela taxa SELIC. **DA CONCLUSÃO DA ARREMATAÇÃO** – O pagamento do valor integral da arrematação (caso seja declarada vencedora uma proposta envolvendo pagamento à vista) ou do Valor Mínimo (caso uma proposta parcelada seja declarada vencedora) nos prazos definidos no item acima, ensejará a conclusão da arrematação e transferência da propriedade dos imóveis ao arrematante, com a necessária distribuição dos valores pagos pelo arrematante aos credores nos termos do Acordo de fls. 15.158/15.173 da Falência. No caso de proposta envolvendo pagamento parcelado do valor que superar o Valor Mínimo, será constituída hipoteca sobre os imóveis como garantia do pagamento do valor que superar o Valor Mínimo que esteja pendente de quitação. **DA COMISSÃO -** O arrematante deverá pagar a comissão ao Leiloeiro, sobre a arrematação do bem, da seguinte forma: **(i) 2%** se o valor da arrematação se der **até R$ 184.999.999,99**; **(ii) 2,5%** se o valor da arrematação se der **entre R$ 185.000.000,00 e R$ 199.999.999,99**; **(III) 3,5%** se o valor da arrematação se der **acima de R$ 200.000.000,00**. A comissão deverá ser paga no prazo de 24h (vinte e quatro horas), a contar do encerramento do leilão, através de Depósito ou Boleto bancário, cujos dados serão enviados por e-mail. A comissão devida ao Leiloeiro não está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial por razões alheias à vontade do arrematante e, deduzidas as despesas incorridas. **Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.megaleiloes.com.br**. A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos. As demais condições obedecerão ao que dispõe a Lei 11.101/05, o Provimento CSM nº 1625/2009, a Resolução nº 236/2016 do CNJ e no que couber, o CPC e o caput do artigo 335, do CP. **RELAÇÃO DO BEM**: Será levado a leião um lote único – Fazenda São Miguel II, composta pelas seguintes matrículas 7.737 e 7.738, ambas do CRI de Pontal/SP; 86.648 e 86.649, ambas do CRI de Sertãozinho/SP. O valor mínimo de venda do bem é de R$ 175.000.000,00 que corresponde ao valor mínimo para a alienação previsto na cláusula 10.2 do acordo juntado às fls. 15.158/15.173. A descrição detalhada do bem, sua está disponível no site www.megaleiloes.com.br. São Paulo, 14 de agosto de 2024. Eu,_diretora/diretor, conferi. **Dra. Daniele Regina de Souza Duarte - Juíza de Direito**.

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

Ez Inc Incorporações Comerciais S.A.

CNPJ 35.727.157/0001-06 - NIRE 35.300.561.384

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 01 de Agosto de 2024

Data, Hora e Local: Dia 1/8/24, às 9h, na sede social. **Presença:** Totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente - Marcos Ernesto Zarzur; Secretário - Marcelo Ernesto Zarzur. **Deliberações:** Por unanimidade, aprovar as Informações Financeiras Trimestrais da Companhia e o relatório dos auditores independentes, referentes ao período de seis meses findo em 30/6/24. Nada mais. JUCESP nº 309.872/24-8 em 23/8/24. Maria Cristina Frei - Secretária-Geral. **Aviso:** O texto acima é um resumo da respectiva ata. O inteiro teor desse documento poderá ser consultado na versão digital do jornal: "https://valor.globo.com/valor-ri/" desta data.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.593/2024, de 02 de maio de 2024, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objetos:

PE 2024012000358 - Fornecimento de ar-condicionado portátil 12000 *BTUs* para Unidade Florencio de Abreu. Abertura: 01/10/2024 às 10h30.

PE 2024012000370 - Serviços para confecção de prótese dentária fixa, *cad cam* e implante para Unidade Guarulhos. Abertura: 19/09/2024 às 10h30.

PE 2024012000371 - Serviços de vigilância e segurança patrimonial, armada e desarmada, para as Unidades Interlagos e Bertioga. Abertura: 13/09/2024 às 10h30.

PE 2024012000372 - Serviços de vigilância e segurança patrimonial, armada e desarmada, para as Unidades 24 de Maio e Campinas. Abertura: 16/09/2024 às 10h30.

PE 2024012000373 - Serviços de vigilância e segurança patrimonial, armada e desarmada, para as Unidades Avenida Paulista e Bom Retiro. Abertura: 18/09/2024 às 10h30.

PE 2024012000374 - Serviços de vigilância e segurança patrimonial, armada e desarmada, para as Unidades Ipiranga e Mogi das Cruzes. Abertura: 20/09/2024 às 10h30.

PE 2024012000376 - Fornecimento de livros de diversas editoras para futura Unidade Franca. Abertura: 18/09/2024 as 10h30.

A consulta e aquisição dos editais estão disponíveis no endereço eletrônico **portallc.sescsp.org.br** mediante inscrição para obtenção de senha de acesso.

LATAM AIRLINES GROUP S.A.

CHAMADA PARA LICITAÇÃO
AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS
CONFORME PROCEDIMENTO DE PERMUTA DE SLOTS

Em cumprimento à decisão proferida pelo Tribunal de Defesa da Livre Concorrência do Chile ("TDLC") e o definido no documento "Procedimento de Permuta de Slots LATAM, de acordo com Resolução nº 37/2011 HTDLC" aprovado pelo Tribunal de Defesa da Livre Concorrência do Chile ("Procedimento"), LATAM Airlines Group S.A. ("LATAM") comunica o início dos procedimentos de licitação regulados no Procedimento e informa o que segue:

1. A data de encerramento de apresentação das propostas será às 12hs do dia 24 de setembro de 2024.
2. O cartório que subscreve os instrumentos que estabelece o Procedimento é o cartório **Patricio Raby Benavente** de Santiago/Chile.
3. Segue o calendário de atividades publicado pelo Comitê de Facilitação de Voos do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro, localizado na Cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, Brasil ("GRU"), para a seguinte temporada IATA:

COMITÊ DE FACILITAÇÃO DE VOOS
Calendário de Atividades

ATIVIDADES	Temporada de Verão 2025 (S25)
Divulgação da Declaração de Capacidade	09/09/2024
Divulgação da Lista de Histórico (SHL)	16/09/2024
Limite para Validação do Histórico de Slots (AHD)	03/10/2024
Limite para Submissão Inicial (ISD)	10/10/2024
Divulgação da Alocação Inicial (SAL)	07/11/2024
Conferência Internacional de Slots (SC)	19/11/2024 a 22/11/2024
Limite para Devolução dos Slots (SRD)	15/01/2025
Conferência Nacional de Slots (SCB)	22/01/2025 a 24/01/2025
Divulgação da Base de Referência (BDR)	31/01/2025
Vigência da Temporada	30/03/2025 a 25/10/2025

Outrossim, a LATAM informa que poderá iniciar um Procedimento Especial de Intercâmbio ("PEI"), caso ocorra as seguintes condições: (i) a LATAM não tenha permutado até este momento quatro slots diários de decolagem e quatro slots diários de aterrissagem; e (ii) não haja outra Licitação em andamento, de acordo com as regras estabelecidas no Procedimento.
Para maiores informações, favor entrar em contato com LATAM:
Página web: www.latamairlinesgroup.net
E-mail: jose.valenzuelar@latam.com

Banco Yamaha Motor do Brasil S.A.

CNPJ: 10.371.492/0001-85 - NIRE: 35.300.361.997

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 02 de Setembro de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 02 de setembro de 2024, às 10 horas, na sede do **Banco Yamaha Motor do Brasil S.A.** ("Companhia"), na Avenida Magalhães de Castro, nº 4800, Torre 3 - Continental Tower, conjunto 71, setor R1 e conjunto 72, Setor R3, Cidade Jardim, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05676-120. **2. Convocação e Presença:** Presentes todos os acionistas, como se verificou pelas assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas, sendo dispensada publicação de edital de convocação nos termos do parágrafo 4°, do artigo 124, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedade por Ações"). **3. Mesa:** Os acionistas presentes escolheram para Presidente e Secretária da Mesa o Sr. Nelson Dias de Aguiar Júnior e a Sra. Erika Kano, respectivamente. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(i)** a realização da 5ª (quinta) emissão, pela Companhia, de letras financeiras, em até 2 (duas) séries, em regime de vasos comunicantes, perfazendo o montante total de até R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Letras Financeiras"), nos termos da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, conforme alterada ("Lei 12.249") e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 5.007, de 24 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CMN 5.007" e "Emissão", respectivamente), objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), e da Resolução da CVM nº 8, de 14 de outubro de 2020, conforme alterada ("Resolução CVM 8"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"); **(ii)** a autorização à diretoria da Companhia, seus representantes e/ou procuradores para *(a)* negociar todos os termos e condições das Letras Financeiras não definidos nesta deliberação, independentemente de qualquer nova deliberação e aprovação pelos acionistas da Companhia ou de qualquer deliberação e aprovação tomada em reunião de Diretoria, inclusive fixar a Remuneração das Letras Financeiras da 1ª Série e a Remuneração das Letras Financeiras da 2ª Série (conforme definidas abaixo), conforme aplicável, a serem definidas no Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo); *(b)* celebrar todos os documentos e seus eventuais aditamentos e praticar todos os atos necessários à realização da Emissão e da Oferta; e *(c)* contratar instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários para intermediar e coordenar a Oferta ("Coordenadores"), bem como contratar os demais prestadores de serviços para a realização da Emissão e da Oferta, incluindo, sem limitação, o agente que representará a comunhão dos titulares das Letras Financeiras ("Agente de Letras"), o escriturador que poderá ser contratado para prestar os serviços de escrituração das Letras Financeiras ("Escriturador"), caso a Companhia não preste os serviços de escrituração diretamente, e os assessores legais, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos de prestação de serviço; e *(d)* caso as Letras Financeiras não forem totalmente subscritas e integralizadas, observada a Quantidade Mínima da Emissão (conforme abaixo definido), *(d.1)* a Companhia deverá cancelar o referido saldo e a Companhia e o Agente de Letras realizarão o aditamento ao Instrumento de Emissão e atualização do DIE (conforme abaixo definido) para prever a quantidade de Letras Financeiras efetivamente subscritas e integralizadas; ou *(d.2)* em caso de não integralização por questões operacionais (não atribuíveis à Companhia), ou por ausência de integralização por investidor que houver apresentado ordem de investimento, a Companhia e o Agente de Letras poderão realizar, se assim aprovado pelos Coordenadores, o aditamento ao Instrumento de Emissão e atualização do DIE, sem necessidade de assembleia de titulares de Letras Financeiras ou qualquer outra aprovação societária da Companhia, para prever a emissão de nova(s) série(s) de Letras Financeiras e integralização em uma só data, com as mesmas características das Letras Financeiras cuja integralização não tiver ocorrido, ajustando-se, conforme aplicável, o prazo de vencimento e o Valor Nominal Unitário; **(iii)** ratificação de todos os demais atos já praticados relacionados às deliberações acima. **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia, após exame e discussão das matérias objeto da Ordem do Dia, os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **5.1.** Quanto ao item **(i)** da Ordem do Dia, a aprovação da realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas por meio do "*Instrumento Particular da 5ª (Quinta) Emissão de Letras Financeiras para Distribuição Pública com Ausência de Registro, de Letras Financeiras, do Banco Yamaha Motor do Brasil S.A.*" ("Instrumento de Emissão") e do "*Documento de Informações Essenciais da 5ª (Quinta) Emissão para Distribuição Pública com Ausência de Registro, de Letras Financeiras, do Banco Yamaha Motor do Brasil S.A.*" ("DIE"): **(a) Número da Emissão:** 5ª (quinta) Emissão pública de Letras Financeiras da Companhia; **(b) Valor Total da Emissão**: o valor total da Emissão será de até R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão; **(c) Data de Emissão das Letras Financeiras**: para todos os efeitos legais, a data de emissão das Letras Financeiras corresponderá à data a ser indicada no Instrumento de Emissão ("Data de Emissão"); **(d) Número de Séries**: a Emissão será realizada em até 2 (duas) séries, em sistema de vasos comunicantes, conforme Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido); **(e) Conversibilidade e Garantia**: As Letras Financeiras não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia, e não contarão com garantias de nenhuma natureza e/ou qualquer preferência (dívida quirografária); **(f) Quantidade**: Serão emitidas até 5.000 (cinco mil) Letras Financeiras, sendo que a respectiva quantidade de Letras Financeiras a ser emitida em cada série ("Letras Financeiras da 1ª Série" e "Letras Financeiras da 2ª Série" e, em conjunto, "Letras Financeiras") será apurada após procedimento de coleta de intenções de investimento, realizado pelos Coordenadores em conjunto com a Companhia, junto a Investidores Profissionais (conforme definido abaixo) para definição **(i)** do Valor Total da Emissão; **(ii)** da realização da Emissão em duas séries ou em série única; **(iii)** da Remuneração das Letras Financeiras da 1ª Série e da Remuneração das Letras Financeiras da 2ª Série, caso aplicável; e **(iv)** da quantidade de Letras Financeiras da 1ª Série e da quantidade de Letras Financeiras da 2ª Série, caso aplicável ("Procedimento de *Bookbuilding*"), através de sistema de vasos comunicantes, sem quantidade mínima de Letras Financeiras a serem alocadas em cada série, sendo que qualquer das séries poderá não ser emitida, mas respeitando-se a Quantidade Mínima da Emissão (conforme abaixo definida); **(g) Prazo e Data de Vencimento**: **(i)** ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Letras Financeiras, nos termos do Instrumento de Emissão, o prazo de vencimento das Letras Financeiras da 1ª Série é de 24 (vinte e quatro) meses e 10 dias contados da Data de Emissão, vencendo-se na data de vencimento da 1ª série, conforme definida no Instrumento de Emissão ("Data de Vencimento das Letras Financeiras da 1ª Série"); e **(ii)** ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Letras Financeiras, nos termos do Instrumento de Emissão, o prazo de vencimento das Letras Financeiras da 2ª Série é de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se na data de vencimento da 2ª série, conforme definida no Instrumento de Emissão ("Data de Vencimento das Letras Financeiras da 2ª Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento das Letras Financeiras da 1ª Série, cada uma, individual e indistintamente, uma "Data de Vencimento"); **(h) Regime de Colocação e Plano de Distribuição**: as Letras Financeiras serão objeto de distribuição pública, com ausência de registro, nos termos da Resolução CVM 8 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à Oferta, sob regime de melhores esforços de colocação para a totalidade das Letras Financeiras, de acordo com os termos previstos no "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação, de Letras Financeiras, da 5ª (Quinta) Emissão do Banco Yamaha Motor do Brasil S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia e os Coordenadores contratados ("Contrato de Distribuição") tendo exclusivamente investidores profissionais, conforme definidos no artigo 11 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 30" e "Investidores Profissionais", respectivamente), como público-alvo; **(i) Distribuição Parcial e Quantidade Mínima da Emissão:** Será admitida a distribuição parcial das Letras Financeiras, desde que se observe a colocação de, no mínimo, 4.000 (quatro mil) Letras Financeiras ("Quantidade Mínima da Emissão"), observada a alocação a ser definida no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Na eventualidade de a Quantidade Mínima da Emissão não ter sido colocada perante investidores, a Oferta será cancelada, sendo todas as intenções de investimento automaticamente canceladas. Caso não seja colocada a totalidade das Letras Financeiras, desde que seja observada a Quantidade Mínima da Emissão, as Letras Financeiras não colocadas serão canceladas pela Companhia; **(j) Destinação dos Recursos:** os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão serão destinados **(i)** para rolagem de dívidas no âmbito da gestão ordinária dos negócios da Companhia; e **(ii)** à composição do *funding* para as operações bancárias realizadas pela Companhia; **(k) Valor Nominal Unitário**: o valor nominal unitário das Letras Financeiras, na Data de Emissão, será de R$100.000,00 (cem mil reais) ("Valor Nominal Unitário"); **(l) Forma e Comprovação da Titularidade**: As Letras Financeiras serão emitidas de forma exclusivamente escriturais, em sistema de registro administrado e operacionalizado pela B3, sem emissão de certificados, sendo a sua distribuição no mercado primário e secundário realizada por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21") e os pagamentos aqui previstos de acordo com os procedimentos definidos pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). Para todos os fins de direito, a titularidade das Letras Financeiras será comprovada por meio de extrato emitido pela B3 em nome do titular das Letras Financeiras, inclusive para fins específicos, da certidão de inteiro teor a que se refere o artigo 38, parágrafo 1º, da Lei 12.249. Adicionalmente, poderá ser expedido extrato pelo Escriturador com base nas informações geradas na B3; **(m) Local de Distribuição e Negociação e Custódia Eletrônica**: As Letras Financeiras serão depositadas para distribuição no mercado primário e secundário, exclusivamente por meio do CETIP21, administrado e operacionalizado pela B3, observado que **(i)** a liquidação financeira e a custódia eletrônica das Letras Financeiras serão realizadas na B3; e **(ii)** a negociação das Letras Financeiras deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis; **(n) Local de Pagamento**: os pagamentos referentes às Letras Financeiras, especificamente a Remuneração (conforme abaixo definido), o Valor Nominal Unitário e quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos das Letras Financeiras, serão efetuados em conformidade com os procedimentos adotados pela B3; **(o) Preço de Subscrição e Integralização**: O preço de subscrição das Letras Financeiras será o seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva subscrição e integralização. Todas as Letras Financeiras serão integralizadas à vista, preferencialmente em uma mesma data, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição; **(p) Amortização do Valor Nominal Unitário**: Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Letras Financeiras, nos termos previstos no Instrumento de Emissão, depois de, conforme o caso, implementada a Condição Suspensiva de Exigibilidade do Vencimento Antecipado (conforme definido no Termo de Emissão), o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras de cada Série será amortizado em uma única parcela, a ser paga na Data de Vencimento da respectiva Série; **(q) Remuneração**: (i) Atualização Monetária: o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras não será atualizado monetariamente; (ii) Remuneração das Letras Financeiras da 1ª Série: as Letras Financeiras da 1ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias da Taxa DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, em termos percentuais anuais, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme calculado e divulgado diariamente pela B3, no informativo diário, disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI") acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a até 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding* ("Remuneração das Letras Financeiras da 1ª Série"). A Remuneração das Letras Financeiras da 1ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras, desde a primeira Data de Integralização (inclusive) até a data do efetivo pagamento (exclusive). A Remuneração das Letras Financeiras da 1ª Série deverá ser calculada segundo os critérios de cálculo definidos no "Caderno de Fórmulas - CDBs, DIs, DPGE, LAM, LC, LF, LFS, LFSC, LFSN, IECI e RDB - CETIP21", disponível para consulta no website da B3 (http://www.b3.com.br). A Remuneração das Letras Financeiras da 1ª Série será calculada de acordo com a fórmula estabelecida no Instrumento de Emissão. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Letras Financeiras da 1ª Série, nos termos previstos no Instrumento de Emissão, a Remuneração da 1ª Série será integralmente paga na Data de Vencimento das Letras Financeiras da 1ª Série; e (iii) Remuneração das Letras Financeiras da 2ª Série: as Letras Financeiras da 2ª Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias da Taxa DI acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a até 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding* ("Remuneração das Letras Financeiras da 2ª Série" e, quando em conjunto com a Remuneração das Letras Financeiras da 1ª Série, "Remuneração"). A Remuneração das Letras Financeiras da 2ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 2ª Série, desde a primeira Data de Integralização (inclusive) até a data do efetivo pagamento (exclusive). A Remuneração das Letras Financeiras da 2ª Série deverá ser calculada segundo os critérios de cálculo definidos no "Caderno de Fórmulas - CDBs, DIs, DPGE, LAM, LC, LF, LFS, LFSC, LFSN, IECI e RDB - CETIP21", disponível para consulta no website da B3: (http://www.b3.com.br). A Remuneração das Letras Financeiras da 2ª Série será calculada de acordo com a fórmula estabelecida no Instrumento de Emissão. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Letras Financeiras, nos termos previstos no Instrumento de Emissão, a Remuneração da 2ª Série será integralmente paga na Data de Vencimento das Letras Financeiras da 2ª Série. **(r) Vencimento Antecipado**: sujeito ao disposto e se assim permitido nos termos do Instrumento de Emissão, após implementada a Condição Suspensiva de Exigibilidade de Vencimento Antecipado (conforme definido no Instrumento de Emissão), as Letras Financeiras terão o seu vencimento antecipado declarado nas hipóteses a serem previstas no Instrumento de Emissão das Letras Financeiras, caso em que todos os valores devidos nos termos do Instrumento de Emissão se tornarão imediatamente exigíveis; **(s) Recompra Facultativa das Letras Financeiras**: a Companhia poderá, a qualquer tempo, desde que por meio de bolsas de valores ou de mercado de balcão organizado, em que as Letras Financeiras forem admitidas à negociação, adquirir Letras Financeiras, até o limite de 5% (cinco por cento) do saldo total das Letras Financeiras emitidas no âmbito da Oferta, para efeito de permanência em tesouraria e venda posterior pela Companhia, observada as restrições impostas pelo artigo 10 da Resolução CMN 5.007. As Letras Financeiras adquiridas de terceiros por instituições do mesmo conglomerado prudencial, nos termos da Resolução do CMN nº 4.950, de 30 de setembro de 2021, conforme alterada, e do mesmo conglomerado econômico da Companhia devem ser consideradas no cômputo do limite de que trata este item, nos termos do parágrafo 2º do artigo 10, parágrafo segundo da Resolução CMN 5.007; **(t) Amortização Antecipada**: será vedada a amortização antecipada das Letras Financeiras; **(u) Resgate Antecipado**: nos termos do artigo 5º da Resolução CMN 5.007, é vedado o resgate antecipado das Letras Financeiras, total ou parcial, antes da respectiva Data de Vencimento, observado que a vedação não será aplicável se a Companhia efetuar o resgate antecipado para fins de imediata troca do título por outra Letra Financeira de sua emissão; e **(v) Repactuação**: as Letras Financeiras não serão objeto de repactuação programada. **(w) Encargos Moratórios**: Sem prejuízo da Remuneração das Letras Financeiras de cada Série, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares de Letras Financeiras, os débitos em atraso ficarão sujeitos a: **(i)** acréscimo da Remuneração incidente desde o vencimento da obrigação até o seu efetivo pagamento; **(ii)** juros de mora à taxa de 1% (um por cento) ao mês; e **(iii)** multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento), ambos calculados sobre o montante devido e não pago, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança; e **(x) Demais condições:** As demais condições e regras específicas relacionadas à emissão das Letras Financeiras constarão no Instrumento de Emissão e no DIE. **5.2.** Quanto ao item **(ii)** da Ordem do Dia, a aprovação da autorização à diretoria da Companhia, seus representantes e/ou procuradores para *(a)* negociar todos os termos e condições das Letras Financeiras não definidos nesta deliberação, independentemente de qualquer nova deliberação e aprovação pelos acionistas da Companhia ou de qualquer deliberação e aprovação tomada em reunião de Diretoria, inclusive fixar a Remuneração em decorrência do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*; *(b)* celebrar todos os documentos e seus eventuais aditamentos e praticar todos os atos necessários à realização da Emissão e da Oferta; *(c)* contratar os Coordenadores, bem como contratar os demais prestadores de serviços para a realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, o Agente de Letras, o Escriturador e os assessores legais, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos de prestação de serviço; e *(d)* caso as Letras Financeiras não forem totalmente subscritas e integralizadas, observada a Quantidade Mínima da Emissão, (d.1) a Companhia deverá cancelar o referido saldo e a Companhia e o Agente de Letras realizarão o aditamento ao Instrumento de Emissão e atualização do DIE para prever a quantidade de Letras Financeiras efetivamente subscritas e integralizadas; ou (d.2) em caso de não integralização por questões operacionais (não atribuíveis à Companhia), ou por ausência de integralização por investidor que houver apresentado ordem de investimento, a Companhia e o Agente de Letras poderão realizar, se assim aprovado pelos Coordenadores, o aditamento ao Instrumento de Emissão e atualização do DIE, sem necessidade de assembleia de titulares de Letras Financeiras ou qualquer outra aprovação societária da Companhia, para prever a emissão de nova(s) série(s) de Letras Financeiras e integralização em uma só data, com as mesmas características das Letras Financeiras cuja integralização não tiver ocorrido, ajustando-se, conforme aplicável, o prazo de vencimento e o Valor Nominal Unitário. **5.3.** Quanto ao item **(iii)** da Ordem do Dia, a aprovação da ratificação de todos os demais atos já praticados relacionados às deliberações acima. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Assembleia, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada de forma eletrônica. Mesa: Presidente da Mesa: Sr. Nelson Dias de Aguiar Júnior; Secretária da Mesa: Sra. Erika Kano. Acionista: Yamaha Motor do Brasil Serviços Financeiros Participações Ltda., neste ato representada por seu Diretor Nelson Dias de Aguiar Júnior. São Paulo, 02 de setembro de 2024. **Mesa: Nelson Dias de Aguiar Júnior -** Presidente; **Erika Kano -** Secretária. **Acionista: Yamaha Motor do Brasil Serviços Financeiros Participações Ltda.** Nelson Dias de Aguiar Junior.

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de informações: (11) **3117.1000**

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 285 LOTES - DIA: 04/09/2024 - 10h00 - 4ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1360 - SANTA BÁRBARA D'OESTE/SP | VISITAÇÃO: 04/09/2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: WP0AA2Y12MSA17499 - 9BMWF7HW8KM011090 - WBALL3106DE988508 - 8AP359A0DKU065078 - 93YRBB004LJ049651 - 9BWAA05Z6D4101900 - 9BD15802AD6864920 - 9BFZB55P7D8795971 - 9BWCB05X33T058688 - 9BD195A4ZL0882740 - 9BWAA05U4AP081662 - 9C2KD0810LR059470 - WV1DB42H8GA017287 - 9BG138HX06C421584 - 9BD57814UGB052861 - 9BGEN69H0MG185610 - 9BWAB45Z7C4060891 - 9BFZK53A9CB337087 - 9BWAB45Z3C4034577 - 9BD358A4NLYK52795 - 93YBSR6RHEJ864681 - 9BD195112C0341142 - 93YBSR7RHCJ234740 - 9BGRP48F0EG101761 - 9BD341A5XLY631879 - VF7UARFJ29J003847 - 9BWAA45U2FP512580 - 8AFDZZFHA6J459348 - 9362EKFW98B063808 - 9BD17140J85074293 - 9BFZH54L5G8324919 - 9C2KC2200GR052190 - 9C2KC2200NR173995 - 9BWDH5BZ0LP124001 - 9BD341A4XKY590203 - 9BGKL48U0JB141081 - 93YRBB004JJ008031 - 9BWAA05U0DP212106 - 9BHBG41DAFP249703 - 9BWAA05UXBT006117 - 3N1CN7AD2EK419818 - 9BWAG4129GT528917 - 94DVCGD40DJ186772 - 9BWAG4121HT519792 - 98861112XJK160945 - 9BGRZ08F0BG119342 - 93YRBB000LJ183864 - 8AP372171F6091071 - 9BHBG51CAFP315099 - 9BD17201G73293184 - 3N1CN7ADXCL867120 - 8BCLCN6BYAG523348 - 9BD27844PC7437716 - 9C2ND1110HR002616 - 9C2KC2210NR006145 - 9C2PC36007R002342 - 9C2MC4400HR015584 - 9C2KC1670CR506645 - 9BWAA05W4DP050854 - 935SUN6AYBB571489 - 93YLSR6RHCJ164854 - 935SLNFNWDB526571 - 9BD373165B5001278 - 9C6DG3320N0052008 - 9C6RG8310R0002382 - 9C2JC4150ER000502 - 9C2KC2500LR061147 - 9BFZH55LXJ8041955 - 9BGPB68M0DB342827 - 935CHN6AVBB571466 - 8BCNDRFJUFG517903 - 9362AKFW98B052255 - 935SUN6AYCB547445 - 9BD118144A1102091 - 9BWCA05W36T173046 - 9BGRX48907G132672 - 9BWAB45Z1E4080007 - 8AGCN48X0CR180383 - 9BFZK03A89B053428 - 9362PN6AYAB057538 - 9BWAA05U9BP154574 - 9BD17309C64166867 - 9BFZH54J8G8302587 - 9BWAA45U5EP031902 - 9BGRX48F0BG118445 - 9BFZE55H2B8621111 - 9BWAG45U6LT074065 - 93YLM2N3A8J966143 - 9BD17164LE5889422 - 9BFZF20A598339948 - 9BGXM19809C141005 - 8AP17206LB2167387 - 8AFSZZFFCHJ453616 - 9BD27804D97157053 - 8AJER32G674012016 - 9BWKB05W19P132758 - 9BD27803MC7487129 - 99KPCKBYJRM716204 - 9C2KC2200RR303987 - 9C2JF8500RR011367 - 9C2KC2500RR033897 - 9C2KC2200PR343455 - 9BD17277EC3595106 - 9BFZH55L1K8347850 - 93YBSR1RH9J175354 - 93YBSR1TH9J077027 - 9BR53ZEC268617240 - 9BGRZ08906G107250 - 9BFZK53A9BB248005REM - 9BD17106LA5638966 - 9BGTR48W07B161343REM - 9BD13561362006451 - 9BWAA05W6BP098451 - 9BGKS48V0JG261838 - 9BWAB05U1AT166768 - 3FAFP4WJ3FM116026 - 9BGRZ08908G196790 - 9BFZE16F888967789 - KNAJT814AC7340826 - 9BWKA05Z774134770 - 9362PN6AYBB013936 - 9BD195152E0469904 - 9BFZK53A4BB245657 - 9BWAA05ZXA4085230 - 8AGCN48X0DR121191 - 935FCKFVYCB535522 - 9BFZF55P6C8262996 - 9BWAA45U8EP511920 - 93YKM2N3A8J892433 - 8AD3CRFN24G401959 - 9BD17102ZF7521887 - KMHFC41DP8A308016 - 9BGRD08X03G145609 - 93Y5SRD64GJ200236 - 9BFZK53AXAB148798REM - 9BWAB05U3BP189057 - 9BWAA45Z6E4101226 - 93YHSR2L6EJ963242 - 9BGTR08W06B142900 - 9BWAL45Z5F4072796 - 9C2KC2200JR114726 - 9C2KC2210RR024826 - 9C2KC2200PR315284 - 9C2KD0810RR056143 - 9C2KC2200RR326362 - 99HSHT175PS000205 - 9BWAB05Z7D4000152 - 9BWAA05W9EP020928 - 9BD17164LB5685470 - 9BWAA45U2FT067362 - 93YBSR7RHBJ628172 - 9BWAA05U1DP044542 - 9BGRP69X0CG360745 - 9BWAB45U2GT069403 - 8AP17164LC3023192 - 9BWAA05UXCP070183 - 9BWKA05Z164069686 - 9BD195162B0039736 - 8AGSU19F0DR172479 - 9BFZF55A5E8497663 - 9BWAA45U1EP103355 - 9BWDB45U4FT093827 - 9BGXL68607C162539 - 93Y5SRF84LJ913552 - 9BWAA05W9CP094749 - 9BWAA05Z7D4061827 - 9BRBB48E0A5070928 - 9BWAG45U0MT077996 - 9BD195162B0123528 - 9BFZF55AX98384586 - 9BWAB09N6AP027053 - 9BWAG5BZXKP543820 - 9BWAG45U6NT106158 - JMYSTCY4ADU001201 - 9BWAG45U4JP034783 - 9C2NC6110RR016784 - 9C2KC2210PR117037 - 9BD195A4ZL0872462 - 9BHBG51CAHP704998REM - 93Y4SRF84JJ990012 - 9BD2651PAN9203622 - 988226117HKA90889 - 9BGTT75B04C170152 - 94BF1543NNR064211 - 9BD27803MC7421375 - 8AD3DRFJ48G020325 - 9BWCA05W28P107616 - 9BD198221D9021645 - 9BGRG08F0CG110861 - 935CHN6AVAB527451 - 9BD17203753139123 - 3VWSH49M88M667760 - 9BD17201753099172 - 9BWHB09N95P014043 - 9BD195102C0146515 - 9BWCA05W18T055726 - 9C2KC2200MR004926 - 9C2KC2210JR043410 - 9C2KC2200KR071013 - 935CEFC2CRB524757 - 9BFZE55P3C8726099 - 935SLNFN2HB523131 - LJ12EKR17E4302477 - 9BMWF4CW6GM001672 - 9BWAA05U9DP182622 - 988675126JKH80818 - 9BWAA05U8BP167929 - 8A1FC1605GL740680 - 9BWCA05W26P005150 - 9BD197132D3067349 - 9BHBG51CAEP249690 - 9BGJB69X0EB181031 - 9BM958443KB126322 - 936ZCXMNCC2085155 - 93YVBU4L1FJ707248 - 9C2ND1110DR012857 - 8AGEP76B0PR135175 - 9BGTR48C0BB233420 - 9BD15822786166065 - 3HGRM5870EG502041 - 935FCKFVYAB503207 - 9BGKT48V0HG121299 - 9BGEY69H0LG289042 - KMFZCN7HP9U468542 - 8AC907135RE231248 - 9BM979078NB247648 - 9BFZF16P258241248 - 93HGE57408Z204873 - 9BWAB05Z994084160 - 2FMDK4KC4CBA74062 - 93HFB2650CZ224778 - 3FAFP4WJ1EM188289 - WAU8CD8T5FA053910 - 9BD57824UF7935567 - 3HGRM5830FG500050 - 93HGK5860FZ223711 - 93YRBB004NJ985272 - 95PJV81DBJB050277 - JMYXTGK1WLZA02401 - 93Y9SR3H5LJ222479 - 9C2KF3470NR001943 - 9C6RG7710R0027271 - 9C2NC6110RR000725 - 9BFZF54P3C8215846 - 9BWAH5BZ8PT620969 - 9BRKYAAG7R0658116 - 9BGED48H0RG234683 - 93YBSR8VNCJ175013 - 9BD17106LC5782790 - 9BGKS69V0KG218146 - 9BD15802AD6895050 - 9BRBD48E5E2626619 - 9BHBG41DAFP487510 - 93HRV2850JZ205580 - 93Y5SRF84JJ790554 - 9BWAA05W39P045751.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP - 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00385039932024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico - 90127/2024.
Nº Processo: 024.00063841/2024-26.
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o atendimento de Demanda Administrativas e Judiciais.
Total de Itens Licitados: 15 (quinze).
Valor total da licitação: (sigiloso).
Disponibilidade do edital: 03/09/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 05/09/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 17/09/2024 às 13h30 no site: www.gov.br/compras.

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP

CNPJ 62.577.929/0001-35

AVISO DE LICITAÇÃO

UASG 533201 - Pregão Eletrônico nº 90063/2024 - Objeto: Operacionalização do Acordo Thales - PRO.00.8234 para o fornecimento de subscrição de licenças de softwares e serviços da plataforma tecnológica Thales. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.gov.br/compras, às 9h do dia 19/09/2024. O edital poderá ser consultado e cópias obtidas nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras, www.prodesp.sp.gov.br - opção “fornecedores - editais de licitação” e www.doe.sp.gov.br - opção “enegociospublicos”.

Prodesp

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Gestão e Governo Digital

ERRATA DE EDITAL

PG 10.47.034 – Licitação nº 034/2022 – Contratação de empresas ou consórcio de empresas para prestação de serviços técnicos especializados, mediante atividades de consultoria, assessoria e execução de ações que contemplem as medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais, sociais e administrativas, inerentes ao processo de regularização fundiária urbana (Reurb), visando atender às necessidades derivadas do Programa Estadual de Regularização de Núcleos Habitacionais “Cidade Legal”, instituído por meio do Decreto Estadual n° 52.052/07 e alterado pelo Decreto Estadual n° 56.909/11, e da regularização fundiária urbana de áreas e de conjuntos habitacionais da CDHU.

EDITAL / ITEM: 12 - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO / SUBITEM 12.1.3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA / 12.1.3.2 – Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

ONDE SE LÊ:
a) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio;
b) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação.

LEIA-SE:
a) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;
b) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

O item 12.1.3.2 foi inserido no edital conforme incisos I e II, do § 10, do art. 67 da Lei 14.133/2021, em atendimento à recomendação do disposto no item 15.8 – Atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio, do Manual de Obras e Serviços de Engenharia, publicado em 24/04/2024 pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Tendo em vista a alteração acima, a CDHU comunica a prorrogação dos prazos: Esclarecimentos até 30/10/2024 – Abertura: 06/11/2024 às 10h.

CDHU — Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação